

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGHIS

LUIZ GUSTAVO LIMA ARRUDA

**O SAPATEIRO E O (S) CORONEL (NÉIS): A CULTURA POLÍTICA DE
BATURITÉ – CE (1892-1937)**

Brasília

2013

LUIZ GUSTAVO LIMA ARRUDA

**O SAPATEIRO E O (S) CORONEL (NÉIS): A CULTURA POLÍTICA DE
BATURITÉ – CE (1892-1937)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de História da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História

Orientadora Profa. Dra. Ione de Fátima Oliveira

Brasília

2013

LUIZ GUSTAVO LIMA ARRUDA

**O SAPATEIRO E (OS) CORONEL (NÉIS): A CULTURA POLÍTICA DE
BATURITÉ – CE. (1892-1937)**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ione de Fátima Oliveira – UnB
Presidente de banca

Profa. Dra. Léa Maria Carrer Iamashita – FJK
Examinadora

Profa. Diva do Couto Gontijo Muniz – UnB
Examinadora

A meus pais

A Evaristo Xavier de Lucena

(In memoriam)

A Ernando Pereira Lima

(In memoriam)

AGRADECIMENTOS

É praticamente impossível enumerar todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para a concretização deste trabalho, de modo que inevitavelmente haverá nomes que injustamente não se encontrarão aqui. Desde já, a estes, peço desculpas.

Em primeiro lugar, agradeço ao meu avô, Miguel Edgy Távora Arruda, por ter criado a Fundação Comendador Ananias Arruda, instituição responsável por salvaguardar a maioria das fontes utilizadas neste trabalho. A meu irmão Miguel Ernando, por ter sido meu primeiro professor de história, quando eu era criança. A meus pais, pelo apoio incondicional. Ao ex-presidente do Círculo Operário Lúcio Caminha, por ter doado o Livro de Atas da Fundação do Círculo ao Museu Comendador Ananias Arruda. A Nice e Cleonice, funcionárias do Museu, que dedicaram toda a vida preservando parte do patrimônio cultural de Baturité, bem como as fontes aqui consultadas. A Sabará, por me apresentar às primeiras pessoas que me auxiliaram nesta pesquisa.

Ao amigo Roberto Lucena, neto de Evaristo Lucena, por ter aberto as portas de sua casa, revelando fontes e proporcionando boas conversas. A Mário Mendes Júnior, por sua luta em narrar a história de Baturité utilizando de um *blog*, cujas páginas também serviram de fonte para esta pesquisa. A Edson André, por ter-me aberto seu precioso arquivo particular, sendo “o guardião da história de Baturité”.

Aos colegas, amigos e amigas de academia que prestaram seus auxílios: Levi Jucá, por aqueles dias fotografando páginas e páginas de jornais e também a Conceição, Nagila, Luiza, Felipe Barreira e Flávio. Aos amigos não acadêmicos, mas que sempre tornam o fardo da pesquisa mais leve: Davi, Daniel, Alexandre, Fred, Otávio, Lilian, Juana, Marcela e, em especial, a Gisele, por suas revisões textuais. Às “irmãs” Hully e Lívia e amigos da União.

Aos professores Frederico Castro Neves, Allyson Bruno, Francisco Damasceno, Pádua Santiago, Alexandre Barbalho, Jaime de Almeida, Estevão Martins, José Otávio Nogueira, Cristiano Paixão. A Arthur Assis pelo auxílio metodológico. Às professoras Diva Gontijo Muniz e Lucília Neves Delgado, pelos seus comentários, críticas e apontamentos sobre cultura política e cidadania. À minha orientadora Ione de Fátima Oliveira, pelas horas de correções, críticas, apontamentos e ajustes estéticos.

Sem vocês, o pouco que contém este trabalho seria nada, e com vocês este pouco pode ser o suficiente.

Por fim, ao CNPq e a CAPES pelas bolsas de estudo concedidas em momentos distintos do curso.

“O passado traz consigo um índice misterioso, o que o impele à redenção. Pois não somos tocados por um sopro de ar que já foi respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? (...)”

O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. (...)

Todos os que até hoje venceram participaram do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens-culturais.

...a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico (...) considera sua tarefa escovar a história a contrapelo.”

Walter Benjamin

RESUMO

Este trabalho procura estabelecer uma construção narrativa acerca das vivências políticas de Evaristo Xavier de Lucena. Este sujeito histórico foi um artista e sapateiro negro, nascido em família pobre, que ao eludir os preconceitos étnicos de sua sociedade, conseguiu alcançar relativa projeção política em sua cidade – Baturité-CE – durante as décadas de 1920 e 1930. Nesta atuação, teve a oportunidade de participar do associativismo operário católico e também da vida político-partidária local, por meio da qual se insinuou entre os chefes políticos de sua cidade (coronéis), nas figuras de Ananias Arruda e João Ramos: o primeiro pertencente à Liga Eleitoral Católica – LEC – e o segundo ao Partido Social Democrático – PSD – na década de 1930. As narrativas sobre as experiências políticas deste sapateiro, e suas alianças e tensões com os coronéis de sua cidade, convida-nos a perscrutar as principais características de uma cultura política em formação nos meios urbanos nascentes. Assim, fazemos uma narrativa também sobre Raimundo Barros Filho – personagem igualmente de família pobre, mas portador de uma cultura política distinta daquela vivida pelo sapateiro Lucena. Enquanto Raimundo Barros Filho vivia a cultura política tradicional da elite de coronéis, baseada nas práticas clientelistas, Evaristo experimentava uma cultura política associativa. A trajetória desses personagens nos fornece elementos elucidativos das transformações de uma cultura política em Baturité.

Palavras-chave: Cultura política. Círculo Operário Católico. Coronelismo. Evaristo Lucena.

ABSTRACT

This work aims to make up a narrative construction about the Evaristo Xavier de Lucena's political experiences. He was an artist and a black man shoes maker who was born into a poor family and eluded the racial prejudices of his society, getting political projection in Baturité town – located in the state of Ceará – during the 1920s and 1930s. In his performance, he had the opportunity to insert himself at catholic workmen's associations and also participated to local party political life, by means of which he performed among the political chiefs (coronéis) of his town, represented by Ananias Arruda and João Ramos. The first one belonged to the Liga Eleitoral Católica (Catholic Electoral Alliance) – LEC – and the second one belonged to the Partido Social Democrático (Democratic Social Party) – PSD. The narratives about that shoes maker's political experiences and his alliances and feuds with the coronéis invite us to research the main features of the political culture making off in the town. So we make up another narrative about Raimundo Barros Filho – character who was born also in poor family, but he shared a different political culture of Evaristo Lucena's. While Raimundo Barros Filho lived a traditional coronéis politic culture, based on patronage relationships, Evaristo Lucena experienced an association workmen culture. It gives us elucidative elements of a political culture transformation in Baturité town.

Key-words: Political culture. Catholic Workmen Circle. Coronelismo. Evaristo Lucena

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fotografia de Evaristo Lucena.....	35
Figura 2 – Fotografia de Ananias Arruda durante a juventude.....	39
Figura 3 – Fotografia do Círculo Operário de Baturité.....	43
Figura 4 – Fotografia de João Ramos em um sítio de café.....	68
Figura 5 – Fotografia de políticos da LEC cearense – Waldemar Falcão, Ananias Arruda e Menezes Pimentel, da esquerda para direita – com Evaristo Lucena – de perfil à esquerda – e a população local.....	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Exportação de café no Ceará.....	74
Tabela 2 – Relação dos políticos que exerceram o executivo de Baturité entre 1892 e 1943.....	81
Tabela 3 – População dos distritos do município de Baturité entre 1890 e 1920.....	138

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. O MUNDO DE EVARISTO LUCENA: um modo de fazer política.....	35
1.1. Círculos Operários e participação popular na Primeira República.....	36
1.2. A trajetória política e social da Igreja Católica (1889-1937): uma instituição multifacetada.....	45
1.3. O Círculo Operário e a (trans) formação de uma cultura política no pós-30.....	58
1.4. Evaristo Lucena e a política: “nem tão longe que não possa ver, nem tão perto que possa tocar”.....	64
2. OS CORONÉIS: a alta parentela de Baturité.....	71
2.1. As bases econômicas e a formação das elites de Baturité.....	72
2.2. A formação das parentelas em Baturité.....	77
2.3. As Alianças e os expurgos: os partidos e as eleições na Primeira República (1889-1932).....	87
2.4. Os Conflitos políticos na Era Vargas: dos cochichos aos comícios (1932-1937).....	98
3. OS TRABALHADORES: a cultura política popular de Baturité.....	113
3.1. A (crise da) baixa parentela.....	114
3.2. A família Barros: exemplos da baixa parentela.....	121
3.3. Camponeses – retirantes – trabalhadores: a formação da camada de trabalhadores urbanos de Baturité e as secas.....	132
3.4. Direitos e reivindicações: os trabalhadores urbanos de Baturité e o distrito-bairro do Putiú.....	137
3.5. Acordes e silêncios políticos: Evaristo Lucena e as transformações de uma cultura política.....	142
3.6. As faces da cultura política: “ajuda” e “proteção” X cidadania.....	157

CONCLUSÕES FINAIS.....167

FONTES.....175

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....180

INTRODUÇÃO

No dia 16 de março de 1935, uma comitiva da Ação Integralista Brasileira (AIB)¹ – composta pelo chefe do diretório estadual cearense, Jeová Mota, e pelo padre Hélder Câmara – foi à cidade de Baturité,² no estado do Ceará, para fundarem um núcleo municipal do partido. Com a autorização do coronel Ananias Arruda, os líderes integralistas usariam o prédio do Círculo Operário Católico (COC) em tal intuito. Entre os anos de 1934 e 1935, foram recorrentes os surgimentos de filiais integralistas pelo interior do Ceará (REGIS, 2008, p. 15), de modo que esta seria mais uma fundação de um núcleo daquele partido: se não fosse pela interferência do sapateiro Evaristo Xavier de Lucena.

Este sapateiro, conhecido como Mestre Evaristo, usando das atribuições que o cargo de presidente do Círculo Operário Católico da cidade lhe fornecia, impediu que a fundação do referido núcleo ocorresse no interior da instituição a qual presidia. Tal atitude contrariou os interesses do coronel católico Ananias Arruda – chefe municipal da Liga Eleitoral Católica (LEC)³ – que havia prometido a sede do Círculo a Jeová Mota e Hélder Câmara, em um sinal de apoio aos integralistas.

Diante da ação política inusitada de Mestre Evaristo, inclinamo-nos a pesquisar sobre a cultura política desse sujeito histórico: Evaristo Lucena era sapateiro, músico e negro (ou pardo). Diante de uma sociedade predominantemente racista, como o Ceará nos anos 1920 e 1930, superou as condições adversas a sua ascensão social, como artista e artesão. Em fins da década de 1910, conseguiu estabelecer uma sapataria, e em 1923 formou uma banda de

¹ A AIB foi uma organização nacional fundada por Plínio Salgado em 1932. Tinha influências notáveis do pensamento autoritário de Alberto Torres, que aliado ao corporativismo católico fez florescer o que muitos autores consideraram como “o fascismo brasileiro”. No Ceará, o integralismo teve como precursor a Legião Cearense do Trabalho (LCT), fundada pelo tenente Severino Sombra em 1931. (REGIS, 2008, p. 7-42; CORDEIRO JÚNIOR, 2000, p. 329; PARENTE, 1986, p. 95-98). O chefe da LCT, Jeová Mota, tornou-se também chefe provincial da AIB no Ceará, o que demonstra a proximidade entre os dois movimentos. Embora a AIB não fosse considerado um partido por Plínio Salgado, a opção de alcançar o poder pelas eleições e seu estatuto de partido pela Justiça Eleitoral nos leva, nesse trabalho, a considerá-lo um partido político. (CHASIN, 1978; TRINDADE, 1979; CHAUÍ, FRANCO, 1978)

² Baturité é um município no interior do Ceará, está distante cerca de 80 km de Fortaleza, em linha reta. Localiza-se na região do maciço de serras que leva o mesmo nome da cidade (Serra de Baturité). (LIMA, 2000, p. 97-99; NEVES, 2000, p. 83-85)

³ A Liga Eleitoral Católica foi fundada pelo cardeal Leme sob os auspícios do movimento da Ação Católica em outubro de 1932, representando a inserção da Igreja Católica no campo da política eleitoral. Seu objetivo principal era garantir as reivindicações básicas da Igreja Católica na Assembleia Nacional Constituinte de 1934. (SOUZA, 2000: p. 302; PANDOLFI, 1980, p.370).

música que alcançou sucesso, tanto entre os meios populares quanto entre as elites locais. Além disso, mantinha boas relações com a Igreja Católica da cidade – na figura do pároco monsenhor Manoel Cândido – por sua catolicidade, demonstrada pelas músicas sacras que sua banda tocava.

Um ano depois, em 1924, quando ocorreu a fundação do Círculo Operário Católico de Baturité, Mestre Evaristo foi indicado (ou eleito) seu primeiro presidente – cargo em que permaneceu por doze anos. Durante o período em que esteve à frente do COC, ele pôde vivenciar participação e atuação políticas, que se ampliariam após a Revolução de 30, com a fundação de uma “Escola Noturna para crianças pobres” em 1931 – um espaço pedagógico mantido pelo COC, do qual Evaristo foi idealizador e professor – e ao se tornar um legionário municipal da LEC em 1932.

Em 1936, todavia, saiu da presidência do Círculo Operário, envolvido em disputas com seu próprio partido (LEC), de cujos quadros ele também foi afastado – quase um ano após sua intercessão e oposição à fundação do núcleo da AIB nas dependências do Círculo Operário. Isso necessariamente o colocou em adversidades com então prefeito municipal, coronel Ananias, de quem foi colaborador durante os anos em que ocupou a presidência do Círculo.

Após a fundação (quase) malograda do núcleo integralista, em março de 1935, os conflitos envolvendo o sapateiro Evaristo Lucena e o coronel católico Ananias Arruda se intensificaram. Em maio do mesmo ano, o coronel foi indicado e empossado prefeito de Baturité, pelo então governador constitucional Menezes Pimentel, sob a legenda da LEC. Dois meses depois, em julho, o novo prefeito negou a Evaristo Lucena subvenções da prefeitura para a “Escola Noturna” do Círculo Operário.

Em meio a essa conjuntura, o sapateiro e músico popular e o austero coronel católico, que antes eram aliados, passaram a ser adversários políticos. Em outubro, o então prefeito Ananias Arruda censurou a banda de música da qual Evaristo Lucena era patrono, ao proibir suas retratas em vias públicas. A partir de então, as boas relações entre Evaristo Lucena e o coronel, que já estavam em crise, tornaram-se insustentáveis.

Em janeiro de 1936, durante as eleições para a nova diretoria do COC, Evaristo Lucena foi boicotado pela elite católica da cidade, representado por Ananias Arruda, que deve ter influenciado para que o sapateiro não fosse mais o presidente escolhido. Após 12 anos na

presidência, ele teve de deixar tanto o Círculo Operário quanto a LEC. Essa sucessão de tensões significou o rompimento definitivo dele com Ananias Arruda, e com a Igreja Católica, no âmbito de Baturité.

Após sair da LEC, Evaristo Lucena filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD),⁴ liderado por João Ramos – adversário político de Ananias Arruda. Assim, Evaristo Lucena passou a procurar, no PSD, a base de apoio e participação política que tinha perdido ao sair da LEC. Sob a legenda do PSD e cooptado pelos oposicionistas de Ananias Arruda, Evaristo Lucena foi eleito vereador nas eleições municipais de 1936. O mesmo pleito confirmou também Ananias Arruda na prefeitura (já indicado como prefeito um ano antes pelo governador do Estado). Entre 1936 e 1937, mestre Evaristo e o grupo contrário a LEC na cidade, capitaneado por João Ramos, passaram a fazer ampla oposição às medidas adotadas pelo executivo local. O sapateiro, então, chegou ao ponto de desobedecer à proibição que sua banda sofreu da prefeitura de tocar nas vias públicas.

Sua última aparição pública política foi em um comício relâmpago, organizado pela oposição a Ananias Arruda em outubro de 1937. Nele, criticaram o prefeito e o clero local.⁵ Além disso, Evaristo Lucena tocou com sua banda, desobedecendo “antiga proibição”, que já completava dois anos.

Certamente, as conjunturas nacional e local se articulavam. Não só Baturité, mas o Brasil encontrava-se convulsionado, desde pelo menos 1935. Um mês após o comício relâmpago, do qual Evaristo Lucena participou – sofrendo represálias ulteriores do prefeito – houve o golpe do Estado Novo. Assim, não somente a censura local de Ananias Arruda, mas a adoção do Estado Novo por Getúlio Vargas e seu aparato repressivo silenciaria a voz desse sapateiro quase definitivamente.

A narrativa das atividades políticas de Evaristo Lucena nos convida a perscrutar também as atividades de outros personagens, como os coronéis João Ramos e Ananias Arruda, além da atuação de outros advindos das camadas populares – como Raimundo Barros Filho. Assim elaboramos uma pequena prosopografia acerca dos principais sujeitos históricos

⁴ O Partido Social Democrático (PSD) foi fundado, primeiramente em Pernambuco, em dezembro de 1932, sob os auspícios de Carlos de Lima Cavalcanti e Juarez Távora. Pouco depois, foram criados os núcleos do PSD por quase todo o estado do Ceará. Em Pernambuco, a LEC apoiou o PSD; entretanto o mesmo não ocorreu no Ceará, onde a LEC tomou ares de partido independente e fez oposição ao PSD. (PANDOLFI, 1980, p. 370-80)

⁵ **A Verdade**, 10 out. 1937, p. 1.

atuantes na cidade (entre elites e camadas populares) a fim de adentrar a cultura política vivida no ambiente municipal baturiteense entre a Primeira República e a Era Vargas.

Para nos orientarmos sobre as culturas políticas, conceito amplo e plural, em sua acepção clássica é identificada como o:

Conjunto de atitudes, normas, crenças, mais ou menos largamente partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objeto fenômenos políticos. Assim, poderemos dizer (...) que compõem a Cultura Política de certa sociedade os *conhecimentos*, ou melhor, suas distribuições entre os indivíduos que as integram, relativos às instituições, às práticas políticas operantes num determinado contexto; as *tendências* mais ou menos difusas, como, por exemplo, a indiferença, o cinismo, a rigidez, o dogmatismo, ou ao invés, o sentido de confiança, a adesão, a tolerância para com as forças políticas diversas da própria, etc. finalmente, as *normas*, como, por exemplo, o direito-dever dos cidadãos a participar da vida, a obrigação de aceitar as decisões da maioria, a exclusão ou não do recurso a formas violentas de ação. (SANI, 1998, p. 306)

Adotaremos também a noção de Sandra Graham, que inclui o conceito compartilhado socialmente como os “comportamentos políticos, distintos daqueles que se manifestam por meio das instituições formais de governo ou por meio da distribuição em partidos políticos” (GRAHAM, 1991, p. 212).

Nossa intenção será perscrutar as trajetórias de Evaristo Lucena no universo político da cidade – mesmo antes de atuar no meio associativo e posteriormente partidário – antes de 1924, quando somava ao seu ofício de sapateiro as atividades artísticas como músico. Através dos seus “comportamentos políticos” (BERSTEIN, 2009, p. 30), pôde galgar outras esferas de sua participação política, consideradas oficiais, como o associativismo operário e os embates partidários – primeiro na LEC, depois nos quadros do PSD.

Relativo ao recorte temporal em que realizamos esta pesquisa, a historiografia recorrentemente associa à cultura política predominante fenômenos políticos como o mandonismo, o coronelismo e o clientelismo (GRAHAM, 1997). José Murilo de Carvalho cumpre, assim, um papel importante nesses estudos, ao diferenciar esses conceitos.

Segundo o autor, o coronelismo restringe-se a um fenômeno da Primeira República, configurando um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis (CARVALHO, 1997, pp. 231-2). Já o mandonismo e o clientelismo têm outro

sentido: o primeiro é característica básica do poder local na América Latina, onde as leis nacionais não chegavam à população rural e o senhor agrário (coronel ou caudilho) era mandatário quase absoluto de suas terras. No Brasil, a maior envergadura do mandonismo é identificada aos Períodos Colonial e Imperial.

De acordo com o autor, o mandonismo percorre, em curva decrescente, toda a história do Brasil: “não é um sistema (como o é o coronelismo), é uma característica da política tradicional. Existe desde a colonização e sobrevive hoje em regiões isoladas” (Idem).

Já o clientelismo envolve, em sua forma mais expressiva, a política de barganhas no meio urbano. Diferencia-se por ser “um tipo de relação entre atores políticos que envolve a concessão de benefícios públicos (...) e apoio político, sobretudo na forma de votos, (...). É o mandonismo visto do ponto de vista bilateral” (Idem). Bilateralidade essa que “implica troca entre atores de poder desigual” (Idem, p. 241). Os políticos negociam diretamente com seus eleitores, dispensando a intermediação dos coronéis. Assim, “os autores que veem coronelismo (em metrópoles ou grandes centros urbano) (...) simplesmente estão falando de clientelismo” (Idem, p. 232, parênteses nossos). Embora Carvalho associe o clientelismo principalmente aos meios urbanos, o autor não nega que ele permeie por entre o mandonismo e o coronelismo.

Aqui nesta pesquisa, ao corroborar com as ideias de André Heráclio do Rêgo (2008), consideramos uma atuação mais ampla para o clientelismo, como realidades patentes tanto do mandonismo quanto do coronelismo. Devemos perceber, assim, a influência que as grandes parentelas exerciam nos favores de natureza clientelista dentro do mandonismo e do coronelismo – uma característica diferente do clientelismo nos grandes centros urbanos, que dispensava os acordos familiares.

Carvalho, tributário das ideias de Leal, afirma que a Revolução de 30 acabou definitivamente com o coronelismo como sistema nacional. Em suas palavras, o coronelismo “morreu simbolicamente quando se deu a prisão dos grandes coronéis baianos, em 1930. Foi definitivamente enterrado em 1937, em seguida à implantação do Estado Novo...” (CARVALHO, 1997, p. 231-2).

Entretanto, o próprio Vitor Nunes Leal, no segundo capítulo de **Coronelismo, Enxada e Voto** afirma que:

A morte *aparente* dos “coronéis” no Estado Novo não se deve, pois, aos prefeitos nomeados, mas à abolição do regime representativo em nossa terra. *Convocai o povo para as urnas, como sucedeu em 1945 e o coronelismo ressurgirá das próprias cinzas, porque a seiva que o alimenta é a estrutura agrária do país.* (LEAL, 1997, p.160, grifo nosso)

Embora na década de 1930, o coronelismo tenha sido suplantado como sistema nacional coeso, essa citação nos leva a crer que ele ainda subsistiu nas regiões do Brasil que não se urbanizaram integralmente. Leal ainda fala nas sobrevivências do coronelismo durante (e após) a Era Vargas, pois, embora tenha este período da história do Brasil representado uma margem de crise ao sistema coronelista, ele não “atingiu a base de sustentação do coronelismo, que é a *estrutura agrária*”. O autor admite, porém, os sinais de decadência apresentados nessa estrutura, mas afirma que:

Nenhuma providencia política de maior envergadura procurou modificá-la profundamente (...). O resultado é a subsistência do ‘coronelismo’, que se adapta, aqui e ali, para sobreviver, abandonando os anéis para conservar os dedos. (...) Parece evidente que a decomposição do coronelismo só será completa quando se tiver operado uma alteração fundamental da nossa estrutura agrária. (Idem, p. 284-5).

Vitor Nunes Leal conclui sua obra afirmando que “a estrutura agrária ainda vigente (em 1948) contribui para a subsistência do ‘coronelismo’, também o coronelismo concorre para a conservação dessa mesma estrutura”. (LEAL, 1997, p. 286, parênteses nossos).

Se analisarmos o ensaio que Bolívar Lamounier (1999) escreveu, a respeito da obra **Coronelismo, Enxada e Voto**, chegaremos a conclusões semelhantes. Analisando a obra de Leal, Lamounier também considera que o coronelismo começou a entrar em gradual crise a partir da Era Vargas, porém sua descaracterização dar-se-ia na década de 1950.

O coronelismo, como sistema proposto por Leal, advém de dois pilares: um político e outro econômico. O pilar político é o sistema representativo e o pilar econômico é a estrutura agrária. Segundo Leal, a crise do coronelismo, que se processa com mais força após 1930, é menos uma consequência da centralização do regime político do que pela urbanização ocorrida em maior ou menor grau por todo o Brasil, o que deslocou os votos para as cidades e diminuiu o peso eleitoral do mundo agrário. Se o pilar político podia ser modificado com mudanças na legislação, o pilar econômico só se modificou lentamente, a partir de um processo gradual de desenvolvimento da estrutura urbana e industrial.

Os fatores de crise que contribuíram para o fim do coronelismo, na década de 1950, segundo Lamounier são basicamente três: a urbanização, junto ao crescimento populacional; a extensão do sufrágio do voto, diluindo o eleitorado, e o fortalecimento gradual da sociedade civil. (LAMOUNIER, 1999, p. 292)

Nesse sentido, Leal afirma que “não é possível negar as perturbações que ultimamente vêm minando o sistema coronelista” (LEAL, 1997, p. 282). Se perturbações *vêm minando o sistema coronelista*, em 1948, é porque ele subsistiria ainda, na década de 1940.

Seguindo a esteira de Leal, concordamos com Carvalho, no sentido de que não se podem considerar como coronelismo as relações políticas com base nos meios predominantemente urbanos, a partir da década de 1950. Assim, desconsideramos a existência de um coronelismo ligado ao poderio dos grupos econômicos dos grandes centros urbanos (Idem, p. 276). As relações de barganha política realizadas nesse meio estariam identificadas ao clientelismo de matiz urbano, no qual os políticos negociam diretamente com seus eleitores, dispensando a mediação do coronel.

Se formos considerar a tese de que não há coronelismo após a década de 1930, criamos um vácuo conceitual problemático, para uma grande parte dos municípios do Brasil, onde ainda predominava a estrutura agrária tradicional. Na década de 1950, os votos advindos de regiões agrárias ainda influenciavam os pleitos federais, como nos estados das regiões Norte e Nordeste, onde se conservavam tal estrutura. Na tese de Leal, o coronelismo vai mingando lentamente. Podemos então, supor, que sua decadência atinge antes certas regiões que outras.

Assim, consideraremos durante o recorte temporal proposto – entre a Primeira República e os primeiros sete anos da Era Vargas – a existência de coronelismo no Ceará. Apesar da margem de centralização política, ocorrida na década de 1930 (GOMES, 1980), o regionalismo agrário sobrevivente engendrou as eleições de 1933, 1934, 1936 e a campanha de 1937, ainda configurando o sistema proposto por Leal.

Identificamos, portanto, o coronelismo a um momento específico da cultura política predominante das elites cearenses, durante o período tratado – sendo o clientelismo de matiz familiar (ainda não plenamente urbano) uma peça imprescindível para o funcionamento desse sistema.

Conforme Serge Berstein (2009, p. 41) coloca, o conceito de cultura política está longe de ser homogêneo e monolítico, sendo que seria mais pertinente se referir às “culturas políticas” de uma determinada realidade social. Diante de tal pluralidade, embora reconheçamos que a cultura política predominante no interior do Ceará sejam as relações clientelistas – configuradas dentro do sistema do coronelismo – não consideramos que este sistema seja exclusivo e sem críticas ou desvios.

Eis que enxergamos a narrativa do sapateiro Evaristo Lucena como indicativo dessa pluralidade de culturas políticas, cujo acesso “não resulta apenas da observação dos escritos mais articulados, mas também da reconstrução das ações, ou melhor, da sequência de ações que constituem um acontecimento” (GRAHAM, 1991, p. 212) – tal como a narrativa da participação política de um sapateiro e suas tensões com a elite política de sua cidade.

Para tal, neste trabalho, construímos uma narrativa prospectiva das experiências políticas de Mestre Evaristo e os principais políticos envolvidos em suas alianças e tensões, como o coronel Ananias Arruda (LEC) e o doutor João Ramos (PSD). Nesses dois últimos casos, realizamos também uma prosopografia referente ao modo da estrutura familiar local, e como ela estava atrelada ao sistema coronelista vigente, cuja atividade era mantida pelas práticas clientelistas em geral. Corroboramos assim com a afirmação de Heráclio do Rêgo de que não se pode estudar separadamente coronelismo e parentela. (RÊGO, 2008, p. 17)

Não podemos, assim, desprezar as influências que a parentela exercia sobre o sistema coronelista – pois era dela que resultavam os acordos políticos de cunho clientelista – o que fazia, na prática, da família a maior clientela de um coronel. A família extensa, ao olhar de Maria Isaura Pereira de Queiroz, estava além dos laços consanguíneos e se constituía através dos casamentos e das alianças de compadrio. A autora identifica dentro de uma grande família extensa duas divisões sociais: a alta parentela – composta pelos coronéis, doutores e altos comerciantes – e a baixa parentela – composta de trabalhadores rurais, integrantes de milícias e funcionários subalternos.

No tocante às altas parentelas de Baturité, além das trajetórias políticas de Ananias Arruda e João Ramos, realizamos uma análise das alianças parentais de suas respectivas famílias (Arruda e Dutra-Ramos). Nela, percebemos o alcance da política de clientela – que quase não distinguia as disposições parentais com as alianças políticas na cidade. A ascensão

social, tanto de João Ramos quanto de Ananias Arruda, ocorreu dentro do quadro de clientela familiar.

João Ramos casou com uma filha do coronel Alfredo Dutra – o político mais influente da cidade durante a Primeira República – prefeito por quinze anos, somados seus mandatos. Ananias Arruda casou com a sobrinha do pároco local, padre Manoel Cândido. Além disso, era cunhado de políticos provenientes de famílias tradicionais da cidade, que dividiam o poder com Alfredo Dutra. Assim, exemplificamos as altas parentelas da cidade em dois ramos familiares dominantes (principalmente após a década de 1930), que englobava outras famílias, como Catão, Taumaturgo – alinhado aos Dutra-Ramos –, Furtado e Proença (alinhado à família Arruda) e outras.

Dependentes economicamente das altas parentelas estavam as numerosas famílias da baixa parentela, cujos membros apenas ascendiam socialmente mediante a “ajuda” e “proteção” dos coronéis. Nesse tocante, realizamos também a biografia de uma geração de irmãos pertencentes à família Barros (principalmente Raimundo Barros Filhos). A família Barros era um exemplo de família de poucos recursos – baixa parentela – atrelada a diversas famílias da alta parentela, tanto de Baturité como de Fortaleza. Dentre as famílias “protetoras” da família Barros, mencionadas acima, encontrava-se a família Catão, tendo na figura do major Pedro Catão o “protetor” de Raimundo Barros Filho, que também era afilhado do coronel Luiz Ribeiro.

Através das trajetórias desses personagens, podemos perceber a reprodução das práticas clientelistas entre os membros das altas e baixas parentelas, dando jus a afirmação de que “a família era o motor para todas as promoções sociais” (MATTOSO, 1992, p. 76-7 apud RÊGO, 2008, p. 14-5). No entanto, havia diferenças entre os acordos envolvendo as duas parentelas. Entre as altas parentelas as vantagens eram maiores – como a oferta de altos cargos públicos ou alianças partidárias vantajosas. Já para a baixa parentela, os acordos clientelistas estavam na ordem da “proteção” e da “ajuda” – alugueis a preços baixos, oferta de empregos subalternos, na melhor das hipóteses, no funcionalismo público.

Além dos sujeitos históricos individuais citados acima, utilizamos a Igreja Católica como sujeito histórico coletivo. Traduzimos suas características e ideias a partir de documentos, como encíclicas papais, resoluções de cardeais, bispos e padres, o que a torna

um sujeito coletivo essencialmente complexo. A respeito dessa instituição religiosa que atuou no campo do político – achamos necessário tecer certas considerações.

Segundo Jessie Jane de Souza, uma tradição historiográfica⁶ tinha por modelo de estudo enquadrar a Igreja Católica automaticamente como um “aparelho ideológico do Estado”. Tal visão a desqualificava como instituição autônoma, com projetos distintos e independentes do Estado. Roberto Romano (1979) considera que a Igreja Católica tem um próprio “projeto político-teológico”, embasado numa doutrina teológica milenar – que faz sentido no plano do transcendente – dentro da mítica dos evangelhos. Assim, “este projeto não pode ser apreendido na política imediata, mas sim na tradição teológica da igreja (...)”, pois é baseado “numa verdade transcendente” (SOUZA, 2002, p. 25) por ela assumida.

Jessie Jane de Souza, baseada em Roberto Romano afirma que a Igreja Católica é uma instituição “multicelular que traz dentro de si variadas tendências culturais e políticas (...). No caso da política oficial, muito clara nos documentos e textos da hierarquia católica, nota-se a predominância conservadora” (Idem, p. 22). O conservadorismo da Igreja Católica é identificado como um sentimento de reação às suas perdas sofridas durante a Revolução Francesa e a laicização do Estado Moderno. Sua:

Ação conservadora surge pelo medo ao futuro, como resultado das revoluções burguesas (...). Ao ver-se apartada pelo Estado e questionada em seus dogmas mais importantes, (...) a Igreja Católica articulou diferentes mitos, fundamentados na idéia de uma grande conspiração que estaria sendo urdida contra o cristianismo por maçons, judeus, liberais e comunistas (Idem, p. 55 e 57).

Segundo Hobsbawm, “há pouca dúvida de que na metade do século XIX a prática religiosa declinou em toda parte” da Europa (HOBSBAWM, 2000, p. 59). O estado de calamidade social trazido pela sociedade fabril, juntamente com a difusão das filosofias secularistas (socialismo, evolucionismo, darwinismo, positivismo), eram fatores de peso para esse declínio. A ponto de um sacerdote francês ter afirmado que “a introdução de uma fábrica traz descristianização” (HILAIRE, 1964, p. 65 apud HOBSBAWM, 2000, p. 61). A Igreja, assim, perdia seus fiéis por encontrar-se alheia às mudanças sociais ocorridas com o advento

⁶ Jessie Jane de Souza aponta estudos que “apresentam a Igreja Católica como parte de uma maquiavélica estratégia do Estado, que usava o suporte ideológico emprestado pela instituição, encarada como aparelho ideológico estatal” e que não consideravam a Igreja como “condição de corpo místico”. Entre os principais autores dessa vertente historiográfica, ela cita Edgar Rodrigues (1969), José Albertino Rodrigues (1966), Berenice Cavalcanti Brandão (1975), entre outros. (SOUZA, 2002, p. 25-38)

da sociedade fabril. Estava mais ocupada em exigir obediência, tanto dos poderes temporais quanto dos operários em suas manifestações por melhores salários e condições de trabalho – e criticar a sua posição perdida, com o advento das doutrinas liberais.

No final do século XIX, principalmente durante o pontificado de Leão XIII, a Igreja viu a necessidade de ressignificar sua postura conservadora frente aos Estados liberais e à situação calamitosa da sociedade fabril – despertando para a chamada “Questão Social”. A encíclica *Rerum Novarum*, promulgada pelo papa aludido, exortava a Igreja como portadora de uma “nova modernidade”. Através de uma proposta de harmonia social, reconhecia os poderes do Estado laico, e a via como parceira em potencial para sanar os males do capitalismo liberal.

A encíclica, que ficou conhecida como a carta dos trabalhadores católicos inaugurou oficialmente o movimento do Socialismo Cristão – ou Catolicismo Social. Era uma proposta baseada na harmonização das relações entre patrões e operários, entendendo que a exploração capitalista provocava males consequência de uma sociedade descristianizada. A encíclica entendia que os problemas da “Questão Social” advinham do egoísmo e ambição de patrões descristianizados e alheios aos problemas dos operários. Para o Catolicismo Social, era necessário que os patrões conservassem a integridade física e psicológica de seus trabalhadores com salários justos, que lhes dessem a condição de sustentar suas famílias e elevá-los à condição de proprietários. O principal meio de difusão do Catolicismo Social foram os vários movimentos conhecidos genericamente como “Ação Católica”, que atuou em vários países, inclusive o Brasil.

Os Círculos Operários Católicos surgiram fruto desse projeto político-teológico da Igreja, embora contivesse um teor conservador predominante, “colocava-se a serviço de um projeto de transformação política e social, ainda que nos parâmetros do capitalismo a ser levado a cabo pelo Estado e pelas classes produtoras”. (SOUZA, 2002, p. 276). O primeiro Círculo Operário no Brasil foi fundado em 1915, na cidade de Fortaleza por iniciativa de um padre holandês que deparou com o crescimento desenfreado de trabalhadores urbanos na cidade, em decorrência das migrações causadas pela longa estiagem.

As secas (a partir de 1877) geraram uma ruptura brusca nas relações de trabalho do Nordeste brasileiro: a esterilidade do solo, forçosamente obrigava milhares de dependentes e pequenos proprietários a abandonarem suas terras. Eles saíam à procura de postos de trabalho

em cidades, como Fortaleza, Aracati, Sobral e nas cidades ao longo da Estrada de Ferro de Baturité e proximidades (Pacatuba, Redenção, Maranguape e Baturité). Desse modo, muitos coronéis tiveram que deixar, à própria sorte, grande parte de suas baixas parentelas. Milhares de camponeses e trabalhadores rurais transformaram-se em retirantes, convergindo para as cidades aludidas anteriormente,⁷ onde esperavam encontrar serviço, ou alguma forma de sustento, concorrendo para a ampliação do espaço urbano e suburbano dessas cidades. (NEVES, 2000, p. 84-90; ARRUDA, 2007, p. 28-34)

Com a volta das chuvas, a maior parte da população de retirantes retornava às suas respectivas terras, reatando-se muitas vezes às suas antigas parentelas, ou formando novas relações de parentesco. No entanto, uma parcela deles se estabelecia, formando zonas suburbanas ou bairros intersticiais nessas cidades. No caso de Baturité, durante a década de 1920, a população de trabalhadores se aglomerou no distrito-bairro do Putiú, onde a estação da estrada de ferro e uma fábrica de beneficiamento de algodão aumentavam as possibilidades de emprego.

Os Círculos Operários se espalharam pelo interior do Ceará na década de 1920, exatamente nas cidades aludidas.⁸ No caso de Baturité, o movimento representou uma alternativa para dezenas de trabalhadores rurais vindos das regiões do Ceará mais atingidas pelas secas – apartados ou semi-apartados de suas parentelas. Estes viram nos benefícios sociais que os Círculos Operários ofereciam um modo de contornarem a ausência de direitos ou garantias sociais – tanto nos seios das parentelas, como por parte do Estado Nacional. A Igreja, desse modo, dava continuidade a seu projeto político-teológico – oferecia uma alternativa organizativa ao trabalhador urbano e rural, para aliviar seu estado de penúria, ou mesmo angariar margens de participação política. Em contrapartida, mantinha-o afastado tanto da propaganda socialista quanto das influências de um catolicismo de cunho popular, não aceito pela Igreja Católica romana.

Achamos necessário ponderar tais considerações, pois o projeto (“político-teológico”) social da Igreja, fomentado por meio dos Círculos Operários Católicos, foi apreendido, tanto

⁷ Outros destinos eram a região Amazônica ou centros urbanos mais distantes, como São Paulo e Rio de Janeiro.

⁸ Até 1930, havia nove Círculos Operários no interior do Ceará; entre 1931 e 1937 surgiram mais onze; totalizando vinte associações operárias católicas em suas respectivas cidades. Durante o período do Estado Novo, foram fundados mais dezesseis Círculos. Tudo indica que o período de Redemocratização (1945-1964) foi o de maior efervescência dos Círculos Operários no Ceará, pois foram fundadas mais quarenta e nove Círculos Operários – número maior que em todos os períodos anterior somados.

pelo coronel Ananias Arruda – no campo do patronato – quanto por Mestre Evaristo – no campo dos trabalhadores. E serve para que pensemos os alcances e os limites da suposta harmonia entre trabalhadores e patrões dentro dos Círculos Operários. Se por um lado Evaristo Lucena aceitou e apoiou o projeto social da Igreja Católica – ao assumir a presidência do COC, e como figura mediadora entre o patronato local (os coronéis) e a camada de trabalhadores urbanos nascentes – por outro lado, tal apoio não ocorreu sem condicionantes, como demonstraram seus conflitos posteriores.

Os Círculos Operários foram a primeira experiência de cunho associativo para centenas de trabalhadores da capital e do interior do Ceará. Para muitos, pôde ter servido como um lugar para angariar novos espaços políticos, como ocorreu com Evaristo Lucena. Nos grandes centros urbanos, onde as associações e os sindicatos operários de vários matizes já proliferavam desde fins do século XIX, a experiência associativa era mais contundente – e enunciava uma cultura política distinta da vivida pelas elites políticas de então. No Ceará, os primeiros passos dessa cultura política – de cunho associativo – já se davam, desde o final do século XIX, com a ocorrência da greve dos trabalhadores da Estrada de Ferro de Baturité em 1892. Em Fortaleza, ela se substanciaria com a fundação da Sociedade Deus e Mar, em 1904. Esta foi a primeira associação operária de Fortaleza – surgida numa greve de catraieiros em oposição ao presidente do Estado, Nogueira Accioly. (MORAES, 2011, p. 2) Como seu nome sugere, esta associação já mantinha ligações com a Igreja Católica, que intermediava as relações entre patrões e governo estadual.

No interior, os ares (mesmo que rarefeitos) dessa nova cultura política puderam ser sentidos a partir da década de 1920 com as fundações dos diversos Círculos Operários filiados ao de Fortaleza. Era a vez de centenas de trabalhadores urbanos e rurais terem a oportunidade ímpar de, pela primeira vez, experimentarem o contato com a cultura associativa, o que fazia dos Círculos Operários nessas cidades, um lugar de aprendizado político, semeador de novas experiências e saberes.

Nesse sentido, enxergamos a Primeira República, a partir dos estudos de Angela de Castro Gomes (2009), como um período profícuo de experiências políticas de cunho popular. Não obstante o caráter excludente do sistema coronelista – em termos de garantias a direitos políticos e sociais emanados do Estado – é certo que havia liberdade associativa, principalmente nos grandes centros urbanos e nas pequenas cidades que se urbanizavam.

Embora a maioria da população estivesse excluída do exercício do voto, este não era o único instrumento de expressão política possível.

As abordagens tradicionais, sobre a Primeira República, enxergavam a participação política somente no âmbito das instituições, gerando uma visão monolítica e desqualificadora sobre as ações políticas de cunho popular. A narrativa das experimentações políticas de Evaristo com a elite de sua cidade é importante, sobretudo, para que possamos compreender como era esse universo político popular o qual Gomes retrata, e como esse universo foi enquadrado, modelado e tutelado pelo Estado Novo.

Segundo a autora, a ideia de que não havia espaço político para as forças populares, durante aquela fase da história do Brasil, foi uma construção dos intelectuais autoritários, que se transformaram nos principais ideólogos do Estado Novo. Eles foram responsáveis pela propagação de uma “fórmula mental” desqualificadora (GOMES, 2009, p. 1), que desconsiderou toda uma gama de participação política popular ocorrida nesse período. Assim, as resoluções do Estado Novo – juntamente com outros fatores – pareceram ter transformado as relações de trabalho de Evaristo Lucena: de ativista político (*status* conseguido a partir de suas atividades artísticas) passou a ser um trabalhador comum de carteira assinada.

Isso mostra que, se por um lado, a Era Vargas – ou o Estado Novo especificamente – favoreceu milhares de trabalhadores, com a conquista de direitos sociais, por outro lado interrompeu uma ampla participação popular de uma variedade de associações independentes, existentes na Primeira República. Essas associações, inclusive, de alguma forma, supriam essa demanda por esses mesmos direitos. A Era Vargas (principalmente o Estado Novo) tutelava para si a vanguarda dessas demandas. Sua tutela, através de ações políticas do Estado, voltadas para o campo do popular, estava compreendida, inclusive, na oficialização da uma música popular, surgida na Primeira República.

Neste ponto, também é necessário tecer uma diferenciação, dentro da Era Vargas, entre o período 1930-1937 e o Estado Novo (1937-1945). Vavy Pacheco Borges mostra como, por muito tempo, a historiografia brasileira considerou a Era Vargas como um bloco monolítico – como se a conjuntura política que propiciou o Estado Novo estivesse dentro de um processo único e inevitável, desencadeado a partir do Governo Provisório e, posteriormente, do Governo Constitucional. (BORGES, 1998, p. 170-1)

A autora indica outra abordagem de análises, que considera a Era Vargas no campo das possibilidades, e apresenta uma historiografia que vê nela uma constelação de movimentos políticos diversos. Além do surgimento de diversos partidos políticos, alguns deles atuantes em nível regional (como no modelo da Primeira República) e outros com tendência a se tornarem partidos nacionais.⁹

A percepção de uma historiografia mais recente sobre a variedade de projetos políticos durante os anos 1931-1937 propiciaram uma mudança de visão acerca da Era Vargas (do monolítico ao plural), o que Edgar De Decca metaforizou como uma passagem “da régua para o caleidoscópio” (Veja, 24 jul 1981 apud BORGES, 1998, p. 180). Essas novas visões – caleidoscópicas – geraram um leque de novas perspectivas e abordagens acerca desse período. Elas fizeram os estudiosos refutarem a ideia de que os acontecimentos que levaram ao Estado Novo fizeram parte de um processo único e inevitável.

Já, em relação à Primeira República, como vimos, o ideia monolítica estava ligada à generalização de que não havia lugar para participação política popular. Os analistas viam os processos eleitorais, compreendidos pela fraude, pelo voto de cabresto e pelos acordos familiares, como fenômenos gerais e exclusivos desse período da história do Brasil. Assim, a constelação de possibilidades e projetos políticos relatados durante os anos 1930-1937 era também uma realidade da Primeira República, compreendidos na pluralidade de associações de diversos matizes.

Evaristo Lucena – em meio ao universo caleidoscópico de projetos políticos para o Brasil – iniciou suas experiências de cunho político na década de 1920, radicalizando suas ações, no período de 1935 em diante. Durante a Era Vargas, se a polarização, diante dessa constelação de projetos, exemplificava-se melhor pelas atuações da Ação Integralista Brasileira e da Aliança Nacional Libertadora, a radicalização política de Evaristo Lucena teve, ao menos, contornos anti-integralistas. Foram nesses anos de intensa agitação (1935-1937), que Evaristo Lucena aprofundou sua participação política no jogo de alianças e disputas entre os coronéis da sua cidade, pelo menos até quando Estado Novo interrompeu as práticas políticas no âmbito do Poder Legislativo e, conseqüentemente, com sua vida política.

⁹ Angela de Castro Gomes, na introdução de **Regionalização e Centralização Política** (1980), defende a ideia de que os partidos políticos, que compunham a constituinte de 1934, estiveram sob uma dicotomia tácita (não maniqueísta), entre regionalização, representando a continuidade de antigos grupos políticos (ou as oligarquias); e a centralização política, representado pelos tenentes e interventores (Idem, p. 33). Além disso, nesta mesma introdução, Gomes já assinala as possibilidades de continuidades e descontinuidades políticas do período entre 1930 e 1937, cuja marca seria a instabilidade (Idem, p. 25).

Isso mostra que a importância das atividades (silenciadas) de Evaristo não é um mero fetiche teórico-metodológico concernente à “retomada da ‘memória dos vencidos’ (que por vezes adquiriu um irritante caráter de modismo...)” (BORGES, 1998, p. 181). A narrativa das atividades de Evaristo Lucena não se esgota em si mesma, pelo contrário; ela é reveladora de um universo político mais amplo, que envolvia uma complexa elite agrária, com seus conflitos e interesses, bem como outras facções políticas geradas em áreas citadinas que se dedicavam às atividades comerciais ou fabris. Em outras palavras, ela é reveladora da existência de uma cultura política distinta daquela vivida pela elite política de sua cidade.

As principais fontes que nos possibilitaram a reconstituir os rastros deixados por Evaristo Lucena e os outros personagens aqui pesquisados – Ananias Arruda, João Ramos e Raimundo Barros Filho – estão reunidas no Museu Comendador Ananias Arruda, localizado em Baturité; na Biblioteca Pública Menezes Pimentel e no Instituto Histórico e Antropológico do Ceará, ambos em Fortaleza.

Do Museu Comendador Ananias Arruda, pesquisamos os volumes do jornal **A Verdade**, de 1918 a 1937, o **Livro de Atas da Fundação do Círculo Operário de Baturité** e o depoimento de Miguel Edgy Távora Arruda, sobrinho de Ananias Arruda, em doze fitas cassete, intitulado **Relembrações** – lampejos de minhas memórias, divulgado em 1991. A Biblioteca Pública e o Instituto Histórico nos forneceram anuários e almanaques, sendo que o último contém documentos referentes à história de Baturité, escritos por Pedro Catão e Luís Sucupira.

Além de museus e arquivos oficiais, recorreremos aos arquivos privados dos seguintes senhores: Roberto Lucena, neto de Evaristo Lucena; Mário Mendes Júnior, neto do major Pedro Mendes Machado, figura de relevo na cidade durante a década de 1920, pertencente à família Mendes-Maciel, e Edson André de Andrade, radialista de Baturité, filho de Francisco Andrade, mecânico pertencente ao Círculo Operário na época de Evaristo Lucena.

No arquivo privado de Roberto Lucena, tivemos acesso a uma carta escrita por Evaristo Lucena sobre sua saída do Círculo Operário, além de sua carteira de trabalho. Conversei longamente com Roberto Lucena em julho de 2011 sobre as atividades artísticas e políticas de avô. Mário Mendes Júnior nos disponibilizou diversas fotografias de Baturité da época, mapas genealógicos e uma autobiografia escrita por Raimundo Barros Filho – **Mundim de Baturité**. Traquinices e traquinadas – um dos personagens tratados nesse

trabalho. Ainda há um movimentado *blog*¹⁰ mantido pelo senhor Mário Mendes Júnior, sobre a história de Baturité, onde ele publica diversos artigos de sua autoria ou de outras pessoas interessadas em escrever sobre a cidade.

No arquivo privado de Edson André de Andrade encontramos algumas obras raras escritas por Pedro Catão, além de poesias e matérias de jornais referentes à Baturité, concernentes ao período em que pesquisamos.

Usamos como fonte subliminar também quatro obras literárias: **Monte Mor**, **O tronco do ipê**, **O auto da Compadecida** e **O coronel e o lobisomem**. O primeiro, escrito por Almir Gomes, narra a história de Baturité de modo fictício, trocando nomes de personagens, retrata a vida de um certo coronel João Ramalho e seu poder na cidade, cognominação de João Ramos no romance. **O tronco do ipê** retrata a política de apadrinhamento entre os grupos políticos do Período Imperial, denunciando o clientelismo familiar existente. **O coronel e o lobisomem** retrata a decadência econômica de alguns coronéis frente à burocratização do Estado e o prestígio dos bacharéis. **O Auto da Compadecida**, de Ariano Suassuna, que retrata as astúcias de dois sertanejos (elementos populares) para sobreviver e burlar o coronelismo vigente.

Nossa opção metodológica com essas fontes e na construção de nossa narrativa histórica prioriza as reduções de escala, tributário da chamada Micro-história italiana (LIMA, 2006). Procuramos compreender em que meio político e cultural se sustentavam as relações políticas entre os diversos sujeitos históricos pesquisados: Mestre Evaristo Lucena, coronel Ananias Arruda, doutor João Ramos e Raimundo Barros Filho, além de outros personagens, também envolvidos na trama política daquele universo político local. As ferramentas utilizadas pela micro-história são reveladoras do universo interpretativo intencional dos sujeitos atuantes nesse trabalho, o qual perscrutamos utilizando a técnica da *microanálise*.

Edoardo Grendi, influenciado pela história social da década de 1950 e pela antropologia cultural da década de 1960, cunhava o conceito de *microanálise* em meados da década de 1970, em seus estudos seriais e demográficos nas cidades da região da Ligúria – principalmente Gênova.

¹⁰ MENDES JÚNIOR *Maninho do Baturité*. Um pouco da história da cidade de Baturité/CE e seus filhos. [Fortaleza]. Disponível em: <<http://www.maninhodobaturite.com.br>>. Acesso em: 04 mar. 2013, às 15:02.

O termo *microanálise* de Edoardo Grendi se volta para espaços circunscritos, pois visa a “colher a ocasião e reconstrução da sociedade na totalidade dos seus aspectos, possível apenas assumindo a dimensão reduzida do campo de investigação”. (GRENDI, 1976, p. 890, apud, LIMA, 2006, p. 108). Ou seja, mantém-se aqui também a relação metonímica da “parte” que revela o “todo”, apontado por Ginzburg; pois é uma análise circunscrita e microscópica, mas que elucida processos históricos amplos e globais.

Neste estudo, nos propusemos a realizar os três primeiros tipos de biografia classificados por Levi acima, dentro do quadro dos quatro sujeitos biografados, que receberam uma análise mais predominante: Evaristo Lucena, Raimundo Barros Filho (pertencentes às baixas parentelas), Ananias Arruda e João Ramos (pertencentes às altas parentelas).

Dentro da tipologia acima, nos parece que a biografia de Evaristo Lucena encontra-se na divisão de *casos extremos*. Primeiro, por ter sido uma figura popular na presidência de um Círculo Operário Católico – quando as pesquisas demonstram que os presidentes dessas agremiações eram geralmente pertencentes ao patronato – segundo, por sua oposição inusitada no COC frente ao integralismo, no momento em que estava tendo relativo sucesso político com a LEC. Suas ações dão indícios de que ele era portador de uma cultura política peculiar na cidade, talvez, associativo – mais crescente nos grandes centros urbanos. Mestre Evaristo não estava atrelado a nenhuma parentela, portanto estava predominantemente fora dos circuitos das clientelas – mas não por isso imune às suas influências. Seu sucesso político deveu-se por sua popularidade artística, seus negócios como sapateiro e coadunação com os princípios do Catolicismo Social – pelo menos até 1936, quando se afastou da presidência do Círculo Operário.

Já as biografias de Ananias Arruda, João Ramos e Raimundo Barros Filho estão dentro da *biografia de contexto*. Embora cada personagem seja distinto, elas enunciam a política de clientela familiar, condizente ao sistema coronelista. Ananias Arruda e João Ramos, em acordos de altas parentelas e Raimundo Barros Filho, pertencente às baixas parentelas, mas ainda clientela das grandes famílias de sua cidade.

A reunião dessas biografias juntas nos convida a fazer também uma *prosopografia* ou uma *biografia modal* dessas principais famílias, em relação as suas estruturas familiares e seu engendramento às práticas clientelistas em vigor. Lawrence Stone, em “*Prosopography*”,

afirma ser ela “*the investigation of the common background characteristics of a group of actors by means of a collective study of their lives.*” (STONE, 1971, p. 46) E aponta que houve duas escolas prosopográficas: uma que se remetia a trajetória e vida de “grandes homens” e das elites através de suas ações políticas; e outra que abandonou a perspectiva elitista e passou a coletar dados quantitativos de uma prosopografia de massas anônimas, numa perspectiva mais próxima da história social que da política.

Ginzburg apresenta o artigo “*Prosopography*” de Stone em “*O Nome e o Como*”. Nele, o autor dá o parecer de que a proposta ideal seria “combinar a óptica não elitista da segunda corrente com a análise particularizada da primeira” (GINZBURG; PONI, 1989, p. 176). A grande dificuldade quanto a isso é que, ou se tem um *corpus* documental pouco significativo referente a uma mesma massa anônima, em atividades “normais”, ou se tem uma documentação excepcional, que traz a luz alguma atividade também excepcional de algum representante das classes populares.

Tal ambiguidade nos remete ao termo “excepcional-normal”, cunhado por Grendi, que “se referia ao caráter ‘excepcionalmente normal’ possuído por alguns documentos que testemunhavam indiretamente sobre um cotidiano normal e mal documentado”. No caso, o que é excepcional, a documentação que permitiu chegar a esse sapateiro, ou o próprio sapateiro? A imprecisão do termo remete também à ambiguidade existente nos estudos de membros de classes subalternas, pois, dificilmente uma cultura escrita consegue captar e absorver as atividades cotidianas normais destas pessoas, mas que excepcionalmente, não se acabaram nas memórias ou deixaram rastros documentais.

Na pesquisa do sapateiro frente a uma elite de proprietários rurais e comerciantes, o paradigma indiciário foi largamente utilizado na falta de documentações diretas. Só restou-nos (por um tempo) a fazer conjecturas residuais (interpretativas), que foram confirmadas quando posteriormente tivemos acesso a outros tipos de documentações mais diretas, vindas a partir do neto de Evaristo Lucena. Isso mostra que o uso criterioso do paradigma indiciário pode levar a resultados heurísticos e interpretativos bastante satisfatórios.

O uso do indiciarismo é análogo a um quebra-cabeça interpretativo, cujas peças só podem ser montadas através de traços documentais diretos, pois “reconstruir aquilo que não deixou traços documentais implica uma sorte de aposta metodológica.” (GINZBURG, 1980,

p. 11 apud, LIMA, 2006, p. 344). Assim, “a pertinência de cada peça com o conjunto deve ser decidida (...) pelo contexto” (LIMA, 2006, p.352).

É necessário certo “controle” das conjecturas para que não se caia em “meros delírios interpretativos,” (Idem, p. 358) procurando pesar a “tensão entre hipóteses verossímeis (indícios hermenêuticos e analíticos) e dados empíricos (conhecimento direto, dado pela tradição),” numa “combinação entre dados seguros e conjecturas – entre ‘provas’ e ‘possibilidades’”. Contextualizar os indícios significa ter a consciência de que:

A análise microhistória é bifronte. Por um lado movendo-se numa escala reduzida, permite em muitos casos uma reconstituição do vivido impensável noutros tipos de historiografia. Por outro lado, propõe-se a indagar as estruturas invisíveis dentro das quais aquele vivido se articula. (GINZBURG; PONI, 1989, p. 177-8).

Quando pesquisamos as biografias e intenções do sapateiro Lucena e outros personagens, estamos fazendo micro-história, e inclinamo-nos para o método hermenêutico de investigação; mas quando adequamos seu modo de vida e suas práticas a contextos estruturais e categorias mais amplas – como mandonismo, coronelismo e clientelismo –, pensamos caminhar numa direção estrutural-morfológica, que nos aproxima mais da sociologia política, ou do método analítico de contextos. (RÜSEN, 2007a, p. 101-154)

Como Ginzburg, Levi também considera, de algum modo, uma mediação entre as intenções dos sujeitos históricos e o contexto social no qual estão inseridos, ao afirmar que “não se pode negar que há um estilo próprio a uma época, um *habitus* de experiências comuns e reiteradas”. Por outro lado, o mesmo autor afirma que “para todo indivíduo existe também uma considerável margem de liberdade que se origina precisamente das incoerências dos confins sociais e que suscita a mudança social”. (LEVI, 2006, p. 181).

Acreditamos que trabalhar com três das quatro modalidades biográficas classificadas por Giovanni Levi nos faz tender a evitar, mesmo que parcialmente, o que Bourdieu chama de “ilusão biográfica”. Essa “ilusão” deriva de as biografias trazerem uma carga ascendente, em linha reta, dos eventos relatados, a modo de um *curriculum vitae* ou uma “biografia oficial”, como se as vidas dos biografados não fossem repletas de incerteza e vicissitudes ou suas decisões sempre fossem coerentes e racionais. (BOURDIEU, 1996, p. 184 e 188)

Não pensamos que assim, estaremos imunes completamente aos aspectos ilusórios intrínsecos aos trabalhos biográficos – reconhecemos a carga de linearidade factual que

permeia nosso trabalho. No entanto, amenizamos esses aspectos ao apresentar contextos e planos distintos das vidas dos personagens pesquisados. Por exemplo: Ananias Arruda não era político profissional durante a Primeira República, e pelos seus escritos, nem esperava sê-lo, todavia, as mudanças de contexto gerado pelos anos 1930, fizeram-no mudar os rumos de seu projeto inicial. O mesmo ocorreu com Evaristo Lucena – é provável que na década de 1920 ele não imaginasse que se encontraria em disputas com seus próprios aliados dez anos depois.

Não encontramos assim necessariamente uma lógica racional de ações em relação às atitudes de nossos biografados, entre os períodos aqui tratados. De forma que há um coronel Ananias Arruda na Primeira República – o católico apartidário que se recusava a entrar nas disputas políticas da “República Athéa” – e outro na década de 1930 – político autoritário, cujas práticas políticas eram versadas nos preceitos da Ação Católica. Da mesma maneira que há um Evaristo Lucena na Primeira República – um líder do associativismo operário católico em relativa harmonia com os representantes do catolicismo de sua cidade – e outro após a Revolução de 30 – com opiniões ideológicas a ponto de fazê-lo romper os laços que mantinha com a Igreja Católica e afastar-se das atividades do Círculo Operário Católico.

Organizamos o nosso trabalho biográfico e prosopográfico em três capítulos. No primeiro capítulo – O mundo de Evaristo Lucena: um modo de fazer política – priorizamos uma narrativa das experiências políticas de Evaristo Lucena, juntamente com análises referentes à política social da Igreja Católica, da qual ele participava. Nesta narrativa, também exprimimos os principais conflitos envolvendo o sapateiro Lucena e o coronel Ananias Arruda e seu envolvimento com outros políticos, como João Ramos.

No segundo capítulo, Os coronéis: a alta parentela de Baturité – fornecemos um mapa prosopográfico das principais famílias da cidade e suas alianças políticas. Nesse mapa, mostramos a relação estreita que existia entre parentela e política, o que alimentava as práticas do clientelismo familiar existente dentro dos quadros do sistema coronelista. Fazemos uma narrativa da constituição familiar das duas principais famílias de Baturité nas décadas de 1920 e 1930: Dutra-Ramos e Arruda. A primeira deteve a primazia na cidade durante a Primeira República, já a segunda ascendeu como uma das principais famílias na década de 1930. No entanto, ambas se valeram de recursos clientelistas, empregando seus correligionários nos cargos públicos do município e favorecendo politicamente seus aliados – familiares e afins de suas parentelas.

No terceiro capítulo – Os trabalhadores: a cultura política popular de Baturité, procuramos elaborar uma prosopografia popular de Baturité (mesmo que incompleta). Aqui nós analisamos os exemplos da baixa parentela, distinguindo-as entre aquelas ainda atreladas às altas parentelas dos coronéis daquelas independentes das altas parentelas. Dentro do primeiro exemplo está a família de Raimundo Barros Filho. Já dentro do segundo se encontra a família de Evaristo Lucena. Vemos neste capítulo também como se formou a camada de trabalhadores urbanos de Baturité e o papel do Círculo Operário Católico na constituição de uma cultura associativa na cidade, juntamente com os conflitos políticos envolvendo Evaristo Lucena e Ananias Arruda. No fim desse capítulo discutimos o uso do conceito clientelismo nas relações políticas entre Evaristo Lucena, Raimundo Barros Filho e os coronéis de Baturité.

Por fim realizamos uma discussão sobre a formação da cidadania dos personagens tratados, subsumidos entre os conflitos de culturas políticas em questão. A cultura política das elites – baseada nas relações clientelistas – e uma nova cultura política – que se formava lentamente por meio dos sindicatos, associações, clubes políticos e partidos. Estas instituições populares propiciaram um processo de aprendizagem política, interrompido depois de 1937, com o advento do Estado Novo, que passou a tutelar para si a concessão da maioria das pautas de reivindicação dessas associações durante a Primeira República.

Capítulo 1 – O Mundo de Evaristo Lucena: um modo de fazer política

Este capítulo tem como principal objetivo narrar as vivências políticas de Evaristo Xavier de Lucena (Figura 1) entre o início da década de 1920 até 1937. Este sapateiro é uma das figuras históricas reveladoras de uma considerável participação política popular durante a Primeira República, no estado do Ceará.

Figura 1 – Fotografia de Evaristo Lucena



Fonte: **A Verdade**, 28 out 1934, p. 4

Não obstante os preconceitos sofridos pela sociedade da época, quanto a sua origem social e étnica, Evaristo conseguiu alcançar projeção social como presidente do Círculo Operário Católico (COC) na década de 1920, em Baturité-CE. Na década de 1930, aprofundaria o alcance de seus horizontes políticos com a participação na Liga Eleitoral Católica (LEC) e posteriormente – na conjuntura de seu rompimento com a elite católica local – no Partido Social Democrático (PSD). Sob a legenda do PSD, foi eleito vereador em 1936,

realizando um mandato repleto de restrições e que durou pouco tempo – foi interrompido em novembro de 1937, pelos dispositivos do Estado Novo.

Embora esta seja uma narrativa restrita à cidade de Baturité, as experiências políticas de Evaristo Lucena foram indicativas do que ocorriam geralmente nos pequenos centros urbanos em formação pelo Brasil, em que a música popular e a vida artística eram o elo principal que ligava a população e a participação política. (GOMES, 2009, p. 3-14).

Assim, articularemos junto à narrativa de Evaristo, as trajetórias políticas da Igreja Católica como instituição, bem como a difusão do ideário do Catolicismo Social. Além de um retrato das organizações partidárias que influenciaram o sapateiro na década de 1930.

1.1. Círculos Operários e participação popular na Primeira República

Angela de Castro Gomes escreveu uma instigante apresentação para um dossiê sobre Primeira República, na qual analisa as possibilidades de se realizar pesquisas a respeito da participação popular na “Nova ‘velha’ República” (GOMES, 2009). Segundo a autora, a Primeira República, a partir de uma tradição surgida com o Estado Novo, foi acusada de ser um período inócuo de atividades políticas populares: visão que se generalizaria com a produção historiográfica das décadas seguintes (Idem, p. 3).

Contrariando tais interpretações, a autora exprime a importância dos “variados tipos de associativismo, (que foram) desqualificados como ineptos e/ou desnecessários” (Idem, p. 3, parênteses nossos) pela historiografia política surgida no Estado Novo. Estas considerações geraram uma “fórmula mental”, desqualificadora das atividades políticas, que poderiam ter contornos populares na Primeira República. Mediante esse artifício, tão bem empregado pelo regime autoritário do Estado Novo, a desqualificação seria repetida pelos estudos posteriores, sejam de estudiosos politicamente inclinados para a direita ou para a esquerda.

Defendendo outra visão, Gomes demonstra o quanto tais associações e organizações poderiam ter sido representativas, em se tratando das populações marginalizadas politicamente, pois significavam “expressão e demanda de direitos que eram, ao mesmo

tempo, civis e políticos, (...) inclusive (...) dos novos direitos sociais, que se tornavam mais conhecidos e desejados”. (Idem, p. 1 e 4). Além dessas associações, a autora destaca o surgimento da música popular como manifestação cultural e política. Surgiram “desde pelo menos o final do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, os maxixes, os lundus, os sambas e as modinhas ao violão” (Idem, p. 11). É importante vislumbrar o alcance político dessas manifestações culturais populares, e o quanto as numerosas bandas de músicas que iam surgindo poderiam participar e influenciar o jogo político.

Percebemos, assim, pelos escritos de Gomes, como as bandas musicais também eram importantes instrumentos políticos em dia de eleição: “Afinal, o dia de eleição era (...) um dia de alegria, encontros e disputas – um dia de festa na avaliação (de Raimundo de Ataíde)¹¹ – para muitos ‘matutos’ que também participavam, a seu modo, daquele espetáculo cívico-cômico” (GOMES, 2009, p. 7-8, parênteses nossos).

Se as eleições eram caracterizadas como dia de festa, depreende-se que as bandas musicais constituíram-se em atrativos delas (eleições-festa), pois eram responsáveis pela execução das músicas que as animavam. Dentro dessa perspectiva, há uma ligação direta entre as atividades musicais populares – que podiam “representar a nação e disputar e ganhar espaço e mercado na vida cultural e política na Primeira república” (Idem, p. 13) – e as eleições – “fundamentais para uma relativa, mas estratégica, circulação de elites, introduzindo na cena política um mínimo de competição e renovação” (Idem, p. 7).

Os estudos políticos anteriores, que costumavam ignorar estes aspectos da Primeira República, terminaram por ofuscar ou omitir essa margem de participação popular:

Silenciando toda uma variada e numerosa gama de formas de participação política e cultural, ocorridas nesse espaço de tempo (...). Assim, podemos afirmar que ainda se desconhece, basicamente por falta de estudos, uma rica movimentação de atores (...) empreendidas no campo da participação política... (Idem, p. 4)

¹¹ Raimundo de Ataíde foi responsável pela produção da fonte analisada por Angela de Castro Gomes, que se referia ao dia de eleições como um dia apenas de festa para a população, que se apresentava distante das atividades políticas. Segundo a autora, são visões como essas, geradas durante o Estado Novo, que contribuíram para desconsiderar a Primeira República como um período politicamente vivido pela população.

O sapateiro e músico Evaristo Lucena – sapateiro politizado¹² – é um exemplo destes atores políticos populares da Primeira República, silenciados pelo Estado Novo. Assim, nas experiências de Evaristo Lucena, a partir de suas atividades musicais e de ofício, passou a ser o presidente do Círculo Operário Católico de sua cidade na década de 1920. Em decorrência destas atividades associativas e católicas entrou em disputas políticas e partidárias após 1932.

No ano de 1919, Evaristo Lucena era relativamente famoso na cidade, por ser proprietário da “Sapataria Evaristo”. Em 1922, durante as comemorações do Centenário da Independência em Baturité, já era reconhecido como “artista” pelas elites de sua cidade.¹³ No ano seguinte, formou uma banda de música, da qual se tornou patrono, que possivelmente cumpria os papéis políticos apresentados por Gomes (2009). Em 1924, assumiu a presidência do Círculo Operário Católico de Baturité (o quinto do Brasil).¹⁴

Os Círculos Operários eram associações de trabalhadores católicos, coordenadas pelo alto clero da Igreja Católica, e, na maioria das vezes, tinham à frente de suas administrações elites políticas e econômicas integrantes do “laicato católico”.¹⁵ Sua ação baseava-se na doutrina social da Igreja Católica, inaugurada oficialmente com a encíclica *Rerum Novarum*, promulgada pelo papa Leão XIII. Em Baturité, o COC foi fundado pelo monsenhor Manoel Cândido, que desempenhou a função de guia espiritual e autoridade máxima da instituição. O peso da popularidade artística de Evaristo Lucena, aliado à sua profissão e religiosidade católica,¹⁶ fê-lo presidente do Círculo Operário Católico entre 1924 e 1936. Juntamente com a

¹² A expressão é em referência ao ensaio “Sapateiros Politizados”, escrito por Eric Hobsbawm, em coautoria de Joan Scott, no qual eles tratam de uma curiosa ocorrência reivindicatória atribuída historicamente ao ofício de sapateiro: “O sapateiro rural estava sempre presente, de olhos na rua, e ele sabia o que estava acontecendo na comunidade, mesmo quando não acontecia de também ter a função de auxiliar administrativo da paróquia ou alguma outra posição municipal ou comunitária. [...]. O sapateiro era, portanto, uma figura-chave na vida rural, intelectual e política: instruído, eloquente, relativamente bem-informado, independente do ponto de vista intelectual...” (HOBSBAWM; SCOTT, 2000, p. 170-1).

¹³ **A Verdade**, 27 ago. 1922, p. 3.

¹⁴ O primeiro Círculo Operário do Brasil foi fundado em 1915 em Fortaleza, dentro de um contexto de análises efetuadas em estudos, e que serão revistos à frente (ARRUDA, 2007; SANTOS, 2004). Os demais Círculos (filiais) surgiram nos anos seguintes de acordo com a localização das cidades ao longo da linha da Estrada de Ferro de Baturité. Assim, os Círculos passaram a existir nas seguintes cidades: Pacatuba (1919), Baturité (1924), Redenção (1925). Com a exceção dos Círculos de Aracati e Sobral (1920 e 1921), os demais foram criados em “municípios em franco desenvolvimento comercial”, que concorriam em importância com Baturité. (SANTOS, 2004, p. 89)

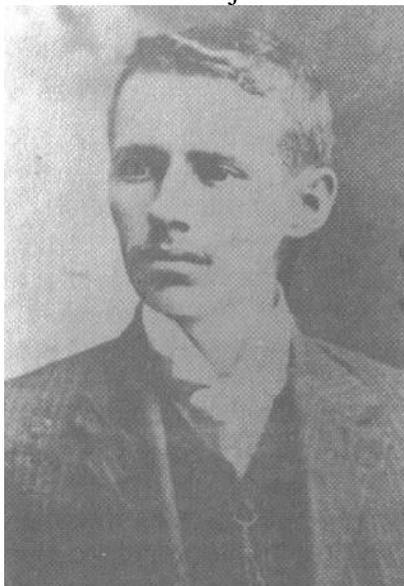
¹⁵ Por exemplo, em Fortaleza o presidente era o banqueiro José Agostinho. Responsável pelo Crédito São José, que emprestava dinheiro a “juros catholicos” aos sócios (**O Trabalhador Gráfico**, 19 abr. 1930, p. 4). Em Pacatuba o presidente do Círculo era o próprio prefeito. A situação seria semelhante em outros municípios.

¹⁶ Nas palavras de um sobrinho de Ananias Arruda, Mestre Evaristo era “muito católico, um homem direito, reto”. (ARRUDA, Miguel Edgy Távora. **Relembrações** – lampejos de minhas memórias. Baturité, fita 4, lado A, 1991, p. 3)

função exercida por Lucena, o clero local e a elite católica da cidade criaram outro cargo de igual importância na cúpula do Círculo.¹⁷

Assim, se o Círculo de Baturité teve como presidente o sapateiro Evaristo Xavier de Lucena, ao mesmo tempo foi criado o cargo de “instrutor”, ocupado pelo proprietário de terras e comerciante Ananias Arruda,¹⁸ (Figura 2) representando o patronato e o laicato

Figura 2 – Fotografia de Ananias Arruda durante a juventude



Fonte: Museu Comendador
Ananias Arruda

¹⁷ Há indícios que o próprio monsenhor Manoel Cândido tenha sido responsável pela criação do cargo de instrutor.

¹⁸ Ananias Arruda viveu de 23 de maio de 1886 a 26 de janeiro de 1980. Provavelmente adquiriu mediante compra a patente de coronel da Guarda Nacional na década de 1910. Teve como profissão a atividade comercial, era católico e também personalidade política da região de Baturité. Desempenhou papéis religiosos, através dos ideais pedagógicos do catolicismo social, implantados na cidade: como a participação da construção da Escola Apostólica dos Jesuítas e outras instituições de ensino religioso (colégios Salesiano Dom Bosco e o Instituto Nossa Senhora Auxiliadora). Além de prefeito, entre 1935 a 1942, foi agraciado pelo papa Pio XII com os títulos de Cavaleiro Comendador das Ordens de São Gregório e São Silvestre pelo acúmulo de serviços prestados à Igreja durante sua vida. Desde os 14 anos já era presidente da Conferência Vicentina da cidade. Em 1917, foi o fundador do semanário católico **A Verdade**, com alguma circulação nacional (visto que há volumes desse jornal na Biblioteca Nacional). O jornal era o principal veículo de propagação dos ideais do movimento da Ação Católica na cidade de Baturité. Isto ressalta suas relações religiosas em nível nacional e internacional. (SUCUPIRA, 1986). Ocleciano Costa (2007, p. 45-6), que escreveu uma dissertação sobre a trajetória política de Ananias Arruda, afirma sua austeridade católica como marca principal constitutiva da “memória coletiva” da cidade. (HALBWACHS, 1990) Ananias Arruda é lembrado por certos episódios “pitorescos” de sua austeridade, entre os quais consistiam em proibições de prostíbulo na cidade e de festas que não fossem religiosas.

católico local. Ananias Arruda foi o fundador, em 1917, do jornal católico **A Verdade**, instrumento de propaganda católica da Igreja local, mas também apresentando posicionamentos políticos. Arruda era uma espécie de pupilo do pároco e o mais importante membro do “laicato católico” da cidade. Com a ressalva de que o coronel era casado com a sobrinha do monsenhor Cândido.

A aproximação entre o popular Evaristo Lucena e o austero Ananias Arruda, fez do **Círculo Operário Católico**, apesar de seus fortes traços elitistas, uma instituição com considerável participação popular. Entre seus sócios estavam pedreiros, artistas, artesãos, mecânicos e trabalhadores rurais, que participavam das reuniões e partilhavam dos “direitos sociais” oferecidos pelo **Círculo**. Havia também os sócios beneméritos, que eram compostos por membros do patronato ou das camadas médias, que de alguma forma, contribuíram com o **COC**. Entre estes, estavam Canuto Ferro de Alencar e Edmundo Vitoriano – este último, um médico que prestava serviços gratuitos aos sócios do **Círculo**.

Todo sócio que não estivesse com as mensalidades atrasadas, em mais de três meses, tinha o direito aos chamados caixas de socorros (auxílios para compra de remédios no caso de doenças), caixas de sinistros (acidentes) e caixas funerárias. A existência destes caixas é um indicativo da demanda por direitos sociais apontada por Gomes, que a instituição procurava suprir parcialmente. (2009, p. 4). Durante sua fundação, em 13 de janeiro de 1924, contou com a participação de 70 sócios. Em 1926, esse número subiu para 147.¹⁹ **O Livro de Atas de Fundação do **Círculo Operário de Baturité**** forneceu a categoria profissional de 34 deles: contamos 8 pedreiros, 5 comerciantes, 3 balconistas, 1 talhador, 3 sapateiros (com exceção de Evaristo Lucena), 2 lavradores, 5 artistas-músicos, 1 tipógrafo, 2 jornaleiros, 2 mecânicos, 1 barbeiro e 1 pintor.²⁰ Nesta amostragem, há uma possibilidade estatística de que o **Círculo Operário de Baturité** tenha a adesão majoritária de pedreiros, músicos e comerciantes. Contra nossas expectativas – por ser Baturité um município onde predominava o trabalho rural – verificamos uma relativa baixa ocorrência de trabalhadores rurais frente aos urbanos.

¹⁹ Contando com os sócios afastados.

²⁰ **Livro de Atas da Fundação do **Círculo Operário Católico de Baturité****. MCAA. Baturité, 13 jan. 1924, 20 jan. 1924, 27 jan. 1924, 03 fev. 1924, 17 fev. 1924, 06 abr. 1924, 13 abr. 1924, 08 maio 1924, 11 maio 1924, 11 jan. 1925, 08 fev. 1925, 15 fev. 1925, 09 ago. 1925, 18 ago. 1925, 23 ago. 1925, 30 ago. 1925, 20 set. 1925, 27 set. 1925, 11 out. 1925, 18 out. 1925, 25 out. 1925, 08 nov. 1925, 06 dez. 1925, 13 dez. 1925, 03 jan. 1926, 24 jan. 1926, 07 fev. 1926, 14 fev. 1926, 07 mar. 1926, 14 mar. 1926, 18 abr. 1926, 25 abr. 1926, 02 maio 1926, 09 maio 1926, 04 jul. 1926, 11 jul. 1926, e 27 jul. 1926.

Assim, esses dados enunciam que, embora Baturité fosse um município interiorano (rural), havia uma margem qualitativa e quantitativa de vida urbana. A grande participação de pedreiros nos faz inferir que a demanda da construção civil na cidade era considerável. Já a ocorrência de músicos denotava uma vida cultural urbana, junto a um mercado crescente, que fazia também proliferar pequenos comerciantes, donos de botequins e bodegas, dando margem, no município, à ocorrência de atividades tipicamente urbanas.

Para se associarem, como afirmado, os circunistas deveriam pagar dois mil réis de joia, além das mensalidades de mil réis. Os baixos salários fornecidos aos trabalhadores, principalmente aos rurais, e a ampliação da carestia, na década de 1920, eram empecilhos à adesão e permanência de muitos sócios. Por exemplo: no final de 1922 o quilo de pão custava mil e seiscentos réis (1\$600), passando a custar dois mil e duzentos réis (2\$200) em 1925, sofrendo um aumento cerca de 30% nesse período.²¹ A diária de um trabalhador rural em 1919 dificilmente ia além dos mil réis.²² Com esses dados, pagar uma mensalidade do Círculo Operário poderia significar um dia inteiro sem comer para um trabalhador rural associado, o que dificultava a inserção destes no movimento.

Dessa forma, o Círculo Operário de Baturité, após o sexto mês de sua fundação, sofreu com o afastamento de seus membros. Em junho de 1924 foram desfiliaados do Círculo vários associados, por falta de pagamento. A situação se repetiria nos meses subsequentes, fazendo de seu primeiro ano de existência relativamente inócuo, tendo certo dinamismo de atividades somente nos primeiros meses de existência, antes do desligamento de grande parte dos associados em débito.

Entre março e junho de 1925, o Círculo teve suas atividades suspensas pelo baixo comparecimento dos associados. Até junho de 1924, a média de frequência às suas reuniões era de 50 sócios. Após a saída dos primeiros membros, esse número caiu para 30. No primeiro semestre de 1925, os comparecimentos não passavam de 10 sócios. A fim de reverter esse esvaziamento e “reavivar o movimento”, o Círculo, a partir de junho de 1925, passou a contar com visitas constantes do pedreiro Antônio Machado, sócio do Círculo de Fortaleza.

²¹ **O Nordeste**, 21 nov. 1922, p.1; 20 out. 1925, p. 1.

²² **A Verdade**, 13 abr. 1919, p. 2.

Por algum motivo, suas visitas tinham significado simbólico, tornando-se “sócio benemérito por instigar o movimento”.²³ Segundo as Atas, suas visitas motivavam os sócios a comparecerem e participarem das reuniões. Durante o contexto de revitalização do movimento, a elite do movimento circulista (o patronato) pedia para os membros “não desanimarem frente ao movimento da família, religião e pátria”.²⁴

As reuniões do COC, até então, ocorriam no salão paroquial da Igreja Matriz, o que contribuía para manter o movimento mais próximo e dependente da Igreja. Há indicações de que um dos desejos de Evaristo Lucena, como presidente do COC, era o de construir uma sede independente – aspirava mais liberdade à instituição, do ponto de vista das incursões da Igreja Católica:

A necessidade de nos installarmos mais convenientemente nos levou a tomarmos a iniciativa de construir um prédio com adaptações próprias para nossos labores sociais, é assim, que enfrentando dificuldades de natureza econômica, nos puzemos a campo, angariando donativos para a realização de nosso *tetammen*.²⁵

Uma de suas estratégias, para custear a obra, era utilizar as festas promovidas pela Igreja, a fim de arrecadar fundos, servindo para compra de material e pagamento da mão de obra utilizada. Há referências também aos leilões, às exposições cinematográficas e a um fundo destinado à construção. Segundo as palavras de Lucena, também foi feito um empréstimo no Banco Popular São José “de apenas um conto de reis (Rs 1:000\$000), porque de quantia superior, ultrapassaria os limites de nossas possibilidades econômicas de resgate”.²⁶ O banco era instituição de propriedade de José Agostinho, presidente do Círculo Operário de Fortaleza. O relatório escrito por Evaristo Lucena, referente à sua administração no Círculo durante o biênio 1926-1927, demonstra que as obras de construção da sede foram iniciadas em 1926 e se estenderam por mais de três anos, evidenciando as dificuldades encontradas pelos sócios e pelo presidente na empreitada.

Se as festas promovidas pela Igreja em Baturité, durante a década de 1920, cumpriram o objetivo de arrecadar recursos para a construção da aludida sede (Figura 3),

²³ **Livro de Atas da Fundação do Círculo Operário Católico de Baturité.** Baturité, 23 ago. 1925.

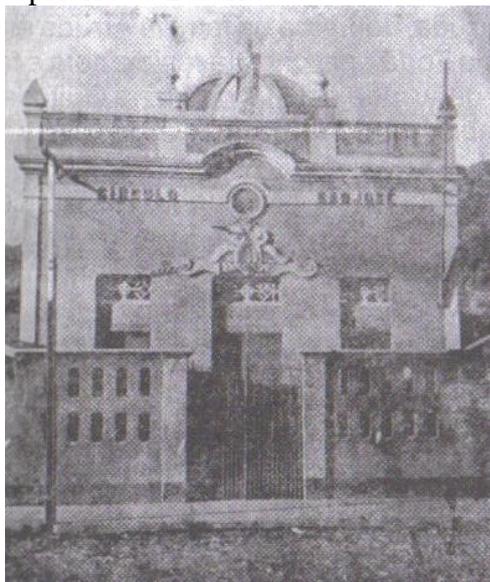
²⁴ *Idem*.

²⁵ **A Verdade**, 03 jun. 1928, p. 4.

²⁶ *Idem*, parênteses nossos.

apresentaram também características simbólicas de religiosidade, bem como ofereceram lazer e diversão. O teor religioso das festas realizadas pelo Círculo Operário fazia referências aos dias santos. As mais importantes eram as festas de São José (16 de março), Santa Luzia (13 de dezembro) e de Nossa Senhora da Palma, padroeira da cidade (5 a 15 de agosto).

Figura 3 – Fotografia do Círculo Operário de Baturité



Fonte: **A Verdade**, 14 jan 1945, p. 1

Entre as datas religioso-festivas dos Círculos Operários, é interessante ressaltar o dia do operário católico no dia 15 de maio. Essa data fazia contraposição ao tradicional Primeiro de Maio, por ser esta historicamente identificada com ideologias e atividades reivindicatórias, vinculada às esquerdas socialistas ou anarquistas. Assim, o Primeiro de Maio foi ignorado pelos Círculos Operários na década de 1920. No entanto, a partir de 1932 – em outro contexto, sob o governo de Vargas – os Círculos Operários aderiram às comemorações do Primeiro de Maio, pois:

Mesmo negando o conteúdo classista com a qual revestia-se o Primeiro de Maio, os circulistas não podiam ignorar o significado e a magnitude que a data representava para os trabalhadores. Não havia alternativa senão incorporá-la ao calendário circulista. Contudo, era necessário despojá-la de seu caráter “materialista” conferindo-lhe novo sentido (SANTOS, 2004, p. 173).

Assim, ao desgastar-se o dia do operário católico (15 de maio) frente ao Primeiro de Maio – data mais popular no meio operário – era necessário criar um elo entre a doutrina católica e o Dia do Trabalho. Um desses elos foi a “heroificação dos mártires de Chicago,

articulando a memória do rito aos símbolos do cristianismo (...) na dimensão do luto e do martírio, ‘o calvário dos modernos cristãos’ (...)” (PEREIRA, 2001, p. 330). Era escopo da Igreja Católica e dos circulistas transformar o Primeiro de Maio num “dia santificado”, despojando-lhe do sentido “materialista e pagão” tradicionalmente vinculado à data, transformando-o em um dia religioso. (SANTOS, 2004, p. 179)

Junto às comemorações religiosas, os circulistas promoviam romarias a sítios isolados, como ao sítio “Olho d’Água” e ao sítio “Beato Inácio Azevedo”, além de visitas aos presos da cadeia. Tais práticas denotam uma aproximação com um catolicismo de cunho popular, que poderia ser aceito pelo clero, mas com diversas reservas.

Por outro lado, as atitudes de controle perfiladas pela elite dirigente dos Círculos Operários tentavam sobrepor-se a possíveis desvios de conduta de seus membros, embora houvesse uma sutil resistência dos circulistas mais populares. Percebemos esse contraponto nos diversos passeios e visitas a Círculos Operários de cidades vizinhas, inclusive da Capital: sempre com a presença da banda de Evaristo Lucena.²⁷ A partir das conotações de lazer que as festas e os passeios apresentavam, encontramos uma voga de participação popular que desviava dos preceitos do catolicismo oficial. Preceitos que eram difundidos pelo pároco local Manuel Cândido, juntamente com o católico Ananias Arruda.

Como exemplo, numa visita ao Círculo Operário de Acarape, em novembro de 1928:

Após a partida ao trem (de Baturité), o instrutor do Círculo (Ananias Arruda) recommendou a todos que tomavam parte naquele passeio que era uma excursão religiosa de demonstração pública de fé, e não um picnic profano.²⁸

Se Ananias Arruda fazia questão de apresentar tais recomendações, era possível que os passeios, animados pela banda de música, denotassem o lado “profano” criticado pelos católicos mais tradicionais e não desejado pela Igreja oficial. Outro fator empregado nas recomendações de Ananias Arruda, que pode ser revelador às análises, é a crítica ao “pic nic”.

²⁷ Na linha da Estrada de Ferro que ligava Fortaleza a Baturité, encontravam-se as cidades de Pacatuba, Acarape e Redenção. Em cada qual havia uma filial do Círculo Operário, que mantinham constante contato entre si. Para termos uma ideia das possibilidades de comunicação entre as cidades, Baturité dista cerca de cem quilômetros de Fortaleza pela linha férrea e as viagens de trem entre as duas cidades duravam cerca de três horas. Pacatuba e Redenção encontram-se ao longo da linha, o que reduzia o tempo de viagem entre essas cidades.

²⁸ **A Verdade**, 4 nov. 1928, p. 1, parênteses nossos.

Francisco Foot Hardman, em sua obra **Nem Pátria, Nem Patrão!** (1984, p. 39-65), revela a atividade dos “pic nics” como típicas dos movimentos anarco-sindicalistas. Também sendo um indicativo de que essas práticas fossem comuns em sindicatos laicos em geral.

Dessa forma, podemos:

Verificar a diversidade do sentido que a viagem podia representar para os vários sujeitos ali presentes. Para Ananias, os passeios e visitas feitos pelo Círculo não deveriam conotar o lado da diversão ou do lazer, sendo o sentido religioso sempre o principal fim (...). Porém, isso não significa dizer que compartilhassem da mesma visão os outros membros do Círculo, (...) ligados à banda de música (de) Mestre Evaristo e sua família (e correligionários). (ARRUDA, 2007, p. 50, parênteses nossos)

O caráter heterogêneo do Círculo Operário parece receber fortes influências da própria Igreja Católica, da qual fez parte (SOUZA, 2002, p. 22). Se por um lado é moralizadora, austera, formal, disciplinadora e corporativa – valores que se referem a uma Igreja das elites (em consonância com o alto clero romano) – por outro lado, pode apresentar-se popular, irreverente, informal, libertadora, em consonância com um catolicismo popular, muitas vezes alimentado por um baixo clero nacional, que pouca influência recebia da Igreja de Roma.

1.2. A trajetória política e social da Igreja Católica (1889-1937): uma instituição multifacetada

A aproximação entre o alto clero romano e a Igreja Católica brasileira estava na esteira do movimento, que ocorria em Roma, frente aos países católicos – sobretudo os da América Latina – conhecido como romanização. A romanização “implicou profundas transformações no (seio da) Igreja no Brasil, tanto no plano de suas lealdades, quanto em seu perfil institucional. Inaugurava-se um tempo de europeização do catolicismo, disciplinado por Roma...” (SOUZA, 2002, p. 110, parênteses nossos).

A romanização iniciou-se, no Brasil, a partir da década de 1860 – tornando o clero nacional mais dependente e subordinado à Roma – a partir da encíclica *Syllabus Errorum*

(1864) e ganhou novas forças com a encíclica *Rerum Novarum* (1892).²⁹ No plano interno, se aquela encíclica estava na conjuntura da “Questão Religiosa”, em 1872, e da separação Igreja-Estado, em 1889 (considerada conservadora pelos contemporâneos mais liberais), a *Rerum Novarum* influenciou profundamente movimentos entre o laicato durante a Primeira República, por ter sido considerada consonante com as preocupações de cunho social do mundo moderno.

A Igreja romanizada voltou-se cada vez mais para o tema da chamada “Questão Social”: inaugurada oficialmente pela Igreja Católica através da encíclica *Rerum Novarum* promulgada por Leão XIII.³⁰ Esta encíclica inovava quanto ao tratamento dado às condições do operariado. Mantinha as críticas da *Syllabus Errorum*, sob o ponto de vista da supremacia da Igreja nos assuntos terrenos, mas sutilmente reavaliava outras questões, principalmente referente aos problemas sociais da modernidade e à legitimação ciência como detentora de conhecimentos. Embora mantivesse as críticas da *Syllabus Errorum*, também apontava soluções, a partir de uma proposta de transformação social pautadas no evangelho.

Quando a encíclica *Rerum Novarum* reconheceu a modernidade e o “progresso” como benéficos para a humanidade, fê-la no sentido de se colocar na vanguarda e como salvadora dessa modernidade. Seu argumento é que o afastamento dos preceitos religiosos levaria ao caos do capitalismo selvagem e à deflagração dos movimentos socialistas, vistos como consequência do desenvolvimento do capitalismo liberal. Na *Rerum Novarum*:

São expostas as questões graves de desorganização social instauradas pelo capitalismo... A bula ressaltava a esfera religiosa invadida pelo laicismo materialista [...]. A Igreja marcou definitivamente sua entrada nos debates, sobre a questão social,

²⁹ Embora as duas encíclicas fossem complementares em certos aspectos, a *Rerum Novarum* inovava em relação à *Syllabus Errorum*, quanto à atitude filosófica frente à ciência e modernidade. Enquanto a *Syllabus Errorum* limitava-se a exigir obediência e insistir nos princípios da infalibilidade papal, a *Rerum Novarum* (sem ir de encontro aos princípios básicos da *Syllabus Errorum*) modificava sua atitude frente ao mundo moderno. Esta encíclica era considerada a carta dos trabalhadores católicos, visando a regular as relações entre operários e patrões, configurando um movimento conhecido por Socialismo Cristão (VILLAÇA, 1975, p. 53-70; SOUZA, 2002, p. 110; CORDEIRO JÚNIOR, 2000, p. 318-9).

³⁰ Até a promulgação da encíclica, em 1891, a Igreja assistira de “forma impassível à glorificação do trabalho fabril na Europa” (SOUZA, 2002, p. 19). A encíclica significou a inserção profunda da Igreja Católica na questão proletária, ao procurar regulamentar as relações entre trabalhadores e patrões, e propor uma ação de transformação social baseada em sua milenar doutrina teológica (Idem, p. 82-84).

cujos rumos incertos favoreciam a divulgação de ideologias contrárias à interpretação cristã do mundo social [...] (CORDEIRO JÚNIOR, 2000, p. 319-21).

Se na Europa, as graves questões sociais eram causadas pela consolidação da sociedade fabril, no Brasil, além de distúrbios sociais nos estados do Centro-Sul, relacionados à urbanização e à industrialização, a calamidade social era recorrente também no Nordeste, em virtude das secas. O surgimento dos primeiros Círculos Operários Católicos, no nordeste brasileiro, encontrou terreno fértil em cidades e regiões que, durante as secas, recebiam milhares de flagelados. Parte deles era deslocada para frentes de trabalho em obras públicas, caracterizando o alvo da instituição dos Círculos Operários. A maioria, no entanto, sem encontrar trabalho, migrou para os grandes centros urbanos do Sudeste ou afluíu para a região Norte, atraída pela exploração da borracha. (NEVES, 2000; CÂNDIDO, 2002, 2005; ARRUDA, 2007)

A *Rerum Novarum* propiciou o nascimento de uma “neocristandade”, tendo a Ação Católica como principal movimento de sua difusão. Os preceitos desse movimento chegaram ao Brasil, influenciados pelo movimento católico social francês, conhecida como Ação Católica Francesa, ou Ação Francesa. Desde a década de 1870, antes mesmo da promulgação da *Rerum Novarum*, os catolicismos de vários países, sobretudo o francês, inseriam-se nos assuntos de ordem social e política. Os próprios Círculos Operários já tinham seus precedentes na França dos anos 1870³¹, tendo o legado desse movimento contribuído para “difundir o programa doutrinário do ‘Conselho de Estudos’”. Este conselho foi uma entidade internacional que visava a elaborar “um programa de restauração da sociedade cristã” (SOUZA, 2002, p. 77).

A partir, principalmente, deste Conselho, surgiram vários ideólogos do catolicismo social no norte da Itália, Alemanha, Bélgica, Suíça e França. Suas ideias nem sempre eram concordantes, mas:

Terminaram por forjar uma circularidade cultural importante, realizada por intermédio das diversas publicações e dos contatos entre eles, que ocorriam principalmente em Roma, onde fora constituído um círculo de estudos apoiado pelo papa Leão XIII (Idem, p. 79-80).

³¹ Na França, o movimento dos Círculos Operários foi fundado pelo militar Albert de Mun, no entanto, não teve vida longa, diferente do que ocorreu no Brasil. (SOUZA, 2002, p. 77)

Isso mostra que a *Rerum Novarum* foi “resultado de múltiplas iniciativas e controvérsias que, em geral, desenvolveram-se fora de Roma, com a participação fundamental do laicato” (Idem, p. 82).

Entre os países citados acima, talvez o que teve um movimento social católico mais atuante fosse a França, com a já mencionada Ação Francesa, que mantinha suas relações com os meios operários através da Ação Católica Operária. A posição episcopal na França até a década de 1930 era de “condenar as separações das igrejas e do Estado, vilipendiando a República leiga e exercendo pressões sobre cristãos a fim de que ‘votassem no candidato certo’” (COUTROT, 2003, p. 341). A partir da década de 1930, a Ação Católica Francesa tornou-se mais politizada, sobretudo com a mudança de posição do episcopado francês frente às relações com o Estado republicano. A mesma atitude parecia ser sincrônica referente à Ação Católica Brasileira.

No Brasil, o movimento da Ação Católica se propagava gradualmente através do processo de romanização aludido – imbuída de influências notórias da Ação Francesa. Na pastoral de 1916, Dom Sebastião Leme convocava “a reação católica e propugnava um projeto de renovação das instituições cristãs” (SANTOS, 2004, p. 31). Assim, o movimento da Ação Católica ganhou maior vulto nacionalmente a partir de 1922, com a fundação da revista **A Ordem**, ocorrida no Rio de Janeiro, (SOUZA, 2002, p. 77-95). Esta revista deu origem a uma geração de intelectuais católicos, liderados por Jackson de Figueiredo. Após sua morte, em 1928, substituiu-lhe Alceu Amoroso Lima, maior militante da Ação Católica durante a Era Vargas – período de maior envergadura do movimento.

No plano local, referente à Baturité, o jornal católico **A Verdade**, fundado em 1917,³² repercutia as ideias contidas naquela revista.³³ Publicava vários artigos de autoria do padre Manuel Cândido, o pároco de Baturité, e do arcebispo de Fortaleza, Dom Manuel Gomes. Além de apresentar notícias concernentes ao papado, à política interna e externa da Igreja e às traduções de artigos e trechos de revistas católicas da Europa. O que demonstra que

³² Ao pesquisar o jornal **A Verdade**, percebemos o teor de seus artigos, que propagavam os princípios católicos. Assim, compreendemos que não se tratavam apenas de artigos sobre a vida paroquiana, política e econômica local. Mais do que isso, o jornal era responsável por transcrições e traduções de diversas publicações católicas da Europa, como o francês **Goffiné**, para servir de exemplo. Tal alcance demonstra o grau de consonância que o jornal católico mantinha com o Vaticano. Ainda mais no que se refere ao prêmio que o jornal recebeu em 1937, pela Exposição Mundial de Imprensa Católica, realizada na cidade do Vaticano. (**A Verdade**. Baturité, 08 abr. 1967, p. 1)

³³ Antes da fundação da revista **A Ordem** em 1922, a principal revista católica a qual o jornal se inspirava era o **O Farol**.

o jornal não se restringia à vida paroquial local, sendo antes um veículo de comunicação entre o Vaticano, a hierarquia eclesiástica nacional e o laicato local. Em outras palavras, embora o termo “Ação Católica” ainda não fosse mencionado nos números desse jornal até meados da década de 1920, ele já estava concatenado com os ideais do catolicismo social.

Os Círculos Operários, no Brasil, surgiram dentro dos primeiros passos do movimento social católico trazido da Europa, em consonância com o clero romanizado. Dessa forma, é emblemático que o movimento tenha sido iniciado, em Fortaleza, por Guilherme Vaessen, um padre estrangeiro (holandês), que certamente trazia consigo os preceitos do catolicismo social europeu. Este padre, no final do século XIX, concluiu “seus estudos theologicos na França”,³⁴ onde possivelmente teve contato com o movimento dos Círculos Operários franceses. Em 1898, veio ao Brasil, onde, em pouco tempo, passou a organizar missões no interior do Nordeste e no norte de Minas Gerais. Em 1914 tornou-se reitor do Seminário da Prainha, em Fortaleza, comprovando sua influência junto ao alto clero do Ceará:

As missões percorridas no interior do nordeste, entre 1901 a 1910, demonstram sua experiência adquirida em ações da Igreja de cunho social. Ali, ele teve contato direto com a população de flagelados da seca (...). É possível que, diante da calamidade social trazida pelas secas, juntamente com a experiência circulista adquirida na Europa, Guilherme Vaessen tenha olhado para esses retirantes como operários em potencial, já que muitos deles eram empregados em frentes de trabalho (ARRUDA, 2007, p. 21).

Segundo Guilherme Vaessen, a ideia de se fundar o Círculo Operário de Fortaleza, em 1915, nasceu a partir de uma missão pregada em praça pública junto à população de retirantes e trabalhadores, que afluíam para Fortaleza, então com cerca de 70 mil habitantes. O segundo Círculo Operário foi fundado na cidade de Pacatuba (vizinha a Fortaleza), durante a seca de 1919. Em 1920 e 1921 foram fundados círculos em Aracati e Sobral – municípios conhecidos por serem de grande atração de retirantes. Em Baturité, foi fundado o quinto Círculo Operário do Brasil, em 1924, seguido pelo Círculo de Redenção, de 1925. Com a exceção dos círculos de Sobral e Aracati, notamos que os demais círculos se encontravam na linha da Estrada de Ferro de Baturité, o que dinamizava o contato entre eles. Além disso, essa ocorrência denunciava a influência que as secas tiveram na difusão dos Círculos Operários nas cidades ao longo da estrada de ferro, como veremos no capítulo 3.

³⁴ **A Verdade**, 23 maio 1928, p. 1.

No Círculo Operário de Baturité, especificamente, os pesos exercidos por um sapateiro popular e um coronel fornecem as intersecções entre uma religiosidade de características mais “populares”, e outra oficial, ligada ao alto clero e à ortodoxia católica, representadas pelo pároco local Manuel Cândido e pelo coronel católico Ananias Arruda. As relações de proximidade entre os dois personagens podem representar o que Angela de Castro Gomes (1989, p. 268) caracteriza como uma “rede de relações entre alto clero católico e novas lideranças oligárquicas”, durante a Primeira República.

Embora tal afirmação seja verdadeira e adequada, houve também uma considerável margem de afastamento da Igreja das atividades política. Castro Gomes também reconhece tal atitude, ao destacar “a ausência de envolvimento político direto por parte de autoridades católicas no Brasil” no período aludido (GOMES, 1989, p. 269).

Quanto a esse distanciamento político mencionado por Angela de Castro Gomes, o jornal **A Verdade** tem vários artigos de instituições católicas, posicionando-se contra a política praticada durante o período republicano. Os problemas começariam já na Proclamação da República, quando da instituição do casamento civil e separação da Igreja e do Estado. Feliciano dos Santos escreveu um artigo em **A União**, transcrito pelo **A Verdade**, no qual mencionava uma carta escrita pelo bispo de Diamantina endereçada ao então presidente do Governo Provisório Deodoro da Fonseca. O bispo reclamava do “tyrannico projecto da Constituição”, pelo qual:

Estavam sendo punidos sacerdotes por celebrarem (a revelia das autoridades civis, o casamento religioso), um acto julgado nullo pelo governo. Pois si a lei só reconhecia o casamento civil, não se podiam considerar criminosos os padres que a ele não se opunham quando casavam os nubentes religiosamente. (...). Com que direito quer o governo, no regimen da separação da Egreja e do Estado, constituir os vigarios como fiscaes gratuitos da lei do casamento civil?³⁵.

O artigo ainda considerava o presidente Deodoro “ingênuo, explorado pela maçonaria, que o elevou a Grão Mestre para utilizar o seu grande prestígio para instrumento da conspiração autora da Republica Athéa...”³⁶

³⁵ Feliciano dos Santos, **A União**, 22 set. 1918, apud **A Verdade**, 13 out. 1918, p. 2, parênteses nossos.

³⁶ Idem.

O conflito da Igreja Católica com os políticos da Primeira República em geral é expresso também em artigo novamente transcrito de **A União**, quando este saudava a subida de Epiácio Pessoa à presidência da República, em 1919. A satisfação da Igreja Católica se justificava pelo fato do candidato ser católico praticante e não adepto da maçonaria. No entanto, o artigo lamentava ser:

Arriscado um prognostico optimista sobre o seu governo... (...), pois corrompeu-se tudo (...) e está tudo podre (...) do contagio da politica athéa... (...) desses letrados ímpios, esses corruptores dos costumes, verdadeiros malfeitores sociais.

Ora, são esses homens, sem princípios e só visando fins egoísticos, os que fazem a politica, os que nella vivem e della vivem. É nessa atmospheria de corrupção que funcionam as administrações...

Que poderá fazer um homem (Epiácio Pessoa), por mais honrado, intelligente e enérgico, quando tudo está combalido? Não ha uma repartição, um secretaria, uma instituição do governo em que não trabalhem o cupim e o caruncho, e os ratos em plena harmonia na destruição, com os gatos que os deviam afugentar.

Quando ha algum funcionario honesto, ou ha de calar-se ou será preterido (...)

A corrupção começa nas nomeações, feitas não em attenção à capacidade e á moralidade, mas ao favoritismo.³⁷

O artigo segue culpando a maçonaria como responsável pelo caos administrativo da “República Athéa”, afirmando que o problema já vinha dos tempos do Império e que a República foi o terreno fértil onde os maçons puderam se aquinhoar. São feitas diversas acusações sobre a idoneidade e moralidade de diversos políticos maçons, em especial a Nilo Peçanha, que ainda se candidataria contra Arthur Bernardes na sucessão de Epiácio Pessoa.

Mesmo os políticos católicos eram alvo das críticas da Igreja. Se em setembro de 1919, no ato de sua posse, o presidente Epiácio Pessoa foi elogiado por ser católico, num outro artigo do jornal **A União** (transcrito pelo **A Verdade**), a Igreja fez diversas críticas aos próprios políticos católicos e ao presidente da república. Este, segundo o artigo foi “um presidente catholico auctor responsável dos actos governamentais mais hostis á Egreja”, afirmando ainda que “mais nos vexam no governo os nossos amigos do que nossos adversários”. No caso, o artigo reclamava das nomeações feitas por Epiácio Pessoa de políticos maçons ou não católicos a cargos de importância no governo.³⁸

³⁷ **A Verdade**. 07 set. 1919, pp. 1-2.

³⁸ **A Verdade**, 09 nov. 1919, p. 1.

Em outro artigo de novembro de 1919, a Igreja parabenizava os políticos católicos de países, como Itália, Uruguai e Argentina, pela fundação de seus partidos católicos, “não mencionando diversos países em que organização do partido católico já era um facto”.³⁹ Quanto ao Brasil, o artigo afirma que os partidos católicos “não têm vingado”, pois os políticos católicos brasileiros não aceitavam que os dirigentes fossem escolhidos pelo episcopado, mas que fossem “eleitos por escrutínio”. O artigo lamentava o “liberalismo” dos políticos católicos brasileiros e a falta de “disciplina e obediência” frente à hierarquia eclesiástica.

Em relação à política municipal de Baturité, esse não envolvimento direto na esfera do político pela Igreja é emblemático ao destacarmos uma opção pessoal do coronel católico Ananias Arruda de também, seguindo o exemplo de sua religião, manter-se afastado dos frequentes embates políticos. Em 1928, ao ser convidado a se candidatar ao cargo de prefeito, como o “nome de conciliação”, ele respondeu:

Tendo (o jornal) “O Nordeste” publicado já dias, um suelto, no qual disse haver em Baturité um certo movimento de opinião no sentido de ser apresentado ao eleitorado local no pleito municipal [...] a minha candidatura, e tendo Dr. João Ramos, conceituado chefe político deste município, publicado no jornal uma carta a respeito do referido suelto, que foi comentada pelo mesmo jornal, não pertencendo eu a nenhum partido político do Estado, declaro que não sou candidato ao cargo de Prefeito de Baturité e que não o aceitarei [...] não só porque não sou político conforme disse, como, porque os inúmeros serviços de minha agitada vida comercial, industrial e várias obras sociais a meu cargo, “A Verdade”, escolas parochiais, etc, não me dispensam tempo para tão importante quão trabalhoso cargo.⁴⁰

Esta atitude pode parecer estranha, ou mesmo interessante, para uma liderança local. Entretanto, suas orientações de conduta religiosa, podem ajudar a compreender a decisão. O editorial do primeiro número de seu jornal católico, escrito pelo monsenhor Manuel Cândido assim afirmava: “como não somos políticos, pois, não pertencemos a nenhuma facção política que populam em nosso Estado, não publicaremos artigos de politicagem soez, em linguagem

³⁹ **A Verdade**, 07 dez. 1919, p. 1.

⁴⁰ Ananias Arruda. **A Verdade**, 23 set. 1928, p. 1, parênteses nossos.

baixa”.⁴¹ Dessa forma, os representantes da Igreja de Baturité firmavam uma posição apartidária, a qual também foi seguida por Ananias Arruda.

Além disso, a não participação direta, na política, por Ananias Arruda, parecia não ser necessária. Sua influência alcançava o universo político local por vias indiretas, através de seu considerável poder econômico. Isto demonstra que seus interesses, em se tratando das políticas econômicas municipais, não foram afetados negativamente. Se por um lado, Ananias Arruda mantinha-se afastado diretamente da política, por outro lado, não precisava estar tão próximo, pois chegara a ocupar cargos econômicos de vulto, como a presidência da Associação Comercial da cidade.

A não indicação de membros diretamente envolvidos com as atividades da Igreja, para ocupar cargos políticos, não significou a ausência de apoio a determinados candidatos. Fato ocorrido em 1918, quando a Igreja local e Ananias Arruda sustentaram a candidatura de Belisário Fernandes Távora⁴² para deputado estadual, demonstrou engajamento político: apesar da ressalva de que a adesão “não (os) impulsionam as paixões partidárias, politicas sociaes, de quaisquer grupos nas luctas embora empreendedoras do progresso, mas, estranhas a evangelização catholica á que dedicamos a nossa fé...”. O jornal católico alegou que apoiaram tal candidatura não pelas preposições partidárias, e sim pelo candidato ser “catholico fervoroso”.⁴³

No entanto, nas eleições de 1919, para a presidência do Estado, a Igreja parecia ter uma atitude mais neutra politicamente, pois encontramos no jornal **A Verdade** propaganda de partidos de ambos os candidatos. Belisário Távora, do Partido Conservador, foi derrotado no pleito por Justiniano de Serpa,⁴⁴ pertencente ao Partido Democrata. O apoio (mesmo tácito) a Belisário Távora e aos seus familiares pela Igreja durou somente até as eleições de 1922, para a presidência da República, disputada por Arthur Bernardes e Nilo Peçanha.

⁴¹ Manoel Cândido. **A Verdade**, 08 abr. 1917, p. 1.

⁴² Tio dos irmãos Juarez, Joaquim e Manuel Fernandes Távora.

⁴³ **A Verdade**, 24 fev. 1918, p. 1.

⁴⁴ Presidente do estado do Ceará entre 1920 e 1923.

Desde quando era governador de Minas Gerais, em 1919, Arthur Bernardes caíra nas graças da Igreja Católica como representante das forças políticas católicas.⁴⁵ Já Nilo Peçanha era criticado pela Igreja Católica por seu maçonismo. Manoel do Nascimento Fernandes Távora, sobrinho de Belisário, tendo sua família na oposição política tanto federal quanto estadual, passou a apoiar a candidatura de Nilo Peçanha em 1921, gerando críticas dos setores mais ortodoxos da Igreja Católica. Daí decorreu o rompimento político envolvendo Arrudas e Távoras. Jackson de Figueiredo, então recém-fundador da revista **A Ordem** (representando a Igreja Católica) reforçava o apoio católico à candidatura de Arthur Bernardes, que foi vitoriosa.

Com a derrota de Nilo Peçanha, os irmãos de Manoel Fernandes Távora, sobrinhos de Belisário Távora, os tenentes Juarez e Joaquim Távora, passaram a integrar uma oposição ferrenha ao governo de Artur Bernardes,⁴⁶ conhecido por ter sido um dos mais autoritários da Primeira República.

Apoios políticos eleitorais à parte, segundo Gomes (1989, p. 269), as estratégias políticas da Igreja Católica na Primeira República visavam preferencialmente outras prioridades, como a expansão de suas dioceses e dos colégios católicos pelas principais cidades do país, além da propagação do ideário do catolicismo social. Além disso, a Igreja dedicou-se com ênfase à campanha de recatolização da sociedade promovida pela Ação Católica, contra o que chamavam de indiferentismo religioso, em voga na época. Tal atitude, segundo a Igreja, refletia na política durante a Primeira República. (VILLAÇA, 1975)

Em Baturité, durante a década de 1920, no campo político-religioso, percebemos um complexo de alianças envolvendo um modelo de liderança triangular: monsenhor Manuel Cândido (Igreja Católica), o comerciante Ananias Arruda (elites) e o sapateiro Evaristo Xavier (trabalhadores). Manuel Cândido foi um pároco aos moldes da Ação Católica, ou seja, foi representante, no Ceará de um catolicismo romanizado e disciplinado a partir da Cúria Romana. Emblemático para a afirmação foi o fato de ele ter participado da comissão enviada

⁴⁵ **A Verdade**, 29 jul. 1919, p. 2.

⁴⁶ Tal oposição se substanciou, pelo lado da família Távora, no movimento tenentista, que tinha como participantes os irmãos Joaquim e Juarez Távora. Este foi um elemento salutar na deflagração da Revolução de 30 no norte do País. (TÁVORA, 1973)

pela Igreja, a fim de investigar o episódio conhecido como “milagre de Juazeiro”.⁴⁷ A comissão foi responsável pela suspensão dos direitos eclesiásticos de padre Cícero. Simbolizando a atuação de Manuel Cândido, no plano local, ela significava um “‘cinturão de segurança’ que impedia a difusão do catolicismo popular rebelde” (GOMES, 1989, p. 268).

Diante do agravamento da “Questão Social”, em fins da década de 1920. Em 1929, o Círculo Operário de Baturité realizou um festival em homenagem ao padre Manoel Macedo, que se achava em visita à cidade, autor de uma conferência, cujo tema era “O Trabalho”. A conferência tinha em vista doutrinar os trabalhadores aos moldes das ideias contidas na encíclica *Rerum Novarum*.

A preocupação recente da igreja local com temas sociais, como do trabalho, mostra uma gradual inserção das ideias de um catolicismo social (aos moldes da *Rerum Novarum*) nas quadras da elite católica local. Analisando os artigos publicados pelos representantes da paróquia local no jornal católico **A Verdade**, desde sua fundação em 1917 e nos primeiros anos da década de 1920, a atitude da Igreja local, frente às questões sociais, era somente de criticar a atuação dos movimentos anarco-sindicalistas, confundidos com os socialistas.⁴⁸ atitude similar em alguns pontos à contida na encíclica *Syllabus Errorum*. Já no final da década de 1920 e, principalmente, a partir da década de 1930, as posturas católicas expressas no jornal não eram somente de criticar os movimentos socialistas, mas de propor uma solução social, baseado na doutrina corporativista católica. Nesse sentido, e sob o ponto de vista de uma proposta política católica, podemos afirmar que as atividades dos Círculos Operários ficaram mais politizadas, pois extrapolaram o campo do assistencialismo e do lazer, passando para o campo de uma proposta profunda de transformação da vida do trabalhador. (SOUZA, 2002, p. 276).

A politização da Igreja Católica, concernentes à doutrina do chamado Socialismo Cristão, ou catolicismo social, cresceu após os primeiros anos que se seguiram da

⁴⁷ Em Juazeiro, Padre Cícero ganhava cada vez mais prestígio, entre os sertanejos, a partir da realização de um suposto milagre, que envolvia a transformação da hóstia em sangue, quando posto na boca de uma beata. (MONTEIRO, 1985, 47-48)

⁴⁸ O jornal **A Verdade** traz alguns artigos referentes ao movimento anarco-sindicalista, bem como outros criticando a atuação de movimentos socialistas. (**A Verdade**. Baturité, 5 out. 1919, p. 2)

Revolução de 30.⁴⁹ Alceu Amoroso Lima representaria, assim, uma nova geração de intelectuais católicos, que colhia os frutos da de Jackson de Figueiredo. O “vazio de poder” (FAUSTO, 1997, p.150) gerado pelo movimento de outubro, despertou para a política – ou fez-se inserir mais profundamente nela – vários segmentos da sociedade (católicos, comunistas, integralistas, liberais etc.).⁵⁰

Entre os vários grupos que se politizavam e agitavam o cenário no imediato pós-30, polarizaram-se adeptos do social-catolicismo de um lado e comunistas de outro. A afirmação é demonstrada numa carta de um membro do Clube Três de Outubro, endereçada a Vargas: “A questão social (...) pode ter duas soluções: uma materialista, defluente das teorias de Karl Marx e Engels; outra, a cristã, deduzida da Encíclica *Rerum Novarum* – de Leão (XIII)” (BUYS, 1981, apud BORGES, 1998, p. 161, parênteses nossos).

Desde a Primeira República, os ideais da Ação Católica contagiavam as elites católicas brasileiras e ganharam mais força no contexto em que ocorreu a Revolução de 30. Vavy Pacheco afirma que “a expressão ‘questão social’ (...) alinhava-se à idéia de revolução” (Idem) – essa expressão também é amplamente utilizada pela *Rerum Novarum* e pela Ação Católica, mostrando uma consonância de ideias entre o Estado, que se formava a partir do movimento de outubro, e a Igreja Católica. A aproximação entre o Cardeal Leme e Getúlio Vargas eram também indícios patentes disso.

Alcir Lenharo, na obra **A Sacralização da Política** (1986), mostra como o Estado Varguista aproximou-se da religião católica e apropriou-se de sua liturgia e ritos simbólicos, assim como de suas ideias do catolicismo social. A análise encontra respaldo na fala de Lindolfo Collor, a respeito da criação do Ministério do Trabalho. Em novembro de 1930, ele afirmou que a revolução e o ministério vieram para “substituir o

⁴⁹ O tema Revolução de 30 foi amplamente debatido na academia até a década 1990. Vavy Pacheco Borges escreveu um ensaio sobre a historiografia referente ao tema. Sua conclusão aponta duas tendências interpretativas sobre a eclosão da Revolução de 30. A primeira via no movimento uma vitória da burguesia industrial brasileira sobre os supostos resquícios semifeudais do Brasil, representado pelas antigas oligarquias da “República Velha”. Outra visão, como a de Barbosa Lima Sobrinho (contemporâneo aos acontecimentos), considerava a Revolução de 30 um simples rearranjo das oligarquias estaduais no Brasil, o que é corroborado por Boris Fausto (1997), uma das maiores autoridades no assunto. (BORGES, 1998, p. 175-177)

⁵⁰ Fazemos a afirmação, não obstante as ideias reinantes, na época, devido à insalubridade de capacidade política dos brasileiros. O “vazio de poder” representava também um “vazio de ideias”, segundo Oswaldo Aranha. (BORGES, 1998, p. 164).

antigo conceito de luta de classes, pelo conceito novo orgânico e construtor, humano e justo, de cooperação entre as classes” (COLLOR, 1981, apud BORGES, 1998, p. 161).⁵¹

No Vaticano, o papa Pio XI, em comemoração aos 40 anos da *Rerum Novarum* promulgou a encíclica *Quadragesimo Anno* (1931), no qual conferia uma proposta corporativo-social mais consistente e que rapidamente foi seguida pelos políticos brasileiros inclinados aos preceitos do catolicismo social.

Nesse sentido, Jessie Jane de Souza mostra como “o corporativismo católico (...) foi incorporado pelo Estado brasileiro” (SOUZA, 2002, p. 162). O alinhamento entre os ideais do catolicismo social e as ações do Estado Vargasista era patente na gestão de Salgado Filho (substituto de Lindolfo Collor) e, em seguida, de Agamenom Magalhães no Ministério do Trabalho. Mas foi na gestão do baturiteense Waldemar Falcão,⁵² durante o Estado Novo, que esse alinhamento tomou proporções maiores. Tal fato explica-se por ser o:

Ministro Falcão (...) um intelectual da Igreja. Havia sido um dos constituintes apoiado pela Liga Eleitoral Católica, da qual fora coordenador no Ceará (Baturité) (...). Como membro influente da Ação Católica, Waldemar Falcão assumiu o ministério com perspectiva de transformá-lo em instrumento de restauração cristã (Idem, p. 212, parênteses nossos).

Pela primeira vez, o Estado parece se inserir com força na “questão social”, aos moldes propostos pelo Socialismo Cristão. Uma marca dessa presença é encontrada no **Livro de Atas do Círculo Operário de Baturité** em fevereiro de 1931: o Círculo fez saudações ao presidente Getúlio Vargas.⁵³ Desde sua fundação, esta foi a primeira referência a um Presidente da República contida nas Atas.

⁵¹ A autora neste artigo também mostra a ampla aceitação da Revolução de 30 pelos mais diferentes setores sociais. A Revolução é vista como uma obra do povo brasileiro, sem um autor individual ou coletivo específico. Assim, os setores sociais os mais diversos denominavam-se sua vanguarda. (BORGES, 1998, p. 162-163).

⁵² Waldemar Falcão era natural de Baturité e membro da LEC. Foi deputado constituinte em 1933 e deputado federal em 1934. Em 1º de julho de 1935, assumiu o cargo de senador pela Assembleia Constituinte do Ceará. Entre 1937 e 1941, exerceu o cargo de Ministro do Trabalho durante o Estado Novo. (*Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, 2001, v. 2, p. 2078-2081)

⁵³ **Livro de Atas do Círculo Operário Católico de Baturité**. Baturité, 02 fev. 1931.

1.3. O Círculo Operário e a (trans) formação de uma cultura política no pós-30

A década de 1930 significou profundas mudanças nos Círculos Operários, em relação à sua organização e estruturação. Se durante a Primeira República, a atuação dos Círculos Operários restringia-se ao Ceará e a outras cidades do interior nordestino, a partir de 1932, esse movimento se espalhou por todo o Brasil. Dentro da nova conjuntura, o movimento difundiu-se a partir do Círculo Operário de Pelotas, no Rio Grande do Sul, para, em 1937, encontrar-se hierarquizado e centralizado nacionalmente no Rio de Janeiro.

Segundo Jessie Jane de Souza, os Círculos Operários surgiram em 1932, na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, fundado pelo padre Leopoldo Bentrano. Com esta periodização, sua obra (2002) ignora a atuação do movimento no Nordeste, antes daquela data. O próprio Leopoldo Bentrano, em 1937, quando da fundação da Confederação Nacional dos Operários Católicos (CNOOC) – e arregimentação dos Círculos Operários em federações subordinadas à mesma – reconhecia a existência de movimentos circulistas anteriores a 1932, no entanto, desqualificava suas atuações como inéptas e limitadas, pois:

Não estavam coordenadas em nível nacional (...). O argumento de Bentrano tem forte viés político, pois ele tenciona demarcar uma nova forma orgânica nacional e programática. Por esta razão, não enfatiza os processos anteriores e, ao contrário, tende a minimizá-los e mesmo a criticar sua eficácia, por considerar que seu raio de ação estava restrito a uma região ou localidade (SANTOS, 2004, p. 47).

A nosso ver, a atitude de Bentrano seguia a esteira da desqualificação que os ideólogos do Estado Novo faziam às associações e movimentos livres surgidos na Primeira República (vistas no subitem 1.1). Tal desqualificação ganhava mais fôlego quando esses movimentos vinham de regiões periféricas do Brasil (como o Nordeste), alcunhados como regionalistas. Além disso, o regionalismo parece não ser um argumento consistente, pois “a ação desenvolvida por estes círculos não diferiam dos objetivos instituídos posteriormente, por ocasião da padronização estabelecida no Congresso Operário de 1937” (Idem, p. 48).

Além disso, Bentrano bebeu da ideia dos Círculos Operários quando esteve no Ceará em 1931 e aproveitou o ideal circulista existente nesse Estado⁵⁴ para fundar o Círculo Operário de Pelotas. A grande difusão do movimento pelo Sudeste, a partir de Pelotas, tornou-o um importante líder do circulismo nacional, minimizando ou apagando a atuação dos Círculos Operários anteriores. Segundo Jovelina Santos (2004, p. 14), os Círculos Operários Católicos do Ceará imprimiram uma tácita resistência à hierarquização imposta em 1937, burlando algumas das regras impostas pela Confederação. Em verdade, os circulistas cearenses nunca aceitaram Leopoldo Bentrano como fundador do movimento e reivindicavam sua fundação para Guilherme Vaessen, em Fortaleza, no ano de 1915, como visto anteriormente. No entanto, suas vozes não encontravam eco frente à hierarquização dos Círculos Operários em âmbito nacional.

Dessa forma, os estudos em geral, tendem a considerar a fundação dos Círculos Operários em 1932, ignorando a atuação do movimento no Ceará entre 1915 e 1931. A periodização de Jessie Jane de Souza divide a trajetória dos Círculos Operários em fases: compreendidas de 1932-1937, quando da suposta fundação e difusão do movimento pelo Brasil; 1937-1945, quando o movimento encontrava-se rigidamente hierarquizado e atrelado ao Estado Novo; e 1946-1964, quando a Igreja reelaborava novas estratégias de atuação dos Círculos dentro do novo regime democrático vigente.

Seguindo Jovelina Santos (2004, p. 233), achamos pertinente e necessário também enquadrar os anos de 1915-1931 como um dos períodos a ser estudado pela historiografia dos Círculos Operários, englobando sua fundação e difusão pelo interior nordestino. No entanto, aqui enxergamos o segundo período, de 1932 a 1937, como de grande efervescência política dos Círculos Operários em geral, inclusive concernente ao Círculo Operário de Baturité e à atuação de Evaristo Lucena.

Durante esse período (1931-1937), os Círculos Operários cresceram em importância frente ao Estado varguista, seguindo a aceitação cada vez maior da proposta social do catolicismo pelos revolucionários de 30. Jessie Jane de Souza, seguindo outros autores, como Gomes (1987, pp. 88-108), concluem que a legislação trabalhista, em vigor a partir dos anos 1930 foi produto da aproximação do Ministério do Trabalho com os dirigentes dos Círculos Operários, já difundidos pelo Sul e Sudeste do país.

⁵⁴ **A Verdade**, 16 ago. 1931, p. 1.

Vimos no subitem anterior como estava consonante o Ministério do Trabalho com a proposta social da Igreja Católica. Assim, os Círculos Operários foram o meio pelo qual o Estado inspirou sua legislação trabalhista. Em 25 de setembro de 1933, os Círculos Operários foram considerados como “órgão de utilidade pública” (SOUZA, 2002, p. 192). Em 1937, com Waldemar Falcão, os Círculos passaram a ser órgão consultivo do ministério (Idem, p. 213). Assim:

A Igreja emprestava seu apoio à sacralização do trabalho (...). Mas o fazia por meio do circulismo (...) e por intermédio das assessorias estabelecidas junto ao Ministério do Trabalho (...) na elaboração do arcabouço jurídico que enquadraria até o final dos anos 1940 a totalidade do mundo do trabalho (SOUZA, 2002, p. 208).

Em relação ao Círculo Operário de Baturité, a influência e o crescimento que o movimento tomava, sobretudo com a aproximação do Estado, dão indicações de que a conjuntura seguinte à Revolução de 30 tenha influenciado as decisões de Evaristo Xavier de Lucena, no tocante à sua autonomia como presidente do Círculo Operário. Em fevereiro de 1931, anunciou ao Círculo Operário a fundação de uma Escola Gratuita para crianças pobres.⁵⁵ Parecem ser indícios de uma atuação que se dava independentemente de Ananias Arruda como instrutor – já que este estava ligado a quase todas as instituições pedagógicas na cidade.

A Escola significou um espaço em que Evaristo Lucena podia expressar, de maneira mais livre e espontânea suas ideias, o que não deixava de ser uma reapropriação que fazia do Círculo Operário. Através dessa Escola, ele formou uma geração de músicos novos na cidade. Davam-se aulas de vários instrumentos musicais, além de ofícios, como a carpintaria e sapataria.

Evaristo Xavier de Lucena parecia ter conseguido, na Escola, um espaço que até então não encontrava no Círculo Operário. Sua função, como presidente (controlada pelo instrutor Ananias Arruda), limitava-se, na década de 1920, à administração do Círculo Operário (construção da sede, organização das festas etc.). As funções pedagógicas e formativas cabiam ao instrutor. A partir da fundação da Escola, as funções pedagógicas de Ananias Arruda, passaram a ser partilhadas com Evaristo Lucena.

⁵⁵ **A Verdade**, 15 mar. 1931, p. 2.

O sapateiro passou, assim, a ter um grau de liberdade maior, de expor e expressar suas ideias e saberes. Ele passou a ter uma função também criativa, e não meramente administrativa. Publicamente, Ananias Arruda parabenizou Evaristo Lucena pela fundação da Escola, mas indícios levam a crer que a instituição pedagógica do sapateiro lhe tenha incomodado, como se verá mais à frente. Um motivo cabível para tal mostra-se no caráter popular da Escola de Evaristo, junto (ou contrapondo-se) a uma pedagogia oficial católica.

Evaristo Lucena foi mais influenciado pela intensa mobilização da Igreja Católica nos meses seguintes após o Movimento de Outubro. 1931 parece ter sido o ano de consubstanciação de suas forças, representada no apoio que o Cardeal Sebastião Leme⁵⁶ forneceu a Getúlio Vargas no campo político. (GOMES; FERREIRA, 1989, p. 268) Assim, a atuação da Igreja junto à heterogênea composição étnica, econômica e social da população efetivou-se no pós-30. Durante os primeiros anos do governo Vargas, o movimento da Ação Católica ganhou novo fôlego e novas adesões, aproximando-se de configurações mais populares.

A incursão da Igreja junto ao operariado e a defesa da “questão social” eram patentes no ano de 1931. Uma matéria de primeira página do jornal **A Verdade**, em janeiro daquele ano (três meses após o movimento de Outubro) é demonstrativo disso. O artigo tinha como título, mais uma vez a recorrência do termo “A Questão Social”:

Volta a prender a atenção dos homens de governo no nosso país e também da imprensa em geral a chamada questão social, ou seja, a questão operária. Com o advento da revolução, a crise de trabalho, que já se fazia sentir grandemente nos últimos tempos do regime deposto, aumentou de maneira assustadora e, hoje (...) contam-se por milhares o número de desocupados.

Ora, é lógico que todo esse exército de famintos não ficará inativo nem se deixará morrer como onças acuadas. Não somente gritará por emprego, como poderá empregar meios ilícitos para alcançar o com que matar a fome própria e dos seus.⁵⁷

⁵⁶ Dom Sebastião Leme foi Arcebispo de Olinda durante as décadas de 1910 e 1920 e tornou-se cardeal em 1930, após a morte do Cardeal Arcoverde. Dom Leme foi um dos arcebispos mais atuantes concernente à chamada Questão Social e propunha um movimento de revitalização da Igreja. Foi um dos principais responsáveis pela politização conferida a esta instituição durante os anos Vargas, por meio da reorganização da Ação Católica. (VILLAÇA, 1974, p. 84; SOUZA, 2002, p. 131)

⁵⁷ **A Verdade**, 18 jan. 1931, p. 1.

O artigo prossegue criticando a “onda bolchevista”, afirmando que o comunismo não tiraria os trabalhadores da miséria, proclamando como única solução as diretrizes da Igreja Católica. A suposta “onda de comunismo” levaria o Arcebispo de Fortaleza, em fevereiro, escrever sobre a proposta de harmonização entre capital e trabalho advinda a Igreja:

É mais necessário que os ricos se lembrem de seus deveres christãos para com os pobres [...]. A doutrina da Igreja não prevê apenas os direitos dos que propriamente são chamados de pobres, mas regula a relação também entre os chamados ricos e proprietários, entre patrões e operários. Estes têm direito a salários proporcionados a suas legítimas necessidades, e devem ser tratados como irmãos, membros do Corpo Místico de Jesus Christo, isto é, da Igreja.

Por consequência, deve-se melhorar as condições do operário, cuidar do seu bem estar material e moral e dar-lhes os meios justos de irem melhorando sua situação na sociedade, pelo esforço inteligente e pela economia bem entendida. Os propagadores do comunismo calumniam a Igreja dizendo que ella só defende os ricos, e procura enganar os pobres; pelo contrário, é ella a protectora destes contra seus opressores, mostrando energicamente a estes que commettem um crime passível de castigos eternos, si não cuidam eficazmente do corpo e da alma de seus operários, respeitando os direitos que lhes foram dados pelo próprio Deus. Basta ler a encíclica “Rerum Novarum”, de Leão XIII, para ver que só a doutrina da Igreja é a solução prática e legítima da questão social. Bastaria, pois, lembrar aos ricos os direitos dos pobres, e aos pobres os direitos dos ricos, para que uns e outros conhecessem seus deveres...⁵⁸

Se, por um lado, Evaristo Lucena ganhava uma margem de liberdade como presidente, na fundação de sua Escola Noturna; por outro lado, era uma liberdade que se perfazia aos moldes da doutrina social católica, o que não deixava de ser uma resignificação da doutrina. Em 19 de março de 1931, durante a festa de São José,⁵⁹ os sócios construíram uma estátua de São José, que carregava um escudo, escrito: “Deus, Pátria, Família”.⁶⁰ São José era também o patriarca do Círculo Operário, por ser associado ao

⁵⁸ Dom Manoel. **A Verdade**, 08 fev. 1931, p. 1.

⁵⁹ Até hoje, o dia de São José é feriado estadual no Ceará, por sua ligação com o fenômeno das secas. Dizia o sertanejo, em sua tradição popular, que se chovesse até o dia de São José, haveria período de chuvas no Ceará, caso contrário, o ano seria de seca.

⁶⁰ **A Verdade**, 22 mar. 1931.

ofício de carpinteiro e à pobreza.⁶¹ As comemorações aludidas se deram no contexto de uma aproximação com a recém-fundada Legião Cearense do Trabalho (LCT) – movimento de caráter conservador, que visava a disciplinar o operariado aos moldes do catolicismo social.

A Legião Cearense do Trabalho foi fundada pelo tenente Severino Sombra, apresentou características parecidas com as da Ação Integralista Brasileira (AIB), que surgiria mais de um ano depois. A LCT teve ampla aceitação da Igreja Católica no Ceará e dos Círculos Operários. (CORDEIRO JÚNIOR, 2000; PARENTE, 1986). De acordo com Josenio Parente, “o Círculo Operário (...) de Baturité (foi) o primeiro fora da capital a se filiar ao movimento de Sombra” (1986, p. 96, parênteses nossos). Isso demonstra o grau de alinhamento em que a instituição local mantinha com os preceitos do movimento social católico.

Em um período de intensa mobilização política como o imediato pós-30, até os movimentos mais conservadores poderiam tomar medidas, vista por muitos, como radicais. Nesse sentido, a LCT apoiou uma greve promovida por operários da *Light*, em Fortaleza. Sua incursão durante a greve foi a de mediadora entre as reivindicações dos operários com os diretores ou proprietários da empresa *Light*. Antes da institucionalização das Juntas de Conciliação, criada pelo Governo Provisório de Getúlio Vargas, em novembro de 1932, era a Legião Cearense do Trabalho a mediadora dos conflitos patrão-empregado em Fortaleza e nas cidades de sua influência (CORDEIRO JÚNIOR, 2000). O movimento teve ampla adesão dos trabalhadores da Capital e do interior, fazendo-o ter uma considerável representação popular.

Com a chegada ao Ceará da Ação Integralista Brasileira, em 15 de novembro de 1932, ocorreu uma aproximação dos dois movimentos. Passou, assim, o Capitão Jeová Mota⁶² a chefiar tanto a LCT, quanto a AIB do Ceará. João Ramirez Regis (2008) mostra que a AIB, no Ceará, por ter surgido a partir de um movimento anterior – mas de caráter

⁶¹ Existe também a ligação simbólica de São José com o trabalho. Era o santo (na acepção do sertanejo) responsável pelas chuvas no nordeste, o que garantiria a safra de milhares de famílias agricultoras e evitaria que se tornassem retirantes. Com isso, seriam poupadas das péssimas condições das frentes de trabalho promovidas pelo Estado.

⁶² Jeová Mota, a partir de 1932, ficou na chefia da LCT, no lugar do Tenente Severino Sombra. Este deixara a LCT para lutar na Revolução Constitucionalista, em 1932, contra Vargas. Derrotado, exilou-se em Portugal. Quando voltou a Fortaleza, encontrou o movimento que fundara descaracterizado pela aproximação com a AIB. Em 1934, num congresso do movimento, retrucaria com Plínio Salgado a liderança da AIB, alegando ter sido o primeiro no Brasil a fundar um movimento naqueles moldes. (PARENTE, 1986; REGIS, 2008).

semelhante como a LCT – teve que conviver com certas peculiaridades que não caracterizavam o integralismo no âmbito nacional.⁶³

A atitude de Evaristo Lucena, em relação à influência e fusão da LCT ao Círculo Operário, em 1931, deve ser mais bem pesquisada e avaliada. Por enquanto, não há indícios que tenha exercido alguma resistência em relação à Legião Cearense do Trabalho, talvez até o contrário. Possivelmente, o sapateiro tenha até recebido com simpatia a filiação ao movimento de Sombra em 1931, mas não podemos dizer o mesmo em relação a um pretense aparelhamento (frustrado) entre o Círculo Operário de Baturité e a AIB em 1935. Foi nesta nova formatação política local que Evaristo alcançou o ponto culminante de sua ação política, gerando, talvez, as transformações mais profundas em sua forma de enxergar o universo do político.

1.4. Evaristo Lucena e a política: “nem tão longe que não possa ver, nem tão perto que possa tocar”

No final de 1932, a atuação política de Evaristo alcançou um novo patamar quando ele se filiou à Liga Eleitoral Católica (LEC),⁶⁴ inaugurando, assim, outra esfera de participação política do sapateiro – a militância em uma organização partidária. Suas vivências na cultura política de sua cidade (ou no universo do político) configuraram-se de três maneiras distintas. Inicialmente atuou como artista, músico renomado e reconhecido em sua localidade, influenciando o universo cultural local. Angela de Castro Gomes, em “A Nova ‘Velha’ República” (2009), caracterizou o alcance da participação política (popular) na Primeira República. Os estudos empíricos que realizamos sobre a atuação de Evaristo Lucena apenas confirmam as análises da autora.

⁶³ Como movimento com expressiva representação junto aos setores médios urbanos, a AIB teve que conviver com práticas “coronelistas”, ainda vigentes no interior do Ceará na década de 1930.

⁶⁴ A Liga Eleitoral Católica foi fundada pelo cardeal Leme sob os auspícios do movimento da Ação Católica em outubro de 1932, representando a inserção da Igreja Católica no campo da política eleitoral. Seu objetivo principal era garantir as reivindicações básicas da Igreja Católica na Assembleia Nacional Constituinte de 1934. No Brasil em geral, a LEC apoiava os partidos governistas (dos interventores), no Ceará, tomou ares de partido independente, sendo este um comportamento facilitado pela atitude neutra do interventor do Ceará, capitão Carneiro de Mendonça. (SOUZA, 2000, p. 302; PANDOLFI, 1980, p. 370)

Como visto, o alcance político de suas atividades artísticas gerou um ambiente propício, para que, em 1924, galgasse o cargo de presidente do Círculo Operário Católico. Evaristo começou a atuar, então, em outra esfera da cultura política – o associativismo operário – mesmo que baseado em ideias conservadoras. Em “Política: história, ciência, cultura etc.”, Gomes, aponta dois objetos de estudo privilegiados pela historiografia política: o sindicato e partido. (1996)

Com a filiação de Evaristo na Liga Eleitoral Católica, ele fechou um ciclo de três possíveis maneiras de atuar no político, apontados por Gomes, em seus dois ensaios.⁶⁵ Da banda de música alcançou o associativismo operário, e do associativismo operário filiou-se a uma organização de caráter eleitoral e partidário.

A Liga Eleitoral Católica surgiu a partir da necessidade da Igreja Católica de se inserir na política de forma mais ativa. A conjuntura político-sindical demonstraria isso: a Lei de Sindicalização do Trabalho, promulgada no início de 1932, visava a centralizar todos os sindicatos e corporações dentro de uma federação única. As corporações confessionais católicas, inclusive os Círculos Operários, foram excuídas de tal lei, o que gerou críticas da Igreja.⁶⁶

Como reação, ela compôs um documento intitulado “Catecismo do Cidadão Católico”. Era uma espécie de cartilha, tendo em vista fornecer diretrizes às atribuições entre Igreja e Estado. A principal reivindicação da Igreja – no tocante ao que se denominou de “atribuições mistas”, entre Igreja e Estado – era a regulamentação do casamento (proibição do divórcio), do ensino religioso e a independência dos sindicatos confessionais católicos.

Com as perdas sofridas na Lei de Sindicalização do Trabalho, restava a Igreja Católica conquistar representação parlamentar no âmbito da Assembleia Constituinte, a ser convocada, para defender as propostas de atribuições mistas. Apesar da conjuntura de instabilidade, a Igreja acalentava também o desejo de recuperar seu espaço político, que fora perdido desde a adoção da República. Assim, a LEC foi fundada em outubro de 1932, no Rio de Janeiro, por iniciativa do Cardeal Dom Sebastião Leme. Em novembro,

⁶⁵ A Nova ‘Velha’ República: um pouco de história e historiografia. In **Revista Tempo**, [s. l.] n. 26, janeiro de 2009, pp. 1-14; e Política: história, ciência, cultura etc. In **Estudos Históricos** – Historiografia, Rio de Janeiro, FGV: v. 9, n. 17, 1996, pp. 59-84.

⁶⁶ **A Verdade**, 03 mar. 1932, p. 1.

criou-se um núcleo em São Paulo e nas principais capitais brasileiras. Em dezembro, eles se espalharam pelo interior do Brasil, principalmente nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Bahia, Pernambuco e Ceará. (SOUZA, 2002; REGIS, 2008; GOMES, 1980).

Antes de ser um partido político, a Liga Eleitoral Católica era uma organização política, a qual visava a apoiar outros partidos políticos (ou mesmo políticos individualmente) que se comprometessem a defender, na Constituinte, as atribuições mistas já aludidas. De maneira geral, apoiou os partidos formados pelos interventores em cada Estado, desde que apoiassem suas reivindicações mínimas.

Em São Paulo, a LEC apoiou a Frente Única Paulista, que agregava os dois principais partidos do estado: o Partido Republicano Paulista e o Partido Democrático. (GOMES; LOBO; COELHO, 1980, p. 272). Embora a LEC fizesse oposição declarada aos interventores paulistas Valdomiro Lima (janeiro a agosto de 1933) e Armando de Sales Oliveira (agosto de 1933 a abril de 1935), por suas posições a favor do divórcio e do estado leigo, abriu uma concessão à Chapa Única por São Paulo Unido, sob a liderança de Sales Oliveira, mediante a garantia de apoio a seus postulados básicos.⁶⁷

No Rio Grande do Sul, o Partido Republicano Liberal, do interventor Flores da Cunha, também adequou seu programa para angariar o apoio da Liga Católica. (CASTRO, 1980, p. 66). Em Minas Gerais, o seu apoio consistiu ao situacionismo do Partido Progressista.

Em Pernambuco, o interventor Lima Cavalcanti, sob as influências de Juarez Távora, então ministro da Agricultura de Vargas, arregimentou forças para criação Partido Social Democrático (PSD), que ganharia filiais nos principais estados do Nordeste, como Bahia e Ceará. (PANDOLFI, 1980, p. 380) Dos 17 deputados da bancada pernambucana para a Assembleia Constituinte, 15 foram eleitos pelo PSD, com apoio da LEC. O PSD também recebeu apoio da LEC na Bahia. No entanto, o caso do Ceará mostrou-se diferente. (Idem, p. 387).

⁶⁷A tensa disputa para as eleições de maio de 1933 para a Assembleia Constituinte no estado de São Paulo ocorreu entre dois polos. De um lado o interventor Valdomiro Lima, com o Partido da Lavoura e o Partido Socialista Brasileiro. De outro lado, a Frente Única Paulista (Partido Democrático e Partido Republicano Paulista) mais a Federação dos Voluntários e a Liga Eleitoral Católica organizaram a Chapa Única por São Paulo Unido. A Chapa Única obteve esmagadora vitória. (**Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**, 2001, v. 3, pp. 3194-3195 e v. 4, pp. 4283-4285)

Assim como em Pernambuco, o PSD no Ceará sofria forte influência da família Távora, que fora aliada a Ananias Arruda durante a Primeira República. Após a fundação do PSD no Ceará, a LEC, que tinha entre seus filiados membros da família Arruda, não apoiou o partido. A Liga Eleitoral Católica no Estado apresentou, assim, peculiaridades, pois se portou independentemente dos outros partidos. No Ceará, a LEC teve uma atuação comparada a de um partido político independente.

A presidência da Liga Eleitoral Católica do Ceará coube a Edgar Arruda, parente distante de Ananias Arruda, que por sua vez, presidiu o núcleo de Baturité. A partir da fundação da Liga, o mesmo inaugurou sua participação na política eleitoral, posição que, como visto, ele recusava durante a Primeira República, seguindo as diretrizes da Igreja Católica.

Se a LEC de Baturité contou com a emergência de Ananias Arruda na política, João Ramos (Figura 4),⁶⁸ antigo político da Primeira República (herdeiro do cafeicultor Alfredo Dutra), passou a fazer-lhe oposição na condição de presidente do PSD local. Inaugurava-se, assim, uma nova fase de disputas políticas na cidade.

A oposição da LEC no Ceará aos Távoras merece ser melhor pesquisada. Uma pista que pode levar a resultados são os oito meses de interventoria de Manoel Fernandes Távora, que foi acusado de ser complacente com os políticos tradicionais.⁶⁹ Outro fato que deve ter influenciado foi o surgimento precoce da LEC no Ceará em relação ao PSD, que aglutinaria as forças políticas contrárias aos Távoras. Se a polarização LEC x PSD fosse um fenômeno somente de Baturité, explicaríamos as disputas por uma simples oposição local entre as famílias Arruda e Dutra-Ramos. Não foi o caso, já que tal oposição ocorreu em todo o Estado do Ceará. (PANDOLFI, 1980, p. 370).

Se a polarização LEC x PSD fosse um fenômeno somente de Baturité, explicaríamos as disputas por uma simples oposição local entre as famílias Arruda e

⁶⁸ João Ramos foi chefe político local, genro e herdeiro – tanto político quanto econômico – do coronel Alfredo Dutra, cafeicultor e uma das figuras mais influentes na política de Baturité. A família de Ramos, extensa a de Alfredo Dutra, exerceu o domínio político na cidade de Baturité por grande parte da Primeira República. MENDES JÚNIOR, Mário. Alfredo Dutra de Souza. Um projeto de Biografia. *Maninho do Baturité*. Um pouco da história da cidade de Baturité/CE e seus filhos. [Fortaleza]. 27 out 2010. Disponível em: <<http://www.maninhodobaturite.com.br/?p=493>>. Acesso em: 10 mar. 2011.

⁶⁹ Em Baturité, por exemplo, foi Alfredo Dutra, antigo “coronel”, o escolhido por Fernandes Távora como prefeito, logo após a deflagração da Revolução de 30, ocupando o cargo de outubro de 1930 a junho de 1932 (CATÃO, 1937, p. 71).

Figura 4 – Fotografia de João Ramos em um sítio de café



Fonte: Arquivo particular do senhor Mário Mendes Júnior.

Dutra-Ramos. Não foi o caso, já que tal oposição ocorreu em todo o Estado do Ceará. (PANDOLFI, 1980, p. 370).

Outro grupo político que surgiu no Ceará, dentro da mesma conjuntura, foi a Ação Integralista Brasileira, que como visto, tinha ideias semelhantes da então existente Legião Cearense do Trabalho (LCT).

Assim, a LEC surgia dentro de uma aliança tríplice: muitos membros da recém-fundada LEC, que antes eram pertencentes à LCT, também acabaram por se filiarem à AIB. Temos o exemplo de Jeová Mota, que era dirigente da Legião Cearense do Trabalho em julho de 1932, meses depois, filiou-se à Liga Eleitoral Católica, quase ao mesmo tempo em que se tornou o dirigente da AIB no Ceará.

Círculos Operários, Legião Cearense do Trabalho, Liga Eleitoral Católica, Ação Integralista Brasileira: temos quatro instituições distintas, mas com ideias análogas.⁷⁰ Talvez, por causa dessa miscelânea de propostas – que partiam de um mesmo fundo social católico, mas que não deixavam de ter suas particularidades – a Ação Integralista Brasileira teria que esperar até 1934 (mais de um ano) para começar a encontrar terreno para a fundação de núcleos pelo interior do Estado. A relativa demora nos fornece uma hipótese de que houve certa resistência nas referidas cidades a aderirem ao integralismo.⁷¹ Isso se explica pela grande popularidade que a LCT já mantinha nas cidades cearenses, o que talvez não deixasse espaço ideológico para a difusão da AIB.

Se na capital a LCT era unida à AIB, tal união não se efetivava ainda na maioria das cidades do interior. Somente a partir de 1935, o integralismo se inseria profundamente no interior do Estado, tendo como principais cidades de atuação Limoeiro do Norte, Quixadá e Barbalha. (PARENTE, 1986; REGIS, 2008)

A complexidade de atribuições institucionais aludida anteriormente ocorria também nos Círculos Operários, tanto no interior quanto na capital. No caso de Baturité, vemos uma aproximação do Círculo com a LEC, pois as reuniões políticas desta ocorriam na sede daquele. Isso contribuía também para que Evaristo Lucena ampliasse sua experiência de participação política e conhecesse de perto o mundo dos políticos profissionais.

As relações entre Ananias Arruda e Evaristo Lucena, concernentes à LEC, mostravam-se relativamente em consonância. O jornal **A Verdade**, de propriedade de Ananias Arruda, antes fazia referências esparsas ao nome do sapateiro, que somente aparecia através de seu cargo de Presidente do Círculo Operário. Depois da fundação da LEC, passou também a lhe render homenagens mais diversificadas: como por ocasião do

⁷⁰ Suas sutis diferenças ocorreram na abordagem social proposta. Os Círculos Operários e a Legião Cearense do Trabalho tiveram uma proposta mais voltada para a esfera do trabalho e a incursão sobre o operariado; ao passo que a LEC e a AIB tinham uma tendência mais voltada para as classes médias e as elites, ou seja, mais voltadas para as campanhas eleitorais e a política profissional. (PARENTE, 1986; REGIS, 2008)

⁷¹ No caso de Baturité, tal hipótese é demonstrada empiricamente por um depoimento de Evaristo Lucena, mostrando-se contrário ao integralismo, que será apresentado mais a frente. O núcleo da AIB de Baturité surgiria somente em 1935, em três anos de atraso em relação à fundação da AIB da capital e um ano de atraso em relação às principais cidades do interior. (**A Verdade**. Baturité, 07 mar. 1937, p. 4)

aniversário de sua banda de música em 1933 e do seu próprio aniversário em outubro de 1934.⁷²

Embora tivesse um papel secundário na Liga, havia uma margem de participação política simbólica, concedida a Evaristo pelos dirigentes da LEC. A margem de politização popular na cidade efervesceria-se com a visita do presidente Getúlio Vargas a Baturité, em setembro de 1933. A primeira viagem oficial de um Presidente da República ao norte do país causou grande comoção na cidade e contribuiu para a manutenção de um clima de civismo e ordem dentro dos grupos políticos.⁷³ O jornal registrou que o “povo” aguardava ansiosamente pela chegada de Getúlio Vargas, junto às autoridades locais e estaduais, na estação da estrada ferroviária, que passaria pela cidade, vindo de Fortaleza.⁷⁴ Esse clima passava a ideia de um projeto conjunto e harmônico entre elites governantes e a população (Figura 5).

Figura 5 – Fotografia de políticos da LEC cearense – Waldemar Falcão, Ananias Arruda e Menezes Pimentel, da esquerda para direita – com Evaristo Lucena – de perfil à esquerda – e a população local



Fonte: Instituto Histórico e Antropológico do Ceará

⁷² **A Verdade**, 19 fev. 1933, p. 4; 28 out. 1934, p. 1.

⁷³ **A Verdade**, 17 set. 1933, p. 1.

⁷⁴ **A Verdade**, 24 set. 1933, p. 1.

Capítulo 2 – Os Coronéis: a alta parentela de Baturité

Neste Capítulo, analisamos as disposições das alianças parentais das principais famílias de Baturité, que se inseriam entre as elites políticas locais, durante a Primeira República e a Era Vargas. A partir da realização de uma prosopografia introdutória dessas elites, vimos as relações diretas que as alianças familiares mantinham com os grupos políticos e partidos existentes, sob o sistema do coronelismo.

Para a análise, escolhemos três famílias-base: a família Dutra-Ramos, representante dos políticos agroexportadores tradicionais, que detinham o poder político pela maior parte da Primeira República; a família Arruda, ligada às famílias católicas da cidade, que na Primeira República estavam dispersas nos partidos políticos existentes, e que na Era Vargas aglutinaram-se em torno da LEC; e a família Mendes-Maciel, representante das altas camadas médias urbanas, que, em momentos diferentes, perfizeram oposição política a ambas as famílias acima, aliando-se à adversária.

Seguindo as ideias de Heráclio do Rêgo (2008), enxergamos na família extensa brasileira o espaço, por excelência, onde atuavam as práticas clientelistas nas políticas públicas. Elas alimentavam o fenômeno político do mandonismo-coronelismo no meio rural e ainda perduravam nas sociedades urbanizadas ulteriores, mostrando que o clientelismo estava menos vinculado a um sistema ou estrutura política, do que a práticas de uma Cultura Política brasileira.

Segundo o autor, a família era a maior clientela política de um coronel (RÊGO, 2008, p. 41). Em uma sociedade em que as alianças familiares travestiam-se de conteúdo político-partidário, os direitos e deveres eram mais vividos de forma privada – nos seios das parentelas – do que emanados pelo Estado brasileiro, o que caracterizava as práticas aludidas acima. A ocupação dos cargos públicos era quase sempre manipulada segundo a disposição parental dos sujeitos, chegando ao extremo de Heráclio do Rêgo concordar que “fora da família o indivíduo não tinha nenhum direito” ou que a família era “um motor para todas as promoções sociais” (MATTOSO, 1992, pp. 76-7 apud RÊGO, 2008, pp. 14-15), mostrando o quanto intrínseco estava o clientelismo (político-familiar) à cultura política das elites brasileiras.

2.1. As bases econômicas e a formação das elites de Baturité

Durante os séculos XVII e XVIII, sob a alegação de guerra justa, várias tribos indígenas do interior cearense foram massacradas por sesmeiros e as tribos subjugadas foram reunidas em aldeamentos jesuíticos. Baturité – a exemplo da maioria das vilas cearenses fundadas durante a ocupação do território da capitania do Siará-Grande – surgiu a partir de um dos aldeamentos mencionados acima. (PINHEIRO, 2000, pp. 17-35)

Em 1655, os jesuítas reuniram as tribos indígenas Jenipapo e Canindé no território do maciço de Baturité. No ano de 1764 foi fundada a então Vila Real de Monte Mor, o Novo d'América, que contou com a reunião de uma terceira tribo (os Quixelôs) – ajuntamento necessário para completar o número mínimo de casais exigidos pela Coroa Portuguesa para a fundação de uma vila. Os poucos fazendeiros,⁷⁵ que rodeavam a aldeia indígena e posteriormente Monte Mor, quando elevada a *status* de vila, viviam basicamente da economia do gado, sendo complementada por incipientes roçados de algodão. (CATÃO, 1937, p. 63; ARRUDA, 1983, p. 13)

Até o início do século XIX, a província do Ceará vivia basicamente da pecuária e das oficinas de charque, implantadas em Aracati. A criação de gado ocorria nas regiões interioranas da província, principalmente em Icó (porta de entrada para a ocupação do interior cearense). Tal atividade servia para abastecer o mercado interno de carnes nas cidades e vilas. Há casos em que a pecuária, em certos confins do sertão cearense, era baseada em relações amonetárias, pelos relatos do viajante inglês Henry Koster, no início do século XIX (ABREU, 1907, p. 65; MESGRAVIS, 1998, p. 52-3).

As serras, por outro lado, tinham o papel de servir como celeiros para a subsistência da população quando ocorriam as periódicas secas. Durante a época de estiagem, os grandes fazendeiros de gado retiravam-se com sua família e agregados para os terrenos férteis e úmidos das serras, a fim de manterem sua subsistência e alimentarem o gado sobrevivente. Após a estiagem, retornavam às fazendas e às atividades pecuárias no sertão, deixando as serras ocupadas apenas por alguns agregados, os chamados “moradores” (FARIAS, 2001, p. 23). A ocupação dos terrenos das serras (impróprias para a criação de gado) foi, portanto, relegada a um papel secundário, o que favoreceu ali uma estrutura agrária baseada nos

⁷⁵Para termos uma ideia, quando da fundação da então vila de Monte-Mor, a população era de mais de quinhentos índios e nove brancos. (ARRUDA, 1983, p.13)

minifúndios. Dessa forma, constituíram-se na província do Ceará extensas fazendas de gado no sertão e pequenos sítios policultores nas áreas de serra.

A partir de meados do século XIX, começaram a despontar no Ceará atividades agrícolas voltadas para a exportação, de produtos como o algodão, cultivado no sertão, e o café, produzido nas regiões serranas (LIMA, 2000, p. 96-8). Estas novas atividades econômicas concorreram para o crescimento do comércio. O café chegou ao Ceará, em 1743, pelas mãos de José de Xerez Furna Uchoa, que trouxe as mudas da França. Elas foram plantadas no sítio Santa Úrsula, em 1747, localizado na serra da Meruoca. (Idem, 1994, p. 97). A partir daí, gradualmente, a cultura do café foi se espalhando pelas serras existentes no Ceará. No final do século XVIII, as plantações cafeeiras se limitaram a pequenas áreas, produzindo para o consumo de poucos, e no século XIX, com sua introdução na Serra de Baturité, a produção se tornou mais expressiva. (Idem)

No município de Baturité, as sementes de café foram introduzidas, em 1824, por Antônio Pereira de Queiroz (vindas da “serra” do Araripe) e por Felipe Castelo Branco (originárias do Pará). Dentre os primeiros cafeicultores em Baturité figuraram também as famílias Holanda, Linhares e Caracas. (Idem)

Devido a uma relativa ascensão econômica que a cultura do café forneceu a algumas famílias da Serra de Baturité, o historiador cearense Raimundo Girão⁷⁶ afirma:

No Ceará não é possível falar numa aristocracia do café como a do Rio de Janeiro e de São Paulo. No entanto, merece destaque a pequena nobreza dos cafezais baturiteenses, de famílias ricas com hábitos e costumes mais apurados e projeção social mais saliente (...) das quais hão saídos homens ilustres. (GIRÃO, 1947, p. 371-2, apud, LIMA, 1994, p. 99-100).

A cultura do café legou à elite de Baturité do século XIX um relativo crescimento econômico, o que contribuiu para que, em 1858, a então vila (que já tinha mudado o nome de Monte-Mor para Baturité em 1830) alcançasse o *status* de cidade. Demonstrando uma importância nascente frente à economia cearense.

Se no Ceará o café foi uma atividade econômica restrita às regiões de serras, principalmente na Serra de Baturité, a economia algodoeira alastrou-se por toda a província.

⁷⁶ Raimundo Girão fez parte de uma geração de historiadores cearenses amadores do início do século XX, que compreendia outros nomes, como o de João Brígido, Paulino Barros Leal, Pedro Catão e o Barão de Studart.

O algodão chegou a alcançar exportação em larga escala, devido à demanda da indústria têxtil inglesa, que sofria com a falta de fornecimento do algodão americano, interrompido pela Guerra de Secessão na década de 1860. (LIMA, 1994, p. 94). Após a guerra civil e, por conseguinte, com a recuperação da produção americana, o algodão passou, durante a década de 1870, por uma crise de superprodução, no Ceará, amenizada, em parte, pela demanda da incipiente indústria têxtil paulista. (TAKEYA, 1990, p. 164).

Mediante a necessidade de um escoamento mais eficiente desses dois produtos de exportação para o porto de Fortaleza, foi promovida pelo Governo Imperial a construção da Estrada de Ferro de Baturité, em 1872. O objetivo era ligar 110 km de trilhos de Fortaleza até o interior cearense.⁷⁷ Antes da ferrovia, as sacas de café eram transportadas para o porto de Fortaleza em lombo de burro.

Após a inauguração da estação da Estrada de Ferro em Baturité em 1882, a exportação do café, no Ceará, batia recordes internos de vendas (Tabela 1) e a elite agrária

Tabela 1 – Exportação de café no Ceará

Período	Quantidade (em quilogramas)
1846-1851	363.431
1851-1856	1.257.644
1856-1861	3.292.810
1861-1866	8.120.761
1866-1871	4.079.897
1871-1876	6.280.924
1876-1881	4.324.671
1881-1886	9.643.553
1886-1891	6.649.360
1891-1896	6.542.211
1896-1903	372.608

Fonte: LIMA, 1994, p. 99

⁷⁷ No capítulo 3, nos deteremos aos detalhes sobre a construção da Estrada de Ferro de Baturité por trabalhadores-retirantes da seca de 1877 e 1887.

baturiteense conhecia seu período áureo. No final do século XIX, algumas famílias conheceram uma relativa opulência devido aos lucros auferidos pela exportação do café, contribuindo para fornecer uma base econômica mais sólida para a configuração do chamado “mandonismo local” e, a partir da Primeira República, do denominado sistema coronelista proposto por Vitor Nunes Leal (1997).

Como um dos mais significativos representantes das tradicionais “famílias ricas” do café, no final do século XIX, estava o proprietário rural Alfredo Dutra.⁷⁸, um dos cafeicultores mais importantes da cidade⁷⁹, e foi a partir dele que se estabeleceu a primazia política dentro do sistema de mando – sistema coronelista – durante a Primeira República.

O crescimento econômico de Baturité, baseado principalmente no café, na cana de açúcar e no algodão, atraiu também imigrantes vindos de outras cidades, onde as secas dificultavam a criação de gado. Estes abandonavam ou vendiam suas fazendas estéreis nas paragens dos sertões mais secos, e com algum capital inicial, tentavam a vida a partir das crescentes atividades comerciais.

Desde a segunda metade do século XIX, com a expansão das culturas de café e algodão e, principalmente com a construção da estrada de ferro, a conjuntura econômica favoreceu as atividades comerciais, que, por sua vez, configuraram uma relativa e incipiente urbanização, no alvorecer do século XX.

Com os lucros auferidos no comércio, muitos acabavam comprando terras, incorporando-se à classe dos proprietários rurais. São exemplos desse grupo: o capitão Miguel Arcanjo de Aguiar Arruda – pai de Ananias Arruda – e o major Pedro Mendes Machado.⁸⁰ O primeiro chegou a Baturité em 1891, saindo da fazenda Bilheiro, no município de Sobral; já o segundo saiu de Quixeramobim, na região do Sertão Central, fugindo de sangrentas disputas

⁷⁸ Além de outros nomes como João Cordeiro e José Pacífico Caracas, Epifânio Ferreira Lima etc.

⁷⁹ Mário Mendes Júnior publicou uma pequena biografia de Alfredo Dutra em seu *blog*. Segundo ele, foram feitas pesquisas documentais nos arquivos da Assembleia Legislativa cearense e junto aos familiares, para o resgate das memórias de Alfredo Dutra. MENDES JÚNIOR, Mário. Alfredo Dutra de Souza. Um projeto de Biografia. **Maninho do Baturité**. Um pouco da história da cidade de Baturité/CE e seus filhos. [Fortaleza]. 27 out 2010. Disponível em: <<http://www.maninhodobaturite.com.br/?p=493>>. Acesso em: 10 mar. 2011.

⁸⁰ Percebamos que se trata de membros ainda subordinados (major e capitão) aos coronéis na hierarquia da Guarda Nacional. Dessa forma, Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976, p. 164) hierarquiza a elite agrária a partir das patentes da Guarda Nacional: enquanto o coronel encabeçava as fileiras, os majores e, principalmente os capitães, deviam-lhe obediência.

familiares com a família Araújo. Ambos conheceram a prosperidade em Baturité a partir das atividades comerciais, dinamizadas pela produção agrícola, baseada no café e no algodão. Os filhos e sucessores destes comerciantes fizeram parte de outra geração.⁸¹ Eles experimentaram igualmente o progresso nas atividades comerciais, mas desta vez em função da ampliação da demanda no mercado a partir da Primeira Guerra Mundial. Sobrepondo-se à gradual decadência e posterior estabilização da economia do café no início do século XX, as atividades de exportação mais rentáveis na cidade passaram a ser, principalmente a partir de 1914, as exportações de produtos bastante usados na indústria bélica: como óleos e ceras (de carnaúbas, babaçu e algodão). A extração da borracha na região norte do país também contribuiu para o desenvolvimento econômico da unidade federativa, onde muitos comerciantes cearenses, inclusive os de Baturité, montavam firmas filiais, incorporando o comércio da borracha aos seus negócios.

A elite de Baturité, já em fins da década de 1910, orgulhava-se com a incorporação das técnicas da chamada Segunda Revolução Industrial em sua cidade. Abastecida de energia elétrica, a partir de uma usina termoelétrica, empresa de encanamento de água, estação de estrada de ferro, correios e telégrafos, cinema, uma fábrica de beneficiamento de algodão, jornais etc. Tais produtos eram símbolos do progresso material que alcançava a cidade, sobretudo pela dinâmica atividade policultora das serras, bem como pela proximidade que mantinha com Fortaleza, o que dinamizava o alcance de mercados para a elite local. (CATÃO, 1937, p. 61-8)

Até o momento, privilegiamos a descrição das principais bases de sustentação material das famílias mais representativas das elites de Baturité, no entanto, outras questões devem ser postas: quais eram as características sociológicas, tanto das famílias tradicionais do café, quanto das famílias emergentes dos grandes comerciantes? Como se incorporaram ao

⁸¹ Jean-François Sirinelli afirma que embora o conceito de geração nas ciências sociais tenha uma aceitação relativamente controversa, não se pode negar que “a geração é de fato uma peça importante na engrenagem do ‘tempo’” (SIRINELLI, 2006, p. 134). No entanto, há limites para seu uso, que não deve ser considerado de forma padronizada, rígida e matematizada. Uma geração se constitui quando se “adquire uma existência autônoma e uma identidade – ambas geralmente determinadas por um acontecimento inaugurador” (Idem, p. 133). Em Baturité, percebemos neste estudo duas gerações, que se sucederam de forma gradual e com permeações entre uma geração e outra. Assim, a primeira geração da elite de Baturité encontrada neste trabalho diz respeito aos membros do Partido Republicano Cearense de 1892. Nele se encontravam políticos tradicionais como Alfredo Dutra, Bernardino Proença, Cândido Taumaturgo e João Cordeiro, entre outros. Major Pedro Mendes e Miguel Arruda vivenciaram a geração desses políticos mencionados. No entanto, após a queda de Accioly e o gradual enfraquecimento do poderio de Alfredo Dutra, formou-se outra geração que começou a ficar ativa na década de 1920 e se consolidou na década de 1930. Nesta geração se incluíam João Ramos, genro de Alfredo Dutra, Ananias Arruda, filho de Miguel Arruda e Mário Mendes, filho do Major Pedro Mendes Machado, e cujos irmãos fundaram um grupo político fundamentado em ideias comunistas.

sistema coronelista vigente? Até então, ao analisarmos o fenômeno político do coronelismo, detemo-nos apenas nas características políticas desse “sistema”.

No entanto, numa análise inaugurada por Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976), percebemos que os critérios puramente econômicos (propriedade da terra) e políticos (influência eleitoral) do coronelismo não dão conta de uma explicação satisfatória das características desse sistema, que advém de fenômenos sociológicos do mandonismo local, que por sua vez têm por base a constituição familiar das parentelas. Alguns autores chegam a afirmar que “não se pode estudar separadamente o coronelismo e a parentela” (RÊGO, 2008, p. 17). Esta articulação é que procuraremos relatar no próximo subitem.

2.2. A formação das parentelas em Baturité

Estamos tratando da constituição parental das principais famílias de Baturité entre o fim do século XIX e as três primeiras décadas do século XX. Tal como sugeriu Queiroz (1974), identificamos as alianças parentais com o fenômeno político do coronelismo, como característica marcante da cultura política local.

Maria Isaura Pereira de Queiroz identifica a disposição das parentelas dentro do mandonismo local como o espaço onde, por excelência, se legitimava o poder dos coronéis. A autora afirma que o fator determinante do poder de um coronel era a sua capacidade de fazer favores, e com eles receber algo em troca, o que caracteriza o fenômeno do clientelismo dentro do coronelismo.⁸² O espaço, por excelência, onde ocorriam tais relações era dentro da família. A família, no Brasil, adquiriu uma característica extensa e a parentela extrapolava as relações consanguíneas, fundamentando sobremaneira nas relações de compadrio.

Seguindo as concepções de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976), André Heráclio do Rêgo afirma, em estudo intitulado **Família e coronelismo no Brasil**, que “a família exerceu um papel fundamental na sociedade brasileira: a posição de cada indivíduo era determinada e garantida por seu grupo familiar”. Afirmando ainda que “fora da família, o

⁸²Maria Isaura Queiroz colheu de Jean Blondel a ideia de caracterizar o poder do coronel pela sua capacidade de fazer favores. Para Blondel, o coronelismo se configurava na sociedade de dons e contra-dons, ou seja, nos favores e na reciprocidade deles. (1976, p. 76)

indivíduo não tinha nenhum direito” (RÊGO, 2008, p. 14). Como no Estado brasileiro, a cidadania não era exercida de forma plena e os direitos políticos e civis não alcançavam a maioria da população, os direitos e os deveres, longe de serem garantias civis, políticas e (a partir da década de 1930) sociais do Estado, eram sublimados para o seio da parentela. Assim, os direitos e deveres dentro da sociedade coronelista eram vivenciados mais na parentela do que no Estado Nacional, e o coronel era quem ditava que direitos e que deveres eram esses. O coronel, chefe da parentela, era a liderança política dentro dessa sociedade e influenciava na escolha de juízes, delegados e do aparelho burocrático municipal.

Além da noção clássica de cidadania com garantias civis, políticas e sociais emanados do Estado, Heráclio do Rêgo (2008), partindo de Katia Mattoso, entende também que elas eram exercidas no Brasil coronelista por meios das vantagens particulares (mesmo que se utilize da máquina pública) obtidas por pertencer a alguma parentela, caracterizando a “solidariedade parental”. Pela ineficácia dos direitos (clássicos) promovidos pelo Estado, o referido autor enxerga que no coronelismo abriu-se uma margem para que os direitos fossem desfrutados de forma privada e particular, dentro das famílias. Tais vantagens basicamente abarcavam os campos da “ajuda” e “proteção”, obtidas por estar subordinado a determinado coronel. Os deveres dentro dessa sociedade basicamente resumiam-se ao respeito e obediência irrestrita à figura do coronel. Dessa forma, “a família ultrapassava a esfera da vida privada, invadindo a ‘república’, os assuntos públicos” (RÊGO, 2008, p. 14). Ou seja, os assuntos de família eram comumente assuntos de Estado.

Com o advento da república – sob a configuração do mandonismo em coronelismo – houve uma relativa tentativa de setores dos poderes públicos (influenciados pelas camadas médias urbanas) de diminuir os poderes (privados) dos coronéis. Tentava-se difundir os direitos civis e políticos da Constituição de 1891, através da implementação do aparelho burocrático do Estado nos municípios. No entanto, a ação tornou-se ineficaz, pois os poderes privados dos chefes locais permaneceram, e, dessa vez, manipulando os poderes públicos, através de conchavo e acordos de cunho clientelista. Assim, embora a burocratização fosse um elemento que diminuiu relativamente o poder dos coronéis – que tiveram que conviver com novas esferas de poder, deixando de mandar de maneira absoluta em seus potentados – a manipulação da máquina burocrática de forma privada pelos mesmos fizeram nada mais que perpetuar o domínio dos coronéis em uma configuração “extralegal”, muitas vezes com o aval do próprio Estado.

Os novos direitos civis e políticos da Constituição de 1891 tornaram-se inócuos e ineficazes dentro desse ponto de vista. Os direitos só eram garantidos aos aliados dos coronéis. Já os deveres eram burlados por estes e impostos aos inimigos políticos dos coronéis ou aos párias sem parentela. O exemplo mais clássico diz respeito às eleições: se a República ampliou consideravelmente o sufrágio, ao estender o direito a voto aos cidadãos do sexo masculino alfabetizados, sabemos que esse direito era fantasioso, pois as manipulações e acordos clientelistas faziam que fossem apenas eleitos os aliados dos chefes políticos, pertencentes a sua parentela.

Diante de tal relevância, a família chegava a ser “um motor para todas as promoções sociais” (MATTOSO, 1992, p. 76-7 apud RÊGO, 2008, p. 15). Então, a gerência da família, pelo patriarca (e nalguns caso, pela matriarca) deveria ser estrategicamente pensada, a fim de manter ou alcançar determinadas posições políticas ou sociais, através de momentos “essenciais no quadro da vida familiar: o batismo e o casamento” (RÊGO, 2008, p. 47).

O primeiro era o maior exemplo de incorporações não consanguíneas dentro de uma família, já o segundo caracterizava-se pelas estratégias familiares que poderiam tanto ser endogâmicas ou exogâmicas. Na endogamia se procurava fortalecer os laços internos de uma parentela. Na exogamia havia fusão de duas parentelas, na qual uma se subordinava, tecnicamente a outra, formando alianças familiares, ou reforçava e promovia laços de amizade entre duas parentelas distintas. Dessa maneira formavam-se as estratificações das pirâmides sociais (parentais) divididas entre os ramos ricos – a “alta Parentela” e os ramos pobres – a “baixa parentela” (QUEIROZ, 1974, p. 208).

Tais estratégias (principalmente a do casamento) são claramente perceptíveis nas pesquisas que vamos mostrar neste subitem, concernentes às principais famílias de Baturité. Vimos no tópico anterior que elas, no início do século XX, estavam divididas entre as tradicionais famílias, dedicadas às atividades agrícolas (algodão e/ou cana de açúcar e/ou café) e as famílias de comerciantes emergentes, que, seja pelo compadrio, seja pelo casamento se incorporavam às famílias tradicionais da cidade. Assim, as atividades econômicas deste último grupo passaram a abranger tanto o setor comercial quanto o agrário.

Entre os representantes das tradicionais famílias do café de Baturité podemos citar vários nomes.⁸³ No entanto, para este estudo, nos deteremos especificamente ao caso do

⁸³ Como os Linhares, Proença, Caracas, Ferreira Lima, Cordeiro etc.

coronel Alfredo Dutra de Sousa. Dutra foi um importante cafeicultor de Baturité entre o final do século XIX e início do século XX, que conseguiu consolidar seu poder de mando (político) na cidade durante quase toda Primeira República. Herdou o sítio Álvaro de seu pai Manoel Dutra de Sousa, o que demonstra que vem de uma família que já estava estabelecida na cidade há pelo menos meados do século XIX.

Suas alianças políticas e familiares, instrumento de consolidação de poder na esfera local, perpassaram tanto o plano local quanto estadual. No plano estadual, sua influência política na cidade advinha, sobretudo, da aliança que mantinha com a família Accioly, cujo maior representante – Antônio Pinto Nogueira Accioly – detinha o poder no governo do Estado: ora eleito por seus correligionários, ora elegendo os seus. Accioly se articulava com as principais lideranças locais.

Para consolidar seu poder em Baturité junto a seus pares, Alfredo Dutra, juntamente com Pedro Catão, Bernardino Proença e João Cordeiro,⁸⁴ fundou em 1892 o jornal **O 89**, órgão do Partido Republicano, cuja liderança era exercida pelo grupo político de Accioly. Além de servir como propaganda política eleitoral, o jornal saudava os grandes nomes do regime republicano vigente.

Além de ter exercido vários mandatos de deputado estadual, Alfredo Dutra foi vice-governador e desempenhou cinco mandatos no executivo de Baturité – dois como intendente⁸⁵ e três como prefeito – totalizando quinze anos na direção do executivo da cidade entre os anos de 1900 a 1905, 1910 a 1912, 1914 a 1919 e 1930 a 1932 (Tabela 2).

Além do uso da imprensa, através do jornal **O 89**, uma das estratégias mais importantes de consolidação de poder da família Dutra foram as relações familiares, sendo bastante comuns na época. Alfredo Dutra teve com Amélia Dutra de Sousa cinco filhos e quatro filhas. É interessante perceber que nenhum de seus filhos herdou o patrimônio do coronel, nem o político nem o econômico. O sucessor político de Alfredo Dutra foi o seu genro João Ramos Filho, que casara com sua filha Adelaide, formando uma importante aliança política na cidade, que gerou o ramo familiar Dutra-Ramos.

⁸⁴Bernardino Proença foi intendente de Baturité de 1893 a 1898. Pedro Catão, além de político – tendo sido prefeito entre 1928 e 1930 – também foi promotor e intelectual, sendo autor de um importante documento sobre a geografia e história de Baturité. João Cordeiro ocupou o posto de senador de República pelo Ceará e foi irmão de Francisco Cordeiro, intendente de Baturité entre 1905 e 1908. (CATÃO, 1937, p. 71)

⁸⁵ Como eram chamados os prefeitos no Ceará até a queda de Accioly, em 1912.

Tabela 2 – Relação dos políticos que exerceram o executivo de Baturité entre 1892 e 1943

Nome	Período
João Arruda de Aguiar Silva	1892-1892
João Ramos da Silva	1892-1893
Bernardino Proença	1893-1898
Cândido Thaumaturgo	1899-1900
Alfredo Dutra de Souza	1900-1905
Francisco Cordeiro de Souza	1905-1908
José Arruda	1908-1910
Alfredo Dutra de Souza	1910-1912
Joaquim de Alencar Mattos	1912-1914
Alfredo Dutra de Souza	1914-1919
José Pacífico Caracas Filho	1919-1920
Pedro Lopes Pereira	1921-1924
João Paulino de Barros Leal Filho	1924-1928
Pedro Catão	1928-1930
Alfredo Dutra de Souza	1930-1932
Heitor Fiúza Pequeno	1932-1933
Capitão Ozimo de Alencar Lima	1933-1934
Luiz Rolim da Nóbrega	1934-1934
Francisco Chagas de Souza	1935-1935
Ananias Arruda	1935-1943

Fonte: CATÃO, Pedro, 1937, p.71

O sucessor político de um coronel nem sempre era seu filho, e sim o mais capacitado a exercer tal função (RÊGO, 2008, p. 29). Embora fossem legadas posições importantes na cidade aos seus filhos – Alfredo Dutra Filho era o coletor federal na cidade e o major Horácio Dutra era dono da empresa de energia elétrica da cidade – nenhum deles parecia ter a veia política do pai. A aliança com João Ramos Filho na cidade, através do casamento, de fato promoveu a continuidade da família na política, pelo menos até a década de 1960.

O casamento com a filha de Alfredo Dutra rendeu a João Ramos o cargo de tabelião do Segundo Cartório da cidade. Após a morte do coronel Alfredo Dutra, adquiriu do sogro o sobrado na cidade e comprou propriedades dos cunhados, ampliando consideravelmente seu

poder econômico. Durante a década de 1930, a família Dutra-Ramos tornou-se a principal opositora dos Arrudas na política.

Enquanto a família Dutra-Ramos consolidava seu poder com base na agricultura, principalmente do café e do algodão, várias casas comerciais surgiram na cidade: inclusive uma fábrica de beneficiamento de algodão. Muitas delas eram erguidas por migrantes que abandonavam outros pontos do sertão para tentar a vida na serra, constituindo uma camada social de comerciantes sem tradição política na cidade. Vários deles, no entanto, ao enriquecerem economicamente, tratavam de se aliar e de se integrar a grupos políticos tradicionais.

Este é o caso do capitão Miguel Arcanjo de Aguiar Arruda, fundador do ramo familiar conhecido como “Arrudas de Baturité”, chamado pelos seus descendentes de “Pai Arruda”. Miguel Arruda saiu de sua fazenda Bilheiro, que herdou de seu sogro, na localidade de Santo Antônio de Aracatiaçu, exemplificando uma relação clientelista não muito diferente da que ocorreu entre Alfredo Dutra e João Ramos.

Como capitão da Guarda Nacional e produtor de gado, Miguel Arruda ostentava projeção social na região. No entanto, a seca de 1888 destruíra quase todo o gado e tornara o terreno da fazenda estéril. Assim como muitos faziam em época de seca, Miguel Arruda decidiu se mudar com toda a família para Baturité, onde alcançaria a prosperidade com propriedade de uma firma comercial.

Como podemos explicar o relativo crescimento material de Miguel Arruda com base na cultura política coronelista da época – que por sua vez estava atrelada a uma sociedade de parentelas? Uma expressão feliz de Katia Mattoso diz que a “família é um motor para todas as promoções sociais”. De fato, se constata que em quase todas as ascensões econômicas do período têm alguma influência parental. Se considerarmos que João Arruda de Aguiar Silva, primo de Miguel Arruda, era intendente de Baturité quando da chegada deste à cidade, podemos compreender melhor sua ascensão econômica.

Miguel Arruda herdou ou adquiriu por compra – não se sabe ao certo – o casarão deixado por seu primo João Arruda, que por sua vez o herdara de seu patrão português que não deixou descendente, no final do século XIX. João Arruda, apadrinhado pelo comerciante português, conheceu a projeção social e política em Baturité. Utilizando-se desta, pôde fornecer a “ajuda” necessária para o estabelecimento de seu primo Miguel Arruda na cidade.

Com terreno favorável e influência no meio social da cidade, pôde Miguel Arruda conhecer um relativo sucesso nos meios comerciais da praça. Erigiu uma firma comercial e um armazém de mantimentos, em sociedade com seus filhos, chamada “Arruda & Filhos”, conhecendo relativa prosperidade.

Miguel Arruda teve com sua esposa Maria do Livramento Bezerra de Vasconcelos Arruda oito filhos e duas filhas: João, Vicente, José, Antônio, Jeremias, Ananias, Maria Adelina, Eurico, Raimundo e Maria Luiza. Inicialmente, os filhos mais velhos de Miguel Arruda participavam da sociedade “Arruda & Filhos”. Posteriormente João, José e Antônio passaram a manter negócios próprios – inclusive extrapolando os limites estaduais, montando negócios em Manaus e Belém – dando espaço para que os mais novos entrassem na sociedade (Jeremias e Ananias) que logo também passariam a contar com firmas independentes. Após a morte do capitão Miguel Arruda, os irmãos tornaram-se sócios entre si, com as firmas “Antônio Arruda & irmão” e “Arruda & irmão”.

Vemos como as relações da parentela se configuravam numa rede em cadeia. Dentre as estratégias de configuração dessa rede, os casamentos dos filhos do capitão Miguel Arruda com membros de famílias importantes da cidade foram os fatores que mais contribuíram para a diversificação das atividades comerciais e para a ascensão social dos Arrudas. Importa aqui analisar as estratégias matrimoniais, que facilitaram a ascensão econômica e social desta família na cidade. Podemos considerar assim o casamento de José Arruda com Ester Proença, filha do importante político local Bernardino Proença – um dos principais aliados de Alfredo Dutra. Essa união abriu caminhos para que exercesse o cargo de intendente entre 1908 e 1910. Fazendo das famílias Arruda e Proença importantes parceiros comerciais na cidade.

Outro casamento importante foi a de Maria Adelina com Luiz Gonzaga Furtado, o que marcou a união política entre Arrudas e Furtados na cidade, principalmente nas disputas político-partidárias ocorridas durante a década de 1930. Além deste, temos a união matrimonial de Raimundo Arruda com Noemy Távora de Assis, marcando uma união política de Arrudas e Távoras.

No caso de Ananias Arruda – o coronel de que tratamos neste trabalho como um dos sujeitos-chave e antagonista de Evaristo Lucena – ocorreu outro tipo de aliança. Podemos afirmar que houve uma espécie de aliança matrimonial com a Igreja Católica local, ao contrair

núpcias com a sobrinha do pároco Manoel Cândido dos Santos, que muito influenciava a família Arruda – denunciando também um viés familiar na aliança.

A religiosidade foi uma das principais marcas da família na cidade. Ocleciano Souza, em um estudo sobre essa informação cita o sino doado à Igreja Católica pelo capitão Miguel Arruda em 1903 e o relógio comprado na França por Alfredo Dutra por intermédio de Jeremias Arruda. Além disso, todos os filhos de Miguel Arruda fizeram trabalhos catequéticos na paróquia com o padre Manoel Cândido. Inclusive, Antônio, Jeremias e Ananias, juntamente com outros rapazes católicos da cidade, fundaram em 1900 a primeira Conferência Vicentina da cidade. (COSTA, 2007, p. 19)

A marca religiosa de Miguel Arruda transparece mais uma vez no destino dado à sua filha mais nova, Maria Luiza, que se tornou freira. No entanto, entre os filhos homens de Miguel Arruda, o que mais se destacou pelas atividades ligadas à Igreja Católica foi Ananias Arruda. Este manteve uma proximidade mais acentuada com a religião católica do que os irmãos, chegando a fundar, em 1917, um jornal católico cujo título era **A Verdade**, e os editoriais de primeira página, cabiam ao padre Manuel Cândido. A partir de então, o jornal tornou-se o veículo de imprensa mais lido de Baturité.

De fato, Ananias Arruda se destacara por sua religiosidade. Sua austeridade religiosa, sublimada às suas ações políticas, lhe rendeu imagens “pitorescas” do comportamento de um coronel “obstinadamente católico”, rígido, autoritário, e que “teve na fé a justificativa para ações políticas típicas de um coronel” (Idem, p. 6). Estudos como o de Ocleciano Costa explicam o sucesso político de Ananias Arruda durante a Era Vargas pela utilização da tradição católica de dominação, sobretudo por meio do jornal católico **A Verdade**, e pela fundação da Legião Eleitoral Católica.

Essas explicações, no entanto, se mostram insuficientes se atentarmos para as alianças familiares feitas pelo pai de Ananias Arruda, as quais levaram seus irmãos a se juntarem às famílias de projeção na política local – tais como os Proenças, os Távoras e os Furtados.⁸⁶ Vemos que a aliança feita com a Igreja Católica foi apenas um fator desencadeador de uma engrenagem que já estava montada, e que contribuiu para o sucesso

⁸⁶ São alianças que alcançaram campos bastante abrangentes. O primeiro, os Proenças, grandes comerciantes e proprietários rurais, eram acciolynos; já o segundo, os Távoras representavam setores das camadas médias urbanas, eram antiacciolynos e compunham a oposição; os Furtados, grandes comerciantes, formaram uma aliança-chave na década de 1930 com os Arrudas.

político dos Arrudas durante a década de 1930. Em outras palavras, a aliança da família Arruda com a Igreja apenas efetivou o potencial de alianças familiares que já haviam sido efetuadas a partir dos casamentos relatados.

Outro elemento, que a exemplo do capitão Miguel Arruda, chegou emigrado à cidade, fazendo posteriormente fortuna e se projetando na política local, foi o major Pedro Mendes Machado. Este saiu do sertão Central, no território de influência dos municípios de Boa Viagem e Quixeramobim, fugindo de disputas familiares entre os Araújo e os Macieis, sua família.⁸⁷ Em Baturité, fez fortuna com o comércio, e a partir de uma aliança com grupos situacionistas locais (Alfredo Dutra) galgou o campo político, sendo eleito o presidente da Câmara de Vereadores por vários mandatos.

No entanto, o apoio de Pedro Machado a Alfredo Dutra era tácito, pois seus filhos estiveram envolvidos em disputas políticas contra o mesmo em meados na década de 1910, durante o período da “Política das Salvações” no Ceará. Posteriormente, durante a década de 1930, sua família, na figura de seu filho, Mário Mendes, compôs um importante grupo oposicionista ao coronel católico. Assim passou a reatar laços (novamente tácitos) com a família Dutra-Ramos, como veremos no próximo tópico.

A elite de coronéis de Baturité era bastante heterogênea quanto às origens, que poderiam ser de famílias tradicionais ou de novas famílias que chegaram e se estabeleceram, passando a compor o grupo político de proprietários e bacharéis.

As informações sobre as três famílias anteriormente foram exemplificadas neste trabalho porque elas representam, segundo a disponibilidade das fontes, uma maior expressão dos fatores que configuraram a cultura política dominante da elite da época. Há, todavia, vários outros coronéis que atuaram na cena política local: no final do século XIX, destacaram-se João Cordeiro e Bernardino Proença (primeiros aliados dos Arrudas). Já no decorrer do final da Primeira República, havia o coronel José Pinto do Carmo e o major Pedro Catão, ambos importantes aliados de Alfredo Dutra no início da Primeira República e com influência ainda na década de 1930. Pinto do Carmo foi coligado com Ananias Arruda e Pedro Catão fez oposição, quando este era prefeito.

⁸⁷ A título de curiosidade, o sobrenome Maciel de sua família tem ligação colateral com Antônio Conselheiro, cearense nascido em Quixeramobim. (MENDES JÚNIOR, manuscrito genealógico). Ver também em <http://www.maninhodobaturite.com.br/?p=135>, acesso em 07 de março de 2013, 22:37:11.

Além destas famílias não detalhadas (Cordeiro, Proença e Pinto do Carmo), há também as famílias das vilas serranas (Pacoti, Guaramiranga, Aratuba, Mulungu) que eram distritos de Baturité, famosas no século XIX, quando do período áureo do café. Famílias importantes da serra – como os Caracas e os Linhares (Guaramiranga) – que se aliaram a Alfredo Dutra, tiveram também seus representantes na prefeitura, como José Pacífico Caracas e José Linhares Filho.⁸⁸ Porém, posteriormente não foi mais necessário a aliança com Alfredo Dutra, pois a vila serrana de Guaramiranga viria a se emancipar de Baturité na década de 1930, configurando novas relações no sistema coronelista local.⁸⁹

Diante dos estudos efetuados por André Heráclio do Rêgo (2008), podemos perceber como as alianças entre famílias poderiam ser confundidas com alianças entre os partidos políticos (locais). Quase não havia distinção entre enlances matrimoniais envolvendo famílias de políticos tradicionais e alianças partidárias – uma estava conectada à outra. Tal qual era a característica privatista da cultura política vigente, na qual se baseava o coronelismo como sistema político, resultado da adaptação do mandonismo local às formas do regime representativo republicano.

Assim, por mais que houvesse uma relativa aparelhagem dos instrumentos de poder do Estado como órgão público, o poder privado, característico do mandonismo e do coronelismo, permanecia e permeava no universo público. (RÊGO, 2008, p. 54 e 66). Os partidos políticos locais existentes durante a Primeira República (sobretudo nas atuais regiões do norte e nordeste) eram apenas o reflexo das disputas particulares locais. Não representavam fundo ideológico que fossem além das contendas pessoais de seus filiados. E se Heráclio do Rêgo afirma que a família é a maior clientela de um coronel (Idem, p.45), deduzimos que ela faz parte da clientela ativa no sistema coronelista vigente na cidade de Baturité.

⁸⁸ À guisa de curiosidade, o jurista José Linhares chegou a ser presidente interino do Brasil por cerca de três meses, quando de deposição de Getúlio Vargas em 1945.

⁸⁹ No século XIX, o município de Baturité continha, dentro de sua jurisdição política, os principais distritos: Conceição (atual Guaramiranga), Pendência (atual Pacoti), Coité (atual Aratuba) e Mulungu. Estes eram os distritos localizados na serra, onde se plantavam café e que influenciavam na constituição comercial do distrito sede. Havia também os distritos do sertão, sendo os principais: Canoa (hoje Aracoiaba) e Riachão (hoje Capistrano de Abreu), onde predominavam as fazendas de gado e algodão. Após a proclamação da República, a Constituição Estadual do Ceará de 1892 criou 78 municípios na unidade federativa. O município de Baturité perdeu somente o distrito de Canoa, que mudara seu nome para cidade de Aracoiaba. Já pelo censo de 1920, os distritos de Pacoti, Mulungu e Coité já se encontravam emancipados – tinham mais de 23 mil habitantes juntos. Baturité era o quarto município mais populoso do Ceará, com 30 mil habitantes. Pela Constituição Estadual de 1921, no governo Justiniano de Serpa, Guaramiranga também se emancipava de Baturité e atingiu o *status* de cidade. (FARIAS, 2001, p. 3-6; CATÃO, 1937, p. 71)

Nos próximos subitens, discutiremos sobre os principais conflitos partidários de Baturité entre a Primeira República e a Era Vargas e como as alianças/rompimentos de partidos estavam ligadas também a alianças/rompimentos entre parentelas e conflitos particulares, enunciando uma relação íntima entre partidos políticos, eleições, parentela e o coronelismo durante a Primeira República.

2.3. As Alianças e os expurgos: os partidos e as eleições na Primeira República (1889-1932)

Falar em partidos políticos no Brasil durante a Primeira República é problemático se formos levar em conta os critérios que Serge Berstein adotou, a partir dos cientistas políticos norte-americanos para definir os principais fatores que conceituamos o termo “partido político” em sua acepção moderna.⁹⁰ O autor aponta quatro fatores principais que definem um partido político: a) A duração no tempo; b) A extensão no espaço; c) A aspiração ao exercício do poder e d) A vontade de buscar apoio da população. (BERSTEIN, 1996, p. 62-3)

O primeiro critério pressupõe que um grupo político, sociologicamente falando, para ser chamado de partido político deve pressupor uma organização que atavesse no mínimo mais de uma geração no tempo.⁹¹ O segundo critério exige que os partidos tenham atuação nacional, com ampla e complexa hierarquia. O terceiro critério considera partidos os grupos atuantes que mantêm um plano mínimo de governo e desejam pô-lo em prática a partir do exercício do poder. O quarto já anuncia a essência democrática do mundo partidário, pois categoriza o partido como instituição que deva, em maior ou menor grau, buscar alianças com seus eleitores; diante deste critério, percebemos que a noção de partido torna-se cada vez mais expressiva quanto for a extensão do sufrágio eleitoral.

⁹⁰ Muito se tem confundido os partidos políticos na sua acepção moderna com os restritos clubes e facções existentes, sem muita representatividade popular, “não passando de clientelas com efetivos limitados” (BERSTEIN, 2003, p. 62).

⁹¹ O termo Geração, utilizado na história política significa um momento histórico característico de determinado partido. Nas palavras de Berstein, “uma geração é formada por homens que, vivendo mais ou menos na mesma época, foram submetidos ao longo de sua existência às mesmas determinantes, passaram pelos mesmos acontecimentos, tiveram experiências próximas ou semelhantes, viveram num ambiente cultural comum” (1996, p. 72).

No caso brasileiro da Primeira República, no ponto de vista da atuação partidária, sobretudo nos estados das regiões do norte-nordeste do país, vemos uma parcial inadequação dos quatro critérios definidores adotados pela Ciência Política euro-americana. Podemos no máximo enquadrar os partidos republicanos brasileiros no primeiro e terceiro critérios – extensão no tempo e aspiração ao poder. A nosso ver, essa inadequação conceitual reside na persistência do fenômeno do mandonismo local na política brasileira, que vigorava desde os períodos colonial e imperial. Só que, na Primeira República, transfigurada em coronelismo (LEAL, 1997, p. 41; CARVALHO, 1997, p. 29-30).

Vimos como José Murilo de Carvalho e Vitor Nunes Leal referem-se ao coronelismo como uma adaptação do mandonismo local a uma crescente burocratização do aparelho estatal republicano. Por um lado, a sociedade das parentelas e do poder privado travestido de poder público persistia na Primeira República;⁹² por outro lado, porém, os coronéis que no Império detinham poderes quase que incontestáveis nos seus potentados perderam uma margem desse poder. Eles viram-se obrigados a fazer negociações políticas com outros coronéis, nas três esferas (municipal, estadual e federal).

A força desses chefes passou então a depender também de fatores externos a seus municípios. Tiveram de aceitar uma relativa intervenção do poder público em seus potentados, com um incipiente aparelhamento burocrático do Estado, o que configurou o sistema coronelista proposto, significando uma parcela de perda de poder desses coronéis, da qual discorre Leal⁹³. Essas negociações traduziam, sobretudo, as alianças parentais discutidas no subitem anterior, que as tornavam mais duradouras.

Apesar dessa inovação da política republicana, que obrigou os coronéis a terem que ceder e negociar com esferas externas ao município, eles ganharam o trunfo da organização dos pleitos eleitorais no âmbito municipal. Aos partidos Conservador e Liberal do Império –

⁹² Leal afirma que “a falta de autonomia legal do município nunca chegou a ser sentida como problema crucial, porque sempre foi compensada por uma extensa autonomia extralegal, concedida pelo governo do Estado ao partido local de sua preferência” (1997, p. 281).

⁹³ É patente para nós, que os coronéis do Império tinham mais domínios nas suas propriedades do que os coronéis da República, dependentes dos acordos com os grupos de influência na esfera estadual e federal. Os títulos nobiliárquicos servem como demonstrativos disso: Não há distinção entre o nome do chefe do potentado e o lugar onde exerce seu poder. No Ceará e no Brasil há vários exemplos nos quais os títulos nobiliárquicos são confundidos com o lugar. Exemplos: Barão de Aratanha, se referindo à serra de Aratanha; Visconde de Ouro-Preto, referindo-se à cidade Ouro-Preto. Inclusive há casos, como o coronel Epifânio Ferreira Lima, que durante o Império criou um sistema monetário próprio em sua fazenda, em Pacoti, povoado pertencente à cidade de Baturité. Tal feito já seria impossível com o crescimento dos aparelhos burocráticos do Estado republicano.

que mais influenciavam o mundo político da Corte que o local – se sucedeu uma miríade de partidos republicanos regionais. Assim, os partidos passaram a ser basicamente estaduais: no Ceará o exemplo é o Partido Republicano, fundado em 1892, liderado por Nogueira Accioly na esfera estadual e por Alfredo Dutra, no âmbito do município de Baturité. O alcance de atuação desses partidos eram basicamente estaduais, mas alguns deles, dependendo da força e poder econômico dos chefes municipais interioranos, tinham seu campo de atuação restrito ao município: é o caso do Partido Republicano Ilheense, representando o poder dos coronéis de Ilhéus frente aos partidos republicanos estaduais baianos.⁹⁴

No Ceará, o partido predominante foi o Partido Republicano Federalista Cearense, fundado pelo grupo de Nogueira Accioly, em 1892. O grupo de Accioly representava um grau de continuidade dos políticos do Império, já que o próprio Nogueira Accioly tinha sido presidente da Província duas vezes e era genro do Senador Tomás Pompeu Brasil.⁹⁵

Em Baturité, na década de 1890 a 1910, além de Alfredo Dutra, o partido mantinha a liderança de Bernardino Proença e Pedro Catão. Um dos veículos de propaganda usados pelo partido foi o jornal **O 89**, jornal político de propaganda do regime republicano. Consagrava o novo sistema coronelista em desenvolvimento, implementado definitivamente através da “política dos estados” do presidente Campos Sales. Ao mesmo tempo, a elite política estabelecida no partido firmava aliança com o grupo conhecido posteriormente como oligarquia Accioly.

O grupo comandado por Accioly, através de diversos meios jurídicos, perpetuava-se no poder no estado do Ceará,⁹⁶ fazendo das elites locais mais dependentes do governo do Estado. Durante a Primeira República, o Ceará teve quatro constituições. A primeira, de 1891, teve duração e efetivação irrisórias, sendo substituída em 1892 por outra constituição, que

⁹⁴ **A Verdade**, 24 mar. 1918, p. 2.

⁹⁵ Embora o poder político liderado por Accioly na Primeira República tenha representado uma margem de continuidade política, alguns grupos foram alijados do poder com a deposição do último presidente de província, General Clarindo de Queiroz, como o da família Paula Rodrigues, o grupos de Ibiapaba e João Brígido (MUNIZ, 1984, p. 52).

⁹⁶ Além de escolher livremente seus intendentess, dentre as várias medidas adotadas por Accioly para restringir cada vez mais o acesso ao poder por seus opositores, podemos citar as modificações constitucionais que restringiam a elegibilidade para o cargo de presidente do Estado: Apenas quem já tivesse sido representante na Assembleia Legislativa ou no Congresso Nacional poderia se eleger presidente do Estado. Além disso, permitia que parentes ocupassem a vice-presidência. Sem contar as ações nepotistas, como a locação de parentes e amigos nos principais órgãos públicos e econômicos do estado, como as intendências, a assembleia legislativa, as secretarias etc. (MUNIZ, 1984, p. 56 apud CARONE, 1972, p. 276-7)

criava o cargo de intendente nos municípios. Segundo a constituição de 1892, o cargo de intendente seria de eletividade da câmara municipal até 1895, quando passa por lei, a ser de livre nomeação do presidente do Estado. Em 1900, esta atribuição volta para a câmara municipal, e em 1904, o cargo voltou a ser de livre nomeação do governo do estado, permanecendo assim até a constituição de 1921, quando passa a ser de eleição direta. A constituição de 1925, além de manter a eletividade, instituiu o voto secreto. (CATÃO, 1937, p. 71)

Quando assumiu a presidência do Estado em 1896, Accioly deteve, assim, o poder de nomear livremente os intendentes nos municípios. No entanto, a medida legal não pareceu modificar a configuração da política local de Baturité. Bernardino Proença, que ocupava o cargo de intendente desde 1893, permaneceu até 1898, com o aval de Accioly. Em 1900, os intendentes passaram a ser novamente eleitos pela câmara, quando elegeu Alfredo Dutra, que deixara o cargo de deputado estadual para ocupar o executivo de Baturité. A partir daí, ele deteria um comando duradouro na cidade, totalizando quase quinze anos na administração de Baturité, compreendidos ao longo do período acciolyno (1900-1905/1910-1912); do período pós-acciolyno (1914-1919) e no início do Governo Provisório varguista (1930-1932).

Durante o período acciolyno, a política de Baturité era alternada por um seletivo grupo compreendido por Joaquim de Alencar Mattos, Cândido Taumaturgo, Bernardino Proença e Pedro Catão, liderados por Alfredo Dutra. Somente na década de 1920, Alfredo Dutra aos poucos entrava em decadência, porém voltando à prefeitura como interventor escolhido por Fernandes Távora após a Revolução de 1930. Como membro da chamada oligarquia Accioly,⁹⁷ Alfredo Dutra passou a representar na cidade o poderio oligárquico estadual de uma elite de proprietários agropecuários e empresariais, sobretudo os setores ligados ao comércio de exportação, como a companhia Boris Fréres.

No entanto, os altos impostos destinados ao comércio local pelo governo estadual provocavam a oposição dos comerciantes de Fortaleza – e cidades sob a influência do mercado interno, como Baturité – a Accioly e seus aliados. Com isso, a Associação Comercial

⁹⁷ O conceito de oligarquia na acepção de Décio Saes (1975) é a mais “corrente na literatura sociológica e política latino-americana, isto é, de grupo de dominação cujo poder político real emana da propriedade da terra e do consequente controle que exerce sobre o comportamento dos que nela trabalham”. Ou seja, “não empregamos, aqui, ‘oligarquia’ na sua acepção tradicional, qual seja, a de ‘governo de poucos’”. (Idem, p. 9). Assim, no cenário de disputas de cada estado brasileiro, temos a oligarquia dominante e a dissidente. Esta, supostamente, teria se apoiado nas camadas médias urbanas nascentes para fazer oposição às oligarquias dominantes.

do Ceará, e sua filiada de Baturité, começaram a declarar-se contra a política tributária do governo Accioly. Além disso, acusações de peculato junto a sua administração faziam aumentar a oposição das camadas médias nascentes e dos trabalhadores urbanos.

Refletindo os protestos da Associação Comercial do Ceará, os principais opositores a Alfredo Dutra em Baturité – a família do major Pedro Mendes, comerciantes relatados no subitem anterior – transpareciam suas críticas ao acciolismo. Sua família estava envolvida na passeata que comemorou a queda de Accioly e aclamou Joaquim Mattos como novo prefeito em 1912.

A fim de que entendamos em que circunstâncias ocorreram a queda de Accioly, é necessário atermos às crises políticas envolvendo os acordos e desacordos políticos dos grandes partidos republicanos do sul do país. E como eles influenciavam na composição partidária cearense.

Segundo Cláudia Viscardi, as negociações políticas envolvendo os partidos republicanos estaduais ocorriam segundo o peso econômico e eleitoral dos estados. Havia assim, os grandes estados, os médios estados e os pequenos estados. No grupo dos grandes estados encontravam-se São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Juntos, eles somavam praticamente metade do eleitorado brasileiro, tal qual era seu peso de barganha nas eleições presidenciais.

Entre os estados médios figuravam-se Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia; os demais compreendiam os pequenos, nos quais se enquadrava o Ceará (VISCARDI, 2001, p.28). Este, na condição de Estado de pouca influência eleitoral tinha seu partido republicano dependente das alianças com partidos dos grandes estados. Accioly, no ponto de vista de sua política nacional, apoiava quase sempre o situacionismo na política federal. Primeiro foi aliado dos paulistas (Partido Republicano Paulista), passando posteriormente a aliança aos mineiros (Partido Republicano Mineiro) e gaúchos (Partido Republicano Rio-grandense e Partido Republicano Conservador).

Até o fim do mandato de Rodrigues Alves, em 1905, São Paulo, através do Partido Republicano Paulista, detinha a primazia política frente aos outros grupos políticos. Para sucedê-lo, o Partido Republicano Paulista indicara o nome de Bernardino de Campos. No entanto, os mineiros em aliança com os rio-grandenses e fluminenses pleitearam o nome de Afonso Pena. Os paulistas viram-se isolados na política de alianças, sabendo que não teriam

força eleitoral para eleger Bernardino de Campos, desistiram de sua candidatura, e resignados, montaram chapa com Afonso Pena. (VISCARDI, p. 87-102)

Na sucessão de Nilo Peçanha (Vice de Afonso Pena, que assumiu por conta da morte deste), São Paulo aliou-se à oligarquia baiana através do nome de Rui Barbosa. No entanto, Minas Gerais em acordo com o Rio Grande do Sul (Pinheiro Machado), concordou em apoiar a chapa de Hermes da Fonseca para presidência. O Rio Grande do Sul, na figura de Pinheiro Machado, possuindo o terceiro maior eleitorado do país, procurava, por meio de alianças com os estados do Norte-Nordeste do país aumentar seu peso na política federal. Para tal, Machado fundou o Partido Republicano Conservador (PRC) em 1909. Era um partido com pretensões de partido nacional, no entanto, era reduto da clientela de Pinheiro Machado pelos estados do Norte e Nordeste. No Ceará, o PRC, como partido situacionista, contou com a adesão de Accioly, que já vislumbrava as vantagens da criação de núcleos pelo Estado.

Numa eleição disputada com Rui Barbosa, o general Hermes da Fonseca, do PRC, foi eleito por uma coalização de forças heterogêneas e contraditórias. A base de seu eleitorado era composta basicamente por dois grupos: os ligados a Pinheiro Machado (PRC), representando a oligarquia gaúcha, e os Salvacionistas, representando os setores médios urbanos, aliados a oligarquias dissidentes, descontentes com a política oligárquica situacionista. (MUNIZ, 1984, p. 14-5) O primeiro grupo representava os políticos tradicionais que se aliaram a Pinheiro Machado. No Ceará entre eles podemos destacar o próprio Accioly. Entre os salvacionistas, encontramos militares oficiais do exército, que apoiados em reivindicações de populares e das camadas médias urbanas, contra as oligarquias estabelecidas em seus respectivos estados, iniciaram o movimento das “salvações nacionais” em vários deles, inclusive no Ceará. (Idem, p. 64)

Por meio desse movimento, os militares promoveram a tentativa de derrubada das oligarquias situacionistas em diversos estados,⁹⁸ sendo o Ceará o estado onde ele se deu de modo mais expressivo. Seu representante era o tenente Franco Rabelo, que se candidatou à presidência do Estado nas eleições de abril 1912, mas iniciou o movimento salvacionista que derrubou Accioly do poder antes mesmo de seu mandato terminar. Franco Rabelo foi eleito

⁹⁸Pernambuco (Rosa e Silva), Bahia (José Marcelino e Severino Vieira), Ceará (Accioly), Alagoas (Malta), Amazonas (Nery). Em São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraíba e Piauí, as tentativas foram fracassadas. (MUNIZ, 1984, p. 12)

presidente do estado, e Accioly foi colocado no ostracismo no Rio de Janeiro. Foi-lhe proibido retornar ao Ceará pelo termo de renúncia que foi obrigado a assinar.

Em Baturité, a oposição, representada pela família do major Pedro Mendes Machado, comemorou a política salvacionista e a queda de Accioly, depondo o então prefeito Alfredo Dutra e aclamando o farmacêutico Joaquim Mattos como novo prefeito. Neste episódio, o delegado de polícia de Baturité, Manuel do Rego Falcão, sustentáculo do poder local de Alfredo Dutra, ao tentar impedir a passeata que iria depor o prefeito accioly, foi assassinado com um tiro vindo da multidão, caracterizando o clima de violência que viria a seguir. Entre os líderes da passeata estavam Francisco Mendes Machado, irmão de Pedro Mendes Machado.⁹⁹

Antes mesmo da deposição de Accioly, o PRC no Ceará estava internamente dividido entre os Salvacionistas (Rabelistas); a ala que deu origem ao “Partido Marreta” (liderada por João Brígido), e os próprios acciolyistas (representados, sobretudo por padre Cícero). Na presidência do Estado do Ceará, Franco Rabelo, começou um movimento de deposições dos antigos políticos accioly, sobretudo no Cariri, região de influência de padre Cícero, um dos aliados mais importantes de Accioly.

Após a tentativa de deposição de Padre Cícero da prefeitura de Juazeiro, Floro Bartolomeu, seu braço direito, incitou os jagunços a reagirem contra Franco Rabelo, o que culminou no episódio controverso conhecido como “Sedição de Juazeiro”. Os jagunços de padre Cícero, então, amotinaram-se. Dirigiram-se do sul do Ceará até a capital Fortaleza, saqueando as cidades do interior pelas quais passavam (inclusive a cidade de Baturité). Quando chegaram à Fortaleza, cercaram a capital, e mediante a decretação do Estado de Sítio pelo governo Hermes, juntamente com tropas federais, depuseram Franco Rabelo do governo do Estado.

Eis um episódio controverso, pois segundo Queiroz, padre Cícero telegrafou para Pinheiro Machado mandar reforços em auxílio à deposição de Franco Rabelo. Já Cláudia Viscardi afirma que o navio mandado por Pinheiro Machado à Fortaleza foi para combater os jagunços do padre Cícero – visão que contraria a afirmação de Queiroz. (VISCARDI, 2001, p. 224; QUEIROZ, 1976, p. 118).

⁹⁹ MENDES JÚNIOR, Mário. Alfredo Dutra de Souza. Um projeto de Biografia. *Maninho do Baturité*. Um pouco da história da cidade de Baturité/CE e seus filhos. [Fortaleza]. 27 out 2010. Disponível em: <<http://www.maninhodobaturite.com.br/?p=493>>. Acesso em: 10 mar. 2011.

Se atentarmos para os detalhes fornecidos pela dissertação de mestrado de Diva Muniz (1984), podemos compreender algumas razões para o episódio da “Sedição de Juazeiro” ser tão controverso e contraditório. O que torna confuso o estudo das alianças políticas em questão é o teor volátil delas. Frequentemente, aliados tornam-se adversários e vice-versa. No fim, o que pareceu ter ocorrido foi mais uma barganha política, em que os dois lados (oligarquias tradicionais e novos grupos) negociaram e cederam suas posições, o que torna parcialmente correto, tanto o ponto de vista de Viscardi quanto o de Queiroz.

Por um lado, Franco Rabelo foi efetivamente deposto do governo do Estado, padre Cícero retornou ao cargo de prefeito de Juazeiro e Alfredo Dutra também voltou à prefeitura de Baturité (políticos acciolynos). Após o término do levante em 1914, a Sedição de Juazeiro pode ser considerada vitoriosa de acordo com os interesses do poder local (visão de Queiroz). Por outro lado, se considerarmos que o governador Nogueira Accioly, aliado político de padre Cícero, foi mantido deposto e exilado no Rio de Janeiro, podemos considerar uma vitória dos militares salvacionistas, através da “Política das Salvações”, inicialmente apoiado de forma tácita por Hermes da Fonseca (visão de Viscardi).

Como se vê, o resultado da política intervencionista de Hermes da Fonseca (e Pinheiro Machado)¹⁰⁰ no Ceará culminou somente na queda pessoal de Nogueira Accioly, mas manteve a maioria de seus aliados no interior: em Baturité, Alfredo Dutra retornara à prefeitura, ocupando-a de 1914 até 1919. Embora a Política das Salvações tenha tido sucesso em derrubar Accioly do poder – o que significou um grau de descontinuidade de sua oligarquia –, houve a permanência de seus aliados no interior, dando margem à interpretação de que sua oligarquia não caiu definitivamente em 1914 – o que significa um grau de continuidade com a política tradicional.

A tensão entre continuidade e descontinuidade fez surgir, a partir de 1916, um novo equilíbrio político e dois novos partidos principais. Após a queda de Accioly, como desdobramento do antigo Partido Republicano Conservador do Ceará (que perdera sua ligação nacional com a morte de Pinheiro Machado em 1915), surgiu o Partido Conservador. Este partido contava com antigos próceres do grupo de Accioly, porém arregimentou em seus quadros antigos grupos antiacciolytas, como os Távoras – tendo na figura de Belisário

¹⁰⁰ Embora fosse Accioly do PRC, Pinheiro Machado não o desejava na fileira do seu partido, devido a sua grande impopularidade. Para tal enviou o militar Thomaz Cavalcante ao Ceará, que criou a dissidência antiacciolyta do PRC. Entretanto, Pinheiro Machado manteve seus acordos com padre Cícero. (MUNIZ, 1984, p. 89-90)

Távora a sua chefia. Paralelamente surgia o Partido Democrata, contando com antigos opositoristas de Accioly e setores das camadas médias urbanas.

Em Baturité, este novo equilíbrio afetou a primazia política de Dutra, que foi parcialmente abalada no município. O Partido Conservador arregimentava a coalisão de forças de líderes da antiga oligarquia, a qual pertencia Alfredo Dutra. Já o Partido Democrata, tinha entre seus integrantes membros dos setores médios nascentes, contou com a adesão dos grupos antiacciolyinos, no qual destacamos a figura de José Pinto do Carmo¹⁰¹ e a família Mendes, com os filhos de Pedro Mendes Machado, principalmente na figura de Mário Mendes. O Partido Democrata deteve o domínio político estadual na década de 1920, elegendo governadores como Justiniano de Serpa (1920-1923) – que venceu as eleições contra Belisário Távora, chefe do Partido Conservador – Moreira da Rocha (1924-1928) – chefe do Partido Democrata no Ceará – e Eduardo Girão (1928).

Em meio às incipientes e quase imperceptíveis dificuldades de sustentação política de Alfredo Dutra em Baturité, Ananias Arruda, filho do capitão Miguel de Arruda, fundou o jornal católico **A Verdade**, em 1917. Apesar de ter se declarado apolítico, fornecia apoio a alguns candidatos, como os Távoras, que compõem o Partido Conservador de Alfredo Dutra. No entanto, aproximações da família Arruda com o governador João Tomé Sabóia (que apoiou os democratas) mostrava a ambiguidade da atuação política dos Arrudas em Baturité.¹⁰²

Embora, de maneira tácita, tivesse apoiado os Távoras, o jornal de Ananias Arruda tentava manter-se neutro em matéria partidária. Se analisarmos sua situação, tal posição é compreensível. Se declarasse abertamente seu apoio ao Partido Conservador, teria que se aliar diretamente a padre Cícero, e sabemos que este tinha problemas de ordem religiosa com a Igreja Católica. Principalmente quando verificamos que o pároco de Baturité, Manoel Cândido, era tio da esposa de Ananias Arruda e tinha sido o responsável pelo relatório que acusava padre Cícero de charlatanismo. Em decorrência deste relatório, padre Cícero foi proibido de rezar missas. As questões religiosas tornavam esta aliança um fato improvável.

¹⁰¹ Esse esquema, no entanto, tem suas exceções, como o exemplo da família Távora, que, embora fossem contrários a Accioly, na década de 1910, pertencia ao Partido Conservador dos antigos políticos acciolyinos, na década de 1920.

¹⁰² **A Verdade**, 24 fev. 1918, p. 1.

Caso Ananias declarasse oposição ao Partido Conservador, teria que enfrentar diretamente os principais políticos de sua cidade. Assim, sua posição aparentemente neutra era mais cômoda, visto seu desejo de conciliar sua proximidade com os grupos políticos de Baturité sem, no entanto, envolver-se com alianças mais profundas que desagradassem às decisões da Igreja Católica, representados pelo arcebispo Dom Manoel. Dessa forma, Ananias Arruda utilizou o caráter católico do jornal **A Verdade**, para servir como um fiel da balança entre os dois partidos em Baturité.

Na década de 1920, seguindo o situacionismo estadual, alguns políticos do Partido Democrata foram prefeitos em Baturité, como João Paulino Barros Leal e Pedro Catão, este último eleito na coligação com os conservadores, ficando no lugar de Ananias Arruda, que recusou o “convite para ser prefeito”, em 1928.¹⁰³ Assim, a liderança política, quase que incontestável, de Alfredo Dutra, por boa parte da Primeira República, foi se desgastando, a partir da década de 1920 – quando foi obrigado a fazer acordos com a oposição, representada por José Pinto do Carmo, o chefe dos democratas.

Em relação aos Távoras ocorreu uma nova configuração partidária a partir de 1920, com a derrota de Belisário Távora nas eleições contra Justiniano de Serpa. Devido à perda de projeção política e eleitoral do Partido Conservador, os Távoras passaram a fazer oposição aberta ao governo, tanto na esfera estadual quanto na federal. O apoio dado a Nilo Peçanha, derrotado por Arthur Bernardes, nas eleições de 1922, fez os Távoras aderirem ao tenentismo. Manuel Fernandes Távora, irmão dos tenentes Juarez e Joaquim Távora, erradicou-se com seu tio Belisário Távora, no Rio de Janeiro, oferecendo apoio à chamada Reação Republicana – movimento composto por tenentes e setores das camadas médias urbanas descontentes com a vitória de Arthur Bernardes. (MONTENEGRO, 1982, p. 149-63)

O equilíbrio entre os partidos Democrata e Conservador durou até a Revolução de 30, que trouxe consequências políticas em Baturité, provocando um novo rearranjo do equilíbrio político no município: Ananias Arruda, antes se mantendo neutro nos pleitos – mas oferecendo certo apoio tanto ao Partido Conservador quanto ao Democrata – inaugurou sua atuação política a partir da fundação da Liga Eleitoral Católica (LEC), quando passou a deter a liderança política na cidade.

¹⁰³ **A Verdade**, 03 set. 1928, p. 1.

No entanto, tal rearranjo não se deu por imediato. O primeiro interventor cearense nomeado por Getúlio Vargas, Manuel do Nascimento Fernandes Távora (1930-1931), indicou para a prefeitura o velho Alfredo Dutra. Tal escolha pode ser justificada pelo pertencimento de ambos ao Partido Conservador, durante a década de 1910. Desse modo, Fernandes Távora foi acusado de manter a mesma política oligárquica anterior e foi substituído pelo interventor Capitão Carneiro de Mendonça (1931-1933). Em sua interventoria, o prefeito Alfredo Dutra foi substituído pelo Capitão Ozimo de Alencar, compondo a característica comum dos interventores: era militar e com poucas raízes políticas na região. (PANDOLFI, 1980, p. 370-80)

Com a deposição, Dutra se aposentou politicamente, deixando seu genro como seu sucessor político. Assim, João Ramos continuou a política do sogro em Baturité, tornando-se em 1932, chefe do recém-fundado Partido Social Democrático,¹⁰⁴ reduto dos Távoras. Por indicação do Arcebispo Dom Manoel, Ananias Arruda tornou-se chefe do núcleo da LEC em Baturité. Boa parte dos políticos em Baturité, que circulavam entre os partidos Conservador e Democrata, passou a fazer oposição política a Ananias Arruda.

Como visto no capítulo 1, no final de 1932 e início de 1933, começaram a se organizar pelo país inteiro, partidos para as eleições da Assembleia Constituinte de 1933. Nos estados do sul e sudeste do Brasil, antigos partidos políticos se reorganizaram: o Partido Republicano Paulista e o Partido Democrata em São Paulo formaram a Frente Única Paulista; no Rio Grande do Sul, próceres do Partido Republicano Rio-Grandense e do antigo Partido Republicano Conservador formaram o Partido Republicano Liberal. Em Minas Gerais, o Partido Republicano Mineiro sobreviveu enfraquecido com a criação do Partido Progressista de Minas Gerais. No geral, foram eleitos para a Assembleia Constituinte os candidatos que apoiavam Vargas. No entanto, quanto a essas eleições e a constituição dos partidos há uma observação interessante:

Em Pernambuco, o interventor Lima Cavalcanti, sob os auspícios do tenente Juarez Távora – “vice-rei do Norte” –, criou o PSD. Logo o partido passou a ter representações também na Bahia e no Ceará. Se na Bahia contou com o apoio do interventor, no Ceará, Carneiro de Mendonça mostrou-se neutro frente ao PSD. (PANDOLFI, 1980, p. 370)

¹⁰⁴ Não confundir com o Partido Democrata, fundado em 1916. (MONTENEGRO, 1982, p. 106)

Em outubro de 1932, surgiu a Liga Eleitoral Católica (LEC), no intuito de apoiar os partidos políticos que lutassem na constituinte por suas reivindicações.¹⁰⁵ A LEC, no Brasil em geral, foi apenas uma liga que apoiou os partidos dos interventores: apoiou o Partido Republicano Liberal, no Rio Grande do Sul; a Frente Única Paulista, em São Paulo; apoiou também, em Pernambuco e na Bahia, o PSD, sob a liderança de Juarez Távora. Mas o mesmo não se deu no Ceará – neste Estado, a LEC tomou ares de partido independente e o PSD passou a lhe fazer oposição. (GOMES, 1980, p. 25-33; PANDOLFI, 1980, p. 360-70).

Em Baturité houve uma reconfiguração política da qual trato no primeiro capítulo: Ananias Arruda, que se recusava a entrar nos pleitos, durante a Primeira República, tornou-se presidente da LEC no município. Seu opositor no PSD foi João Ramos, tabelião público, genro e herdeiro do coronel Alfredo Dutra. Vejamos como o PSD e a LEC polarizaram os conflitos.

2.4. Os Conflitos políticos na Era Vargas: dos cochichos aos comícios (1932-1937)

No primeiro capítulo, visando a contextualizar os conflitos partidários envolvendo Evaristo Lucena, apresentamos características dos partidos políticos surgidos na década de 1930, bem como suas lideranças e motivações políticas: LEC, PSD, AIB e PRP. Vimos como a campanha da AIB desgastou a aliança de Lucena com a LEC, fazendo este migrar para o PSD, sob a liderança de João Ramos. Discutimos também se tal manobra política configura o fenômeno do clientelismo em relação a Lucena e seus aliados; e concluímos que embora houvesse uma pequena margem de clientelismo em suas relações com a elite, essas práticas não predominavam.

Aqui, veremos como o reequilíbrio político na cidade, através da atuação desses novos partidos (PSD e LEC) afetou a vida cotidiana da elite baturiteense. Vimos como era

¹⁰⁵ Eram elas a proibição do divórcio, a instituição do ensino religioso facultativo nas escolas e a autonomia dos sindicatos católicos.

cômoda para Ananias Arruda a atitude neutra na política que havia levado na Primeira República, porém com a fundação da LEC, tal neutralidade não teria como ser mais sustentada.

Embora o programa da LEC, em esfera nacional, visasse apenas a apoiar partidos ou políticos dentro de suas reivindicações mínimas para a Assembleia Constituinte de 1933, no Ceará esta associação política teve aspectos de partido político, pois se portou independentemente deles, o que a fez rivalizar com o PSD. A dicotomia LEC x PSD fez-se perceber não só em Baturité, mas em todo o Estado do Ceará. Estudos afirmam (SOUSA, 2000; PANDOLFI, 1980) que a LEC representou o retorno ao poder das oligarquias vencidas na Revolução de 30. No entanto, em Baturité, essa afirmação parece não se processar plenamente.

A LEC do Ceará, pela independência que demonstrou inicialmente, foi além dos critérios exigidos pelo Cardeal Leme, para arregimentação de seus quadros. Influenciada pelo intenso processo de romanização sofrido pela Igreja desse Estado, e ainda pelas querelas envolvendo o catolicismo popular, a LEC, no Ceará, pareceu ter seguido os critérios oficiais do papado quanto aos pré-requisitos para o político católico.

No Ceará, não bastaria apoiar as reivindicações da LEC na Constituinte para seguir a agremiação – como fez o PSD em Pernambuco e na Bahia e as frentes situacionistas no Rio Grande do Sul e São Paulo. No Ceará, era preciso “ser católico”, na concepção do arcebispo Dom Manoel. Isso significava ir à missa todos os domingos, praticar os sacramentos, confessar-se, e ser totalmente avesso à maçonaria, às práticas do espiritismo e do protestantismo. Tais exigências faziam boa parte dos políticos antigos estarem irremediavelmente fora da LEC cearense, considerando que muitos deles eram maçons e alguns eram católicos não praticantes. Em Baturité, quanto a tais exigências, a Igreja, através do jornal **A Verdade**, publicou um artigo explicando o escrutínio:

Temos necessidade de repetir, nestas columnas, vez por outra, para accentuar verdades que não se devem esquecer, advertências de palpitante actualidade.

Já assignalamos que duas espécies de inimigos contrariam o movimento de renovação espiritual da sociedade em nosso tempo.

A primeira é composta dos elementos filiados ás forças do mal, agindo de maneira ferrenha e odienta contra os princípios da ordem christã.

A segunda abrange os elementos de indivíduos de mentalidade mal formada, incapazes de pensar e sentir com a Igreja, apesar de se proclamarem em público, pertencentes ao seu grêmio.¹⁰⁶

Baturité, desde a década de 1930 contava com uma igreja protestante e uma loja maçônica. Os políticos ligados a essas duas instituições jamais poderia compor a LEC. Sobretudo os declaradamente ateus e agnósticos, como o major Pedro Catão e os espíritas, como o major Cândido Taumaturgo (BARROS FILHO, 1979, p. 123 e 132). Ainda aqueles que se declarassem católicos, mas não cumprissem os sacramentos, como João Ramos, não poderiam ser filiados à Liga. Estas características pareciam ser compartilhadas pela nova geração da família Távora que surgia na política, com os irmãos Juarez e Manoel Távora.

Seguindo os critérios religiosos oficiais (rígidos), a LEC de Baturité, logo após sua fundação, divulgou uma lista de nomes de políticos que não mereceriam os votos dos católicos.¹⁰⁷ A maioria deles era integrantes do PSD na cidade: políticos tradicionais como João Ramos, Pedro Catão, além da nova geração que despontava na família Maciel, parentes de Pedro Mendes Machado, adeptos da Juventude Comunista, ligada à Moscou, como Heitor Maciel e Pedro Wilson Mendes.

Mediante tais artifícios apontados, usados também por todo o estado do Ceará, a LEC conseguiu uma expressiva votação para as eleições dos deputados cearenses para a Constituinte de 1933,¹⁰⁸ e para as eleições de deputados estaduais do ano seguinte, ocasião em que a LEC totalizou 704 votos contra 207 do PSD na cidade.¹⁰⁹ O sucesso político-eleitoral da LEC também refletiu nas eleições municipais de Baturité, em 1936. A coligação entre a Liga e o Partido Republicano Progressista confirmou sua força eleitoral elegendo Ananias Arruda – que já ocupava o cargo de prefeito da cidade, tendo sido indicado um ano antes governador

¹⁰⁶ **A Verdade**, 31 ago. 1937, p. 1.

¹⁰⁷ **A Verdade**, 22 jan. 1933, p.1.

¹⁰⁸ No primeiro turno, dos 802 eleitores votantes de Baturité, 650 votaram na LEC, totalizando 81% dos votos. Resultado da eleição no município de Baturité. (**A Verdade**. Baturité, 14 maio 1933, p. 4) Os seis deputados eleitos LEC para a Assembleia Nacional Constituinte foram: Luís Sucupira, Waldemar Falcão, Leão Sampaio, Jeová Mota, José Antônio de Figueiredo Rodrigues e Antônio Xavier de Oliveira. Os deputados constituintes eleitos pelo PSD foram: Fernandes Távora, João da Silva Leal, José de Borba Vasconcelos e João Jorge de Pontes Vieira.

¹⁰⁹ Liga Eleitoral Catholica. (**A Verdade**. Baturité, 14 out. 1934, p. 1) Na ocasião foram dezessete deputados da LEC eleitos contra treze do PSD.

Francisco Menezes Pimentel.¹¹⁰ Nas eleições para vereador, os resultados se mostraram mais equilibrados – dos nove vereadores eleitos, cinco eram da LEC e quatro do PSD, sendo o presidente da casa, Hermenegildo Furtado, da LEC.¹¹¹ (ARRUDA, 2007, p. 56-7)

A atuação política de Ananias Arruda na LEC e como prefeito de Baturité, sobretudo até a promulgação do Estado Novo foi marcada pela intensa oposição que aglutinou entorno do PSD, fazendo vir à tona episódios de chacota, acusações morais e comícios relâmpagos promovidos pela oposição. Tais disputas podem ser sentidas antes mesmo de Ananias Arruda ter se tornado prefeito, pelo que se percebe em seu discurso inflamado de posse.

Quiz a Divina Providência que o meu illustre Dr. Menezes Pimentel fosse eleito o primeiro governador constitucional do Ceará por 16 valorosos deputados da Liga Eleitoral Catholica, e que aquelle distincto governador me nomeasse prefeito de Baturité sem prévio entendimento e determinasse que eu aceitasse o árduo cargo.

Por diversas vezes recusei a prefeitura de Baturité, a mim oferecida pelo Dr. João Ramos quando chefiava neste município os políticos acciolynos; pelo coronel José Pinto do Carmo, antigo chefe dos “Democratas” em Baturité, no governo Peixoto...
[...]

A organização lecionista em nossa terra ocasionou a revolta dos inimigos de Christo e de sua Igreja que conseguiram a adesão dos remanescentes dos partidos políticos “Conservador” e “Democrata”, que fundiram no PSD com o fim de combaterem a Liga sendo eu, presidente da mesma, alvo de suas tenebrosas e repugnantes baterias, contra quem atiravam as pesadas granadas da calumnias e de infâmias.¹¹²

As calúnias e infamais a que Ananias Arruda se referiu dizem respeito a uma acusação que este sofrera de ter roubado treze contos de réis do Banco Comercial e Agrícola de Baturité, por meio de seu irmão, Raimundo Arruda, que era gerente e caixa deste. O

¹¹⁰ Francisco de Menezes Pimentel foi empossado no cargo de governador do Ceará, em maio de 1935, depois de tumultuadas e violentas disputas em torno da eleição indireta para o cargo do executivo estadual. Em pleito apertado, Pimentel venceu com 16 votos da LEC contra 14 do PSD, liderado por Juarez Távora. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**, v. 4, p. 4.623.

¹¹¹ Os nove vereadores eleitos em 1936: Hermenegildo Furtado, Aurino Lopes Martins, Pedro Alfredo da Silva, Rufino de Souza Barroso e Raimundo Arruda; pertencentes à LEC e os oposicionistas Evaristo Xavier de Lucena, Waldemar Antunes Freitas, Raimundo Viana e o antigo político Pedro Catão, o então líder da bancada pessedista naquela ocasião. Este último foi político de Baturité no período acciolyno e prefeito pelo Partido Democrata, tendo seu mandato interrompido pela Revolução de 30. Ao Povo de Baturité. (**A Verdade**. Baturité, 09 maio 1937, p. 1) Quanto ao resultado das eleições municipais pelo estado do Ceará, a LEC elegeu 53 prefeitos contra 23; para vereador, a LEC elegeu 386 contra 250 do PSD. (REGIS, 2008, p. 104)

¹¹² ANANIAS Arruda. Minha nomeação para o cargo de Prefeito de Baturité. (**A Verdade**. Baturité, 09 jun. 1935, p. 1, grifo nosso).

presidente do banco era Hermenegildo Furtado, aliado político e familiar, e seu irmão Luiz Gonzaga Furtado era cunhado de Ananias Arruda.

Quanto ao roubo do banco, seu autor permanece um mistério. Se por um lado a oposição, na figura de João Ramos, acusava os irmãos Ananias e Raimundo Arruda de serem os autores. Estes se defendiam dizendo estarem sofrendo uma armação da oposição, que não se conformava em ver-se destituída do poder.

Bilhetes anônimos eram postos embaixo das portas, acusando o gerente Raimundo Arruda do roubo, a mando de Ananias. A família Arruda apontava os Dutra-Ramos de serem autores dos bilhetes “caluniosos”. Barbosa Lima Sobrinho, no prefácio da segunda edição de **Coronelismo, enxada, voto** refere-se faticamente aos cochichos e fofocas como fomentares das campanhas eleitorais sob o sistema do coronelismo (LEAL, 1997, p. 16).

Era recorrente os políticos encararem os embates eleitorais como disputas pessoais, onde tudo era permitido. Tanto para favorecer os amigos, como para desfavorecer os inimigos “o chefe local resvala muitas vezes para a zona confusa que medeia entre o legal e o ilícito, ou penetra em cheio no domínio da delinquência, (...) no seu critério, ‘só há uma vergonha: perder (as eleições)’” (LEAL, 1997, p. 60, parênteses nossos).

No entanto, independente de quem tenha sido o autor do roubo, as acusações contra os irmãos Ananias e Raimundo Arruda pareceram não ter surtido o efeito esperado. Vimos que a LEC liderou todas as eleições posteriores ao roubo do banco (1934 para a Assembleia Legislativa Estadual e 1936 para prefeito municipal e vereador). Ananias Arruda fora indicado pelo governador Menezes Pimentel (também da LEC) em 1935 para a prefeitura de Baturité. As eleições para prefeito em 1936 o confirmaram na prefeitura.

Três anos após o roubo do banco, a oposição continuava fazendo acusações e dirigirlhe críticas, tanto a ele, quanto a seus familiares. A seguir temos o panfleto anônimo publicado em 1936, após a vitória de Ananias Arruda nas eleições para prefeito, intitulado *Ad Perpetuam Rei Memoriam*, o qual sintetizava as críticas a Ananias Arruda em forma de versos e emboladas, que se assemelham a ritmos e manifestações da cultura popular.

Como se descreve/aquela feia riqueza,/Produto da esperteza/De um ente que é mortal./E a habilidade/Com q’ele pega no alheio/ Sem temor e sem receio/ Sem pudor sem moral./ É um tarado/ Tem a pele de jiboia/ O olhar de lambisgóia/ E a inhaca do chacal./ Sua fortuna:/ E “Belém” e a “Betania”/ Um pouco da Libania/

Que lhe entrou “pelo quintal” E a inda:/ O “Jucá” e o “Canjari” “Gitirana” e
 “Umari”/ E a fazenda “Batimbal”,/ Itapaí, Sant’Antonio, S. Miguel,/ Onde o pai do
 João Famel/ Fez progresso sem igual./ E foi p’ro Sul./ Foi ser chefe de quadrilha,
 Para honra da família/ De que é um maioral./ Mas o Ananias/ Bota ele na bagagem,
 Em matéria de pilhagem/ Ninguém lhe passa um quinal./ Nem o Reimundo.../ Que
 gosa justo conceito,/ E age, daquele jeito (?!...)/ Não vai com ele afinal./ O Famel.../
 Que se dispistou num monge,/ Esse inda está mui longe/ De fazer o “jogo” da cal./ O
 Jeremias/ C’a certeza com que arca/ E toda a carga da “barca”,/ Ele o meteu no
 bornal.../ Haja vista/ A historia do “Convento”:/ Nem lhe deu cancela ao mento,
 Controlar o material./ No “Banco”?!.../ O sem quengo deu tutano:/ Dois roubos
 dentro de um ano,/ De um efeito...colossal!.../ E depois/ Que nos deram a
 Prefeitura,/ Nossa casa é só fartura,/ Grande o nosso cabedal!... (Ad Perpetuum Rei
 Memoriam. 1936, p. 15 apud COSTA, 2007, p. 44-5)

São claramente perceptíveis, nesses versos anônimos, as críticas que fazem a Ananias Arruda pela sua riqueza e propriedades. Ocleciano Costa analisou os versos em sua dissertação de mestrado:

Os versos citados acima, mesmo anônimos, sintetizam as críticas ao comendador¹¹³ principalmente após o dia 29 de março de 1936, quando ele foi anunciado como prefeito eleito pelo cartório eleitoral. As tensões, a partir dessa data, ficaram evidentes. Os projetos de interesse público foram legitimadores da austeridade católica e a funcionalidade da máquina administrativa municipal aconteceu a partir da dinâmica litúrgica da Igreja. [...] Fizeram uma série de acusações de como Ananias Arruda multiplicou seus bens até chegar ao status de prefeito. [...]. Familiares [...] afirmam que o acúmulo de bens e propriedades por parte de Ananias Arruda foi resultado do trabalho e da compra que ele fez dos bens de parentes endividados em bancos e transações comerciais mal-sucedidas, ainda no período da Primeira Guerra Mundial. O ex-funcionário da gráfica do jornal “A verdade”, Walmir Penaforte confirma que o enriquecimento de Ananias Arruda se deu através do fornecimento, a princípio, de lenha para a rede ferroviária; depois, de cal, mosaico, carvão e outros produtos fornecidos a grandes obras públicas, tendo em vista que, sem concorrência, Ananias Arruda podia abastecer e ter o lucro garantido. O panfleto “Ad Perpetuum”, de autoria anônima, atribuiu o enriquecimento do “coronel” à “esperteza e à habilidade de pegar o que era alheio”, fazendo referência, entre outras atitudes desconhecidas do comendador, ao modo como ele conseguiu se apropriar das terras para edificação das obras da Igreja. Temos a certeza de que essas críticas se originaram das atitudes austeras do “coronel”, que, em momento algum,

¹¹³ Tem-se um anacronismo cometido por Ocleciano, pois Ananias Arruda só se tornaria Comendador da Santa Sé em 1956, vinte anos após ter sido eleito prefeito.

se permitiu ouvir os comentários dos adversários para refletir sobre suas práticas políticas. Sua “verdade”, fundamentada na moral conservadora católica, tinha um caráter hermético. Tão hermético que jamais alguém conseguiu por em dúvidas a sua maneira de governar (COSTA, 2007, p. 45-6)

Quanto à “esperteza de pegar no alheio”, a única explicação que Ocleciano conseguiu encontrar foi a prática de Ananias Arruda de doar terras alheias para edificações de obras da Igreja na cidade. Mas quanto à menção aos dois roubos de banco claramente postos no verso, Ocleciano – que pesquisou as “façanhas de Ananias Arruda narradas por moradores em conversas nas calçadas e [...] depoimentos de pessoas que de alguma forma mantiveram contatos com a família Arruda” (COSTA, 2007, p. 6) – se silencia. Como se esse fato tivesse caído no esquecimento coletivo. Ele atribuiu também as acusações às atitudes austeras do coronel, que proibia carnavais na cidade, atividades de prostituição e qualquer atitude de desobediência à Igreja.¹¹⁴

O lado da crítica às atitudes austeras de Ananias Arruda é ainda evidenciado no carnaval de 1937, ocasião em que o prefeito proibiu a realização de festas e bailes na cidade, fazendo, assim, surgir mais críticas quanto a sua administração. Durante a madrugada da terça-feira para quarta-feira de carnaval, o grupo oposicionista fez uma espécie de “atentado” às residências de Ananias Arruda e Raimundo Arruda. Ambos mencionados no panfleto **Ad perpetuam rei memoriam**. Helial Dutra Ramos, filho de João Ramos e então chefe do PSD, é envolvido num episódio de chacota e zombaria contra Ananias Arruda e Raimundo Arruda, no carnaval de 1937. Miguel Edgy, filho de Raimundo Arruda e sobrinho de Ananias Arruda, lembra à sua maneira do episódio:

Um grupo de pessoas formou uma espécie de serenata e às 02h30min da manhã eles saíram, em grupo, e [...] desceu a Avenida Proença, penetrou nos jardins da casa do meu tio, o Vaticano, e foi cantar as suas músicas com suas letras difamatórias e difamantes na porta da casa, dentro do jardim que ficava fronteiro a casa. [...] De lá, o grupo desceu pela [rua] 7 de setembro e veio à casa de meu pai (Raimundo Arruda, então vereador do município). [...] Eles começaram a cantar em frente à primeira janela que daqui eu estou vendo. Eu, que dormia no terceiro quarto da casa, acordei [...] apurando o ouvido comecei a verificar que [...] as letras das músicas que

¹¹⁴ “O respeito ao ‘coronel’ chegava a tal ponto que, circulava na cidade, o comentário de que o comendador havia se casado, mas, sua ‘obediência’ a Deus era tal que ele tinha feito voto de castidade. Um dos episódios que serviu para essa imagem de Ananias Arruda foi a suposta compra, feita pelo “coronel”, de toda Rua São Paulo, porque o local concentrava todas as casas de prostituição e cabarés da cidade. O ‘coronel’ comprou a rua toda e expulsou as prostitutas da cidade. Da mesma forma proibiu bebida alcoólica a todos os seus funcionários.” (WALMIR Penaforte, depoimento, apud COSTA, Ocleciano Souza, 2007, p. 82-3).

eu ouvia eram todas elas de calunia e de infâmia assacadas contra o meu tio Ananias e contra o meu pai. [...]. Verifiquei também que fazia parte do grupo o tenente do exército, Helial Dutra Ramos, filho do chefe político, Dr. João Ramos, que era adversário do meu tio Ananias.¹¹⁵

As animosidades dos anos de 1935, 1936 e 1937 não ocorreram somente nas relações entre Ananias Arruda e Evaristo Lucena, elas aconteceram, sobretudo, com setores das altas camadas médias de Baturité, como membros da família Maciel, que eram aliados do major Pedro Mendes Machado, que era casado com uma integrante daquela família.

Embora o major Pedro Mendes Machado, político opositor de Accioly na década de 1910, não tivesse se envolvido com política partidária na década de 1930, seus familiares, Laurício Mendes e Pedro Wilson Mendes, tornaram-se comunistas, assim como membros do ramo Maciel, como Heitor Maciel, primo dos dois personagens acima. Os Mendes-Maciel, em geral, também representavam focos de oposição a Ananias Arruda.¹¹⁶ Embora não tomamos conhecimento de um movimento comunista organizado na cidade, sabemos que eram filiados à Juventude Comunista, atrelada ao Partido Comunista Brasileiro.¹¹⁷

Pedro Wilson foi conhecido por ser um advogado “combativo ininterruptamente disposto a denunciar falcatruas”¹¹⁸ e foi assassinado, na década de 1950, por causa de suas ações judiciais.¹¹⁹ Já Heitor Maciel foi expulso em 1935 da Escola Militar por seu envolvimento com a Juventude Comunista, e passou quase dez anos em prisão domiciliar, escondido no seu sítio, na serra, podendo retornar a Baturité somente com a anistia em 1945. Laurício Mendes teve um destino trágico, preso por comunismo e assassinado após uma tentativa de fuga, contado pelo próprio Edgy:

Quando ocorreu o levante comunista de 1935, servia na unidade do exército [...] Laurício Mendes (filho do Sr. Francisco Mendes que era irmão do Major Pedro Mendes Machado). O Laurício servia em uma Unidade de São Paulo. E embora lá não tenha ocorrido um levante de vulto, os simpatizantes ao comunismo foram

¹¹⁵ ARRUDA, Miguel Edgy Távora. Op. Cit. Fita 1 Lado A e B. p. 5-7.

¹¹⁶ Os comunistas Pedro Wilson Mendes, Laurício Mendes e Heitor Maciel eram opositoristas tanto de Ananias Arruda quanto de João Ramos.

¹¹⁷ Dado colhido em conversa realizada no dia 23 de janeiro de 2013, com Mário Mendes Júnior, sobrinho de Pedro Wilson Mendes.

¹¹⁸ <http://www.maninhodobaturite.com.br/?p=135>

¹¹⁹ A própria família de Pedro Wilson publicou um livro cujo título é **Você vai morrer**, no qual trata do assassinato de Pedro Wilson.

perseguidos pela polícia do Getúlio Vargas e ele Laurício foi preso com outros comunistas. [...] Pouco tempo depois do levante comunista, chegou a notícia, aqui em Baturité, de que o Laurício tinha sido morto pela polícia e que a mesma alegava que ele tinha sido baleado pelos guardas numa tentativa de fuga. A família dele, aqui, disse que a estória estava mal contada e que ele tinha sido fuzilado pelas forças de repressão do Getúlio Vargas. (ARRUDA, Miguel Edgy Távora. Op. Cit. Fita 4 Lado A. pp. 2-3).

Vemos que tais disputas marcaram em 1935 a polarização ocorrida entre Ação Integralista Brasileira– ligado à LEC – e Aliança Nacional Libertadora – que juntou o PSD de Baturité temporariamente aos simpatizantes tácitos do comunismo da cidade, representados pela família Maciel.

O ano de 1937 foi outro de forte agitação política em Baturité devido às eleições presidenciais que estavam marcadas para o ano vindouro. Três candidatos principais já disputavam o pleito: Plínio Salgado, da AIB, que durante sua trajetória contou com a simpatia da LEC; Armando de Salles Oliveira, ex-governador de São Paulo, representando os setores liberais; e José Américo de Almeida, do Partido Republicano Progressista (PRP), que contou com o apoio das oligarquias do Norte-Nordeste e dos tenentes da “Revolução de 30”, fazendo-o contar com o apoio de diversos segmentos do PSD no estado do Ceará.

Diante desse quadro, era de se esperar que a LEC apoiasse Plínio Salgado da AIB, visto suas afinidades programáticas. No entanto, o regionalismo deve ter pesado mais no cálculo político da escolha do candidato a ser apoiado: a LEC cearense, coligada ao PRP apoiou José Américo de Almeida, político da Paraíba, também ligado ao PRP. Tal escolha gerou reações dos integralistas no Ceará, que acusaram José Américo de ser maçom.¹²⁰

Assim, os integralistas de Baturité (e do Ceará) se sentiram abandonados por sua principal aliada: a Igreja Católica. Nessa conjuntura, dessa vez, tanto LEC quanto PSD apoiavam o mesmo candidato. Porém, as convergências em torno do nome de José Américo não diminuíam as animosidades da política local e as críticas à atuação de Ananias Arruda como prefeito.

¹²⁰ Os integralistas no Ceará, vendo que a Igreja local não apoiaria Plínio Salgado para as eleições, e que dava apoio a José Américo de Almeida, começaram a publicar notas afirmando que o então candidato pertencia à Maçonaria. O que foi respondido no jornal **A Verdade** com uma negativa escrita por Luiz Sucupira, membro do laicato católico, e o padre Manuel Gomes: O Dr. José Américo não é maçom. (**A Verdade**. Baturité, 16 jul. 1937, p. 1)

Em dois de outubro de 1937, a cidade foi palco de um comício.¹²¹ Nesse dia, foram distribuídos pelas ruas da cidade diversos panfletos, conclamando a população a receber uma caravana que viria à cidade para fazer um comício em favor da candidatura de José Américo. Segundo a propaganda do evento, o prefeito, que apoiava José Américo de Almeida, tinha autorizado a manifestação:

Devendo chegar hoje a esta cidade, pelo trem suburbano, uma importante “caravana” (...) que aqui vem em propaganda da candidatura do eminente Dr. José Américo de Almeida, á presidência da República, convida-se, pois, o povo desta cidade sem qualquer distinção de classe, a receber a ilustre comitiva, a entrada da cidade, em frente á residência da família Maciel, cerca das sete e meia horas da noite bem assim, a comparecer ao comício que a caravana realizará amanhã, domingo, á praça de Santa Luzia ás seis e meia horas da tarde.

Brasileiros: a vossa consciência impõe, para presidente da República, vote em José Américo de Almeida.¹²²

O próprio jornal **A Verdade**, ao seu modo, relata o que ocorrera na noite da recepção do povo aos “caravaneiros” de José Américo:

Annunciado o comício para o dia seguinte, o nosso redactor-chefe Ananias Arruda, Prefeito Municipal, retirou-se da cidade ás 18 horas indo pernoitar no seu sítio S. Miguel distante uma légua [...]

Recebidos na “gare” da Estrada de Ferro os caravaneiros pelos pessedistas locais, seguiram todos, não para frente da casa da família Maciel¹²³ que fica á entrada da Praça Santa Luzia, mas para o corêto da mesma praça, onde estacionaram e iniciaram um inesperado comício, não pró-candidatura José Américo, mas, de insultos ao Prefeito Municipal, ao Clero e aos candidatos Plínio Salgado e Armando Salles, havendo então vehementes protestos, gritos e “foras”, estabelecendo-se certa confusão e algumas correrias, sendo os oradores obrigados a se retirarem da praça, dispersando-se os assistentes.

[...]

Na manhã seguinte, o delegado, depois de ter colhido as necessárias informações a respeito dos acontecimentos da noite anterior, foi á casa da família Maciel onde estava hospedada a caravana e disse ao seu director que o comício annunciado naquelle dia podia se realizar com todas s garantias, contanto que nenhum orador

¹²¹ Mesmo comício que Evaristo Lucena tocou, desobedecendo a proibição de Ananias Arruda.

¹²² Extraído da matéria; Mais uma cilada do *synedrim* político de Baturité contra o nosso Redactor-Chefe Ananias Arruda, Prefeito Municipal. (**A Verdade**. Baturité, 10 out. 1937, p. 1)

¹²³ A mesma família do comunista perseguido pela polícia, Heitor Maciel, relatado a partir das memórias de Miguel Edgy.

atacasse as autoridades locais, nem a outra qualquer pessoa, como se tinha dado na véspera.¹²⁴

Embora o delegado José Alves houvesse autorizado o comício, o prefeito, que na manhã seguinte, tomara conhecimento do ocorrido na noite, proibiu-o. Assim, Ananias Arruda enviou um telegrama a Menezes Pimentel, que logo acionou o chefe de polícia Cordeiro Neto a tomar as providências da proibição, pois segundo o jornal:

Se o comício se realizasse a ordem pública seria perturbada, pois um pessedista declarou pessoalmente ao prefeito que estava com cem bombas para soltar-as durante o mesmo; outro procurou por duas vezes um elemento integralista e convidou-o a firmar grupos de reacção contra os oradores do projectado comício; um outro planejara cortar o fio da iluminação pública na praça onde o mesmo devia realizar-se; certa pessoa declarou ter visto rumas de pedras nos canteiros da praça...¹²⁵

Tais atividades mostram como alguns oposicionistas, aglutinados no PSD local – que possivelmente podiam ter alguma simpatia ou aliança não escrita com os comunistas, haja vista a aproximação com a família Maciel – se aproveitaram da oportunidade para criticar a atuação do prefeito Ananias na gestão administrativa. Estavam inseridos em um regime político municipal moralista, austero e autoritário, no qual a obediência à autoridade e a vigilância destas seriam pontos salutarés para o bem-viver em sociedade. É nesse comício que o então vereador Evaristo Lucena – já filiado ao PSD – tem a oportunidade de novamente tocar nos espaços públicos, desobedecendo a uma proibição do prefeito de dois anos antes. (ARRUDA, 2007. p. 58-60)

Além de se oporem a atuação austera do prefeito, a oposição criticava a forma como distribuía os cargos públicos entre seus familiares e amigos, configurando uma cultura política de cunho clientelista, bastante comum em fenômenos políticos como do coronelismo e do mandonismo.

Pelos episódios narrados, vimos que o Ceará da Primeira República e o da Era Vargas – foi conhecido por ser governado por grupos restritos de pessoas, que se utilizavam da máquina pública para continuarem no poder. Tais grupos, principalmente no Norte-

¹²⁴ **A Verdade**, 10 out. 1937, p. 1. Extraído da matéria; Mais uma cilada do *synedrim* político de Baturité contra o nosso Redactor-Chefe Ananias Arruda, Prefeito Municipal.

¹²⁵ Idem.

Nordeste do país, ficaram consagrados na historiografia pelo termo oligarquias, tendo sua expressão mais ampla durante a Primeira República (VISCARDI, 2001). No entanto, vimos também, que as oligarquias no Ceará passaram por reestruturações.

Podemos citar na percepção dos principais arranjos políticos da história política do Ceará da Primeira República até o fim do Estado Novo, três momentos oligárquicos diferentes: o período do predomínio de Accioly (1892-1912), no qual encontramos a expressão mais pura do conceito oligarquia a ser utilizado.¹²⁶ O período pós-accioly (1912-1930), quando os políticos remanescentes liderados por Accioly tiveram que negociar com novos grupos que ascendiam na política do Ceará, compreendidos principalmente no Partido Democrata. E por fim, os grupos que se estabeleceram na Era Vargas, impulsionados pelo sucesso político que a LEC obteve naquele estado.

Heráclio do Rêgo (2008, p. 15) mostra em sua obra a proximidade que há entre política, partidos políticos e a parentela. A expressão oligárquica da política sob o sistema do coronelismo ocorreu, sobretudo quando há a ocupação dos cargos públicos e das empresas mais importantes pelos mesmos grupos – em geral, pertencentes à mesma parentela.

Quando um arranjo oligárquico é substituído por outro, há também a substituição das parentelas que exercem o poder. No entanto, análises genealógicas das origens parentais das famílias que detiveram o poder em momentos oligárquicos distintos da história do Ceará mostram que mesmo famílias adversárias teriam algum parentesco em comum.

Sobre o tema da dominação familiar traduzidos em oligarquia, o próprio jornal **A Verdade** publicou uma crítica à forma como o prefeito Ananias Arruda favorecia os familiares e amigos nos cargos municipais:

Oligarquia em Baturité. Todo funcionalismo é aparentado do prefeito. Para que os leitores tenham idéia de como é acentuado o sentimento de família nos negócios público de Baturité, estampamos abaixo a lista de funcionários municipais, estaduais e federais ligados ao Prefeito daquele município.

Prefeito: Ananias Arruda;

Secretário da Prefeitura: Miguel Arruda Proença, sobrinho do prefeito;

José Furtado, sobrinho do cunhado do prefeito;

¹²⁶ Seguindo o conceito de Décio Saes (1975, p. 9), observamos que a oligarquia é o lugar de expressão onde se fomenta o sistema coronelista.

Presidente da Câmara: Hermenegildo Furtado, sogro do sobrinho e cunhado da irmã do prefeito;

Vereador e membro da comissão de Tomada de Contas do prefeito: Raymundo Arruda, irmão do prefeito;

Fiscal da prefeitura: José Torres, sobrinho afim do cunhado do prefeito;

Professora municipal: Stela Furtado, sobrinha do cunhado do prefeito;

Idem idem: Maria Jasser dos Santos, sobrinha afim do prefeito;

Idem idem: Lili Arruda, sobrinha do prefeito;

Escrivão da coletoria: Vasco Furtado, irmão do cunhado e tio afim do sobrinho do prefeito;

Professora do grupo escolar: Sobrinha do cunhado do prefeito e cunhada do sobrinho do prefeito;

Inspetor escolar: Manuel Furtado, cunhado da irmã do prefeito;

Auxiliar do Correio: Noemy Arruda, cunhada do prefeito.¹²⁷

A tais críticas, Ananias Arruda responde da seguinte forma:

Sem Comentários... O correspondente que enviou a publicação supra, esqueceu-se de citar os funcionários pessedistas, ligados ao Prefeito de Baturité pelos ramos genealógicos por ele descoberto e mencionados, seguintes:

Prefeito de Baturité: Ananias Arruda;

Escrivão Eleitoral, Escrivão do Registro de Imóveis, escrivão criminal, chefe do Partido Social Democrático em Baturité: Dr. João Ramos Filho, tio de um sobrinho de uma cunhada e primo de uma sobrinha afim do Prefeito;

Líder da bancada pessedista na Câmara Municipal, promotor aposentado e advogado: Pedro Catão, tio de uma cunhada do Prefeito;

Coletor Federal: Virgílio Ramos, tio de um sobrinho de uma cunhada e primo de uma sobrinha afim do Prefeito;

Professora de Açudinho: Balkiss Dutra, sobrinha afim de um tio de um sobrinho de uma cunhada do Prefeito;

Professora do grupo: Rachel Montenegro, prima do Prefeito;

Agrônomo encarregado do horto de fruticultura (há poucos dias transferido para Fortaleza): José Sampaio, primo afim do Prefeito;

Tesoureiro dos Correios e Telégrafos: Esther Paiva Silva, prima afim do prefeito;

Servente dos Correios e Telégrafos: Vicente Gonçalves Filho, primo afim do Prefeito;

Estafeta dos Correios e Telégrafos: Enéias Paiva Silva, primo afim do Prefeito;

Agente dos Correios no Putiú: Frutuoso Paiva Silva, primo afim do Prefeito;

¹²⁷ O POVO, 12 mar. 1936, p. 1

Professora substituta do grupo em exercício: Isa Paiva Silva, prima afim do Prefeito.

Aproveitando a oportunidade e para que tenhamos conhecimento de que o ramo genealógico organizado pelo synedrim pessedista de Baturité, o Prefeito Ananias Arruda tem uma numerosa parentela cujo número é indefinido e que no governo que caiu, exerciam cargos públicos muitos membros de sua parentela.

Ei-los:

Ex-tesoureiro da Prefeitura: Jeovah Maciel, primo afim de uma cunhada do Prefeito;

Ex-escrivão da coletoria estadual: Menezes Rocha, cunhado de um tio de uma cunhada do Prefeito;

Ex-coletor estadual: Pedro Lopes, tio afim de um sobrinho de uma cunhada do Prefeito;

Ex-coletor estadual: Sucessor do precedente: Antonio Coriolano, sogro de um cunhado de um tio de um sobrinho de uma cunhada do Prefeito;

Ex-coletor federal: Alfredo Dutra Filho, cunhado de um tio de um sobrinho de uma cunhada do Prefeito.¹²⁸

A transcrição do artigo nos faz retornar ao ponto central deste capítulo, que é a relação de dependência entre a estrutura parental e familiar com a política dos municípios do interior. Essa relação é característica do sistema político denominado coronelismo, cuja expressão de poder ocorria através das oligarquias, composta pelos membros de uma mesma parentela. Percebemos, no entanto que, grupos políticos em Baturité antagônicos, chegaram a ter, em comum, laços de parentesco – mesmo que distantes. O quadro mostrado pela oposição a Ananias Arruda acima denota a aliança mantida entre a família Arruda e os Furtados, além dos Proenças. O grupo alijado do poder, mesmo que integrasse parentes distantes de Ananias Arruda, representava outra parentela: a dos Dutra-Ramos.

As relações políticas e familiares, em Baturité, pareciam assim gravitar, na década de 1930, em torno dessas duas famílias oposicionistas mais destacadas: os Arrudas e Dutra-Ramos. Quem não mantivesse boas relações com elas, teria muitas dificuldades de ascensão ou mesmo de adequação social na cidade – caso ocorrido com Evaristo Lucena. Em outras palavras, aquele que não se dispusesse como cliente de uma das famílias (ou de seus aliados) poderia contar apenas com os direitos frouxos emanados do Estado. No entanto teria dificuldades de vivenciá-los na prática, pois vimos que os direitos, de fato, eram vividos de

¹²⁸ **A Verdade**, 14 mar. 1936, p. 2.

forma clientelista no seio da parentela. Isso valia tanto para aliados políticos de peso (a alta parentela) como para os trabalhadores subordinados ao chefe (baixa parentela).

Uma das estratégias familiares de consolidação de poder advinha da extensão da parentela, obtida em parte, através das uniões matrimoniais exogâmicas e das relações de compadrio, que fortaleciam os laços não consanguíneos. Entretanto, vimos que Ananias Arruda, além de manter as tais estratégias familiares, também as estendeu para o campo da religião. Foi a projeção religiosa que o possibilitou ocupar a presidência da LEC local, aumentar seu eleitorado e, por conseguinte, alcançar a prefeitura.

Capítulo 3 – Os trabalhadores: a cultura política popular de Baturité

Analisamos, neste capítulo, a cultura política popular de Baturité, a partir de uma narrativa prosopográfica sobre dois exemplos de famílias representantes das baixas parentelas da cidade – Barros e Lucena. As baixas parentelas em geral eram constituídas de dependentes, que gravitavam em torno das famílias representantes das altas parentelas (coronéis). Nessas alianças parentais, as práticas clientelistas, identificadas à cultura política das elites, eram reproduzidas também entre os representantes dessas baixas parentelas, na forma de “ajuda” e “proteção”.

Queiroz (1974, p. 208), no entanto, identifica uma cisão incipiente entre a baixa e alta parentela durante a Primeira República, engendrado ao fenômeno da urbanização. Assim, houve um estreitamento dos laços entre as elites, que passaram a morar próximos entre si (no Centro da cidade), alijando de sua parentela, inúmeros dependentes, que migraram para distritos ou bairros distantes. Estes tiveram que sobreviver em uma sociedade em que “fora da família o indivíduo não tinha nenhum direito” (MATTOSO, 1992, p. 76-7 apud RÊGO, 2008, p. 14-5).

No caso de Baturité, tal deslocamento populacional ocorreu para o bairro-distrito do Putiú, onde houve atividades reivindicatórias de sua população – sem “proteção” e “ajuda” dos coronéis. Esse novo quadro configurou o surgimento de outra cultura política, distinta da que predominava nos distritos rurais, sob o sistema do coronelismo – em que se “reconhece deveres”, porém se “reclama direitos”.

Assim, a partir do retrato prosopográfico fornecido pela família Lucena (Evaristo Lucena) e pela família Barros (Raimundo Barros Filho) identificamos uma diferença de cultura política entre elas. A família Barros pertencia a um grupo parental que já era integrado aos coronéis da cidade – ou à cultura política clientelista. Já a família Lucena chegou à cidade sem parentela e com dificuldades para se estabelecer, distante da política de clientela. Era necessário angariar outras estratégias, distintas das alianças parentais, para sua ascensão social: o trabalho e o associativismo operário seriam a solução encontrada – expressões das complexas facetas da cultura política.

3.1. A (crise da) baixa parentela

Quando Maria Isaura Pereira de Queiroz cunhou o conceito de parentela, fê-lo no sentido de compreender as relações sociais do fenômeno político do coronelismo-mandonismo (sobretudo no interior do nordeste brasileiro). Segundo a autora, uma das características de relevo do coronelismo é a capacidade do coronel de fazer favores. Esta tinha por base o prestígio político e o poder econômico desses chefes locais. (QUEIROZ, 1976, p. 168-78).

Queiroz percebia em seu trabalho que os fatores políticos e econômicos (explorados por Leal) tinham por base a estrutura parental da qual era chefe o coronel (Idem, p. 179-90). Segundo André Heráclio do Rêgo, seguindo as ideias de Maria Isaura Pereira de Queiroz, a importância de se ter uma grande parentela estava na ampliação da clientela do chefe de família. Pois as famílias eram a grande clientela do coronel. (RÊGO, 2008, p. 45)

Assim, a legitimidade do poder do coronel tinha origem também a partir de sua ampla base de apoio familiar, que não só ocorria ao nível das famílias abastadas, mas, sobretudo das numerosas famílias pobres, inclusive de ex-escravos do coronel, que se agregaram à sua família. O mesmo ocorria com famílias pouco expressivas, nos âmbitos sociais e econômicos, composta por pequenos proprietários, que gravitavam em torno da parentela de um coronel, muitas vezes considerados parentes afins deste.

As famílias extensas mantinham convivência com diversos ramos familiares em seu interior, havendo tanto ramos familiares ricos quanto pobres que circulavam em torno da família do coronel (a família principal). Assim uma parentela era composta pelos seus membros mais ricos (a alta parentela) e seus membros mais pobres (a baixa parentela). Havia frequentemente o hábito desses ramos familiares menos favorecidos adotarem o sobrenome do coronel. A solidariedade parental ocorria, pois, sob esse duplo aspecto: ela ocorria tanto ao nível dos ramos familiares mais ricos, caracterizando a solidariedade horizontal (coronel-coronel), quanto ocorria ao nível dos ramos familiares mais pobres, caracterizando, por sua vez a solidariedade vertical (coronel-dependentes).

A estruturação da família extensa, como mostra Queiroz nem sempre ocorria dentro do mesmo espaço físico (engenho, fazenda, sítio), como era comum nas sociedades canavieiras de Pernambuco e cafeeiras de São Paulo. Queiroz afirma que a parentela brasileira é:

Formada por um conjunto de indivíduos reunidos entre si por laços de parentesco ou carnal, ou espiritual (compadrio), ou de aliança (uniões matrimoniais). (...) As alianças matrimoniais estabeleciam laços de parentesco entre as famílias quase tão prezados quanto os de sangue; (...) os vínculos de compadrio tantos padrinhos e afilhados quanto os compadres entre si, de modo às vezes mais estreito do que o próprio parentesco carnal. (...).

A característica principal do grupo é a sua estrutura interna, bastante complexa, e variando de uma configuração mais igualitária (região de sitiantes), até uma estratificação em vários níveis (regiões exportadoras) (QUEIROZ, 1976, p. 179-181, parênteses nossos).

As numerosas famílias da baixa parentela dependiam, em certo grau, da “ajuda” e “proteção” do coronel, e dessa forma, retribuía-mo com obediência e respeito. Esses ramos mais pobres dependiam materialmente do coronel, sobretudo em regiões exportadoras e de comércio mais dinâmico.¹²⁹ Os membros-chefes dessas famílias pobres eram geralmente compostos por não proprietários (se possuíssem mais projeção relativa dentro da parentela, poderiam também ser pequenos proprietários), e estes, da mesma forma que deviam obediência ao coronel, exigiam também obediência de seus filhos e subordinados familiares ao coronel chefe da parentela.

Se os membros dessas famílias mais pobres fossem trabalhadores assalariados, a remuneração era muito aquém do necessário para sustentar sua família, o que tornava a dependência dessas pessoas aos favores do coronel praticamente uma sentença.¹³⁰ Isso quando não ocorria de trabalharem de graça nas terras do coronel, em troca de alimentação e da aludida “ajuda” e “proteção”.

Maria Isaura Pereira também aborda um fenômeno típico das parentelas durante a Primeira República, que foi a quebra das mesmas em duas ou mais parentelas distintas. Ela ocorria sob duas formas: a quebra vertical e a quebra horizontal. Geralmente a quebra de uma parentela sob um corte vertical, significava uma crise no seio da parentela que se dividia em duas, fazendo surgir um novo chefe com seus dependentes. Diferente da quebra horizontal,

¹²⁹ Segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz havia dois tipos de espaço de parentela as fazendas e engenhos exportadores que englobavam grande número de dependentes: são exemplos os engenhos de açúcar da zona da mata nordestina e as fazendas de café paulista. Já também havia as zonas de sitiantes, de pequenos proprietários ou posseiros criadores de gado ou agricultores. Nessas regiões a solidariedade familiar era mais igualitária que nas grandes fazendas-empresas. (QUEIROZ, 1974, pp. 181-2)

¹³⁰ O salário de um trabalhador rural era por volta de 30 mil réis mensais (**A Verdade**, Baturité, 13 abr. 1919, p. 2). Para efeito de comparação, o preço de um quilo de pão podia chegar a 2800 réis (**O Nordeste**, 20 out. 1925, p. 1).

essa divisão geralmente ocorria sob violenta disputa no interior da parentela, apartando membros de mesma classe social. A autora enfatiza a quebra vertical da parentela em seus estudos como uma das formas mais comuns de divisão parental e uma das principais origens da violência, característica da cultura política do mundo rural, no qual o coronelismo se inseria.

Já a quebra horizontal de uma parentela é enfatizada por Isaura Pereira como um processo lento que vinha ocorrendo desde o advento da Primeira República. Acontecia quando a alta parentela “abandonava” a ala interna mais pobre (ou parte dela). Queiroz considera o crescimento urbano como o primeiro fenômeno responsável pela quebra horizontal de uma parentela, que continuaria ocorrendo no decorrer da Primeira República e mesmo após 1930.

A autora também relaciona a quebra horizontal da parentela com o fenômeno da urbanização, tornando as sociedades mais complexas, onde havia a tendência de separar pobres e ricos em espaços distintos da cidade. Quando as altas parentelas não viam mais serventia em sustentar os membros das parentelas mais baixas e distantes, tratavam de “alijar de seu barco, parentes pobres, afilhados, agregados (...) mantendo-se apenas as ligações com os membros que ocupavam a mesma camada superior (...) (nas cidades maiores sendo as modificações mais rápidas que nas menores)” (Queiroz, 1976, p. 210).

Dessa forma, podemos considerar Baturité (região que mesclava a ocorrência tanto de famílias sitiantes quanto de comerciantes exportadores), com seu relativo crescimento urbano, um lugar onde ocorriam quebras horizontais de parentelas. As famílias extensas nas fazendas assistiam a chegada e proliferação das famílias pobres fugidas das secas, apartadas de suas antigas parentelas e que incrementavam a camada de trabalhadores urbanos da cidade. O crescimento relativo do espaço urbano de Baturité durante a Primeira República ilustrava o fenômeno descrito por Queiroz e que ocorria em diversas cidades do período.

Nas cidades distinguiam-se os bairros residenciais de gente rica, morando em mansões rodeadas de jardins; dos bairros de classe média com pequenas casas quase sem jardim ou dando diretamente sobre a rua e dos cortiços que se instalava nos interstícios urbanos e nos quarteirões decadentes... (Idem, p. 208)

Podemos ver claramente esse fenômeno ocorrer em Baturité entre o Centro e o Putiú, que se tornou uma espécie de bairro operário durante a Primeira República. No Centro

moravam as famílias das altas parentelas, com seus sobrados e casarões. Já o Putiú, anteriormente um distrito da cidade, incorporou-se à malha urbana como bairro e englobou a maior parcela dos trabalhadores urbanos da cidade.

Assim, antes pertencentes a uma parentela, dispendo da “ajuda” e “proteção” de seu antigo chefe (o coronel), os chefes das baixas parentelas, sem recursos que lhe garantissem a montagem de um negócio próprio e lucrativo – tal qual ocorria com membros das altas parentelas que também migravam de suas terras – viram-se na necessidade de venderem sua força de trabalho nas cidades em crescimento, compondo a classe trabalhadora incipiente nesses lugares. Os membros mais letrados e destacados da baixa parentela se tornaram funcionários públicos de baixo escalão ou pequenos proprietários, compondo as chamadas baixas camadas médias urbanas. Eram distintos dos membros das altas camadas médias, estes atrelados diretamente à alta parentela. (SAES, 1975, p. 40)

No caso do Nordeste, as secas periódicas significaram outro aspecto que concorreu para a quebra horizontal da parentela. Até 1877, as secas não tinham alterado a estrutura parental nordestina, pelo contrário, reforçavam os laços de solidariedade. Vimos no capítulo anterior que as famílias cearenses utilizavam as regiões serranas como celeiro nos períodos de seca. O chefe da parentela retirava-se de sua fazenda no sertão juntamente com seus dependentes (pobres e ricos) para seus sítios nas serras mais próximas para passarem os períodos de seca.

A seca de 1877 foi a primeira da história do Ceará (e do Nordeste) a causar o colapso social do flagelo, reunindo multidões de retirantes famintos que ocupavam as estradas a procura de trabalho. Se Queiroz discorre sobre o fenômeno das quebras horizontais de parentela, que se processaram durante a Primeira República, a seca de 1877 já tinha iniciado uma brutal quebra das parentelas horizontais no Nordeste. A ponto de, naquele ano, Fortaleza, uma capital provincial de vinte mil habitantes, ter tido a ocupação de cem mil retirantes. Todos estes provavelmente provenientes de uma baixa parentela que teve que se fragmentar. (NEVES, 2000, p. 84-90)

Retornemos ao exemplo de Evaristo Lucena para ilustrar um caso de quebra horizontal de parentela: sua ascendência paraibana e o sobrenome “Lucena” denunciam um antigo pertencimento à alta parentela dos “Lucenas” – família de políticos tradicionais da

Paraíba. Eles eram pertencentes à elite agroexportadora canavieira desde o Período Imperial e perduraram com seu poder e influência na política paraibana do século XX.

A disposição parental da sociedade canavieira, sobretudo na zona da mata do litoral norte-sul do Nordeste brasileiro (Rio Grande do Norte até Bahia), apresentava claramente as características familiares apontadas por Queiroz. A solidariedade vertical e o convívio comum entre ricos e pobres da mesma parentela ocorriam no mesmo lugar – no caso o engenho (ou a usina).¹³¹ (QUEIROZ, 1976, p. 179-190)

O avô e o pai de Evaristo Lucena provavelmente pertenciam à baixa parentela no interior da família Lucena na Paraíba, sendo ligados à destacada figura da história paraibana e brasileira no Período Imperial, o Barão de Lucena. Porém, por algum motivo que certamente está engendrado ao fenômeno da quebra horizontal de parentela, o pai de Evaristo Lucena desvinculou-se da parentela dos Lucenas. Saiu da cidade da Parahyba (antiga denominação de João Pessoa) e dirigiu-se para Aracati, no litoral cearense, de onde migrou definitivamente para Baturité.¹³²

Baseado nas análises teóricas, em questão, há duas hipóteses para a dissociação familiar com a elite dos Lucenas na Paraíba: a primeira é a abolição da escravidão em 1888, já que tal elite era conhecidamente proprietária de empresas açucareiras, empregando considerável mão de obra escrava, por causa da conhecida ascendência étnica africana de Evaristo Lucena. Assim podemos inferir, com alguma segurança, que o pai ou o avô de Evaristo Lucena foram escravos ou libertos atrelados à elite dos Lucenas.

A segunda hipótese, que necessariamente não invalida a primeira, leva em conta o fenômeno da seca, tanto o de 1877, quanto o de 1887. A seca deve ter propiciado graus de dificuldade econômica na camada alta da parentela Lucena e pode ter provocado o desvencilhamento do pai de Evaristo Lucena. A exemplo do que ocorreu com inúmeras parentelas do Nordeste durante o fenômeno das secas após 1877, o pai de Evaristo pode ter saído como emigrado, procurando melhores condições de vida em outra cidade.

As notícias sobre as qualidades da região do Maciço de Baturité, conhecido como celeiro alimentício e fontes de águas, podem ter atraído o pai de Evaristo Lucena de Aracati

¹³¹ É importante salientar que essa configuração é uma tendência, não uma regra geral.

¹³² Estes dados foram colhidos em conversa realizada a 26 de julho de 2011, com Roberto Lucena, neto do sapateiro Evaristo Lucena.

para Baturité. Nas cidades em crescimento à margem da estrada de ferro em construção, poderia encontrar oportunidades de trabalho. Em Baturité, Evaristo Lucena nasceu em 1895, onde teve uma infância pobre. Sabemos que ele trabalhava desde criança, enchendo potes com mercadorias de baixo valor, vendidos por sua madrasta para complementar a renda da família.

Mostrando-se habilidoso em diversas atividades manuais, artísticas e artesanais, há indícios que Evaristo Lucena tenha sido autodidata (o que era comum entre os alfabetizados de seu nível socioeconômico). É provável que ele já tenha começado no ofício de sapateiro e remendão ainda durante sua adolescência. Em sua juventude conseguiu montar a “Sapataria Evaristo” em um imóvel alugado no Centro de Baturité. A pequena propaganda que o jornal **A Verdade** fazia de sua sapataria evidenciava uma aproximação com Ananias Arruda, que se justificava pelo seu catolicismo.¹³³

Além de sapateiro e alfabetizado, aprendeu a tocar diversos instrumentos musicais, em contato com a música popular nascente, quando montou uma banda apoiada pela igreja local por conter no repertório música sacra. Outro fator que demonstra a aproximação dos Lucenas com os Arrudas foi o fato de o irmão mais novo de Evaristo Lucena ter estudado na Escola de Humanidades de propriedade de Eurico Arruda,¹³⁴ havendo indícios que o mesmo possa ter ocorrido com o próprio Evaristo Lucena. De qualquer forma, a matrícula de Adalberto Lucena na Escola de Humanidades de Eurico Arruda já demonstra uma sutil aproximação familiar de realidades socioeconômicas distintas: Arrudas e Lucenas.¹³⁵

Na década de 1920, antes mesmo da fundação do Círculo Operário em 1924, Evaristo já era respeitado como cidadão em Baturité, como demonstra a sua participação num júri em 1919.¹³⁶ Lucena conseguiu galgar relativo prestígio na cidade, provavelmente usando a influência tácita entre música e política (GOMES, 2009, p. 1-14), os contatos com fregueses importantes de sua sapataria, composta provavelmente pelas elites (pela localização no Centro

¹³³ **A Verdade**, 26 set. 1918, p. 3.

¹³⁴ **A Verdade**, 30 jun. 1918, p. 2.

¹³⁵ Em conversas realizadas com Roberto Lucena, ele diz que foi amigo de infância dos filhos de Raimundo Arruda – fato que indicia uma aproximação parental. No entanto, não podemos chegar a supor que houve uma nova fusão familiar vertical entre Arrudas e Lucenas. A ausência de laços mais consistentes como casamentos ou apadrinhamentos manteve as duas famílias ao nível de uma amizade íntima ligada pelo catolicismo, embora pertencessem a realidades socioeconômicas distintas.

¹³⁶ **A Verdade**, 23 nov. 1919.

da cidade e não no Putiú) e a influência que teve na Igreja local, como modelo de operário católico.

Como católico, a Igreja poderia utilizar sua influência popular como anteparo tanto para a propaganda socialista que já alcançava Baturité desde a construção da Estrada de Ferro quanto para uma relativa tendência de proliferação de movimentos messiânicos dentro das igrejas. Seria oportuno para a igreja local que se tornasse o primeiro presidente do Círculo Operário Católico de sua cidade. No entanto, o cargo era oportuno para ele também, que poderia ampliar seu prestígio na cidade. Assim, as afinidades entre Evaristo Lucena e Ananias Arruda demonstram que os membros de baixa parentela que não mantivessem relações no mínimo de amizade mais íntima com membros da elite, estariam quase que fadados ao fracasso na procura por ascensão social.

Em Baturité, os membros pertencentes à baixa parentela (ou às camadas populares) encontravam-se sob duas situações: ou já estavam apartadas de suas antigas alas das altas parentelas, mas nem por isso deixavam de manter boas relações com as altas parentelas da cidade para qual imigraram; ou poderiam ser de baixa parentela antiga na cidade, que ainda se encontrava atrelada (ou semiatrelada) a alguma alta parentela.

No primeiro caso mencionado podemos identificar, além de Evaristo Lucena, alguns outros “mestres-artistas” da cidade – personagens que compuseram a quadra de trabalhadores urbanos – como o ourives João Seabra, o artista plástico João Siebra.¹³⁷ No segundo caso, havia na cidade um sujeito conhecido como “Mundim de Baturité”, e que ainda analisaremos neste capítulo. Raimundo Barros Filho (seu nome de batismo) é um exemplo de personagem pertencente a uma baixa parentela que estava atrelada a vários elementos pertencentes à alta parentela de Baturité, como o major Pedro Catão, o doutor Luiz Nepomuceno e o coronel Alcides Carneiro.

Uma das questões que podem vir à tona neste momento é a inquirição sobre as bases econômicas e sociais que fizeram florescer qualitativamente essa camada de trabalhadores urbanos numa cidade interiorana como Baturité. Como conceber essa camada de trabalhadores em se tratando de regiões de predominância de trabalhadores rurais?

¹³⁷ Não confundir com o primeiro.

Um olhar sobre a disposição espacial dos trabalhadores do município de Baturité pode elucidar tais questões, e principalmente, como as secas contribuíram para a formação da camada de trabalhadores urbanos, bem como para a disponibilidade de trabalhadores rurais assalariados, que viviam extensos ao espaço urbano – gerando novas relações de alianças.

3.2. A família Barros: exemplos da baixa parentela

A fim de complementar a nossa análise sobre a baixa parentela baturiteense, destacamos, além do exemplo da família de Evaristo Lucena, a família Barros. Seu chefe foi Raimundo Ferreira Barros (pai de Raimundo Barros Filho), “alfaiate, sertanejo de poucas letras, oriundo (...) de Morada Nova” (BARROS FILHO, 1979, p. 24), localizada na região do vale do rio Jaguaribe. Provavelmente, como muitos outros, tenha migrado para Baturité fugindo de regiões mais afetadas pela seca.

Quando chegou a Baturité, no final do século XIX, através dos meios que dispunha, conseguiu fazer amizade com alguns membros da elite local, obtendo “ajuda” e “proteção” necessária para uma relativa ascensão social. Uma das facilidades que teve o alfaiate Raimundo Ferreira Barros foi morar em uma casa localizada no Centro da cidade de propriedade de Luiz Nepomuceno – representante de uma das famílias de relevo em Baturité que se mudou para Fortaleza.

Nepomuceno era “compadre e senhorio” do alfaiate Barros, além de ser padrinho de uma de suas filhas, o que fazia com que ele dispensasse até um ano o “cômodo aluguel mensal de seis mil réis” (Idem, p. 4). Esse fato exemplifica como poderia ser diversa a “ajuda”, os vários tipos de regalias que membros de baixa parentela poderiam obter unindo-se a parentelas de relevo na cidade.

Além de alfaiate, o prestígio que conseguiu obter na cidade, unindo-se às altas parentelas, fê-lo subdelegado de polícia. A patente de capitão da Guarda Nacional “assinada

por Nilo Peçanha” era um demonstrativo de que membros de baixa parentela poderiam também compor as fileiras da Guarda Nacional – ao menos na patente de capitão.¹³⁸

O destino incerto e itinerante de seus filhos, no entanto, demonstra que embora tivessem um pai capitão da Guarda Nacional, precisariam, a seus modos, compor suas próprias alianças parentais, a fim de galgar ascensão social. Entre doze filhos do alfaiate e subdelegado Raimundo Ferreira Barros, o que parece ter tido maior êxito na luta por ascensão social, com trabalho, espírito de iniciativa e, sobretudo, alianças parentais foi Raimundo Barros Filho.

Este afirmava que embora o pai fosse capitão da Guarda Nacional, foi “nascido e criado no seio de uma família pobre”. Era “autodidata, ligeiramente alfabetizado, borboleteando de profissão em profissão, numa luta sem trégua desde a infância, contra as vicissitudes...” (BARROS FILHO, 1979, p. 7). Nascido em 1900, Raimundo Barros Filho afirma que sua primeira ocupação foi ao tempo em que era uma criança de sete ou oito anos:

Andava de camisa como peça única, muito curta, deixando o umbigo de fora (...) pelos botequins e pelas bodegas das vizinhanças de casa para ganhar apenas dez réis, bolachas e biscoitos, virando bumba canastra ou cangapé e cantando: “Papai, mamãe, seu filhinho tá nu, Só tem uma camiseta de ganga azul!” (Idem, p. 39)

Tal situação denota que o prestígio alcançado por seu pai não fornecia condições suficientes para sustentar os filhos, que tinham de aproveitar da intimidade e simpatia de frequentadores de bodegas para ganhar alguma esmola ou comida. Sua situação era minorada por algum dinheiro que lhe dava seu padrinho, coronel Antônio Ribeiro Brasil Montenegro.

O garoto Raimundo Barros Filho conquistou também a simpatia do major Pedro Catão, que também passou a “apadrinhá-lo”. A esta idade, o major Catão passou a proteger a criança e por esta “proteção” (Idem), admitiu a criança empregado da empresa de abastecimento de água – da qual era coproprietário com o coronel José Pinto do Carmo – “para vender água num chafariz...”. Foi demitido pelo coronel porque, segundo o próprio: “me comportava mal, seringando água nos transeuntes. Fui posteriormente readmitido a pedido do Major, mas como continuei a proceder mal, até alagando a praça, fui definitivamente demitido pelo Zé Pinto” (BARROS FILHO, 1979, p. 39-40).

¹³⁸ Apesar do esvaziamento da Guarda Nacional desde a proclamação da República, suas patentes continuaram a representar prestígio político e social para os seus portadores.

Após isso, tornou-se “embrião de ‘cambista’ (vendedor de jogo do bicho) (...) para ganhar misérrimas comissões”. Também foi ajudante em botequins e mercearias para “fazer serviços de entregas e dar recados”. Aos dezesseis anos, em 1916, foi “cassaco na construção da Estrada de rodagem Baturité-Guaramiranga, como chefe de turma, comandando um grupo de doze trabalhadores”. A posição de chefe do grupo conseguida tão jovem comprova suas alianças familiares na cidade com membros da elite citados. (Idem, p. 40)

Percebemos assim, uma gradação de autoridade entre dois tipos membros de baixa parentela: os atrelados ou apadrinhados às altas parentelas (Raimundo Barros Filho) e os flagelados da seca, provavelmente “cortados” de sua parentela original. A exemplo do que demonstramos no subitem anterior, esta foi uma obra para atender aos flagelados da seca de 1915, no entanto suas diárias eram mil e duzentos réis, o que não era suficiente para pagar nem um quilo de pão.

Raimundo Barros, em uma espécie de autobiografia que escreveu, refletiu suas atitudes como chefe do grupo dos trabalhadores:

Erradamente, devido à pouca compreensão dos meus dezesseis anos de idade, exigia muito esforço (dos trabalhadores), sem considerar que aquela construção era uma obra de socorro, executada para matar a fome dos flagelados. A minha exigência descabida provocava muita reação e reclamação dos trabalhadores geralmente em precário estado de saúde (Idem, p. 80)

Em 1916 ainda, a pedido do major Pedro Catão ao coronel José Arruda,¹³⁹ foi admitido na Fábrica de beneficiamento de algodão Proença em Fortaleza, de propriedade do coronel Bernardino Proença. Ele narra:

Comecei trabalhando nos fundos da fábrica, como pau pra toda obra – ajudante do maquinista, abridor de sacos de algodão e alimentador das máquinas de descaroçar, arrumador de pilhas de pastas de caroço de algodão, etc. E acabei transferido para o escritório, onde tinha, entre outras incumbências, a de fazer o ponto do pessoal, organizar a folha semanal de salários e efetuar, no sábado, o pagamento dos empregados. (...)

¹³⁹ Irmão de Ananias Arruda, que se tornou genro de Bernardino Proença, proprietário da fábrica Proença, de beneficiamento de algodão. José Arruda era administrador da fábrica, que depois foi transferida para Fortaleza. Ambos foram intendentess de Baturité.

Fui despedido da fábrica porque num sábado de carnaval, caí cedo na farra e não compareci para fazer o meu serviço (de pagamento dos empregados), deixando os patrões em dificuldades. (BARROS FILHO, 1979, p. 104)

Após a demissão, ainda em Fortaleza, trabalhou em um armazém de propriedade de um senhor chamado Sigisnando, mas saiu porque recebia “em paga importâncias insignificantes e ridículas”. (Idem, p. 41) Através dos contatos parentais de seu pai, seus coronéis “protetores” sabiam que poderia arrumar um emprego melhor. Já quem não tinha contatos ou padrinhos de alta parentela era obrigado a se contentar com “importâncias insignificantes” pagas pela maioria dos seus serviços.

De fato, graças aos contatos de seu pai, em 1917, foi admitido como empregado do escritório do Dr. Adolpho Cordeiro Campelo – genro de Luiz Nepomuceno, que por sua vez era padrinho de sua irmã. No escritório do Doutor Campelo teve a “oportunidade de fazer relações de amizade com muitos empregados do comércio e estudantes, insinuando-(se) entre os jovens intelectuais...” (Idem, p. 42). Nessa época teve inclusive a honra de frequentar um grupo literato, a “academia polymáthica”, onde conviveu com acadêmicos e poetas.

No início de 1918, Raimundo Barros Filho retornou a Baturité, onde por indicação de seu “protetor” Pedro Catão e também graças à “proteção” de seu padrinho coronel Antônio Ribeiro, chefe da Rede de Viação Cearense (RVC), foi “admitido para a praticagem de telegrafia”. (Idem, p. 43) Um ofício no qual ele se qualificou como “pé de boi”.

Quando trabalhava na equipe de telegrafistas, conviveu intensamente com o major Pedro Catão, a quem, desde a infância, fazia visitas: “Abriu-me generosamente a porta de sua casa, onde eu mal vestido e descalço sentava à sua mesa de refeições”. Em 1918, ainda durante sua juventude, passou a frequentar também a biblioteca do major: “Ali decorei muitas poesias do Guerra Junqueira, de quem o major era fã, entre estas o Meiro. A caridade e Justiça. O Fiel. Aos Simples. Resposta ao Syllabus. O Papão, que tresandavam anticlericalismo...” (BARROS FILHO, 1979, p. 132-33).

O contato com obras de críticas políticas e sociais sugerem a formação de uma cultura política que “condenava a injustiça social”. Entre passagens favoritas do poeta Junqueira, Barros Filho cita:

Vivem cavalos em estrebarias de mármore e agonizam párias em alforjes infectas, roídos de vermes. (...) Usam anéis de brilhantes alguns cães de regaço, enquanto milhões e milhões de miseráveis morrem de fome e de abandono, sacrificados à ambição dos reis, ao orgulho dos príncipes e à gula devoradora da burguesia, que se diz cristã e democrática. (Idem, p. 133)

Certamente, o aprendizado com as letras, desde que frequentava os círculos intelectuais de Fortaleza até as conversas com Pedro Catão sobre justiça social devem ter despertado em Barros Filho algum anticlericalismo e algum sentimento antiburguês. “Em maio de 1919, andou por Baturité, a passeio, um oficial do exército – Tenente João de Gusmão Castelo Branco, parente afim do major Pedro Catão, o qual sugeriu” (Idem, p. 43) a Raimundo Barros Filho que fizesse carreira no exército. Assim Barros Filho mudou mais uma vez de emprego – tornou-se soldado-músico, sendo rapidamente promovido a cabo e a sargento.

No período em que passou no exército, o então sargento Barros Filho percebeu que a política da “proteção” e da “ajuda” que lhe trouxera benefícios, também podia lhe prejudicar. Nesse período tentou fazer vários concursos (Guarda Aduaneiro, Fazenda Nacional, Correios e Telégrafos e Agente Fiscal do Imposto de Consumo). Em parte deles, foi aprovado, mas não obteve nomeação; pois “naquele tempo os cargos públicos eram preenchidos com pistolões” (Idem). Barros Filho ainda se contentou a reconhecer que em sua época já “houvera uma evolução”, pois ao menos “havia concurso, mas as nomeações não obedeciam à ordem de classificação”.¹⁴⁰

A tentativa de fazer concursos públicos demonstra que não havia se adaptado ao exército, tendo alguns casos em que foi preso por desacato. Em 1923, após ter cumprido o tempo mínimo de serviço pediu baixa, mas teve seu pedido indeferido por um dos comandantes. Mais uma vez, recorrendo a seus contatos, conseguiu que o doutor Alberto Moreira requeresse um mandato de *Habeas Corpus*, por estar concluído o tempo de serviço. O juiz federal doutor Adonias de Lima concedeu o mandado do requerimento. (BARROS FILHO, 1979, p. 46)

¹⁴⁰ Em um dos concursos, ele conta que estava “animado pela existência de uma Lei que tinha a finalidade de desingurgitar os quadros de sargentos do exército, assegurando para estes, para mim inclusive, a preferência para a nomeação”. No segundo dia de prova do concurso, um candidato de nome Belfort teve a sua entrada barrada pela mesa examinadora por ter sido eliminado na primeira prova. Ele se retirou, mas depois voltou acompanhado, *certamente em muito boa companhia*, foi admitido na sala e tomou parte na prova. Foram aprovados 63 candidatos. O Belfort tirou o 63º lugar e foi imediatamente nomeado. Eu nada consegui, apesar da lei de desingurgitamento dos quadros de sargento...” (BARROS FILHO, 1979, p. 43-4, grifo nosso).

Ainda em Fortaleza, após dar baixa no exército, trabalhou como guarda-livros da firma Salim Jereissati & Irmão até o final de 1923. Depois trabalhou na firma Gadelha, Barreto & Cia. Raul Gadelha, pagando-lhe um salário de trezentos mil réis, o que lhe “agradou, pois os ordenados da época eram de cento e cinquenta a duzentos mil réis”. Em poucos meses aumentara seu ordenado para quatrocentos mil réis e quinhentos mil réis. Se os trezentos mil réis que recebera como salário inicial lhe agradava, os quinhentos mil “não dava nem para pagar o aluguel da casinha em que morava” (Idem, p. 47).

Em contato com o coronel Vicente Carneiro, abriu uma sociedade que vendia títulos de capitalização. O coronel entrou com o capital e Raimundo Barros era responsável por abrir filiais e contratar agentes. Abriu filiais em Recife, Parahyba, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. O ofício lhe rendeu algum dinheiro, pois adquiriu um automóvel e logo depois uma motocicleta, com a qual fez várias viagens pelo Brasil, fundando as filiais de sua sociedade. (Idem, pp. 49 e 56)

Em 1929, estava em São Paulo quando a sociedade se desfez por conta da morte do coronel Vicente Carneiro. Passou a trabalhar por conta própria no Rio de Janeiro e em Recife com dificuldade, por causa da proibição do jogo do bicho após a Revolução de 30. Em 1932 lutou contra a Revolução Constitucionalista, compondo o batalhão Olegário Maciel em Minas Gerais.

Em 1935, no Rio de Janeiro, foi guarda noturno da Superintendência de Educação Musical e Artística (SEMA). Por essa época, foi bilharista e frequentador da boemia carioca, quando teve a oportunidade de ser parceiro de bilhar do maestro Heitor Villa-Lobos (BARROS FILHO, 1979, pp. 50-1). Em 1937 foi demitido do emprego e, além disso, seus negócios iam muito mal. Diz ele: “Sofri muitos reveses que me deixaram em situação muito difícil. Para vencer as dificuldades que tive que enfrentar, contei com a (...) *ajuda* dos meus conterrâneos...” (Idem, p. 51, grifo nosso).

Aos 38 anos de idade decidiu terminar os estudos, fez concurso para o Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários (IAPI). A partir daí, pôde conhecer mais estabilidade em sua vida, compondo a classe média existente na década de 1940 e 1950.

Conseguiu obter sucesso na carreira por meio de promoções facilitadas pelo ministro do trabalho Waldemar Falcão.¹⁴¹ Fez carreira no IAPI até se aposentar na década de 1970.

Raimundo Barros Filho é exemplo de personagem que nasceu em família pobre, mas com espírito de iniciativa e muitos amigos, conseguiu conquistar certa ascensão social e, ao menos, compor uma classe média nas décadas de 1940 e 1950. Nem todos os onze irmãos de Raimundo Barros tiveram a mesma sorte. Os irmãos que também conseguiram projeção usaram também recursos do apadrinhamento, principalmente casamentos.

A irmã mais velha Maria de Nazaré casou-se com um certo Manuel Augusto de Alencar Fernandes. O casal migrou para a Amazônia, tendo diversos filhos. Ela faleceu e Manuel Augusto casou com uma irmã mais nova de Barros Filho chamada Alice. A irmã Maria das Mercês contraiu núpcias com um empregado dos Correios. Em seguida, veio Maria Luiza, que se casou com Pedro Castelo Branco, proprietário de uma mercearia na cidade. O irmão José foi para a Amazônia trabalhar nos seringais, retornando em 1923 sem fazer fortuna e contraído Malária. Passou num concurso para trabalhar na Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), auxiliando no planejamento de construção de estradas rodagem, onde conseguiu várias promoções após 1937, contando também com a “ajuda” e “proteção” do ministro do Trabalho, Waldemar Falcão, proveniente da família Rego Falcão, de Baturité.

Outro irmão de Raimundo Barros que teve uma história interessante foi João: tornou-se seringueiro na Amazônia, além de ter tomado parte em algumas das “revoluções que houve no Brasil desde 1922, ora a favor do governo, ora contra”. Lutou contra a Coluna Prestes e esteve na investida que prendeu Juarez Távora no Piauí (Idem, pp. 27-8). Pelos seus serviços reprimindo as colunas tenentistas:

O general João Gomes, comandante das forças do governo mandou chamá-lo em seu Gabinete de Comando e, na presença da oficialidade, fez-lhe grandes elogios, dizendo que ia promovê-lo a sargento. Ao fim dos elogios, um coronel perguntou:

– Então cabo Barros, você é mesmo legalista, hein?

– Qual legalista qual nada, seu general. Eu tanto brigo pelo governo como pelos revoltosos. Eu quero é brigar!..

Diante disso, era uma vez a promoção a sargento. (BARROS FILHO, 1979, p. 28)

¹⁴¹ Sobre o caso, nas palavras de Barros Filho: “Em 1941, o meu conterrâneo Fernando Falcão, por intermédio do Sr. Ministro do Trabalho irmão dele e também meu conterrâneo Dr. Waldemar Falcão, requisitou-me do IAPI para prestar serviço no Instituto Nacional do Sal (...) enviado como inspetor...”

Com o exemplo dos irmãos Raimundo e João, percebemos que um destino bastante comum entre membros das baixas parentelas – atrelados por laços estreitos a parentelas mais ricas – era o recrutamento militar, seja em milícias particulares ou no exército. Vemos isso no caso de Raimundo Barros Filho, que serviu o exército por influência de um parente de seu “protetor” Pedro Catão,¹⁴² além de ter lutado na revolução constitucionalista de 1932, “atendendo a uma convocação do (...) tenente Juracy Magalhães”, militar cearense que era o então interventor da Bahia. (Idem, p. 50).

O mesmo ocorreu com seu irmão João Sampaio Barros, com a diferença de ser um personagem ambíguo: lutou contra os revoltosos da Coluna Prestes, participando inclusive da investida que foi responsável pela prisão de Juarez Távora, mas também estava no meio de movimentos contra o governo. No caso de João Barros, lutava-se apenas por um desejo de lutar, ou pela influência parental. Seu caráter ambíguo fez participar da guarda civil de Fortaleza, onde “montava guarda no palácio do governo” (Idem, p. 30), na interventoria de Menezes Pimentel. Contraditoriamente, foi preso em Fortaleza, acusado de ter participado de um:

Complô que visaria à deposição do interventor Pimentel, constando que o plano era de inspiração comunista...

Prenderam João e diversos outros suspeitos conhecidos... (...).

Um chefe de polícia, capitão do exército de nome Cordeiro (...) lhe perguntou se ele tomava parte na conspiração. Respondeu negativamente e informou que tinha conhecimento da trama que estava sendo urdida, com a qual nada tinha e que estava torcendo para a irrupção da baderna, pois gostava de ver luta...

O capitão depois de censurá-lo e ameaçá-lo informou:

– Dizem que você é metido a valente, ao que ele respondeu:

– Se o Sr. Quiser saber ao certo, tire a sua túnica, pois eu respeito muito os seus três galões, e vamos para o pátio ali em baixo... (BARROS FILHO, 1979, pp. 30-1)

Mesmo que não tenhamos certeza que a narrativa ocorrida tenha acontecido exatamente igual à contada por Barros, podemos mais uma vez verificar o caráter ambíguo deste personagem: ora rebelde, ora respeitador das autoridades. No diálogo supostamente ocorrido com o chefe de polícia Cordeiro, a rebeldia de João Barros é amenizada pelo “respeito muito os seus três galões”, o que enuncia um quê de submissão frente a sua rebeldia.

¹⁴² Tenente Gusmão Castelo Branco.

Outro irmão que serviu no exército foi o Francisco Barros, que também fazia parte de uma banda de música em Baturité. Nessa ocasião, enquanto Raimundo Barros lutava contra a Revolução Constitucionalista no batalhão Olegário Maciel, Francisco Barros “verificou que cada voluntário que se alistava nas unidades militares (dos revolucionários paulistas) (...) era feito um adiantamento em dinheiro e fornecido valioso equipamento e fardamento”. (Idem, p. 32, parênteses nossos)

Se analisarmos os destinos dos todos os filhos do alfaiate Barros, vemos que nenhum deles permaneceu em Baturité. As alianças entre alta parentela e baixa parentela eram mais frágeis que as existentes até o final do século XIX. Antes, as alianças parentais duravam gerações. Após as secas e a urbanização – fenômenos que concorreram para quebras horizontais de parentela – era difícil três gerações de baixa parentela (avô, pai e neto) terem convivido na mesma cidade reproduzindo as relações parentais.

Se pegarmos o exemplo do alfaiate Barros e a trajetória de seus filhos e netos, a marca da migração e da itinerância foi uma constante. O alfaiate, que já era emigrado de Morada Nova, deve ter rompido com sua alta parentela desta cidade. Ao ir para Baturité, conseguiu aliar-se aos membros de altas parentelas, o que garantiu casamentos rentáveis para algumas de suas filhas. Todos os seus filhos e filhas saíram de Baturité e seus netos nasceram espalhados pelo Brasil: em Recife, Rio de Janeiro e no Amazonas.

A expressão feliz de Katia Matoso: “a família era o motor para todas as promoções sociais” (MATTOSO, 1992, p. 76-7 apud RÊGO, 2008, p. 15) funcionava tanto para as alianças entre altas parentelas quanto para as baixas parentelas. No entanto, as alianças parentais entre as altas parentelas eram mais rígidas e as vantagens clientelísticas maiores. A baixa parentela, por outro lado, mantinha alianças mais tênues. A proteção e ajuda que Luiz Nepomuceno dispensava ao alfaiate não se estendeu aos seus filhos e netos. Entretanto, vemos que a quebra horizontal dentro da parentela ocorria de forma lenta. Cabia aos filhos procurarem suas próprias alianças parentais, o que Raimundo Barros Filho conseguiu fazer com mais sucesso do que os irmãos.

A cidadania frouxa da sociedade brasileira fazia com que as alianças parentais fossem o lugar das expressões dos “direitos”, que não eram garantidos pelo Estado, ou pela lei. Essa condição denunciava a expressão de uma cultura política em transformações, embora

fossem elas lentas e graduais. Essas transformações diziam respeito a uma sociedade que vinha do “mandonismo” e procurava estabelecer uma configuração republicana.

Assim, o Estado, durante a Primeira República, tinha um papel ambíguo. Por um lado procurava firmar um aparelho burocrático cada vez mais complexo e extenso, atingindo áreas antes de mando quase absoluto dos coronéis. Porém, esse aparelho burocrático mostrou-se incapaz de fornecer direitos iguais a seus cidadãos, principalmente nas zonas rurais. As práticas clientelistas que antes estavam sob a forma do “mandonismo” no século XIX sobreviveram na República e conviveram com um aparelho burocrático frágil, utilizado de maneira privada pelos detentores do poder público. Essa nova configuração enunciava novas relações do clientelismo durante a Primeira República, ou seja, durante o período áureo do coronelismo.

Essa ambiguidade de atribuições do poder público com seu caráter privado nos lembram dos concursos que Raimundo Barros fazia: era aprovado, mas não convocado – este episódio evidencia o caráter público-privado das instituições públicas. Os concursos públicos ao menos existiam, embora os resultados fossem manipulados, como lembra Barros Filho. Antes (durante o mandonismo) nem concursos havia, os funcionários públicos eram indicados diretamente pelos dirigentes.

Podemos fazer uma analogia dos concursos públicos descritos por Barros Filho com o fenômeno eleitoral. As eleições, durante a Primeira República, ao menos existiam, embora fossem contaminadas pelas alianças clientelistas (parentais). Antes (durante o “mandonismo”) só havia eleições (censitárias e indiretas) para o Legislativo – os presidentes de província eram indicados diretamente pelo Governo Imperial (embora houvesse eleições para as câmaras municipais).

A República surgiu, assim, com suas instituições (Estado laico, eleições diretas, concursos etc.), porém o que era para ser uso neutro das instituições públicas – através das quais se exercia a cidadania e se anteparava o poder de mando dos coronéis – transformou-se em instrumentos dessas lideranças políticas para fomento do poder privado, utilizando-se da máquina pública. Eis a contradição do coronelismo encontrada por Leal (1997): a diminuição do “poder legal” dos coronéis contrastando com a ampliação de seu poder “extralegal” (Idem, p. 71).

O uso da máquina pública era atribuição (quase) privada das altas parentelas, para que elas preenchessem seus quadros e mantivessem suas alianças, tanto com membros das baixas parentelas (para fazer serviços subalternos e de serviço militar) como com membros da alta parentela (para acordos políticos de maior vulto). Os direitos civis para os pobres só eram garantidos àqueles que estivessem dentro do ciclo de alianças parentais. Daí vem a importância de ser “gente do coronel fulano” (QUEIROZ, 1976, p. 164). Pertencer à agremiação dos coronéis, ou à sua parentela, significava ter o reconhecimento de alguns direitos perante a sociedade. O maior mal que poderia ocorrer a membros de baixa parentela era perder a “ajuda” e “proteção” de seus coronéis, ou que seus coronéis fossem arruinados por outros, o que significava sua própria ruína.

A seca no Nordeste, como vimos, foi um dos fatores que concorreu para essa quebra parental. Não pertencer a altas parentelas significava ter uma vida incerta, sem nenhuma participação dos direitos, já que os direitos de fato, não vinham diretamente do Estado, mas da mediação dos coronéis. Barros Filho se diferenciava desses homens e mulheres pobres (sem parentela), “caboclos” absolutamente miseráveis e analfabetos provenientes do sertão agrário chamando-os por “Jecas”.¹⁴³

Os Jecas não tinham acesso aos direitos, eram provavelmente desmembrados de suas parentelas. Alguns conseguiram firmar novas alianças com outras parentelas, retornando à posição de “protegidos” e “ajudados”, outros, mesmo confinados em alianças parentais, eram mais escravos dos coronéis que clientes destes. A maioria deles mantinha-se na enorme quantidade de homens e mulheres trabalhadores agrários, isolados, inexistentes aos olhos do Estado. Quando abandonados ou expulsos de seu universo rural ou quando procuravam novas formas de sobrevivência, dirigiam-se para as cidades. Foram os responsáveis pelo crescimento dos centros urbanos e pela formação da classe operária desses lugares, acelerando as transformações da cultura política. São a essas transformações que nos deteremos nos próximos subitens.

¹⁴³ Fazendo referência ao Jeca Tatu. Personagem caboclo, ignorante, alheio à noção de cidadania, da obra **Urupês** de Monteiro Lobato.

3.3. Camponeses – retirantes – trabalhadores: a formação da camada de trabalhadores urbanos de Baturité e as secas

Durante o início da década de 1870, os maiores empresários cearenses, sob o clima de euforia da cotonicultura, pela iniciativa de Tomás Pompeu Sobrinho (sogro de Accioly), iniciaram a construção da Estrada de Ferro de Baturité a partir de Fortaleza. Sem recursos para continuarem a custear a obra, elas ficaram paradas na estação de Pacatuba, cidade vizinha à Fortaleza.

Com a chegada da seca de 1877, no entanto, as obras foram retomadas (sob o custeio do governo Imperial), por meio do aproveitamento e disponibilidade da mão de obra “quase escrava” das multidões de retirantes, em busca de trabalho. Nas palavras de Frederico Castro Neves:

Os conflitos em torno do fornecimento de alimentos para retirantes tornavam-se mais frequentes (...) nas cidades próximas aos locais de trabalho, como Baturité – onde as obras de extensão da estrada de ferro ainda permaneciam atraindo os retirantes... (NEVES, 2000, p. 84).

A construção desta ferrovia é reveladora por significar uma importante frente de trabalho para os sertanejos que, abandonando suas terras ou seus locais de moradia e sobrevivência – estéreis pela seca – acabavam por vender sua força de trabalho em obras públicas de variados tipos (estradas de rodagem, açudes, prédios públicos, calçamentos etc.). Tyrone Cândido, na sua obra **O trem da seca**, conta como foram utilizados os serviços dos flagelados na construção da Estrada de Ferro de Baturité. De acordo com o autor, “a 2ª seção, entre Pacatuba e Baturité, foi construída durante a seca de 1877-79 e a seção entre Baturité e Quixadá, durante a seca de 1888-1889” (CÂNDIDO, 2005, p. 87).

O autor compara o comportamento dos “sertanejos-retirantes-trabalhadores” perante as comissões de socorros das secas (como pedintes) e os engenheiros-patrões (como trabalhadores). Cândido percebe que, em um primeiro momento, na seca de 1877, atuaram esses trabalhadores, predominantemente como mendigos e pedintes. Posteriormente, com a experiência de trabalhadores assalariados:

Assumiam a feição de “trabalhadores” e, como tal, alegavam ter direito aos “pagamentos”. Entre os conflitos de outubro de 1877 e de março de 1878, se percebe que muitos retirantes, deparando-se com a aglomeração e com as relações de trabalho assalariadas, iam abandonando a prática de implorar esmolas, passando então a exigir coletivamente os auxílios do governo. (Idem, p. 66)

Em 1882, foi inaugurada a estação da cidade de Baturité, dinamizando a vida econômica do município. Até a chegada da seca de 1888-1889, a exportação do café, no Ceará, batia recordes internos de vendas. A disponibilidade de mão de obra dos retirantes pode ser um forte indício do emprego do trabalho destes como camponeses assalariados. A elite agrária baturiteense conhecia seu período áureo, fazendo com que a produção cafeeira de Baturité absorvesse pequena parte da grande quantidade de mão de obra disponível, na seca de 1877.

A estiagem de 1887-1888 foi conhecida por ter tido efeitos mais catastróficos que a antecessora. Enquanto a República era proclamada, milhares de flagelados, mais uma vez, migravam para Baturité, Fortaleza e outros centros urbanos mais distantes, à procura de trabalho. Novamente, utilizando-se da mão de obra barata dos retirantes, recomeçava o prolongamento da ferrovia, da estação de Baturité até o município de Quixadá, no sertão central.

Finda a seca, à medida que diminuía a contingência de retirantes, os trabalhadores empregados nas obras – com uma gradual e relativa valorização de seus serviços – realizaram uma greve, em 1892. Além disso, os trabalhadores receberam apoio do recém-fundado Partido Operário, que cobriu a greve através do jornal **O Combate** (SOUZA, 2000, p. 289).

Ao mesmo tempo em que, através do jornal, o partido cobria o movimento da greve, tentava também participar da vida política baturiteense, através das primeiras eleições para a Câmara de Vereadores da República, no entanto, como registrado por uns dos líderes no jornal “nem um só voto nos tocou” (Idem, p. 290). Provavelmente todos foram degolados pelo legislativo municipal. De acordo com Simone de Souza, “o Partido Operário Cearense criticava as formas de organização política dos trabalhadores em associações mutualistas e beneficentes” (Idem).

A conjuntura das secas relatada acima mostra como as migrações propiciaram intensas mudanças nas relações de trabalho de milhares de sertanejos. É provável que o pai de Evaristo Lucena tenha chegado a Baturité, em consequência das secas relatadas.

Segundo Tyrone Cândido, a construção da Estrada de Ferro de Baturité significou também uma “uma grande escola para o trabalho” (Cândido, 2005, p. 90). Ali, milhares de camponeses aprenderam a cavar fossos, utilizar ferramentas de construção e fazer trabalhos típicos de oficinas.

Uma parcela nada desprezível de sertanejos cearenses viveu, no contexto do prolongamento da (ferrovia de) Baturité, um contato inédito com o trabalho das oficinas, apesar de ter sido esse contato apenas passageiro. Ainda por muito tempo a estrutura agrária perduraria hegemônica a mão-de-obra sertaneja. Mas os trabalhos da ferrovia naquela seca representaram para muitos uma experiência concreta com o industrialismo nascente... (Idem, 2005, p. 106)

O padrão de trabalho novo, de tipo capitalista, caracterizado pelo tempo cronometrado, pela disciplina, e pela necessidade de obediência a um saber estranho, parece ter suscitado por parte dos trabalhadores da construção da estrada de ferro de Baturité – homens e mulheres provenientes do sertão agrário – momentos de conflitos e ações de resistência que marcaram indelevelmente a trajetória daquela ferrovia e a formação da classe operária. (Idem, 2002, p. 86-7)

A intensa proletarização de retirantes em obras públicas era uma realidade que se repetiria por todas as secas decorrentes pelo século XX: bastava haver período de estiagem que as estradas enchiam-se de retirantes procurando postos de trabalho – faziam o papel do chamado “exército de reserva” – e as principais cidades eram ocupadas por mendigos, iniciando a favelização dos espaços urbanos. Os que não encontravam trabalho tornavam-se mendigos, delinquentes urbanos ou continuavam em busca de oportunidades em centros urbanos mais distantes, no sul do país.

Ao retorno do período chuvoso, parte desses trabalhadores-retirantes regressava às suas terras, diminuindo o exército de reserva e retraindo a mão de obra disponível. Os exemplos das secas na história do Ceará são emblemáticos para percebermos como elas estavam atreladas à grande ocorrência de trabalhadores urbanos nas cidades.

Quando havia seca também havia disponibilidade de operários e mão de obra barata – era a época das obras públicas. Ao contrário, quando era ano de chuva, uma parcela desses retirantes retornava às suas terras e recompunham suas parentelas. Desse modo, a multidão de retirantes nas estradas e cidades se desfazia gradativamente: com a falta da disponibilidade, a mão de obra dos que ficavam era valorizada.

Um exemplo ilustrativo nos é fornecido pelo jornal **A Verdade**. Comparando dois artigos: um escrito em novembro de 1918¹⁴⁴ – ano de chuvas – e outro de abril de 1919¹⁴⁵ – ano de seca. O artigo de 1918 comentava a falta de trabalhadores e operários na cidade, o que valorizava a mão de obra dos serviços. Como 1918 foi um ano de abundantes chuvas no Ceará, os camponeses estavam em suas respectivas terras, trabalhando na colheita de seus gêneros. Não havia, assim, a necessidade de abandoná-las para buscarem postos de trabalho. Assim, em novembro de 1918 o número de operários urbanos era escasso, havendo abundância de trabalhadores rurais.

Uma realidade contrária ocorreu no ano seguinte, cerca de seis meses depois. 1919 foi ano de seca no Ceará, de modo que, já em abril, as estradas estavam tomadas de retirantes e o jornal reportava a disponibilidade de operários e trabalhadores nas cidades.¹⁴⁶

Esta observação causal entre a ocorrência de secas e a disponibilidade de mão de obra para trabalhos urbanos e rurais (nas regiões serranas onde os efeitos das secas são minimizados) não é apenas uma conclusão de historiadores contemporâneos que se detiveram a este tema (CANDIDO, 2005; NEVES, 2000). A frequência de como ocorriam tais fenômenos eram sintomático também pela contemporaneidade desses eventos. Os governantes e empresários da época já sabiam que se chovesse haveria diminuição da oferta de mão de obra, e conseqüente valorização desta; caso houvesse seca, haveria disponibilidade de mão de obra e a natural desvalorização do trabalho urbano.

Por um lado, as secas poderiam ser vantajosas para o empresariado urbano, para os donos de empreiteiras e para os grandes proprietários (que tinham reservas para passar a seca) já que pagariam mais barato pela mão de obra; por outro lado, eram desvantajosas para os médios produtores rurais, que teriam sua produção reduzida, mesmo com a disponibilidade de mão de obra. Embora as maiores cidades tivessem crescido demograficamente, o despovoamento da zona rural era um sério problema comentado pelos meios de comunicação. Segundo o bispo Dom Manoel, que dirigiu trabalhos de socorros aos flagelados, a cifra de

¹⁴⁴ **A Verdade**, 24 nov. 1918, p. 3.

¹⁴⁵ **A Verdade**, 27 abr. 1919, p. 1.

¹⁴⁶ Na seca de 1919 foi construído o açude de Orós. O prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité alcançava o sul do Ceará, na região da chapada do Araripe, etc. (**A Verdade**. Baturité, 21 dez. 1919, p. 2; 04 jan. 1920, p. 2; 01 fev. 1920, p. 1)

mortos por decorrência da seca de 1919 chegava a quase 70 mil pessoas¹⁴⁷ e durante a seca de 1915 saíram do Ceará 39.313 pessoas.¹⁴⁸

Portanto, vemos que Baturité contava com uma camada de trabalhadores urbanos que poderia se avolumar descontroladamente de maneira sazonal, variando segundo os períodos de chuva e seca. Independente das ocorrências climáticas, essa camada de trabalhadores já tinha uma existência incipiente devido ao crescimento das atividades comerciais na cidade, mas alcançava uma amplitude considerável nos anos de seca.

A problemática das secas mostrada acima é um caso ilustrativo da quebra horizontal de parentela, apontada por Queiroz. Muitos proprietários pertencentes às altas parentelas tiveram de reduzir o contingente de seus dependentes, “abandonando” à sorte uma parcela dos membros mais distantes das baixas parentelas.

Muitos dos retirantes que foram à Baturité pertenciam antes a uma parentela da qual estavam apartados. Ao chegar a Baturité, alguns deles alinharam-se às grandes famílias locais, outros tiveram que sobreviver fora da proteção parental, formando a parcela marginalizada da sociedade, desamparada e com direitos restritos. Havia ainda os membros de baixa parentela que já estavam tradicionalmente atrelados aos seus chefes de alta parentela.

Muitos dos retirantes que chegavam a Baturité, apartados de suas parentelas originais, passaram a ser trabalhadores assalariados (urbanos ou rurais), formando novas alianças parentais ou sobrevivendo apenas do trabalho. Essa população passou a ocupar o antigo distrito do Putiú, que no final da década de 1910 e início da década de 1920 tornou-se uma espécie de bairro operário de Baturité.

¹⁴⁷ **A Verdade**, 13 jan. 1920, p. 1.

¹⁴⁸ **A Verdade**, 08 fev. 1920, p. 2. A população do Ceará, pelo censo de 1920, era de mais de um milhão e trezentos mil habitantes.

3.4. Direitos e reivindicações: os trabalhadores urbanos de Baturité e o distrito-bairro do Putiú

Sabemos que o município de Baturité, durante a Primeira República chegou a ser constituído por, no máximo, oito distritos (contando com o distrito sede).¹⁴⁹ A maioria desses distritos foi originada, a partir de sítios de café e fazendas de gado-algodão pertencentes às principais famílias de coronéis da região da serra e do sertão – por exemplo, os distritos serranos de Pacoti e Guaramiranga se originaram dos sítios Pendência e Conceição, abrigoando em seu interior suas respectivas parentelas. As fazendas de gado e algodão originaram os distritos do sertão (como Riachão e Itaúna).

A maioria dos coronéis desses distritos eram agricultores, plantadores de café, algodão e outros gêneros, o que os diferenciava de uma parte dos coronéis comerciantes do distrito sede.

Podemos considerar qualitativamente, que a população de trabalhadores rurais dos sítios desses coronéis era composta por membros de sua baixa parentela.¹⁵⁰ Estes, por sua vez compunham basicamente a clientela política desses coronéis em época de eleição. Se compararmos a população masculina total e a população masculina alfabetizada – ou seja, eleitores – do distrito sede de Baturité e das localidades vizinha, vemos um peso eleitoral considerável de Mulungu, Pacoti e Guaramiranga, em ordem crescente.

¹⁴⁹ O distrito do Putiú integrou à cidade na década de 1920. Já Cangati e Itaúna permaneceram distritos de Baturité durante toda Primeira República. Os distritos serranos de Guaramiranga, Pacoti, Mulungu e Coité (hoje Aratuba) tinham a economia mais dinamizada pela cultura do café, fazendo com que sua emancipação política de Baturité ocorresse em um vai-e-vem frequente de emancipação e reanexação. Os principais distritos serranos eram os de Guaramiranga e Pacoti, sendo os que se emanciparam mais cedo de Baturité. Guaramiranga se destacava de Pacoti pelo acesso rodoviário que tinha com Baturité (desde 1916, em uma obra executada para atender aos retirantes da seca de 1915). Já a Pacoti, só se chegava a lombo de burro. A partir do sítio Conceição, Guaramiranga foi também contando com um pequeno e tímido núcleo urbano. Não havia tantos prédios públicos, empreendimentos e casas comerciais como ocorria com a sede, mas havia uma farmácia e diversos armazéns de estocagem de café, donde eram vendidos para Baturité ou diretamente para outros clientes. Assim, Guaramiranga e Pacoti tiveram um eleitorado maior que os outros distritos, fazendo dessas localidades importantes pontos estratégicos de alianças políticas entre famílias da sede.

¹⁵⁰ Podemos citar como exemplo a fazenda Jucá, propriedade de Miguel Arruda, pai de Ananias Arruda, onde moravam cerca de cem trabalhadores. Uma carta publicada no jornal **A Verdade** de um dos moradores chamado Raimundo Ronda, agradecendo uma esmola de 50 mil réis dado a eles pelo presidente do Estado João Thomé Saboia, quando este veraneava no sítio, em companhia do coronel Miguel Arruda. Tal fato demonstra que alguns deles poderiam ser eleitores (alfabetizados) e assim, influenciados pelas relações de clientela política existente – Vemos que Raimundo Ronda agradece ao governador por uma esmola pessoal, não pelos serviços públicos que deveriam ser prestados. (**A Verdade**. Baturité, 15 jan. 1920, p. 3)

No município de Baturité, enquanto 20% da população da sede era alfabetizada, em Guaramiranga, Mulungu e Pacoti (distritos rurais) contavam com 18% da sua população alfabetizada. Há pouca diferença se considerarmos os 88% de analfabetos do distrito Itaúna (Tabela 3).

Tabela 3 – População dos distritos do município de Baturité entre 1890 e 1920

Distrito	1890		1920	
	População masculina alfabetizada	População masculina total	População total	População total
Cidade (sede)	1.264	6.132	13.011	7.159
Riachão (atual Capistrano)	- (distrito criado em 1896)	-	-	4.878
Candeia	- (distrito criado em 1897)	-	-	1.939
Putiú	164	842	1.399	2.046
Cangati (atual Caio Prado)	243	1.440	2.893	1.106
Itaúna (atual Itapiúna)	81	654	1.369	2.028
Guaramiranga	1.019	5.685	11.247	3.338
Pacoti	797	4.264	8.551	8.148
Mulungu	844	4.972	10.410	7.269

Coité (atual Aratuba)	741	5.032	10.111	8.137
Pernambuquinho	-	-	-	2.255

Fonte: **A Verdade**, 06 ago., 1922.

Esses dados denotam algum peso eleitoral dessas localidades, que contavam com um considerável contingente de trabalhadores assalariados (rurais ou urbanos). Os trabalhadores rurais nem sempre estavam isolados nos sítios e fazendas de seus coronéis. Em distritos com uma proximidade maior do distrito-sede, como Guaramiranga, Mulungu e Putiú (distrito muito próximo do distrito de Baturité, praticamente um bairro seu), os empreendimentos rurais (sítios e fazendas) eram extensos ao mundo urbano.

Um trabalhador rural dispunha de relativa liberdade para frequentar os sambas das cidades¹⁵¹, além de, muitas vezes, ser assalariado, como tal ocorria aos trabalhadores urbanos. No entanto ganhavam salários miseráveis e muito menores do que os dos trabalhadores urbanos, principalmente se a comparação fosse com trabalhadores urbanos de serviços especializados. A diária de um trabalhador rural era de 800 a 1000 réis, o que na melhor das hipóteses lhe fornecia uma renda mensal de trinta mil réis (trabalhando todos os dias). Um mestre de obras chegava a receber 640 mil réis para efeito de comparação por serviço. Para termos alguma ideia do poder de compra de tal salário, uma cerveja custava 1500 réis, uma saca de cal custava 2600 réis e uma garrafa de óleo 3000 réis – itens simples e que custavam quase o triplo do que recebia um trabalhador rural em sua diária.¹⁵² Nesse sentido, com exceção dos distritos mais isolados (Coité, Itaúna e Pacoti), havia uma camada de trabalhadores rurais relativamente independentes (embora miseráveis), que trabalhavam nas fazendas ou nos sítios, mas não necessariamente residiam neles.

Como localidade representante dos trabalhadores urbanos da cidade, havia o Putiú, distrito do município de Baturité que se tornou uma espécie de bairro operário a partir da década de 1920. Em 1919 moradores do Putiú publicaram uma nota no jornal **A Verdade** criticando a falta de atenção dada pelo prefeito Alfredo Dutra ao bairro:

¹⁵¹ **A Verdade**, 03 jan. 1918, p. 2.

¹⁵² **A Verdade**, 13 abr. 1919, p. 2.

Escrevem-nos do Putiú: O bairro do Putiú faz parte integrante da cidade, tanto assim é que os impostos Federaes, Estaduaes e Municipaes são cobrados, não como de subúrbio, mas como de cidade. Apesar disto e apesar de sua importância, pois tem aqui a estação da (Estrada de Ferro de) Baturité, um grande estabelecimento industrial, muitas casas de negocio e muitos moradores, – o Putiù vive esquecido dos poderes municipaes sem lhe ligarem a importancia divida! (...)

O bairro em geral vive em abandono, não tendo sido limpo dos matos e lixo que abundam por grande parte. (...)

Chamando atenção do sr. Prefeito, para tudo isto, confiamos que s. s^a, delicado e attencioso como é, dispensará sua benigna e valiosa intervenção no sentido de pôr termo a tanto descuido pelo serviço público. (...).¹⁵³

A mencionada importância do Putiú se referia ao fato deste não ser meramente um distrito-bairro de moradores pobres com suas “casas mal alinhadas, (...) sem hygiene e sem o menor conforto”.¹⁵⁴ Os moradores mais letrados reclamavam de sua relativa importância para a cidade, com a existência de “dois hotéis, uma padaria, uma saboaria, (...) duas casas de jogos de bichos e outra de dados, cartas, etc. Seis bodegas, uma loja, alguns armazéns e um açougue...”, além da fábrica Putiú.¹⁵⁵

Este estabelecimento de propriedade de João Cordeiro – também morador do bairro em uma casa anexa à fábrica – produzia fibras de algodão e óleos derivados do caroço. Ela empregava uma parte da mão de obra do bairro, outra parte trabalhava nos sítios existentes e estabelecimentos comerciais mencionados.

Quase um ano após a publicação da nota acima, a situação do Putiú não mudaria. Mais uma vez, a população do bairro utilizou-se do jornal **A Verdade** para reclamar das condições insalubres do bairro ao novo prefeito José Pacífico Caracas,¹⁵⁶ através de abaixo assinado representado por vinte e três pessoas:¹⁵⁷

¹⁵³ **A Verdade**, 11 maio 1919, p. 2.

¹⁵⁴ João Cordeiro. **A Verdade**, 02 nov. 1919, p. 2.

¹⁵⁵ João Cordeiro. **A Verdade**, 02 nov. 1919, p. 2.

¹⁵⁶ Caracas sucedeu Alfredo Dutra na prefeitura por nomeação do presidente do estado João Tomé. Alfredo Dutra, que deixara o cargo, passou a ocupar a partir de então, os cargos de deputado estadual e de terceiro vice-presidente do estado do Ceará.

¹⁵⁷ Talvez os habitantes não tivessem colhido mais assinaturas pelo número de moradores analfabetos, ou mesmo pela atitude política de não querer enfrentar o coronel Alfredo Dutra.

Os habitantes do Putiú alegam deveres e reclamam direitos.

Pedem-nos do Putiú a publicação seguinte:

Ilmo, Snr Dr. José Pacifico Caracas – M. D. Prefeito de Baturité.

Nós, abaixo assignados, moradores do Putiú, pedimos permissão a V. Exc. para fazermos umas reclamações que julgamos justas e dignas de serem tomadas em consideração.

O Putiú, separado da Cidade de Baturité por mais de um Kilometro, parece-nos, deveria ser considerado um subúrbio da cidade, pagando os impostos de Industria e Profissão e outros por menos do que os da cidade.

Mas a Prefeitura e a Collectoria Estadual assim não o consideram e arrecadam todos os impostos como sendo este bairro parte integrante da cidade.

Não tendo os abaixo assignados para quem appellar dessa classificação, resta-lhes o direito de reclamar de V. Exc. as mesmas regalias a que tem direito os moradores da cidade.

Não temos illuminação electrica nem na praça da Estação da estrada de ferro, nem na Avenida que separa a cidade deste lugar. (...)

A outra reclamação que fazem (...) é sobre a água encanada. Aqui no Putiú só gosa desse benefício a estrada de ferro para fornecimento de suas locomotivas, a Fabrica Putiú e uma casa da mesma fábrica. (...).¹⁵⁸

O jornal também chegou a publicar outra nota reclamando das condições dos vendedores de frutas do bairro, que as vendiam ao ar livre e sem nenhum suporte, no calçamento das ruas expostos ao sol, sem condições mínimas de trabalho.¹⁵⁹

Embora percebamos uma tendência urbanizadora do bairro, sobretudo pela reivindicação de seus moradores, o Putiú mesclava o espaço suburbano com o rural. Uma nota afirmava que a “praça tem um aspecto de fazenda sertaneja, contra o que estatue o Codigo de posturas municipaes, andam soltos no meio da praça: vaccas, bezerros, touros, jumentos, ovelhas e cabras aos rebanhos, perús, galinhas e porcos ás dezenas”.¹⁶⁰

Vemos, assim, que o Putiú era uma zona suburbana, na transição do espaço rural para o urbano, onde os dois conviviam não sem conflitos. Podemos inferir que a ocupação do Putiú ocorreu também pela saturação do Centro de Baturité, que já estava com seus quadros

¹⁵⁸ **A Verdade**, 15 fev. 1920, p. 3.

¹⁵⁹ Outra proposta do abaixo assinado era construir um galpão para servir de mercado para os ambulantes do Putiú.

¹⁶⁰ João Cordeiro. **A Verdade**, 02 nov. 1919, p. 2.

comerciais completos, além de ter provavelmente aluguéis mais caros. Sabemos que a população de trabalhadores urbanos de Baturité também habitava setores do Centro, integralmente urbanizado, como por exemplo, as residências de Evaristo Lucena e Raimundo Barros Filho.

As bases para essa disponibilidade de mão de obra e crescimento urbano podem ser explicado pela influência que a cidade recebia de Fortaleza. Não era raro o movimento de transumância entre as duas cidades, principalmente após a construção da estrada de ferro. Uma viagem de Baturité até Fortaleza durava cerca de três horas, o que tornava possível a diversificação das atividades e negócios de habitantes das duas cidades.¹⁶¹

3.5. Acordes e silêncios políticos: Evaristo Lucena e as transformações de uma cultura política

O ano de 1935 representou o ápice das atividades de Mestre Evaristo e produziu as mudanças mais drásticas de sua vivência política. Em janeiro de 1935, o presidente Evaristo pertencia a LEC; era professor de uma escola noturna mantida por uma associação católica relativamente independente, da qual era presidente; era patrono de uma importante banda de música de sua cidade; e mantinha boas relações com Ananias Arruda. Como sapateiro, mantinha uma grande clientela no Colégio Salesiano Dom Bosco, na Escola Apostólica dos Jesuítas e no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, que lhe encomendavam sapatos.¹⁶²

Um ano depois, janeiro de 1936, todas essas condições encontravam-se alteradas: Evaristo pertencia ao PSD, não mais à LEC; sua escola fora fechada; sua banda estava

¹⁶¹ Esse dado é patente em outras cidades do Maciço de Baturité que também viveram do café, como Pacatuba, Redenção e Maranguape, localizados no entorno de Fortaleza.

¹⁶² Assim afirma o sobrinho de Ananias Arruda: “Toda a nossa família era freguesa dele e a Escola Apostólica mandava fabricar sapatos em sua sapataria e os colégios que foram fundados pelo tio Ananias também faziam o mesmo”. ARRUDA, Miguel Edgy Távora, Op. Cit., fita 4, lado A. p. 5.

proibida de tocar nas vias e praças da cidade e, no dia 20 daquele mês, deixou o cargo de presidente do Círculo Operário, “perseguido e oprimido pelos integralistas da cidade”.¹⁶³

Uma sucessão de acontecimentos desencadearam estas alterações. No dia primeiro de março de 1935, o capitão Jeová Mota e o então padre Hélder Câmara, líderes da AIB no Ceará, viajaram para Baturité no intuito de fundar um núcleo local do integralismo. Ananias Arruda, presidente da LEC de Baturité, ofereceu apoio aos integralistas, prometando a sede do Círculo Operário para servir de local da fundação. No entanto, quando chegara a hora de disponibilizar o prédio do Círculo, o presidente Evaristo Lucena, num episódio recordado por um sobrinho do Ananias Arruda, negou:

Na última hora, a chave do prédio do Círculo Operário São José. Essa negativa fez com que Dom Hélder Câmara fundasse o núcleo na praça pública debaixo de umas árvores que havia lá na Praça da Matriz e nos discursos inflamados que foram feitos na hora, eles chegaram a dizer que o prédio tinha sido negado, mas eles estavam muito melhor situados porque tinham a abóbada celeste a cobri-los e não o simples telhado que cobria a sede do Círculo Operário.¹⁶⁴

O episódio claramente desencadeou uma série de desentendimentos entre Ananias Arruda e Evaristo Lucena – ou entre a LEC e o Círculo Operário. Era o início de uma cisão entre os membros do Círculo Operário, que se dividiram entre os que se filiaram a AIB e os que se mantiveram leais a LEC. As elites católicas da cidade, pertencentes à Liga Católica, passaram a dar apoio político à Ação Integralista Brasileira. O grupo de caráter mais popular, tanto no aspecto do seu catolicismo quanto nas suas origens sociais, continuaram adeptos somente da LEC e rejeitaram as ideias integralistas. Este grupo foi liderado por Evaristo Lucena e contou com a participação de outros membros do Círculo Operário, como o balconista Silvio Rabelo, José Marçal dos Santos, Francisco de Andrade Barros, Canuto Ferro de Alencar e outros. Esse grupo, no Círculo Operário, passou a ter o apoio dos opositoristas de Ananias Arruda, compreendidos no PSD.

Em junho de 1935, Ananias Arruda foi empossado prefeito de Baturité pelo governador constitucional Menezes Pimentel, também pertencente à LEC. Evaristo Lucena, além de não comparecer à cerimônia de posse, enviou-lhe um abaixo assinado – o que demonstra uma ação popular coletiva –, no qual escreveu:

¹⁶³ LUCENA, Evaristo. [manuscrito]. Baturité, 1944.

¹⁶⁴ ARRUDA, Miguel Edgy Távora. Op. Cit. Fita 4, Lado A, p. 5.

O abaixo assinado, Presidente do Círculo de Operários Católicos São José desta cidade, requer a V.S. que se digne a mandar efetuar o pagamento das subvenções em atraso decretada por esta Prefeitura, em auxílio á Escola gratuita, mantida pela aludida sociedade, referente aos meses de janeiro a junho do corrente exercício...

(Ao que o prefeito Ananias Arruda respondeu)... Não poder attender ao pedido do Presidente do Circulo de Operários Catholicos desta cidade, Evaristo Xavier de Lucena, [...], por ter verificado no livro de decretos da Prefeitura de Baturité, que o decreto do ex-Prefeito Candido Silveira, concedendo uma subvenção de 30\$000 mensaes a Escola nocturna do Círculo de Operarios desta cidade, [...] fora declarado sem effeito, pelo mesmo Prefeito Candido Silveira, sob a allegação que o Departamento dos Negócios Municipaes não havia aprovado-o.¹⁶⁵

Ananias Arruda, mesmo passando a responsabilidade para a administração anterior, não se mostrou interessado em subvencionar a Escola de Evaristo e evidenciou como a relação entre ambos estava em crise.

O segundo semestre traria mais conflitos, não só entre ambos, mas envolvendo os sujeitos ligados à banda de música do Círculo Operário. Em 21 de julho de 1935, Ananias Arruda viajou ao Rio de Janeiro, onde se reuniu com o senador federal Edgard Arruda e o senador estadual cearense Waldemar Falcão, líderes da LEC no Ceará.¹⁶⁶

Por ocasião da ausência do prefeito, a então banda de música sofreu uma reformulação, envolvendo mudanças no repertório: de músicas sacras para populares e de nome, de Banda Municipal de Baturité para Banda de Música “Carlos Gomes”, em referência ao famoso compositor, do início do século XX. Tais atitudes foram consideradas uma insubordinação pelo então secretário municipal Miguel Arruda Proença, prefeito em exercício durante a viagem de Ananias Arruda à Capital Federal.

Com a autoridade de um prefeito em exercício, Arruda Proença decretou a proibição da banda de executar suas apresentações em vias e praças públicas. Proibição essa que foi ratificada pelo prefeito Ananias Arruda após seu retorno. A decisão autoritária do executivo municipal causou revolta nos membros da banda, que impetraram um pedido de *Habeas*

¹⁶⁵ **A Verdade**, 07 jul. 1935, p. 4, parênteses nossos.

¹⁶⁶ **A Verdade**, 21 jul. 1935, p. 1.

Corpus, representados pelo advogado Augusto Franco,¹⁶⁷ cujo resultado sairia somente dois anos depois, confirmando a proibição.¹⁶⁸

Evaristo Lucena viu-se abandonado pelas autoridades do próprio grupo político do qual fazia parte – a LEC. Sem alternativa, provavelmente entre o final de 1935 e o início de 1936, rompeu com a Liga Eleitoral Católica e filiou-se ao PSD, inaugurando uma nova fase política, que duraria pouco tempo (até novembro de 1937). A mudança de partido envolveu também uma mudança nas suas relações com a elite política local.

Depois das dificuldades impostas por Evaristo Lucena à fundação do núcleo da AIB na cidade, e diante do não apoio dispensado pelo COC aos integralistas, Evaristo Lucena passou a sofrer forte oposição destes. Ananias Arruda, que naquele momento oferecia apoio aos integralistas, reprovou a atitude de Lucena, influenciando no COC para que o sapateiro não fosse mais eleito para o biênio vindouro (1936-1937). A partir de então, perdido o apoio de Ananias Arruda, também foi afastado da direção da Escola gratuita e da presidência do Círculo Operário. Evaristo procurou recuperar a posição política perdida, bem como burlar a censura feita a sua banda. Era necessário então tecer novas estratégias de atuar no político.

Assim, Evaristo Lucena se aproximou de outra liderança política local: João Ramos – bacharel em direito, genro do coronel Alfredo Dutra, influente desde a Primeira República e líder do PSD em Baturité. Evaristo Lucena candidatou-se a vereador em 1936, pelo PSD, vencendo o pleito. No entanto, o cargo não pareceu dar força para que retirasse a proibição referente à sua banda. Após a negativa do pedido de *Habeas Corpus* em relação à proibição da prefeitura, Evaristo Lucena e seus músicos não encontraram outra maneira, senão apelar para o campo da tática astuciosa e da desobediência civil.

Desde finais de 1936, os partidos e grupos políticos já realizavam negociações para as eleições presidenciais, marcadas para janeiro de 1938 – que não ocorreram por causa do golpe do Estado Novo em 10 de novembro de 1937. Três candidatos concorriam ao executivo federal: Plínio Salgado, da AIB; Armando de Sales Oliveira, que deixara o governo de São Paulo para concorrer à Presidência da República pela União Democrática Brasileira, e José

¹⁶⁷ Augusto Franco era protestante da Igreja Presbiteriana de Baturité e forte opositor de Ananias Arruda.

¹⁶⁸ **A Verdade**, 13 out. 1935, p. 1.

Américo de Almeida, do Partido Republicano Progressista (PRP),¹⁶⁹ que aglutinava tanto setores tradicionais do Nordeste, quanto grupos políticos recém-egressos na disputa política, como os tenentes.

Se em 1935, os integralistas de Baturité contavam com o apoio da LEC, o equilíbrio político se deslocaria em 1937. A AIB perdeu o apoio da LEC em detrimento do PRP. Assim, os votos que antes eram de Plínio Salgado passaram para José Américo de Almeida do PRP, partido cuja liderança em Baturité era de Hermenegildo Furtado, católico influente, aliado político e cunhado de Ananias Arruda. A condição de nordestino encontrada em José Américo lhe rendeu os votos da LEC do Ceará, que teoricamente iriam para Plínio Salgado, por meio dos integralistas nordestinos, mas também vinculados a LEC, durante os anos 1933, 1934 e 1935.

Se nos pleitos local e estadual, o PSD divergia drasticamente da LEC (pelo menos até 1936), em nível nacional, ambas as organizações políticas apoiaram o mesmo candidato em 1937. Assim, para a campanha presidencial, José Américo angariou adesões dos principais partidos e ligas regionais, mesmo quando rivais no Nordeste.

Aproveitando-se da aparente aliança, em outubro de 1937, um mês antes da deflagração do Estado Novo, o PSD local convocou a população para receber caravaneiros vindos de Fortaleza, a fim de promover um comício a favor da candidatura de José Américo de Almeida. No entanto, quando os caravaneiros chegaram à cidade, dirigiram-se direto para o coreto da praça e iniciaram um comício de protestos contra o prefeito Ananias Arruda. A partir de um artigo escrito pelo jornal **A Verdade**, podemos ter uma ideia da agitação do momento:

Os pessedistas locais (...) iniciaram um inesperado comício, não pró-candidatura José Américo, mas, de insultos ao Prefeito Municipal, ao Clero e aos candidatos Plínio Salgado e Armando Salles, havendo então vehementes protestos, gritos e “foras”, estabelecendo-se certa confusão e algumas correrias, sendo os oradores obrigados a se retirarem da praça, dispersando-se os assistentes. [...].¹⁷⁰

¹⁶⁹ Embora a sigla PRP tradicionalmente se refira ao Partido Republicano Paulista, neste trabalho o Partido Republicano Progressista será tema mais recorrente devido ao espaço geográfico de análise. Por isso usaremos a sigla PRP. Quando nos referirmos ao partido paulista, o nome encontrar-se-á escrito por extenso.

¹⁷⁰ **A Verdade**, 10 out. 1937, p. 1.

O então vereador pelo PSD, Evaristo Lucena, numa atitude de astúcia, aproveitou-se da situação para fazer performances musicais com sua banda, desobedecendo “antiga proibição” do prefeito. Esse comício ou essa agitação política foi sua última participação política em um grande evento na cidade.

Um mês depois que tocou no comício contra o prefeito Ananias Arruda, foi deflagrado o golpe do Estado Novo, que manteve o coronel Arruda na prefeitura, mas (como fez em todos os municípios) cassou as atribuições da Câmara Municipal, e conseqüentemente o cargo de vereador de Evaristo Lucena. Todo resquício (até o presente momento) que sobrou de suas experiências na vida cultural e política local, como artista, líder sindical e político – foi sua carteira de trabalho e uma carta escrita em 1944: passando de um ativista popular criativo e de uma liderança política de sua cidade, para a um trabalhador indistinto, e demonstrando uma miscelânea de experiências políticas de cunho associativo e democrático, que foram interrompidas a partir de 1937.

O Estado Novo, aliado à alta cúpula dos Círculos Operários – com o advento da Confederação Nacional dos Operários Católicos (CNOOC) e a hierarquização do movimento, bem como sua ligação com o Ministério do Trabalho – efetivava seu papel corporativista e homogeneizador da classe trabalhadora, nos moldes da construção de seu arcabouço trabalhista. (GOMES, 1988) Seu projeto de tutelar a ação dos trabalhadores se efetivava; primeiro, pelo apagamento das atividades políticas de quem ousou querer cumprir papéis de comando, semelhantes das elites; segundo, pela institucionalização e criação de um modelo de trabalhador próprio da propaganda do regime – do qual Evaristo Lucena não se enquadrava. (LENHARO, 1986)

Alcir Lenharo, utilizando as ideias de Roberto Romano, mostra que o Estado Novo havia consolidado seu sistema corporativista, que recebia influências dos mesmos mecanismos corporativistas utilizadas pela Igreja Católica, em seu sentido restrito e teológico.¹⁷¹ O Estado varguista, por sua vez, apoiado à Igreja Católica secularizava o corporativismo católico – ao seu modo, porém utilizando de uma liturgia similar – formando a ideia de Estado-família, no qual cada membro deveria cumprir seu papel social.

¹⁷¹ Ao afirmar que a Igreja tem um projeto político-teológico, Roberto Romano (1979) alude a autonomia política da Igreja Católica em relação ao Estado laico. Jessie Jane (2002) é uma das autoras que melhor traduz as ideias do filósofo, quando afirma que o projeto político da Igreja “não pode ser apreendido na política imediata”, pois se baseia “numa verdade transcendente que a Igreja assume”. (SOUZA, 2002, p. 25). Ou seja, suas posições políticas fazem sentido no universo místico e transcendental, sendo subordinadas à doutrina milenar contida nos evangelhos.

Não cabia a Evaristo, na visão corporativista (tanto do Estado Novo, quanto do Catolicismo Social), as funções de político ou ativista, mas de trabalhador pacífico e ordeiro. Eram tais as prerrogativas dos Círculos Operários, principalmente após a hierarquização ocorrida com a criação da CNOC – que certamente tolheram as atividades de circulistas mais ativos como Evaristo Lucena. A Igreja Católica, mesmo dando-lhe uma margem de atividade política, excluiu-o posteriormente, quando tais atividades mostraram-se radicais demais. Tal gesto coincidiu com o início do Estado Novo – que terminou afastando-o por completo da política institucional de sua cidade – e com a descaracterização dos Círculos Operários do Ceará, subordinados então a CNOC, com sede no Rio de Janeiro – que acabou por afastá-lo totalmente do movimento em 1938. Evaristo Lucena foi, assim, duplamente silenciado: tanto pelo Estado quanto pela Igreja.

A questão heurística central das narrativas, concernentes às vivências de Evaristo, por diversos campos de atuação, é a revelação paradoxal de elementos conceituais de nossas culturas políticas. Eles passam pelas noções antitéticas – em relação ao grau de participação e autonomia política do povo brasileiro – referentes, sobretudo, ao campo da cidadania. Através dos estudos de Angela de Castro Gomes (2009), vimos como a música popular – e, por conseguinte, as bandas de música – cumpriram um papel importante na política durante a Primeira República e, empiricamente, como suas concepções fazem sentido no que se refere às atividades de Evaristo Lucena, como sapateiro, artista e político.

No caso deste estudo, que envolve um município interiorano entre as décadas de 1920 e 1930, seus argumentos nos fazem refletir conceitos tão empregados e difundidos na academia; tais como mandonismo, clientelismo, coronelismo etc. José Murilo de Carvalho (1997) atenta para o problema da “imprecisão e inconsistência no uso (destes) conceitos básicos” (Idem, p. 229, parênteses nossos). Para empreender o enriquecimento acadêmico, no campo dos temas políticos, a narrativa sobre Evaristo Lucena abre um campo de análises referentes aos conceitos anteriormente apontados, e cujo emprego vêm se apresentando problemáticos, na historiografia política brasileira.

A problemática envolvendo as relações de poder entre elites e povo é caracterizada deliberadamente pelos conceitos de mandonismo, coronelismo e clientelismo. Além de outros conceitos decorrentes destes, como patrimonialismo, cooptação, oligarquia e populismo. (CARVALHO, 1997; GOMES; 1996).

Acerca deles, Murilo de Carvalho escreveu um artigo que revela um debate conceitual profícuo. Frisa ele que há uma confusão, no campo de estudos políticos brasileiros, quanto ao emprego dos conceitos de mandonismo, coronelismo e clientelismo. O mandonismo, diferente do coronelismo e do clientelismo, é um fenômeno que percorreu toda a história política brasileira, desde a colônia até os dias de hoje – mas que nas últimas décadas vem mostrando sinais de fraqueza. Ele é identificado pela:

Existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão (...) é aquele que, em função (...) da posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter acesso ao mercado e à sociedade política. (...) (Por sua vez) o coronelismo seria um momento particular do mandonismo, (...) assim como o é o clientelismo”. (CARVALHO, 1997, p. 230, parênteses nossos).

Deste modo, tanto o coronelismo quanto o clientelismo urbano são momentos distintos do mandonismo, e não podem ser confundidos. O coronelismo é identificado pelo encontro de um “fato político” – o sistema eletivo e o federalismo – com uma “conjuntura econômica” – a estrutura agrária arcaica, que anunciava a crise econômica e política dos mandões locais (coronéis) frente a uma crescente burocracia estatal. A Primeira República é a maior expressão da confluência de fatores e caracteriza o coronelismo por excelência.

Já o clientelismo, como o mandonismo, é um fenômeno mais amplo e perpassa toda história do Brasil. Não se nega que “o coronelismo envolve relações de troca de natureza clientelística”, mas sua maior expressão se deu posteriormente nas sociedades urbanas, sendo mais identificado com o “populismo”. Em geral, “indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos (...) e apoio político, sobretudo na forma de votos, (...). É o mandonismo visto do ponto de vista bilateral”. Bilateralidade que “implica troca entre atores de poder desigual” (Idem, pp. 230-40). Assim, o clientelismo parece ser a seiva que alimenta os momentos políticos do mandonismo e do coronelismo e apesar das crises envolvendo este sistema, ele continua vivo na sociedade urbana brasileira.

Interessa analisar em que medida as afinidades políticas de Evaristo Lucena e os “mandões” até agora conhecidos – Ananias Arruda e João Ramos – dialogam com os conceitos tratados por Carvalho. Durante a década de 1920, Lucena nutria várias relações de amizade e proximidade não só com coronéis da cidade, como Ananias Arruda e Alfredo Dutra, mas também com membros representantes das camadas médias nascentes, como Canuto Ferro de Alencar e o médico Edmundo Vitoriano, considerado benemérito para o

Círculo Operário. A partir de 1935, o relacionamento entre Ananias Arruda e Evaristo Lucena se rompeu e, em seguida, houve troca de apoio entre Lucena e o líder do PSD, João Ramos.

Para se compreender o complexo processo de alianças e rompimentos que envolveram o sapateiro de Baturité e suas ações políticas com as lideranças locais no campo das análises conceituais da Ciência Política, temos uma conceituação problemática. O sistema político vigente na delimitação temática deste estudo é o coronelismo, que se baseia num eleitorado cuja origem remonta a uma estrutura agrária, dependente do grande proprietário (coronel). Reconhecemos, pois, a predominância dessa estrutura agrária no município de Baturité como um todo (contando com os distritos rurais), o que configuraria, no geral, relações políticas no âmbito do coronelismo. No entanto, esse tipo de relação não envolvia individualmente Evaristo Lucena, que habitava a malha urbana do distrito sede do município de Baturité. Os coronéis poderiam influenciar os votos de seus empregados, agregados e dependentes (trabalhadores rurais): o que não era o caso de Evaristo Lucena, que no máximo foi influenciado pelos ideais do catolicismo social e da democracia cristã.

A rede de ações políticas de Evaristo – primeiro sob a liderança de Ananias Arruda, posteriormente de João Ramos – parecia configurar uma pequena margem de “clientelismo” incipiente na cidade. (CARVALHO, 1997) O “Clientelismo”, como visto, configura o acordo entre partes desiguais em áreas urbanas, nos quais o trabalhador é relativamente independente em comparação com o trabalhador rural. Nesse sentido, Evaristo passou por duas relações envolvendo clientelismo, uma com Ananias Arruda, outra com João Ramos?

Um mapa demográfico, publicado no jornal **A Verdade**, em 6 de agosto de 1922, configurou a população masculina alfabetizada da sede e dos demais distritos de Baturité, ou seja, da zona urbana e rural. Entre a população do município, alfabetizada e masculina, 5.568 eram eleitores em potencial, sendo 1.264 potenciais eleitores do distrito sede, fazendo com que 77,30% dos eleitores fossem do meio rural (ver Tabela 3, p. 136). O dado caracteriza o sistema coronelista proposto por Leal (1997).

Em 1920, houve a criação do distrito de Pernambuquinho, que compreendia parte dos territórios de Guaramiranga, Pacoti e Mulungu, por isso a população destes três é reduzida em 1920 em relação a 1890. Em 1931¹⁷² com a interventoria de Carneiro de Mendonça, houve a emancipação dos distritos mais populosos como Guaramiranga, Pacoti e

¹⁷² **A Verdade**, 01 mar. 1931, p. 1.

Mulungu. Com a emancipação dos três municípios (ainda não levando em conta as variações populacionais até 1930),¹⁷³ o percentual dos votos de origem rural da amostragem eleitoral do município de Baturité diminuiu: o que golpearia o sistema coronelista na cidade, embora o fortalecesse nos novos municípios emancipados, ainda rurais, com a influência de seus coronéis.

A mudança na divisão geográfica do município de Baturité pode ter provocado alterações nas relações políticas no distrito sede: passaram do coronelismo ao clientelismo urbano durante a década de 1930. Tal deslocamento não alteraria as bases do sistema coronelista, em âmbito estadual, já que ele se transferia para os municípios emancipados (Guaramiranga, Mulungu, Pacoti), e fortaleceria os coronéis dessas localidades, que não precisariam mais entrar em acordo entre si e entre os coronéis da sede para as sucessões políticas. Ou seja, as relações eleitorais de cunho coronelista se esvaziaram no município de Baturité e se concentraram nos novos municípios criados, contribuindo eleitoralmente para a difusão do sistema. No entanto, para que tal conclusão tornasse mais consistente, seria necessária uma pesquisa demográfica e eleitoral mais precisa e profunda, levando em conta, inúmeras variáveis, para saber o quanto o mundo rural influenciava eleitoralmente no município durante a década de 1920 e o quanto deixou de influenciar a partir da década de 1930.

Diante do quadro das relações eleitorais urbanas clientelistas no município – em menor grau na década de 1920 e maior grau na década de 1930 – e considerando, por *hipótese provisória*, Evaristo Lucena como cliente de Ananias Arruda até 1935, a primeira pergunta que fica patente é: havia troca de apoio político e eleitoral entre ambos?

Embora Ananias Arruda se recusasse a participar dos pleitos municipais, declarando-se apartidário, até 1933, sabemos que ele ofereceu apoio aos Távoras até 1921, por serem católicos. Não sabemos, porém, se usava métodos do sistema coronelista – incluindo a coerção – ou métodos clientelísticos sobre o Círculo Operário, ou sobre Evaristo Lucena.

Como produtor rural (atividade secundária ligada às suas atividades comerciais), Ananias Arruda parecia não exercer muito controle de seus dependentes nas eleições. Quando apoiava algum político durante a Primeira República, nem sempre eles eram eleitos. Exemplo

¹⁷³ Infelizmente, faltaram pesquisas demográficas mais aprofundadas, os dados apresentados são provisórios e servem de orientação.

disso foi a adesão de Ananias à fracassada candidatura de Belisário Távora, para deputado estadual, em 1919.

Ananias Arruda tornou-se político, na década de 1930, para defender as questões religiosas, ou seja, a religião o levou à política. Se formos considerar numa *hipótese provisória* que os anos de 1933 e 1934 representaram momentos das relações de clientelismo entre Lucena e Arruda, visto que Lucena se inseria, pela primeira vez, dentro de uma organização política. No entanto, o rompimento do hipotético pacto clientelista entre os dois aconteceu quando Evaristo Lucena teria mais poder de barganha, através da força eleitoral que a LEC começara a exercer.

Em resumo, o que torna o conceito difícil de ser aplicado, no caso, é o fato de Ananias manter um relacionamento político com Lucena quando ele não era político de carreira. Aparentemente, a única vantagem política pessoal ao apoiar Evaristo Lucena, na presidência do Círculo, era religiosa. Evaristo Lucena rompeu suas supostas relações de clientela com Ananias Arruda no momento em que teria maiores motivos pessoais para apoiá-lo: quando era filiado a uma organização política, como a LEC, o que ampliaria suas vantagens políticas. Então, o que o levou a romper com Ananias Arruda? Estaria a resposta em um clientelismo com João Ramos?

Os problemas continuam quando relacionamos o conceito ao período em que Evaristo se aliou a João Ramos (1936 e 1937). Ramos era um político tradicional da cidade, genro e herdeiro do grande proprietário Alfredo Dutra. Ambos representavam a situação política no município, durante grande parte da Primeira República. O líder do PSD, na década de 1930, conseguia manter-se tabelião da cidade, mas suas riquezas em terras e fazendas provenientes do sogro tornaram-no detentor de uma porção considerável de dependentes rurais e um razoável grau de barganha com as oligarquias estaduais. Podemos afirmar que sua posição política no município, durante a Primeira República, era a de um autêntico coronel considerado por Vitor Nunes Leal.

No âmbito eleitoral, o poder do coronel Alfredo Dutra e de seu genro João Ramos era quase que incontestável na época da famosa oligarquia Accioly (1908-1915). Após a queda dos Accioly, principalmente após 1919, a oposição passou a ter relativa força na cidade, fato que obrigou os Dutra-Ramos a negociarem com seus novos adversários, do Partido Democrata – partido compreendido por antigos opositores de Accioly, fundado em

convenção realizada em 1916 – cujo líder no Ceará era Moreira da Rocha. Em Baturité, o Partido Democrata contava com a liderança de Pedro Catão e José Pinto do Carmo.¹⁷⁴

A hegemonia dos Dutra-Ramos foi abalada na década de 1920. No entanto, no imediato pós-30, o novo interventor Manoel Nascimento Fernandes Távora recolocou Alfredo Dutra como interventor de Baturité, perseguindo seus antigos opositoristas do período acciolyno. Este gesto somente devolveu o poder aos políticos tradicionais da cidade, anteriores à década de 1920. Com a demissão de Fernandes Távora e a nomeação de Carneiro de Mendonça, foi escolhido para prefeito de Baturité o capitão Ozimo de Alencar, natural de Iguatu (CE) e sem tradição política na cidade.

Após a fundação da LEC e do PSD, Carneiro de Mendonça, que supostamente deveria apoiar o partido dos Távoras (PSD), manteve-se neutro nos pleitos.¹⁷⁵ A LEC derrotou o PSD nas eleições de 1933, 1934 e 1936.¹⁷⁶ Em 1935, ocorreu a ascensão de Ananias Arruda à prefeitura. João Ramos perdeu, assim, quase que completamente sua força política. Isso demonstra um forte golpe dado ao coronelismo, como sistema após a Revolução de 30, a partir da interventoria de Carneiro de Mendonça.

Para sobreviver politicamente na nova conjuntura, além de outras medidas, João Ramos passou a recorrer às relações típicas do clientelismo: aproximou-se de Evaristo Lucena, apoiou sua candidatura a vereador pelo PSD contra Ananias Arruda, e fez aliança

¹⁷⁴ Pedro Catão ocupou a prefeitura de Baturité após a recusa de Ananias Arruda de se candidatar em 1928.

¹⁷⁵ Segundo Dulce Pandolfi (1980, pp. 353-370) os interventores, em sua maioria era constituída por tenentes, mantinham, após a deflagração da Revolução de 30, uma atitude apartidária como posição política. Afirmavam que os partidos e a política profissional corrompiam a administração pública, por estarem sujeitas às negociações e aos interesses regionais e pessoais. Porém, a atitude apartidária dos tenentes (sobretudo Juarez Távora) mudaria com as eleições para a assembleia constituinte. No final de 1932, os tenentes e interventores se viram na necessidade de se representarem em partidos. Assim, Juarez Távora (com o interventor Lima Cavalcanti) fundou o PSD no Nordeste. Os tenentes do Sudeste (também com o apoio de Távora) fundaram o Partido Socialista Brasileiro. Enquanto os tenentes e interventores se arregimentavam nos partidos formados, esperando serem sufragados para a assembleia constituinte, no Ceará, Carneiro de Mendonça preferiu continuar com a posição original apartidária e neutra dos tenentes. “O interventor Carneiro de Mendonça, após os resultados das eleições passa a ser violentamente atacado pelos irmãos Távora. (...) Carneiro de Mendonça, fiel e coerente com sua posição inicial de tenente revolucionário, coloca seu cargo à disposição de Vargas. Juarez Távora não entende o apoio que Vargas e o ministro Osvaldo Aranha (...) continuam dando ao interventor cearense. Por isso (Távora) escreve a Vargas dizendo que se nega a participar de um governo ‘... com os que politicamente o combatem no Ceará, amparados já agora pelo interventor Carneiro de Mendonça...’” (PANDOLFI, 1980, p. 370).

¹⁷⁶ Em 1933, a LEC elegeu todos os seis nomes lançados candidatos a deputados para a assembleia constituinte, enquanto o PSD elegeu quatro. Em 1934 teria maioria na constituinte estadual, que elegeu Menezes Pimentel como governador do Estado. Nas eleições para prefeito e vereadores em 1936, a LEC teria maioria na Câmara Legislativa de Baturité. (ARRUDA, 2007, p. 59)

com Pedro Catão, seu antigo adversário político durante a Primeira República, que também se juntou ao PSD contra Ananias Arruda.

Um relato de Miguel Edgy Távora Arruda, sobrinho de Ananias Arruda, que viveu a época, passa uma ideia que nos aproxima das relações de ganhos pessoais e troca de favores que configuram o clientelismo:

Devido a certos indícios que surgiram posteriormente, estou hoje convencido que houve o dedo do Dr. João Ramos neste episódio (da proibição da fundação da AIB no Círculo Operário). Vejamos: o Mestre Evaristo Lucena morava em (...) sua oficina de sapataria (...) e a mesma era alugada. A partir deste episódio, o Dr. João Ramos inexplicavelmente pôs à disposição do Mestre Evaristo uma casa de sua propriedade.¹⁷⁷

Edgy motiva as relações de rompimento entre Evaristo Lucena e Ananias Arruda a partir de trocas de favores pessoais entre aquele e João Ramos. Segundo ele, João Ramos passou a oferecer uma casa para que Evaristo fizesse de sua oficina. Ele apoiou sua candidatura a vereador em troca da campanha que faria pelo PSD junto à oposição e arregimentaria boa parte dos votos dos simpatizantes de sua banda.

Se as relações de Evaristo Lucena e João Ramos configuraram em clientelismo político (*mais uma hipótese provisória*), elas se romperam com o golpe de 1937: a partir de então não haveria mais organizações ou partidos políticos e nem poder Legislativo nos âmbitos municipal, estadual e federal. Evaristo perdeu seu mandato de vereador e morreu na década de 1950, esquecido – ao menos gozando dos direitos da legislação trabalhista que viu de perto nascer, como trabalhador de carteira assinada. João Ramos rearticulou suas forças políticas contra Ananias Arruda na União Democrática Nacional (UDN) após 1945 e o embate prosseguiu – mas este período ultrapassa o recorte cronológico proposto pela dissertação.

Se por um lado, o uso do termo clientelismo pode contribuir para os estudos políticos, referente principalmente às principais práticas de nossa cultura política; por outro lado, percebemos um uso perigoso e elitista do termo. Há uma antiga tradição intelectual que tende a desconsiderar o povo brasileiro como ator político. Primeiro, na década de 1920, temos a geração dos intelectuais autoritários, (por exemplo, Oliveira Viana) que considerava o

¹⁷⁷ ARRUDA, Miguel Edgy Távora. Op. Cit.. Fita 4, Lado B, p. 2-3, parênteses nossos.

povo uma massa amorfa e sem opinião (GOMES, 2009). Era uma população tratada, muitas vezes, como camponeses miseráveis, ignorantes, irracionais e analfabetos, cujo papel era sufragar candidatos de determinados coronéis, dentro das práticas eleitorais, reconhecidamente como fraudulentas e de “voto de cabresto”.

Entre as gerações de intelectuais de esquerda da década de 1950, ligados ao Partido Comunista do Brasil (PCB), as críticas se mantiveram, mas através de outro aporte ideológico. Os membros da classe trabalhadora que não fossem identificados com as esquerdas (comunistas, socialistas, reformistas, trabalhistas) eram considerados alienados, pelegos ou cooptados pela “burguesia”. Tais ideias seguiram a esteira do fenômeno político do “populismo”.¹⁷⁸

Seguindo tal tradição desqualificadora da população, rural ou urbana, os Círculos Operários, como fenômeno nacional, (bem como os sindicatos atrelados ao Estado) foram desconsiderados pelos estudos como instituições representantes de uma “classe trabalhadora” consciente e ideal. Ideologicamente, a “classe trabalhadora”, cooptada ao Estado ou à Igreja Católica, teria pouco a oferecer.

Após os estudos de Edward Thompson (1987, 2005), formou-se uma nova geração de historiadores preocupados em resgatar, não só atividades dos trabalhadores revolucionários (a preferência tácita pelos historiadores de esquerda), mas também as atividades de trabalhadores considerados conservadores. Nessa linha, encontram-se Angela de Castro Gomes (2009; 1996; 1988), Jorge Ferreira (2001), Cláudio Batalha (2004; 1998) e Lucília Neves Delgado (1986; 2011). Jessie Jane de Souza (2002) seguiu a tendência e pesquisou os Círculos Operários Católicos, quase sempre ignorados pela academia.

A partir das análises destes autores, constatamos uma intensa atividade política entre os trabalhadores de teor conservador e certo grau de negociação e racionalidade perante os projetos, tanto do Estado quanto da Igreja (para os Círculos Operários). Neste estudo, Evaristo Lucena é interpretado como exemplo de artista e trabalhador urbano, aliado à elite política conservadora de sua cidade. Mas não podemos dizer que suas atitudes eram sempre apáticas e totalmente obedientes aos interesses dos grupos conservadores.

¹⁷⁸ Ver estudos de Otavio Ianni (1968), Berenice Cavalcanti Brandão (1975) e Boris Fausto (1983), quando Angela de Castro Gomes (1988) e Cláudio Batalha revelam sua “tendência a julgar negativamente a classe trabalhadora”. (BATALHA, 1998, p. 151).

Colocar as relações de Evaristo Lucena, com as elites de sua cidade, relacionadas puramente à noção de clientelismo seria incorrer mais uma vez nas visões que desqualificam o povo como alienados e interessados somente em favores pessoais. Se assim fosse com Evaristo Lucena, porque ele teria impedido a fundação do núcleo da AIB na sede do Círculo Operário? O que ganharia com isso, considerando que as consequências foram desastrosas para ele?

Evaristo Lucena, em uma carta que escreveu em 1944, explica ao seu modo o evento:

Foi no dia 20 de janeiro do ano de 1936, que perseguido e oprimido pelos integralistas nesta cidade, deixei o Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos da mesma, (...); Desde a fundação do integralismo nesta referida cidade, que minha humilde pessoa vinha sofrendo a mais atroz perseguição destes desumanos corações de víbora sem caridade e sem justiça (...), solidários a estes infames do crédulo verde, à maior parte dos que dizem meus irmãos Católicos, alguns eram chefes que não se fixaram, verdadeiros hipócritas, assim continuando sutilmente a perseguir-me concorreram para meus vultuosos prejuízos.¹⁷⁹

Fica evidente na carta que sua decisão se tratava de uma questão ideológica – ou seja, pesava a não aceitação ao integralismo, que pode ter sido por motivação racial, visto que alguns integralistas compartilhavam das ideias racistas, dentre eles uma importante liderança integralista advindo do estado do Ceará – Gustavo Barroso. A solidariedade, então, que Ananias Arruda e Liga Eleitoral Católica concederam ao integralismo foi a principal motivação que configurou o rompimento de Evaristo Lucena e Ananias Arruda.

Já os argumentos de Edgy podem ser justificados pelo “habitus” clientelista, por assim dizer, da cultura política brasileira, que determinariam ações inconscientes das pessoas, porém devemos considerar a margem de liberdade que o indivíduo tem para atuar, mesmo que não caiba em modelos pré-estabelecidos. (LEVI, 2006, p. 181) É o que parece ocorrer com o sapateiro Evaristo em suas contendas com Ananias Arruda – tomando o cuidado para não se

¹⁷⁹ Evaristo Lucena. [manuscrito]. 20 Jan. 1944.

cair num “hiper-racionalismo” estratégico,¹⁸⁰ controlado pelos contextos de efeito.

Assim, dentro do *habitus* proposto por Levi (relações clientelistas na cultura política brasileira), há uma transposição de liberdade – e afirmação de caráter político – em que Evaristo atuou ao abandonar a LEC e passar para o PSD. Embora pesem análises que denunciam, na cultura política brasileira, a venda do voto, a troca de favores pessoais, a ignorância e dependência do povo e a falta de cidadania, estes enquadramentos contextuais devem ser relativizados.

Se houve uma margem de clientelismo da parte de Evaristo Lucena com Ananias Arruda e, posteriormente, com João Ramos, o lado político-ideológico foi que pesou mais nas decisões de Lucena, embora o contexto cultural do clientelismo ainda contasse em suas relações – eram ainda mediadas por sua conduta política (antiintegralista).

3.6. As faces da cultura política: “ajuda” e “proteção” X cidadania

Sandra Graham atribui a uma revolta urbana conhecida como “Motim do Vintém”, ocorrida no Rio de Janeiro, em janeiro de 1880, como o primeiro sinal, no Brasil, de uma transformação na cultura política:

¹⁸⁰ Henrique Espada, partindo de Levi, utiliza somente o conceito de estratégia para dar conta das ações individuais. (LIMA, 2006, p. 262). Já Certeau diferencia estratégia de tática: Aquela seria “o cálculo das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder [...] postula um lugar próprio capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta”. Denomina, ao contrário, tática “um cálculo que não pode com um próprio. A tática só tem por lugar o do outro” (CERTEAU, 2001, p. 46). Assim, a estratégia é uma dominante, a tática não, ela só pode ser utilizada sob certas circunstâncias, dependendo da ação de outrem e da oportunidade. Geralmente as esferas de poder utilizam as estratégias e as esferas que golpeiam e burlam os poderes utilizam as táticas. No caso do termo empregado por Levi, “táticas”, seria mais apropriado a ser usado, ao invés de estratégia, já que estamos tratando de grupos que visavam burlar algum *status quo*. Outro ponto de encontro da obra de Certeau com a micro-história é o conceito de *métis*, empregado tanto por Certeau (p. 156), quanto por Ginzburg (p. 155). Colhido pelos dois da mesma referência: um livro de Vernant, tratando da *métis* dos gregos, das astúcias silenciosas e sutis na Grécia Antiga [DETIENNE, Marcel; VERNANT, Jean-Pierre. *Métis: as astúcias da inteligência*, 2008.]. Ginzburg enfoca o termo para as “táticas” de pesquisa investigativa, Certeau a leva para as múltiplas práticas cotidianas, “táticas” da “cultura ordinária”, o que pode ir ao encontro do texto de Ginzburg, pois os dois tratam da *métis* como um saber expropriado pela burguesia que o tornou técnico e o cientificizou, controlando tal gama de saberes “ordinários” (populares) para criar uma “estratégia” institucional de poder, mas um poder que nunca pode se efetivar 100%, frente às táticas e burlas ordinárias (populares).

Baseada (...) na dependência e no apadrinhamento, e na qual os favores políticos mediam-se cautelosamente em termos de vantagens eleitorais. Diante deste requintado acordo, o grande público podia surgir como espectador ou como comentarista, mas não como um participante ativo. Uma visão consensual dessas regras formava a cultura política dominante nos anos anteriores a 1880. (GRAHAM, 1991, p. 213-4)

A autora atribui à revolta um caráter “instrutivo e formativo”, que “anunciou o início de um novo estilo político” (Idem, p.220), culminando indiretamente ao longo da década de 1880 em substituições de gabinetes, reformas eleitorais, na abolição da escravatura e na Proclamação da República. O Motim do Vintém tem, sobretudo, a importância de ter sido a primeira revolta urbana de caráter reivindicativo do Brasil.¹⁸¹ A forte repressão à revolta despertou em políticos e intelectuais da época uma simpatia pelos revoltosos, achando suas reivindicações justas.

Nascia, assim, o embrião de um “novo estilo político” que não comportava mais o modelo político do mandonismo, que enquadrava a “cultura política dominante nos anos anteriores a 1880” (GRAHAM, 1991, p. 214). Era um modelo político de um país quase que totalmente rural, em que os donos de terras tinham muitos poderes sobre seus dependentes e a população era alheia aos direitos políticos, civis e sociais. A revolta urbana prenunciava o nascimento uma nova sociedade, que por sua vez, exigia uma nova forma de fazer política.

Após a proclamação da República, o coronelismo como sistema proposto por Leal, paradoxalmente, veio atender a essas novas mudanças. As práticas veiculadas ao mandonismo teriam de sobreviver à nova configuração política e ao crescimento desenfreado dos centros urbanos, que, pela primeira vez, chegavam à cifra de quinhentos mil habitantes, com seus efeitos políticos, como visto no Motim do Vintém. Para tal, a elite adotou um sistema político conhecido como coronelismo – uma transição lenta do “mandonismo” para sociedades que contavam com uma margem de urbanidade. Nesta nova configuração:

O coronel não era funcionário do governo, mas tão pouco senhor absoluto, independente, isolado em seus domínios. Era um intermediário. Sua intermediação sustentava-se em dois pilares. Um deles era a incapacidade do governo de levar a administração, sobretudo da justiça, à população. Constrangido ou de bom grado, o governo aliava-se ao poder privado, renunciando a seu caráter público. (...) A lei

¹⁸¹ As revoltas anteriores, como as que se alastraram pelo Brasil no período regencial, tinham caráter bem diverso do Motim do Vintém.

parava na porteira das fazendas. O outro era a dependência econômica e social da população. Até 1940, a população brasileira era predominantemente rural (60% nessa data), pobre e analfabeta. Um elementar senso de autodefesa lhe dizia que era mais vantajoso submeter-se ao poder e à proteção do coronel. Fora dessa proteção, restava-lhe a lei, isto é, o total desamparo. Não havia direitos civis, não havia direitos políticos autênticos, não havia cidadãos. Havia o poder do governo e o poder do coronel. (CARVALHO, **Jornal do Brasil**, 06 maio 2001, p. 4)

Os coronéis, portanto, serviam como intermediadores do governo e a população rural (seus dependentes). Assim, a existência do coronelismo deveria pressupor também certo grau de urbanização, de onde se ampliava o poder burocrático, responsável pelos acordos com os coronéis. Dessa forma, o crescimento e surgimento das cidades (disposta em certo grau de urbanidade), ao contrário do que se propaga, significavam a sobrevivência do sistema coronelista, pois era dela que partia os acordos em que se apoiava o poder do coronel.

Tal acordo garantiu a sobrevivência da instituição da Guarda Nacional durante a República, que “deixou de exercer funções de segurança e virou instrumento político-eleitoral.” (Idem, p. 2). O coronel, que antes exercia poder de mando quase absoluto em suas terras, teve de se tornar chefe político para sobreviver. Em outras palavras, para continuar mandando, era preciso se submeter a acordos com as instâncias de governo. Era o advento do coronelismo como sistema.

As mudanças na cultura política anunciadas por Sandra Graham, em *O Motim do Vintém*, disseram respeito somente às novas populações urbanas que compuseram o Rio de Janeiro e, posteriormente, São Paulo. Eram populações compostas por estrangeiros, ex-escravos e membros de baixa parentela apartados de suas altas parentelas originais. Para esta nova população urbana, a República os contemplou com direitos políticos (se alfabetizados) e civis. Diferente das zonas rurais, onde o coronel exercia seu poder “extralegal” às vistas grossas do “poder legal”.

Assim, a ocorrência do coronelismo, como sistema, pressupunha a existência de alguns polos urbanos, com aparelhos burocráticos e administrativos complexos. No entanto, pela incapacidade desses aparelhos de penetrarem integralmente nas zonas rurais, era legitimado o poder dos coronéis, que mantinha sob sua dependência uma grande quantidade de trabalhadores rurais, desprovidos de cidadania. Eram considerados da baixa parentela do coronel.

Quando ocorria uma quebra horizontal da parentela, os destinos mais certos para essas populações apartadas eram os grandes centros urbanos (QUEIROZ, 1976, pp. 200-12), provocando o aumento populacional das cidades. A população urbana incipiente – apartada da antiga proteção que mantinham originalmente com algum coronel – já experimentava transformações de uma cultura política: antes baseada nos favores parentais para uma nova cultura baseada na reivindicação de direitos.

No entanto, essa mudança na cultura política foi lenta e gradual (e continua se processando). Esse caráter gradativo das mudanças na cultura política cria um aspecto ambíguo dessa cultura. Se por um lado, as populações urbanas aprendiam a reivindicar direitos, sentindo-se cidadãos; por outro, continuavam a repetir práticas do clientelismo político. Em outras palavras, continuava-se a confundir a esfera pública da privada – os políticos persistiam em utilizar da máquina pública para fazer favores privados.¹⁸²

Essa ambiguidade era sentida, sobretudo, nas cidades que cresciam em população, que, ao modo do Rio de Janeiro, experimentaram novas formas de viver o político. No Ceará, essas transformações na cultura política foram sentidas a partir das secas e do emprego dos retirantes em trabalhos urbanos. A construção da Estrada de Ferro de Baturité, segundo Tyrone Candido, teve também um caráter instrutivo para milhares de retirantes, que aprenderam a reivindicar direitos aos salários durante a deflagração de uma greve. Como vimos, o bairro do Putiú formou-se a partir da ocupação de grande parte desses retirantes que se tornaram trabalhadores urbanos. As reivindicações exigidas pelos moradores por melhorias no bairro são exemplos desse aprendizado cultural do político do qual fala Graham.

Em Fortaleza, tais transformações são simbolizadas a partir da greve dos catraieiros em 1904, que intensificou a oposição à oligarquia Accioly (MORAES, 2011, p. 2). Tal aprendizado político (urbano) refletia também na disseminação das sociedades beneficentes e mutualistas durante a Primeira República em praticamente todas as grandes cidades.

Como os centros urbanos eram os espaços, por excelência, para onde defluíam os membros de baixa parentela que foram privados de sua antiga proteção, concluímos que seus habitantes mais populares eram desprovidos tanto da antiga proteção que tinham quanto de direitos de cidadania. Daí vinha a necessidade dessas pessoas de reivindicar direitos ao

¹⁸² Vide o exemplo dos irmãos Raimundo e José Barros, que conseguiram promoções em seus empregos no Rio de Janeiro, por intermédio do ministro do Trabalho, Waldemar Falcão.

Estado. Embora providos de direitos políticos e civis, os trabalhadores urbanos eram desassistidos de direitos sociais. Esses homens e mulheres, apartados da parentela que lhe dava proteção, viram então nas associações mutualistas um meio de angariar o que seriam os direitos sociais que o Estado não cobria.

No entanto, vemos que em muitas dessas cidades, as novas transformações na cultura política – que faziam nascer uma consciência de cidadania – conviviam ainda com as práticas clientelistas do mandonismo, caracterizando um estágio intermediário, que se configurou no coronelismo.¹⁸³ Este estágio intermediário é sentido também na bricolagem e convivência de uma complexidade multifacetada advindas da cultura política local.

Baturité pode ser exemplo de uma zona intermediária, onde se mesclavam os dois tipos de cultura política. Era uma cidade onde a cultura política encontrava-se em transformação acelerada, onde a justiça e a burocratização do Estado chegavam, porém da forma deturpada pelo clientelismo. Apesar das transformações na cultura política brasileira, o clientelismo ainda era a seiva que alimentava as relações políticas do Brasil durante a década de 1930.

Mesmo dentro dos centros urbanos que se expandiam naquela época, onde o coronelismo, nas características postas por Leal, estava fadado a desaparecer, o clientelismo político sobrevivia e perdurava. A exemplo de Barros Filho e irmãos, estes transferiram o apoio que tinham dos coronéis de Baturité para a cidade onde foram morar (Rio de Janeiro, Recife etc.). Assim, mesmo em grandes centros urbanos, contavam com apoio e proteção de grandes políticos conterrâneos (em um dos casos, o ministro do trabalho Waldemar Falcão).

Os habitantes das cidades, que se encontravam fora do círculo de “ajuda” e “proteção” dos coronéis tiveram que – a fim de angariar o que seria equivalente aos direitos sociais – formar associações mutualistas. Nesse sentido, podemos perguntar o porquê de Barros Filho nunca ter participado de sindicatos ou associações, visto que ele trabalhou em diversos ofícios. Diante de nossas análises, a resposta parece ser simples: porque ele não precisava.

¹⁸³ Retornemos ao exemplo dos concursos públicos trazidos por Barros, que à época do “mandonismo” nem ocorriam. Já na época do “coronelismo”, ocorriam, porém, o clientelismo reinante em ambos os sistemas, fazia que as chamadas fossem manipuladas.

Barros Filho já contava com a “ajuda” e “proteção” de seus patrões, ou seja, seus “direitos sociais” eram substituídos por favores privados. Seu quadro de proteção ia desde o major Pedro Catão, que o pôs para trabalhar na empresa de água da cidade e na fábrica Proença. O genro do protetor de seu pai, Doutor Campelo, o admitiu posteriormente em seu escritório de advocacia. Por intermédio de um parente afim de Pedro Catão, serviu o exército, onde em alguns meses já era sargento.¹⁸⁴ Durante o Estado Novo, completou seu ciclo de “ajuda” e “proteção” conseguindo promoções em seu emprego público por intermédio do ministro do trabalho, que era natural de Baturité.

Quem não podia contar com ajuda e proteção dos patrões (como Evaristo Lucena), utilizava as associações como uma forma de aliviar o estado de penúria e as incertezas do futuro (além de exercerem a cidadania reivindicando direitos e manifestando opiniões). Assim, à medida que as cidades recebiam cada vez mais imigrados (sem proteção ou ajuda), ficava mais patente a necessidade de se reunirem em associações, tanto para reclamar direitos, quanto a fim de auxílio mútuo.

Percebemos pelo histórico de Barros que ele conseguiu integrar-se à classe média brasileira graças a sua condição de apadrinhado por coronéis. Diferente de Evaristo Lucena, que precisou sobreviver fora dos grandes acordos familiares. Vemos a diferença pelo destino de ambos. Evaristo Lucena, que era apenas cinco anos mais velho que Barros, morreu sem aposentaria em Fortaleza, como empregado subalterno, na década de 1950, no máximo integrando uma baixa classe média. Já Barros Filho, morreu gozando de velhice tranquila na década de 1980, funcionário público aposentado, morando em um apartamento em Copacabana.

Nessa visão, as associações foram surgindo como forma de substituir a “ajuda” e “proteção” dos coronéis. Num Estado ausente de direitos sociais, esses trabalhadores, desvinculados dos coronéis, conseguiam através do associativismo, o equivalente à “proteção” e “ajuda” que antes obtinham deles. Podemos, assim, inferir que as associações eram compostas basicamente de trabalhadores provenientes do sertão agrário, (ou filhos destes), apartados de sua antiga parentela.

¹⁸⁴ A rapidez com que subia as patentes no exército são indícios de seus contatos por esse meio. Já que era normal uma pessoa (provavelmente sem contatos) passar anos como soldado.

Fortaleza – que durante a seca de 1877, tinha vinte mil habitantes, quase quadruplicou sua população, chegando perto de oitenta mil habitantes em 1920.¹⁸⁵ Foi um crescimento de sessenta mil habitantes em quarenta anos. Temos a certeza que grande parte desse influxo populacional em Fortaleza (e algumas cidades como Sobral, Aracati, Maranguape e Baturité) tinha relação com as calamidades sociais provocadas pela omissão do governo frente às periódicas secas. Com uma população cada vez maior de membros apartados das altas parentelas, retirantes ou filhos de retirantes tornaram-se trabalhadores urbanos de Fortaleza e outras cidades, experimentando a cultura associativa.

Nos anos de 1909, encontramos no Ceará as seguintes fábricas: Pompeu & Irmãos,(...) que produziam 200 peças de fazenda de algodão por dia, empregando 230 pessoas; Ceará Industrial (...) produzindo 150 peças diárias, empregando 140 pessoas; Ernesto & Ribeiro, em Sobral, empregando 65 homens, 99 mulheres e 30 crianças; Popular Aracatiense, empregando 180 pessoas; Pompeu & Cia, empregando 300 operários; Dr. Thomas Pompeu fábrica de redes, empregando 50 operários; E existiam mais oito fábricas médias e 25 pequenas, com apenas quatro teares.

(...) Existiam ainda, em outros ramos, várias pequenas fábricas, como no ramo de alimentos: Santo Antônio, produzindo massa, com 11 homens trabalhando e uma mulher; Santa Isabel, com 16 empregados; (...) Existiam seis fábricas de cigarros, destacando a Iracema; (...) Ainda três fábricas de chapéus; (...) Sete de sabão e óleo; duas de torrefação de café; duas de gelo; 17 padarias; (...) Sete tipografias; duas encadernadoras; 14 carpintarias e marcenarias; (...) 10 ourives e relojoeiros; 11 alfaiates; três marmoristas; quatro agências de leilões; três fundições; três casas de tipografia; quatro tinturarias; 11 restaurantes; uma casa de alugar carros; além de outras casas comerciais (PARENTE, 1999; 68-69).¹⁸⁶

A tendência era o número de fábricas e trabalhadores aumentarem no correr das décadas de 1910 e 1920. Vimos como era comum o movimento de transumância entre Fortaleza e as cidades mais próximas ligadas pela Estrada de Ferro de Baturité. Assim, além dos retirantes que conseguiram se estabelecer como trabalhadores, essa mão de obra era composta de trabalhadores vindos de cidades ligadas pela estrada de ferro: como Baturité, Aracoiaba, Redenção e Pacatuba.

¹⁸⁵ **A Verdade**, 06 ago. 1922, p. 2.

¹⁸⁶ As fábricas Proença e Putiú devem estar enquadradas nas “oito fábricas médias ou nas vinte e cinco pequenas”.

Em Fortaleza, o crescente número de trabalhadores desprotegidos e desamparados fez surgir seis grupos principais de associações beneficentes: o Centro Artístico Cearense (1902); A Sociedade Deus e Mar (1912); a Associação dos Merceeiros (1914); a Beneficente 24 de junho (1917); a União Geral dos trabalhadores (1920) e o Centro dos Retalhistas (1928). (LIMA, 2011, p. 27)

Essas seis associações englobavam outras menores, de forma que o Círculo Operário Católico de Fortaleza, surgido em 1915 estava atrelado à Sociedade Deus e Mar. Os Círculos Operários fundaram filiais pelo interior, em cidades que sofriam forte influxo migratório por conta das secas. Não deve ter sido por acaso que o Círculo Operário de Fortaleza tenha surgido durante a seca de 1915 e o segundo Círculo Operário (o de Pacatuba) durante a seca de 1919.

Os Círculos Operários Católicos vinham com uma proposta de harmonia social baseada em direitos e deveres de trabalhadores e patrões. Substituindo ou complementando-se, assim, à antiga proteção oferecida por coronéis, a Igreja Católica se imbuía como porta-voz dos trabalhadores frente a suas negociações com os patrões.

Esse foi o modelo aceito por Evaristo Lucena ao ocupar a presidência do Círculo Operário Católico de Baturité. Lucena era mais um exemplo de trabalhador urbano apartado de uma alta parentela. Em seu caso, uma grande parentela paraibana. Como sapateiro em Baturité, não chegou a construir grandes laços parentais com as famílias baturiteenses, mas uma austeridade católica fê-lo presidente do Círculo Operário, tornando-se representante de vários trabalhadores urbanos.

Durante a Era Vargas, no entanto, a polarização ideológica e a inadequação de Evaristo Lucena aos quadros da Ação Integralista Brasileira geraram uma ruptura no Círculo Operário. Evaristo Lucena, e outros ativistas, como o mecânico José de Andrade Barros e o comerciante Canuto Ferro de Alencar, entre outros, romperam com o associativismo católico.

Entre 1937 e 1945, a cultura mutualista foi solapada pelo Estado de compromisso varguista. A pretexto dos novos direitos sociais, que eram garantidos pela legislação trabalhista, o Estado passou a proibir reuniões e sindicatos independentes. Nesse período embora nós possamos reconhecer o início de uma ampliação do conceito de cidadania, imbuído dos direitos sociais que compõem o conceito, esses direitos traziam mais uma conotação de concessão paternalista, do que um dever do Estado garantido por lei. Dessa

forma, a “ajuda” e “proteção”, antes a cargo dos coronéis, depois substituídos pelas associações mutualistas e beneficentes, passavam ao cargo do Estado.

Na década de 1930, com uma maior urbanização da sociedade brasileira, o coronelismo, em tese, deveria ter sido suplantado. Porém, mesmo com a existência de uma legislação trabalhista e a ampliação dos direitos clássicos – civis, políticos e sociais – formadores da cidadania, perduravam nas políticas urbanas brasileiras práticas típicas do mandonismo-coronelismo – o clientelismo.

Neste trabalho, nos detemos principalmente sobre a experiência política de dois membros pertencentes à baixa parentela: Evaristo Lucena e Raimundo Barros Filho. O primeiro não tinha proteção de coronéis, e teve que, atuar através de associações mutualistas (Círculo Operário) e, posteriormente, conquistou direitos sociais durante a Era Vargas, quando trabalhou como empregado de carteira assinada até sua morte na década de 1950. Evaristo Lucena pode ser considerado como um exemplo de personagem que reivindicou e experimentou a cidadania, sem vantagens pessoais nem contatos, e teve uma vida de dificuldades sociais e financeiras, morrendo apartado das parentelas e pobre.

Já Raimundo Barros Filho, embora fosse trabalhador como Evaristo Lucena, não precisou participar de associações mutualistas, pois ainda dispunha da ajuda e proteção de seus coronéis. Quase todos os seus empregos e promoções foram por intermédios de políticos amigos, mesmo quando morava no Rio de Janeiro, caracterizando as sobrevivências dos vícios clientelísticos na política brasileira.

Podemos concluir, assim, que, mesmo passados estágios de nossa cultura política, como o mandonismo, o coronelismo e o trabalhismo na década de 1930, o aprendizado reivindicatório e adquirido a partir do Motim do Vintém estava ainda para ser consolidado. A construção da cidadania era um trabalho longo e árduo a ser conquistado. Nesse sentido, podemos dizer que o Estado Novo atrasou o aprendizado de cidadania do povo brasileiro, embora tenha atendido às reivindicações por direitos sociais dos trabalhadores, em pauta desde a Primeira República

Edson André, um radialista de Baturité, filho do mecânico José de Andrade Barros – sócio do Círculo Operário na época em que Evaristo Lucena era presidente – afirmou, que Baturité herdara um mal do coronel Ananias Arruda – prefeito durante o Estado Novo –, que

dizia respeito à censura e a proibição associativa. “Não temos cultura associativa”, lamenta Edson André.¹⁸⁷

O mal herdado por Baturité, comentado por Edson André, no entanto, não diz respeito à pessoa de Ananias Arruda, mas a um momento histórico do Brasil em que o aprendizado democrático e reivindicatório foi suplantado de forma vertical pela União. Sob pretexto da construção de um estado de compromisso, a experiência reivindicatória e democrática da população, iniciada em fins do século XIX foi interrompida pelo advento do Estado Novo; retornando a experiência no período 1945-1964, ela foi novamente interrompida pela ditadura militar, mas as análises sobre estes são períodos extrapolam o recorte temporal aqui proposto, sendo mais oportuno em outra pesquisa.

¹⁸⁷ Conversa informal, realizada em 03 de novembro de 2012.

CONCLUSÕES FINAIS

A primeira conclusão a que chegamos por meio dessa pesquisa diz respeito à delimitação rural-urbana do município de Baturité durante as décadas de 1920 e 1930. Apesar de ser uma cidade do interior cearense, de caráter predominante rural – uma realidade que se pronunciava essencialmente nos distritos mais distantes do município – constatamos uma considerável ocorrência de vida urbana em seu distrito sede, e mesmo nos distritos mais próximos. Nesses distritos intersticiais, o espaço rural era extensão da malha urbana da cidade, o que propiciava um relativo dinamismo no cotidiano, tanto dos coronéis, quanto dos trabalhadores, que mesclavam atividades urbanas e rurais.

Os coronéis aqui pesquisados, por exemplo, exerciam atividades econômicas (rurais) em seus sítios e fazendas, em torno do distrito sede, mas também mantinham atividades profissionais ou negócios comerciais na cidade. Pelos exemplos dos coronéis biografados – João Ramos e Ananias Arruda – vemos que o primeiro, embora fosse cafeicultor, aliava suas atividades rurais ao posto de tabelião público – um ofício estritamente urbano. Já Ananias Arruda mantinha vários negócios em suas propriedades, espalhadas pelos distritos rurais (cana de açúcar, extração de lenha, cal etc), mas as dinamizava com a implantação de firmas comerciais, pelas quais vendia seus produtos. A intersecção entre a vida urbana e rural fazia com que ambos os personagens mantivessem residências tanto no Centro da cidade, como nos sítios rurais produtores.

Essa pequena margem de urbanidade, convivendo com realidades essencialmente rurais, como é o caso do município de Baturité (dividido em até oito distritos) são espaços ilustrativos da ocorrência do coronelismo como sistema proposto por Vitor Nunes Leal – característica principal da cultura política dominante de Baturité no período contemplado.

Nossa segunda conclusão refere-se ao engendramento do sistema coronelista a uma cultura política baseada em alianças políticas de caráter familiar – configurada em trocas de natureza clientelista. O coronelismo fez nada mais que adaptar o mandonismo local a um relativo crescimento do aparelho burocrático do Estado nos municípios.

Isso, em tese, contribuiria para a diminuição do poder dos chefes locais – senhores quase absolutos de seus potentados no Período Imperial – no entanto, os aparelhos burocráticos e administrativos implantados nos municípios só fizeram manter o poder desses

chefes (coronéis). Por meio da manipulação de resoluções dos órgãos públicos, segundo interesses de caráter privado, o que era para funcionar como instituições limitadoras dos poderes dos coronéis tornaram-se instrumentos dos mesmos para continuarem “mandando” em suas cidades. Porém, se no Período Imperial, a política de mando dos coronéis (mandonismo) frente a seus subordinados era considerada normal em seus potentados, durante a Primeira República ela se mantinha dentro do campo “extralegal”.

Os políticos da esfera estadual e federal eram coniventes com a manipulação que os coronéis praticavam nos órgãos públicos municipais, pois dependiam da intermediação deles nos acordos políticos que elegiam seus candidatos. Tais acordos configuravam o funcionamento do sistema coronelista como a política de compromisso aludida por Leal. Na Primeira República, ia desde o presidente da República, passando pelos governadores e prefeitos, chegando aos coronéis – a célula base do sistema. No jogo político, pesavam os pactos que formassem os grupos mais fortes eleitoralmente. Esses acordos – tanto nas esferas nacional e estadual quanto local – nem sempre eram coesos: o arranjo e rearranjo de grupos era frequente, o que ocasionava uma relativa alternância de poder entre as famílias de coronéis.

Isso é patente em Baturité, após a década de 1920, quando o grupo político de Alfredo Dutra – dominante na cidade durante as décadas anteriores – precisou fazer coligações com novos políticos que emergiam. A Revolução de 30, embora tenha mais uma vez alterado o quadro de alianças políticas no município – que se rearranjaram entre a LEC e o PSD – não modificou o teor da política clientelista, fazendo-nos crer que o sistema coronelista, embora em crise como sistema nacional, sobrevivesse nessa cidade.

Vitor Nunes Leal afirma que as sobrevivências do coronelismo após a Revolução de 30 advêm da manutenção da estrutura agrária, ainda vigente na maior parte do país. No exemplo de Baturité, essa estrutura agrária tinha como substrato a existência de uma margem de vida urbana, de onde os coronéis manipulavam as instituições políticas. Não podemos nos esquecer do caráter familiar que preenchia os quadros de acordos políticos existentes dentro dessa estrutura agrária – de modo que não vemos muita distinção entre os grupos políticos e as famílias que as representavam.

A família, nesse caso, extrapolava as relações consanguíneas e se delineava através das relações de compadrio e pelos casamentos. Uma parentela englobava ramos familiares ricos e pobres, distinguindo-se entre a alta parentela e a baixa parentela – o que envolvia proprietários e trabalhadores no mesmo jogo político, porém com vantagens de ordem

clientelista diferentes. As vantagens que envolviam os acordos entre grandes famílias (coronéis) exemplificavam-se em importantes cargos públicos, alianças partidárias etc. Já as vantagens clientelistas dispensadas à baixa parentela estavam no campo da “proteção” e da “ajuda”, muitas vezes financeira. Os benefícios privados, advindos da manipulação das instituições públicas, quase sempre se disponibilizavam às parentelas (ricas ou pobres) aliadas dos coronéis – o que fazia da cultura política predominante um assunto de família. Assim, os partidos políticos configuravam-se, na prática, como grandes clubes de famílias, por meio dos quais partilhavam uma cultura política de matiz clientelista.

Constatamos isso, em Baturité, pela ascensão política e social tanto da família Arruda, aliada a várias famílias importantes da cidade e do estado, quanto pela família Ramos, fundida à família de Alfredo Dutra, dando origem ao ramo Dutra-Ramos. Assim, os dispositivos políticos de manutenção dos poderes dessas duas famílias se armavam através das suas alianças familiares-partidárias – uma tendo como palco a Primeira República, outra durante a Era Vargas. Já dentro do quadro de trocas clientelistas tendo como alvo as baixas parentelas exemplificamos, neste trabalho, a atuação de Raimundo Barros Filho – personagem pertencente a uma família pobre de Baturité, mas que estava atrelada por laços de compadrio às grandes parentelas da cidade.

As famílias que se encontrassem fora do círculo parental estariam execradas do jogo político e, por consequência, destituídas de direitos na sociedade. Elas teriam de angariar novos modos de sobreviver – reinventando outras formas de agir no campo político, distintas daquelas usadas pelas famílias em geral. Nossa terceira conclusão se atém à existência de uma cultura política alternativa – partilhada principalmente por sujeitos cujas famílias estavam apartadas do sistema político de parentelas – que usava de meios políticos originais, como a música popular e as associações mutualistas para sobreviver em “terra de compadres”.

Neste ponto, entra a importância da atuação política do sapateiro Evaristo Lucena – principal biografado deste trabalho. Ele é um exemplo de sujeito histórico cujas experiências se deram fora dos acordos parentais, o que contrariava a cultura política vigente. Concluimos que suas atividades eram indicativas de uma nova cultura política na cidade, que se tornava mais expressiva à medida que a urbanização crescia e aumentavam o número de famílias sem “proteção” e “ajuda” dos coronéis – a maioria composta de retirante das secas. Essa nova cultura política buscava reivindicar diretamente dos poderes públicos, a garantia dos direitos civis e políticos, e a inclusão dos direitos sociais por parte do Estado. Neste caso, em Baturité, são ilustrativas as reivindicações dos moradores do Putiú por melhorias urbanas.

Essa nova cultura política redundou no surgimento de variadas associações mutualistas, sindicatos, grupos artísticos etc., portadores de um potencial instrutivo de um novo estilo político. No Ceará esse aprendizado foi iniciado na greve dos trabalhadores da Estrada de Ferro de Baturité em 1892 e continuado na difusão das associações mutualistas.

Nesse sentido, os Círculos Operários Católicos representaram para centenas de trabalhadores rurais e urbanos das maiores cidades do interior cearense uma alternativa de angariar benefícios sociais – que não mais usufruíam pelos coronéis. Além disso, de terem algum tipo de experiência de cunho associativo, pelas quais poderiam ampliar o aprendizado político, manifestaram opiniões frente aos poderes públicos.

A Igreja Católica fazia um papel dúbio nessa instituição: se por um lado estava atrelada à política familiar, em suas redes de contato com as oligarquias, oficialmente repudiava, em parte, as práticas clientelistas do regime republicano. O caráter parcialmente crítico vinculado à República pôde tornar sua alternativa de harmonização social entre trabalhadores e patrões – através dos Círculos Operários – viável pelos trabalhadores rurais e urbanos de cidades interioranas, como Baturité. Pois forneciam uma alternativa de experiência de cunho associativo, que poderia fazê-los contornar as dificuldades.

Se os movimentos e associações existentes durante a Primeira República tiveram um caráter instrutivo de um novo estilo político – uma nova cultura política –, vemos em Evaristo Lucena um estudante e aprendiz dessa nova cultura política, por parte de suas vivências no COC. Sua história denota formas variadas de alcançar prestígio na sociedade sem recorrer a casamentos ou apadrinhamentos, mas por meio de suas atividades artísticas e pelo trabalho como sapateiro. O cargo de presidente do COC propiciou a ele e a um considerável grupo de trabalhadores o acesso a um leque de experiências políticas até então novas.

Os direitos sociais dos caixas, os passeios, o cinema, as reuniões, as marcas de religiosidade eram expressões desse novo estilo político sentidos durante a Primeira República. Nos primeiros anos após a Revolução de 30, elas passaram a ter contornos ainda mais amplos – começando a apresentar delineações mais práticas. Em se tratando das atividades do sapateiro Evaristo Lucena, ele ampliou seus horizontes de participação política no Círculo Operário a partir de 1931, quando fundou uma escola gratuita e depois passou a fazer parte da junta local da LEC. O respaldo que os Círculos Operários mantinham frente ao Estado varguista – no contexto da dispersão do movimento pelo sudeste Brasil – era outro fator que contribuía com a politização crescente entre os membros desse movimento.

Mas em 1935, após uma suposta tentativa de aparelhamento do COC de Baturité ao partido integralista pela elite da LEC, Evaristo Lucena passou a se envolver em problemas de ordem política com Ananias Arruda e a Igreja local. Lucena dizia que foi perseguido e oprimido pelos integralistas quando teve que deixar o Círculo Operário local. Não pudemos vislumbrar com mais profundidade a natureza da oposição de Lucena ao integralismo (o que é uma falta deste trabalho, dentre outras). Mas independente disso, sua oposição nos faz reforçar sua relativa independência à política de cunho clientelista que persistia na cidade após a Revolução de 30 – pois seu rompimento com a LEC ocorreu no momento em que o partido era situação, e poderia obter maiores vantagens políticas. O lado político-ideológico de Evaristo Lucena falou mais alto que os acordos familiares.

Afastado da LEC e dos Círculos Operários, e com sua banda censurada pela prefeitura, Lucena ao menos ainda mantinha seu aprendizado político adquirido nos anos anteriores. Assim, passou a buscar no PSD o espaço político perdido. Integrado à oposição, pôde angariar mais um degrau de sua participação política, como vereador do município – exercendo, porém, um mandato repleto de restrições. Sua atuação como vereador foi marcada pela oposição e desobediência ao prefeito, traduzida na participação que sua banda teve em 1937, num comício do PSD perfilados de críticas ao prefeito, ao integralismo e a LEC. Um mês após esse comício, as deliberações do Estado Novo, calariam a voz política desse sapateiro quase que definitivamente.

Entramos, pois, na nossa última conclusão: o papel do Estado Novo na interrupção desse novo aprendizado político, de cunho democrático-associativo entre os trabalhadores – dentre eles, Evaristo Lucena. As elites do Estado Novo, temerosas da progressiva popularização das atividades políticas nos anos de 1935, 1936 e 1937, sob o pretexto da “ameaça comunista”, resolveu fechar as atividades das Assembleias Legislativas e proibir a atuação dos partidos e associações políticas. Os Círculos Operários, embora escapassem ilesos à proibição, haviam perdido a independência que mantinha antes da fundação da CNOC, em 1937. A hierarquização que o movimento sofreu a partir do Rio de Janeiro e suas ligações com o Ministério do Trabalho pareciam ter modificado a cultura circulista anterior.

Durante o Estado Novo, permaneciam nas quadras do COC apenas os sócios que não se opusessem às instâncias de poder. Evaristo Lucena, antes mesmo da deflagração do golpe de 10 de novembro, resolveu manifestar sua oposição ao integralismo e pagou caro por isso, sendo afastado das atividades políticas pelas elites de sua cidade. Portanto, se formos deslocar nosso ponto de vista ao processo de aprendizado político vivido por Lucena e seu

companheiros do COC, há uma continuidade maior entre a Primeira República e os primeiros anos da Era Vargas, do que entre esses anos e o período do Estado Novo.

Ao comparar o destino de Evaristo Lucena com o de Raimundo Barros Filho, vemos diferenças consideráveis de suas condutas a partir de suas culturas políticas. Barros Filho, assim como Lucena, nasceram em famílias pobres – ambos pertencentes às baixas parentelas – viveram, no entanto, culturas políticas distintas. Em outras palavras, a família de Raimundo Barros Filho estava dentro de um ambiente de acordos familiares (clientelista) na cidade e até fora dela. Quase todos os empregos de Barros Filho foram por intermédio de coronéis “protetores” ou amigos influentes na política (empresa d’água, vendedor de jogo do bicho, construção de estrada de rodagem, telegrafia, escritório de advocacia, exército etc.).

Quando lutou na Revolução Constitucionalista de 1932 a favor do governo, não foi por ideologia, mas pelo chamado do interventor da Bahia, o cearense Juraci Magalhães, e por meio desses “favores” certamente obteria retorno ou vantagens – o que indicava uma rede ampla de contatos entre políticos poderosos e importantes. Em 1938 terminou os estudos e passou a fazer carreira no IAPI. Neste órgão público, Barros Filho teve ascensão profissional facilitada por intermédio do ministro do trabalho, Waldemar Falcão, seu conterrâneo.

Isso mostra que, mesmo durante a centralização ocorrida durante o Estado Novo, órgãos públicos de maior relevância do governo federal ainda padeciam de uso privado. Raimundo Barros Filho aposentou-se na década de 1970, morando num apartamento em Copacabana, gozando de velhice tranquila, vindo a falecer na década de 1980. Seus irmãos e irmãs, embora não tivessem alcançado seu patamar, também obtiveram facilidades, segundo diversos acordos familiares e de ordem clientelista.

Diferente de Raimundo Barros Filho, a maioria dos trabalhadores urbanos era desprovida de contatos parentais – como o caso de Evaristo Lucena e grande parte dos sócios do COC. Eles tinham no aprendizado associativo uma alternativa de fugir à regra do jogo de acordos clientelistas. No entanto, durante o Estado Novo, eles tiveram que interromper esse aprendizado político e associativo que se desdobrava desde a Primeira República. A população de trabalhadores contentou-se com a interrupção de suas atividades políticas pela garantia dos benefícios da legislação social trabalhista. Porém, a ditadura varguista a cobria como um aspecto de concessão benevolente do regime – não como um dever do Estado – o que delineava uma relação paternalista entre o Estado e os trabalhadores.

De alguma forma, os direitos sociais garantidos pela legislação trabalhista substituíam o papel, da “proteção” e “ajuda”, tanto dos coronéis quanto das associações mutualistas, no tocante à concessão de benefícios à população urbana pobre. Assim, milhares de trabalhadores interromperam um aprendizado democrático, mas poderiam contar com direitos sociais emanados do Ministério do Trabalho. Para outros trabalhadores mais íntimos do Ministério (como ocorreu com Barros e, em menor proporção, com seus irmãos), além dos direitos trabalhistas, poderiam sub-repticiamente granjear carreiras mais favoráveis nos órgãos públicos manipulados pelo governo – configurando a continuidade das práticas clientelistas, identificadas à Primeira República.

Eis a diferença fundamental entre as narrativas envolvendo Evaristo Lucena e Barros Filho: este compartilhava da cultura política predominante entre as elites da época. Embora fosse trabalhador, não lhe importava participar de sindicatos ou associações políticas ou se o Brasil era uma democracia ou ditadura: interessava-lhe granjear o maior número de contatos entre as elites políticas (seja de que regime fosse), a fim de obter benefícios e favores, muitas vezes advindos da manipulação das instituições públicas. Através dessas práticas, deveu-se sua ascensão social e ingresso na classe média carioca da década de 1940 e, mesmo que Barros Filho talvez não tivesse consciência disso, a ditadura de Vargas foi o ponto de apoio de sua ascensão social, através da ligação pessoal que mantinha com o ministro do trabalho.

Já Lucena foi representante em Baturité de uma nova cultura política – que se pronunciava nos núcleos urbanos do país, através da música popular e da proliferação das associações mutualistas e sindicatos. Ele, assim como a maioria dos trabalhadores urbanos, estava fora do círculo de “ajuda” e “proteção” parental, por isso viam nessas instituições uma saída para sobreviver e contornar a cultura política clientelista predominante.

No caso de Evaristo Lucena, os Círculos Operários representaram uma proposta de transformação social da Igreja Católica por ele aceita, por meio da qual pôde usufruir de um aprendizado político, ampliado com sua entrada nas disputas partidárias, primeiro a favor, depois contra a LEC. Em 1935, 1936 e 1937 sua atuação política passou a ter contornos mais radicais – assustando a situação política e religiosa de Baturité.

A promulgação do Estado Novo só veio confirmar o medo que as elites políticas, em geral, tinham da efervescência dos movimentos sociais naqueles anos. A partir daí, os trabalhadores só poderiam exercer sua cidadania através do registro da carteira trabalho, não mais em manifestações associativas de cunho democrático. Lucena morreu relativamente jovem, na década de 1950, como trabalhador de carteira assinada. Seus anos como ativista do

COC e político haviam caído no esquecimento. Para as elites do Estado Novo, não caberia a personagens como ele o exercício político das instituições públicas – haveria de se contentar apenas com o usufruto dos direitos trabalhistas. O que nos faz refletir sobre as vicissitudes das raízes de nossa cidadania.

O aprendizado associativo retornaria somente após 1945, com a redemocratização do Brasil. Os Círculos Operários continuariam atuando, porém, enterrando os fantasmas do Estado Novo – clamando-se um movimento religioso popular e democrático. Segundo Jessie Jane de Souza, a década de 1950 representou o período máximo de atuação desse movimento. No entanto as experiências concernentes ao retorno desse aprendizado político fogem ao recorte temporal proposto nesse trabalho.

FONTES

1. Acervo do Museu Comendador Ananias Arruda (MCAA) – Fundação Comendador Ananias Arruda (FCCA) – Baturité-CE.

1.1. Jornal A Verdade: (Órgão de orientação católica. Baturité-CE).

A Verdade, Baturité: 08 abr. 1917, p. 1; 03 jan. 1918, p.1; 24 fev. 1918, p. 1; 24 mar. 1918, p. 2; 30 jun. 1918, p. 2; 26 set. 1918, p. 3; 13 out. 1918, p. 2; 03 nov. 1918, p. 2; 24 nov. 1918, p. 3; 13 abr. 1919, p. 2; 27 abr. 1919, p. 1; 11 maio 1919, p. 2; 29 jul. 1919, p. 2; 07 set. 1919, pp. 1-2; 05 out. 1919, p. 2; 02 nov. 1919, p. 2; 09 nov. 1919, p. 1; 23 nov. 1919, p. 1; 07 dez. 1919, p. 1; 21 dez. 1919, p. 2; 13 jan 1920, p. 1; 15 jan. 1920, p. 3; 01 fev. 1920, p. 1; 08 fev. 1920, p. 2; 15 fev. 1920, p. 3; 06 ago. 1922, p. 1; 27 ago. 1922, p. 3; 23 maio 1928, p. 3; 03 jun. 192, p. 4; 03 set. 1928, p. 1; 23 set. 1928, p. 1; 04 nov. 1928, p. 1; 18 jan. 1931, p. 1; 08 fev. 1931; 01 mar 1931, p. 1; 22 mar. 1931, p. 1; 15 mar. 1931, p. 2; 10 ago. 1931, p. 1; 03 mar. 1932, p. 1; 22 jan. 1933, p. 1; 19 fev. 1933, p. 4; 14 maio 1933, p. 1; 17 set. 1933, p. 1; 24 set. 1933, p. 1; 14 out. 1934, p. 1; 28 out. 1934, p. 1; 09 jun. 1935, p. 1; 07 jul. 1935, p. 4; 27 jul. 1935, p. 1; 13 out. 1935, p. 1; 07 mar. 1937, p. 4; 16 jul. 1937, p. 1; 31 ago. 1937, p. 1; 10 out. 1937, p. 1; 14 jan. 1945, p. 1; 08 abr. 1967, p. 1.

1.2. Livro de Atas do Círculo Operário Católico de Baturité.

Todas estas seções do livro de Atas foram usadas de modo quantitativo (quantidade de sócios, por exemplo) ou qualitativo (resoluções, descrição de eventos, etc). constam seções desde a fundação em 1924 até 1931.

Livro de Atas da Fundação do Círculo Operário Católico de Baturité. Baturité. 1924-1931.

Sessões de:

13 jan. 1924; 20 jan. 1924; 27 jan. 1924; 03 fev. 1924; 10 fev. 1924; 17 fev. 1924; 24 fev. 1924; 02 mar. 1924; 09 mar. 1924; 16 mar. 1924; 23 mar. 1924; 30 mar. 1924; 06 abr. 1924; 13 abr. 1924; 20 abr. 1924; 27 abr. 1924; 04 maio 1924; 08 maio 1924; 11 maio 1924; 18 maio 1924; 25 maio 1924; 01 jun. 1924; 08 jun. 1924; 15 jun. 1924; 22 jun. 1924; 29 jun. 1924; 06 jul. 1924; 09 jul. 1924; 13 jul. 1924; 20 jul. 1924; 27 jul. 1924; 03 ago. 1924; 10 ago. 1924; 17 ago. 1924; 24 ago. 1924; 31 ago. 1924; 07 set. 1924; 14 set. 1924; 21 set. 1924; 28 set. 1924; 05 out. 1924; 12 out. 1924; 02 nov. 1924; 09 nov. 1924; 16 nov. 1924; 23 nov. 1924; 30 nov. 1924; 07 dez. 1924; 14 dez. 1924; 28 dez. 1924; 04 jan. 1925; 11 jan. 1925; 18 nov. 1925; 01 fev. 1925; 08 fev. 1925; 15 fev. 1925; 15 mar. 1925; 22 mar. 1924; 29 mar. 1925; 21 jun. 1925; 12 jul. 1925; 19 jul. 1925; 26 jul. 1925; 02 ago. 1925; 09 ago. 1925; 15 ago. 1925; 23 ago. 1925; 30 ago. 1925; 06 set. 1925; 13 set. 1925; 20 set. 1925; 27 set. 1925; 04 out. 1925; 11 out. 1925; 18 out. 1925; 25 out. 1925; 01 nov. 1925; 08 nov. 1925; 22 nov. 1925; 29 nov. 1925; 06 dez. 1925; 13 dez. 1925; 20 dez. 1925; 27 dez. 1925; 03 jan. 1926; 10

jan. 1926; 13 jan. 1925; 17 jan. 1926; 24 jan. 1926; 31 jan. 1926; 07 fev. 1926; 14 fev. 1926; 21 fev. 1926; 28 fev. 1926; 07 mar. 1926; 14 mar. 1926; 19 mar. 1926; 21 mar. 1926; 28 mar. 1926; 04 abr. 1926; 11 abr. 1926; 18 abr. 1926; 25 abr. 1926; 02 maio 1926; 09 maio 1926; 16 maio 1926; 23 maio 1926; 30 maio 1926; 06 jun. 1926; 13 jun. 1926; 20 jun. 1926; 27 jun. 1926; 04 jul. 1926; 11 jul. 1926; 18 jul. 1926; 25 jul. 1926; 01 ago. 1926; 08 ago. 1926; 15 ago. 1926; 13 maio 1926; 13 jun. 1926; 27 jun. 1926; 15 ago. 1926; 13 jan. 1930; 19 mar. 1930; 30 mar. 1930; 14 abr. 1930; 28 abr. 1930; 14 maio 1930; 28 maio 1930; 19 mar. 1931; 14 jun. 1931; 29 dez. 1930; 28 jun. 1931; 02 fev. 1931; 14 jul. 1931; 12 ago. 1931; 28 nov. 1931; 14 out. 1931.

1.3. Livro de Notas de Ananias Arruda

Informações pessoais e familiares de 1917 a 1921.

1.4. Cópias escritas das gravações espontâneas de Miguel Edgy Távora Arruda.

Reunidas em uma obra por ele intitulada **Relembrações: ARRUDA, Miguel Edgy Távora, Relembrações: lampejos de minhas memórias.** [áudio] 12 fitas k7. 1325 min. 1990-1991.

As gravações foram compiladas na íntegra por Ana Margarida Arruda Rosemberg, e foram utilizadas neste trabalho:

Fita 1, lado A, 1991; Fita 1, lado B, 1991; Fita 2, lado A, 1991; Fita 2, lado B, 1991; Fita 4, lado A, 1991; Fita 4, lado B, 1991; Fita 5, lado B, 1991; Fita 8, lado B, 1992; Fita 10, lado A, 1992, p. 3.

1.5. Caderno datilografado sobre história de Baturité

- ROCHA, Antônio Menezes da, **História de Baturité.** Baturité: FCAA, 1958.

1.6. Fotografia de Ananias Arruda – 1922

Figura 2 deste trabalho.

2. Acervo do Arquivo Particular de Roberto Lucena

2.1. Carta escrita por Evaristo Lucena.

- LUCENA, Evaristo Xavier de, [carta manuscrita] Baturité. 20 jan.1944.
Sobre os seus conflitos com a AIB.

2.2. Carteira de Trabalho de Evaristo Lucena

A partir da qual coletamos informações como filiação, data de nascimento e “cor”.

3. Acervo do Arquivo Particular de Mário Mendes Júnior

3.1. Mapa genealógico da família Mendes-Maciel

A partir do qual pudemos constatar suas alianças familiares endogâmicas.

3.2. Fotografia de João Ramos

- Figura 5 deste trabalho.

3.3. Cópia do livro “Mundim de Baturité”:

BARROS FILHO, Raimundo. *Mundim de Baturité*. Traquinices e traquinadas. Rio de Janeiro: [s.n.], 1979.

4. Acervo do Arquivo Particular de Edson André de Andrade Barros

4.1. Poesias Ad Perpetuam Rei Memoriam

Ad Perpetuam Rei Memoriam. [panfleto anônimo]. Baturité, 1936.

Conteúdo de críticas a Ananias Arruda e sua família.

4.2. Carteira de sócio de Círculo Operário de Francisco de Andrade Barros

5. Fontes Impressas (Instituto Histórico e Antropológico do Ceará)

5.1. Obra de Pedro Catão sobre história de Baturité

CATÃO, Pedro. Baturité (Subsidio geográfico histórico e estatístico). **Revista do Instituto Histórico e Antropológico do Ceará**. Fortaleza. 1937, pp. 49-99. (Instituto Histórico e Antropológico do Ceará).

5.2. Biografia de Ananias Arruda escrita por Luís Sucupira

SUCUPIRA, Luís. Ananias Arruda, 1886-1986. **Revista do Instituto Histórico e Antropológico do Ceará**. Fortaleza. 1986, pp. 255-265. (Instituto Histórico e Antropológico do Ceará).

6. Outros Jornais

6.1. O POVO: (Órgão sob direção de Demócrito Rocha, alinhada politicamente ao PSD)

O Povo. Fortaleza. 01 mar. 1936, p. 1 (Biblioteca Pública Menezes Pimentel)

6.2. CEARÁ SOCIALISTA (Órgão do Partido Socialista Cearense). In: PEREIRA, Adelaide (org.). **Ceará Socialista**: ano 1919. Edição Fac-Similar. Florianópolis: Insular, 2001.

Ceará Socialista. Fortaleza, 03 ago. 1919.

6.3. O TRABALHADOR GRAPHICO (Órgão do sindicato de Trabalhadores Graphics). Edição fac-similar. In: PEREIRA, Adelaide; BRUNO, Allyson (orgs.). Fortaleza: Editora UFC, 2002.

O Trabalhador Graphico. Fortaleza, 19 abr. 1930, p. 4.

6.4. O NORDESTE (Órgão da arquidiocese de Fortaleza)

O Nordeste. 21 nov. 1922, p.1; 20 out. 1925, p. 1

7. Obras literárias

7.1. ALENCAR, José de. O Tronco do Ipê. 7ª. Ed. São Paulo: Melhoramentos, s/d.

O autor trata das relações político-familiares no tempo do Império.

7.2. CARVALHO, J. C. O Coronel e o Lobisomem. 41. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

O autor mostra a decadência de coronéis que não se adaptaram à urbanização e burocratização do Estado no início da Primeira República.

7.3. CASTRO, Almir Gomes de. Monte Mor. Fortaleza. Edições Livro Técnico. 2010.

O autor ilustra o poder de mando dos coronéis em uma cidade fictícia chamada Monte Mor, correspondente à Baturité.

7.4. SUASSUNA, Ariano. O auto da compadecida. São Paulo: Agir, 2005.

O autor mostra a estória de dois personagens populares que com astúcias e táticas, burlam a exclusão de sua sociedade.

8. Fontes Eletrônicas

8.1. Blog: Maninho do Baturité: um pouco da história da cidade de Baturité/CE e seus filhos! Disponível em: <<http://www.maninhodobaturite.com.br/>> acesso em 11 de março de 2013, 19h48.

Páginas específicas:

Edson André Apud Mário Mendes Júnior. **Prefeitos de Baturité.** 27 jul. 2010.
Disponível em <<http://www.maninhodobaturite.com.br/?p=343>> acesso em 11 de março de 2013, 19h52.

Mário Mendes Júnior. **Um projeto de história do velho casarão da praça Valdemar Falcão.** 12 abr. 2012.
Disponível em <<http://www.maninhodobaturite.com.br/?p=633>> acesso em 11 de março de 2013, 20h01.

Mário Mendes Júnior. **Alfredo Dutra de Souza: um projeto de biografia.** 27 out. 2010
Disponível em <<http://www.maninhodobaturite.com.br/?p=493>> acesso em 11 de março de 2013, 20h03.

Mário Mendes Júnior. **Uma pequena história da Praça Santa Luzia: lado do sol.** 27 jan. 2010.
Disponível em <<http://www.maninhodobaturite.com.br/?p=235>> acesso em 11 de março de 2013, 20h11.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de (Coord.) **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Coord. Alzira Alves de Abreu. 2 ed., Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001, 5 v.

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial – 1500/1800**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2003 [1907]. Disponível em <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/capitulos_de_historia_colonial.pdf>.

ALMEIDA, Paulo Roberto, **Círculos Operários Católicos: práticas de assistência e de controle no Brasil**. São Paulo: Dissertação de Mestrado em história. PUC-SP, 1992.

ARRUDA, Luiz Gustavo Lima. **O Círculo Operário Católico de Baturité: entre a disciplina e a resistência**. Fortaleza. Monografia de graduação em História. UECE, 2007.

ARRUDA, Miguel Edgy Távora. **Breve Estudo sobre a história de Baturité**. Baturité: [Secretaria de Cultura Municipal], 1983.

AZEVEDO, Thales de. **Igreja e Estado em tensão e crise**. São Paulo: Ática, 1978.

BARROS FILHO, Raimundo. **Mundim de Baturité**. Traquinices e traquinadas. Rio de Janeiro: [s.n.], 1979.

BARROSO, José Parsifal. **Uma História da Política do Ceará (1889-1954)**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S/A, 1984.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. **Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: Algumas reflexões em torno da formação da classe operária**. Cad. AEL, v. 6, n.10-11, 1999.

_____. Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade. In. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: [s.e.], V. 12, nsº. 23-24, p. 111-124, set./ago., 1992.

_____. Historiografia da classe operária no Brasil. In. FREITAS, Marcos Cezar, (org). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo. Contexto, 1998, pp. 145-158.

_____. **O Movimento Operário na primeira republica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998.

_____; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre. **Culturas de classes**. Campinas. Unicamp, 2004.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In. AZEVEDO, Cecília [et. al.] (org.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro Editora FGV, 2009, pp. 29-46.

_____. A cultura política. In. RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELI, Jean François. **Para uma nova história cultural**. Lisboa: Editora Estampa, 1998, pp. 349-363.

_____. Os partidos. In. RÈMOND, René (org.). **Por uma História Política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, pp. 57-98.

BORGES. Vavy Pacheco. Anos trinta e política: história e historiografia. In. FREITAS, Marcos Cezar, (org). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998, pp.159-182.

_____. Fontes Biográficas: Grandezas e Misérias da Biografia. In. PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo Editora Contexto, 2005, pp. 203-233.

BRANDÃO, Berenice Cavalcanti. **O movimento leigo no Brasil** (as relações entre Igreja e Estado: 1930-1945. Niterói. Dissertação (Mestrado em História). UFF, 1975.

BOBBIO, Noberto, MATEEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco [et. al.]. **Dicionário de política**. Brasília: Editora UnB, 1998, v. 1.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In. FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (orgs). **Usos & abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, pp. 183-191.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. Os trilhos do Progresso: episódios das lutas operárias da estrada de ferro de Baturité. In. **Trajetos, Trabalho e migrações**. V. 1, nº 2. 2002, pp. 83-101.

_____. **O Trem da Seca**. Coleção Outras Histórias. Fortaleza: Museu do Ceará. 2005.

CAMMACK, Paul. O coronelismo e o compromisso coronelista: uma crítica. In. **Cadernos Departamento Ciências Políticas**, nº 5, Belo Horizonte, mar. 1979, pp. 1-20.

CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual.” In. **Dados**, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 40, n. 2, 1997, pp. 229-250.

_____. **As metamorfoses do coronel**. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 06 maio 2001, p. A-9.

CASTRO, Marcos de. **Dom Hélder**, o bispo da esperança. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

CASTRO, Maria Helena e Magalhães. O Rio Grande do Sul no pós-30: de protagonista a coadjuvante. In. GOMES, Angela de Castro (Coord.) **Regionalismo e centralização política**. Partidos e Constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, pp. 41-108.

CATROGA, Fernando, **Memória, história e historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001.

CAVA, Ralph Della. Igreja e Estado no Brasil no séc. XX: **sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro** – 1916-1964. Estudos Cebrap. São Paulo, v. 2, n 6, 1972.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, v. 1, 2001.

CHASIN, José. **O integralismo de Plínio Salgado**: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio. São Paulo Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In. _____; FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Centro de estudos da cultura contemporânea, 1978, pp. 17-147.

CORDEIRO JÚNIOR, Raimundo Barroso. A Legião Cearense do Trabalho. In. SOUZA, Simone de (org). **Uma Nova História do Ceará**. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2000, pp. 317-344.

COSTA, Ocleciano de Souza. **Coronel Cristão**: A trajetória de Ananias Arruda na Fé e na Política. Fortaleza. Dissertação de Mestrado de Políticas Públicas. UECE, 2007.

COUTROT, Aline. Religião e política. In. RÈMOND, René. **Por uma História Política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, pp. 331-363.

DANTAS, Carolina Vianna. **O Brasil café com leite**. Debates intelectuais sobre mestiçagem e preconceito de cor na Primeira República. *Revista Tempo*, [s. l.] n. 26, janeiro de 2009, pp. 56-79.

DECCA, Edgar de, **O Nascimento das Fábricas**. 4a ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge Luiz (orgs.). **O Brasil republicano**. O tempo do nacional-estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 2.

_____. **O Brasil Republicano** – o tempo do liberalismo excludente – da proclamação da República à revolução *de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 1.

_____. **Comando Geral dos Trabalhadores No Brasil** (1961-1964). 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. **PTB: do getulismo ao reformismo** (1945-1964). 2.ed. São Paulo: LTR, 2011.

_____. **História Oral. Memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos**: gênese e lutas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

FALCÃO, Waldemar. **A ação católica**: organização ativa a serviço da restauração social (Exposição). Arquivo Valdemar Falcão. CPDOC. FGV, Rio de Janeiro, [s/d].

FARIAS, Francisco Marcélio de Almeida. **Nossa história de Conceição à Guaramiranga**. Fortaleza: Gráfica e Editora. Fortaleza, 2001.

FERREIRA, Jorge, REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). **A formação das tradições** (1889-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Sumara Conde Sá. **A crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 26 f.

_____; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 30**. História e historiografia. 16 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. **Trabalho Urbano e Conflito Social**. 3. ed. São Paulo: Difel, 1983.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GINZBURG, Carlo. Introduzione à Peter Burke. BURKE, Peter. **Cultura popolare nell'età moderna** (trad. It. Federico Canobbio Codelli, Introduzione di Carlo Ginzburg). Milano: Mondadori, 1980.

_____. **Mitos Emblemas, Sinais**. Morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

_____. **O queijo e os vermes: O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.

_____. **Os Andarilhos do Bem: feitiçaria a cultos agrários nos séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. **História noturna: decifrando o sabá**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GOMES, Angela de Castro; ABREU, Martha. A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia. **Revista Tempo**, [s. l.] n. 26, janeiro de 2009, pp. 1-14.

GOMES, Angela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In. SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mavad, 2005, pp. 21-44.

_____. Política: história, ciência, cultura etc. **Estudos Históricos- Historiografia**, Rio de Janeiro, FGV: v.9, n. 17, 1996, pp. 59-84.

_____. Partidos e constituintes nos anos 30. In. _____ (coord). **Regionalismo e centralização política**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, pp. 427-491.

_____; LOBO, Lúcia Lahmeyer; COELHO, Rodrigo Marques; Revolução e Restauração: a experiência paulista no período da constitucionalização. In. _____ (coord). **Regionalismo e centralização política**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, pp. 237-337.

_____. **A invenção do trabalhismo**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Vértice/Iuperj, 1988.

_____. **Burguesia e trabalho no Brasil**: Política e legislação social no Brasil, 1917-1937. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

_____. Silêncio e orações: As relações Estado, Igreja e classes trabalhadoras no pós-34. In. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, 1987, pp. 88-110.

_____; FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira República. Um balanço historiográfico. In. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4. 1989, pp. 244-80.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. O Motim do Vintém e a cultura política do Rio de Janeiro 1880. In. **Revista brasileira de história**, São Paulo, vol. 10, n. 20, mar.-ago. 1991, pp. 211-32.

GRENDI, Edoardo. A proposito di 'famiglia e comunità. **Quaderni Storici**. A. XII (3). 1976, pp. 881-891.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HARDMAN, Francisco Foot. Instituições da classe operária. In. _____. **Nem pátria, nem patrão!**. São Paulo: Brasiliense, 1984, pp. 39-65.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. In. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 22, n 36, 2006, pp. 261-273.

HOBSBAWM, Eric J; SCOTT, Joan. Sapateiros politizados. In. HOBSBAWM, Eric J. **Mundos do Trabalho**: novos estudos sobre história operária. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, pp. 149-191.

_____. A religião e a ascensão do socialismo. In. _____. **Mundos do Trabalho**: novos estudos sobre história operária. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, pp. 55-77.

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. O coronelismo ainda é uma questão historiográfica? (Mesa-Redonda Questões interpretativas da República. Coronelismo, revolução e populismo). In. **Anais do XIX Simpósio Nacional de História**. História e Cidadania. Belo Horizonte, 1997, pp. 505-515.

_____. **O Coronelismo uma política de compromissos**, 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

KREISWIRTH, Martin. Merely Telling Stories? Narrative and Knowledge in the Human Sciences. **Poetics Today**, V. 21, n.2. 2000, pp. 293-318.

LAMOUNIER, Bolívar. Vítor Nunes Leal: Coronelismo, enxada e voto. In. MOTA, Lourenço Dantas (org.). **Introdução ao Brasil: um banquete no trópico**, 2ª ed. São Paulo: Senac, 1999, pp. 272-292.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil**. 3ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1990.

LENHARO, Alcir. **A sacralização da política**. Campinas: Papiros, 1986.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In. FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (orgs). **Usos & abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, pp. 167-182.

LEVINE, Robert M. **A velha usina**. Pernambuco na federação brasileira: 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**. Um Estudo de Caso da Oligarquia de Base Familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LIMA, Henrique Espada. **A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIMA, Pedro Airton de Queiroz. **À sombra das ingazeiras: O café na serra de Baturité. 1850-1900**. Rio de Janeiro, Dissertação de mestrado, 2000.

_____. O Café na Província do Ceará. In. SOUSA, Simone de (org). **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994, pp. 91-100.

LOVE, Joseph. **O regionalismo Gaúcho**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

_____. **A locomotiva**. São Paulo na federação brasileira: 1888-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MARTINS, Estevão de Rezende. História, conhecimento, verdade, argumento. In. **Revista de História**. V. 24. UFES, 2010, pp. 5-32.

MATTOSO, Katia de Queirós. **Família e sociedade na Bahia do século XIX**. São Paulo: Corrupio, 1988.

MESGRAVIS, Laima. A sociedade brasileira e a historiografia colonial. In. FREITAS, Marcos Cezar, (org). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998, pp. 39-56.

MINK, Louis O. Narrative Form as a Cognitive Instrument. In. CANARY, R.; KOZICKI, H. (orgs). **The Writing of History**. The University of Wisconsin Press, 1979, pp. 129-149.

MIRANDA, Júlia. **O poder e a Fé: discurso e práticas católicas**. Fortaleza: Edições UFC, 1987.

MONTEIRO, Douglas. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado. In. FAUSTO, Boris (org.). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1985, pp. 39-92.

MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **Fernandes Távora e o tenentismo no Ceará (1921-1924)**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1982.

MORAES, Nagila Maia de. “Deus e Mar”: a força e a fé dos trabalhadores do porto de Fortaleza (1903-931). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, jul. 2011, pp. 1-10.

MOTA, Aroldo. **História política do Ceará (1930-1945)**. 2ª ed. Fortaleza: ABC Fortaleza, 2000.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. **As salvações nacionais: o caso do Ceará (1912-1914)**. Brasília: Dissertação de Mestrado em História. Universidade de Brasília, 1984.

NEVES, Frederico de Castro. A Seca na história do Ceará. In. SOUZA, Simone de (org.). **Uma Nova História do Ceará**. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2000, pp. 72-97.

NORA, Pierre. **Pierre Nora em Les lieux de mémoire**. Montevideu: Trilce, 2008.

PANDOLFI, Dulce Chaves. A Trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. In. GOMES, Angela de Castro (Coord.) **Regionalismo e centralização política**. Partidos e Constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, pp. 339-425.

PANG, Eul - Soo. **Coronelismo e Oligarquias, 1889-1943**. A Bahia na Primeira República. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PARENTE, Josênio. **Anauê: os camisas verdes no poder**. Fortaleza: EDUFC, 1986.

PARTNER, Nancy F. Historicity in an Age of Reality-Fictions. In. ANKERSMIT, F; KELLNER, Hans (orgs). **A New Philosophy of History**. The Chicago University Press, 1995, pp. 21-39.

PEREIRA, Adelaide Maria Gonçalves. **A imprensa dos Trabalhadores no Ceará, de 1862 aos anos de 1920**. Florianópolis: Tese de doutorado em história. Universidade federal de Santa Catarina, 2001.

PINHEIRO, Francisco José. Mundos em confronto: nativos e europeus na disputa pelo território. In. SOUZA, Simone. **Uma Nova História do Ceará**. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2000, pp. 17-55.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

REGIS, João Ramerez. **Integralismo e Coronelismo: Interfaces da dinâmica política no interior do Ceará (1932-1937)**. Rio de Janeiro: Tese de doutorado em história – UFRJ, 2008.

RÊGO, André Heráclio do. **Família e coronelismo no Brasil - uma história de poder**. São Paulo: A Girafa, 2008.

RÉMOND, René. Por uma História Presente. In. RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, pp. 13-36.

REVEL, Jaques (org.). **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. Unicamp, 2008.

RIOUX, Jean-Pierre. A memória coletiva. In. _____; SIRINELI, Jean François. **Para uma nova história cultural**. Lisboa: Editora Estampa, 1998, pp. 307-334.

_____. A associação em política. In. RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, pp. 99-139.

RODRIGUES, Edgar. **Socialismo e sindicalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.

RODRIGUES, José Albertino. **Sindicato e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Difel, 1966.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Sindicalismo e classe operária (1930-1964). In: FAUSTO, Bóris. (org.). **História geral da civilização brasileira: O Brasil Republicano**. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1983, v. 10, pp. 603-632.

ROMANO, Roberto. **Igreja contra o Estado** (uma crítica ao populismo católico). São Paulo: Kairós, 1979.

_____. **Igreja, domesticadora de massas ou fonte de direito coletivo e individual?** Uma aporia pós-conciliar. Campinas: IFCH, Unicamp, 1990.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In. FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (orgs). **Usos & abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, pp. 93-101.

RUNIA, Eelco. Presence. In. **History and Theory**. N 45, fev 2006, pp. 1-29.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica**. Teoria da história. Os Fundamentos da Ciência Histórica. V. 1. Brasília: EdUnB, 2001.

_____. **Reconstrução do Passado**. Teoria da História II. Os princípios da pesquisa histórica. V. 2. Brasília: EdUnB, 2007a.

_____. **História Viva**. Teoria da História III. Os Fundamentos da Ciência Histórica. V. 3. Brasília: EdUnB, 2007b.

SÁ, M. Auxiliadora F. de. **Dos Velhos aos Novos Coronéis**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1974.

SAES, Décio. **Classe média e política na Primeira República brasileira (1889-1930)**. Petrópolis: Vozes, 1975.

SANI, Giacomo. Cultura Política. In. BOBBIO, Noberto, MATEEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco [et. al.]. **Dicionário de política**. 1ª ed. Brasília: Editora UnB, 1998, v. 1, pp. 306-308.

SANTOS, Jovelina Silva. **Círculos Operários no Ceará**. Fortaleza: Dissertação de Mestrado. UFC, 2004.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado**: Cultura da Memória e guinada subjetiva. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças** – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão**: Tensões sociais e criação cultural na primeira República. S. Paulo: Brasiliense, 1983.

SIRINELLI, Jean-François. A Geração. In. FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (orgs). **Usos & abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, pp. 131-137.

SOUZA, Jessie Jane Viera de. **Círculos operários**: a igreja católica e o mundo do trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2002.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. As várias faces da Igreja Católica. In. **Estudos Avançados**. Volume 18, Nº. 52, 2004, pp. 77-95. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n52/a07v1852.pdf>>.

SOUZA, Simone de. Da Revolução de 30 ao Estado Novo. In. _____ (org.). **Uma Nova História do Ceará**. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2000, pp. 259-286.

_____ (org.). **Uma Nova História do Ceará**. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2000.

_____ (coord.). **História do Ceará**. Fortaleza. Universidade Federal do Ceará. Fundação Demócrito Rocha/Stylus Comunicações, 1989.

STONE, Lawrence. Prosopography. In. **Daedalus**, Winter 1971, vol. 100, n. 1, pp. 46-79.

TAKEYA, Denise Monteiro. A cultura do algodão no Rio Grande do Norte. In. SILVA, Marcos. (Coord.). **República em migalhas**: história regional e local. São Paulo: Marco Zero, 1990, pp. 163-181.

TÁVORA, Juarez. **Uma Vida e muitas lutas**. Vol. 2. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

THOMPSON, Edward. **A formação da classe operária inglesa**. São Paulo, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

TODOROV, Tzvetan. Los usos de la memoria. In. **Memoria del mal, tentación del bien** – indagación sobre el siglo XX. Barcelona: Ediciones Península, 2002, pp. 227-253.

TRINDADE, Héglio. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo: Difel, 1979.

VILLAÇA, Antônio Carlos. **O Pensamento Católico no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____; ALBUQUERQUE, Roberto C. de. **Coronel, Coronéis**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

VISCARDI, Cláudia M. R. **O Teatro das Oligarquias**: uma revisão da política do café com leite. 1. Ed. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

WEFFORT, Francisco. **O Populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WHITE, Hayden. **Meta-História: A imaginação histórica do século XIX**. São Paulo: EdUSP, 1992.

WIRTH, John Daves. **O fiel da balança**: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.